



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



POR UMA *IMITAZIONE DELLE COSE ANTICHE*:

RECEPÇÃO E TRADUÇÃO DE TITO LÍVIO EM MAQUIAVEL

MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO

CAMPINA GRANDE – PB

JUNHO DE 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES**

MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO

**POR UMA *IMITAZIONE DELLE COSE ANTICHE*:
RECEPÇÃO E TRADUÇÃO DE TITO LÍVIO EM MAQUIAVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unidade Acadêmica de História e Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

ORIENTADORA:

PROF.^a DR.^a MARINALVA VILAR DE LIMA

CAMPINA GRANDE – PB

JUNHO DE 2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

- C796p Cordão, Michelly Pereira de Sousa.
Por uma *imitazione delle cose antiche*: recepção e tradução de Tito Lívio em Maquiavel / Michelly Pereira de Sousa Cordão. — Campina Grande, 2010.
165f.: il.
- Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marinalva Vilar de Lima.
Referências.
1. História da Roma Antiga. 2. Tito Lívio. 3. Política Moderna. 4. Maquiavel. I. Título.

CDU 94(37)(043)

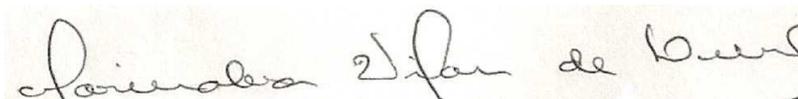
MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO

**POR UMA IMITAZIONE DELLE COSE ANTICHE:
RECEPÇÃO E TRADUÇÃO DE TITO LÍVIO EM MAQUIAVEL**

Aprovada em:

07 de Junho de 2010

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Marinalva Vilar de Lima – PPGH/UF^{CG}

ORIENTADORA



Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha – PPGH/UF^{CG}

EXAMINADOR INTERNO



Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello – FFLCH – USP

EXAMINADOR EXTERNO

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima – PPGH/UF^{CG}

EXAMINADOR SUPLENTE INTERNO

Prof. Dr. José Benjamin Montenegro – UAHG/UF^{CG}

EXAMINADOR SUPLENTE EXTERNO

*Às pessoas e às experiências que
contribuíram “espiritualmente” para
a produção deste texto.*

AGRADECIMENTOS

Dedico este espaço de memória às pessoas que marcaram este período de minha vida para que, assim, elas possam ser lembradas como parte deste texto e de uma etapa que, finalizada, me traz alegria e expectativa e, ao mesmo tempo, nostalgia.

Começo com referência a minha amiga, colega de trabalho e orientadora, Marinalva Vilar de Lima, cujo incentivo foi fundamental para minha permanência nos estudos clássicos aqui na UFCG; agradeço, ainda, por suas infinitas *uirtutes*, dignas de serem expostas: companheirismo, confiança, amizade “verdadeira”, coragem e altivez. Agradeço à *fortuna* pela oportunidade que me confere de tê-la sempre por perto, me auxiliando a lidar com as várias situações profissionais e pessoais, adversas ou não, que vivencio em meu cotidiano.

Agradeço aos colegas e aos funcionários da Unidade Acadêmica de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG pela convivência nesses dois anos em que atuei como professora substituta que duraram precisamente o tempo de curso do meu Mestrado. Destaco a presença de Gervácio Batista Aranha, meu professor e colega de trabalho, por sua sabedoria e por seus conselhos que se assemelham àqueles ofertados pelos oráculos aos gregos antigos; conselhos que não se limitaram à teoria da História, abrangendo outros campos da vida e que também confluíram positivamente para que este trabalho fosse finalizado. Agradeço-lhe por participar de minha banca examinadora; frase que estendo ao Prof. Norberto Luiz Guarinello (FFLCH/USP), por sua gentil disponibilidade em se deslocar de São Paulo para Campina Grande para tecer seus comentários sobre este trabalho.

Compartilho também este momento com meus alunos da graduação com os quais convivi nos últimos dois anos, pelas relações estabelecidas e pelas amizades construídas; assim como, com os colegas da turma de 2008 do PPGH e do PPGCS da UFCG pelos contatos sérios e festivos que mantivemos. Agradeço, ainda, a Maxsuel pelas traduções de textos em inglês que me foram muito úteis.

Não poderia deixar de evocar a lembrança de algumas pessoas que fazem parte de minha família: Dulce e Mery (irmãs), com quem pude partilhar mais intimamente os dramas e as alegrias que a *fortuna* me colocou até aqui; meus pais, Terezinha e Antonio, por terem me conferido a possibilidade de viver e por terem, desde o princípio, impedido que as adversidades pelas quais passaram atrapalhassem minhas conquistas, como essa que neste momento proclamo; minhas demais irmãs: Jô, Ana Paula, Corrinha, Patrícia e Peta pela

preocupação que sempre demonstraram pela sua irmã “caçula”. Destaco, ainda, o companheirismo e a paciência de Viviane durante os momentos que partilhamos juntas.

Por fim, gravo aqui a memória daquelas pessoas que tiveram uma participação passageira, ou não, na minha vida e que, com vibrantes energias, me transmitiram a mensagem de que “os sonhos nunca envelhecem” e, ainda, me ajudaram a entender que a vida se constitui de reviravoltas e que “a *fortuna* favorece os virtuosos”, como lembrou Virgílio.

RESUMO

CORDÃO, Michelly P. S. *Por uma imitazione delle cose antiche: recepção e tradução de Tito Lívio em Maquiavel*. Campina Grande: PPGH/UFCG, 2010, 165p.

A dissertação analisa os efeitos da leitura que Maquiavel fez da obra de Tito Lívio em seus *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, observando a maneira como traduziu alguns temas e “exemplos” da Roma liviana para torná-los objetos de imitação (*imitazione*) no séc. XVI. O estudo se caracteriza pelas comparações entre as obras dos dois escritores, exercício que possibilitou examinar as apropriações de temas livianos no texto de Maquiavel. Foi feito um mapeamento do contexto da Florença renascentista e da recepção que os escritores greco-romanos aí tiveram, sobretudo, no que se refere às condições sócio-culturais que contribuíram para o acesso da obra de Tito Lívio por Maquiavel. A partir daí, a ênfase recaiu, de um lado, sobre as noções maquiavelianas de história e política e, de outro, sobre os temas clássicos/livianos que nelas se circunscrevem: leis, conflitos, religião, virtude, *fortuna*, entre outros. Ao final do estudo, foi possível verificar a ação da historicidade na obra de Tito Lívio, haja vista as transformações nela efetuadas por Maquiavel que, ao reescrevê-la, produziu uma obra em que apresenta uma série de argumentos “novos” e “modernos”, mas que têm suas bases na antiguidade romana.

PALAVRAS-CHAVE

História da Roma Antiga; Tito Lívio; Política Moderna, Maquiavel.

ABSTRACT

CORDÃO, Michelly P. S. *For an imitazione delle cose antiche: reception and translation of Titus Livius in Machiavelli*. Campina Grande: PPGH/UFCG, 2010.

This dissertation appraises the effects of Machiavelli's reading of Livy's work, in his *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, observing the ways whereby he translated the happenings of livian Rome in order to render them into objects of imitation (*imitazione*) in the 16th century. The study is characterized by the laying together of the works of both writers, an exercise which made possible the exam of livian themes as appropriated by Machiavelli. A mapping has been drawn of the context of Florence during the Renaissance, as well as of the reception that greco-roman writers had therein, mainly as it regards the social cultural conditions which contributed to Machiavelli's access to Livy's work. Thenceforward, the emphasis lay, on one part, on Machiavelli's notions of history and politics, and, on the other hand, on livian/ classical themes therein circumscribed: laws, conflicts, religion, virtue, fortune, among others. At the end of the study, it was possible to ascertain the action of historicity in Livy's work, seeing the transformation wrought on it by Machiavelli, who, in rewriting them, produced a work in which he presents a series of "new" and "modern" arguments, but arguments which have their bases in roman antiquity.

KEY - WORDS

History of Ancient Rome, Livy, Modern Politic, Machiavelli

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – Antigos e modernos: Tito Lívio e(m) Maquiavel	40
CAPÍTULO II – <i>Fortuna humanarum</i>: a instabilidade das coisas humanas em Maquiavel	74
CAPÍTULO III – Uma Roma maquiaveliana: “expectativas” para a Florença moderna	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
BIBLIOGRAFIA	162
FONTES	165

“A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e as coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes de empréstimo os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada” (Karl Marx, O Dezoito de Brumário).

INTRODUÇÃO

Quem escreve o nome de Maquiavel no alto de uma folha em branco não pode deixar de sentir uma certa angústia; depois de outras centenas de escritores, soberanos, historiadores e filósofos, estudiosos da teoria política e estrategistas, moralistas e teólogos, ele se prepara para interrogar a esfinge, o diplomata a serviço de Florença, o patriota italiano, o autor cuja linguagem – clara em todos os pontos, equívoca no seu conjunto – dissimula suas intenções, pois as intuições do autor desafiam há quatro séculos o engenho dos comentadores. Prepara-se também para fazer a escolha que tantos outros já fizeram anteriormente. Com efeito, qualquer que seja sua interpretação, não lhe pertencerá (...). O que quer que diga ou faça, já pertencerá a uma das famílias. Não importa se de maquiavelistas, de maquiavelianos ou de leitores de Maquiavel; chega tarde demais para fundar uma nova família¹.

Conselho bem vindo e sábia advertência de Raymond Aron aos que, como nós, escolheram permanecer entre os variados intérpretes de Maquiavel, rotulado por vezes de “monstro”, “autor desprezível”, por outras, de “republicano”, “defensor do povo”, “pai da ciência política moderna”. Porém, se não será possível “fundar uma nova família”, o que com efeito não é nosso interesse, poderemos ao menos “(...) proponer nuevas categorías interpretativas y construir comprensiones inéditas de problemas antiguos”². Exercício que constitui no dizer de Roger Chartier o próprio sentido das análises historiográficas; daí que foi através dos diálogos com o debate contemporâneo sobre as práticas de leitura e sobre o campo da recepção, que lançamos a seguinte interrogação a Maquiavel: como traduziu a escrita da história de Tito Lívio para seu destinatário do séc. XVI nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*³?

O interesse pelo tema da recepção em Maquiavel foi instigado pela nossa primeira experiência de pesquisa: a produção da monografia de graduação. Foi um momento em que promovemos uma análise da escrita da história de Tito Lívio a partir de um estudo sistemático da *Ab urbe condita libri* (História de Roma)⁴. Após esse exercício, nos sentimos estimuladas para observar como a obra de Lívio foi lida ao longo do tempo a partir de

¹ ARON, Raymond. *Maquiavel e Marx*. In: Estudos Políticos. Trad.: Sérgio Bath. Brasília: Ed. UnB, 1985, p. 97.

² CHARTIER, Roger. *El presente del pasado: escritura de la historia, historia de lo escrito*. Universidad Iberoamericana, versão digital, s/d, p. 10.

³ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad.: MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

⁴ De 2005 a 2007 analisamos a escrita da história de Tito Lívio com um projeto financiado pelo PIBIC/CNPq/UFCG sob orientação da Prof.^a Marinalva Vilar de Lima. Daí resultou a produção da monografia de graduação intitulada *Olhares sobre a historiografia antiga: diálogos com Tito Lívio*, defendida em setembro de 2007.

interpretações de sujeitos de outros contextos. Daí a escolha da produção de Maquiavel, em cuja obra podemos observar a presença de um Lívio (re)significado. A dupla questão que se coloca após essa primeira consiste em analisar *como* se dá o processo de recepção-apropriação de Lívio no texto de Maquiavel e *quais* representações este elaborou a partir de suas andanças por um mundo alheio. Para isso, nos apropriamos de algumas chaves conceituais que já têm sido comumente utilizadas no âmbito da pesquisa historiográfica, mas que não localizamos em trabalhos sobre nossa fonte. Trata-se do campo das práticas de leitura e/ou da recepção, que tem sido construído a partir da investigação de alguns historiadores culturais, influenciados pela crítica literária⁵, desde as últimas décadas do séc. XX, contribuindo para a constituição de nosso eixo teórico-metodológico de pesquisa.

Nesse sentido, já no séc. XVII, Miguel de Cervantes nos dá uma rica pista sobre os efeitos da leitura em seu *Dom Quixote*, em que nos conta atitudes de um homem que construiu um mundo particular a partir da relação que estabeleceu com um *corpus* de livros sobre cavalaria.

Encheu-se-lhe a fantasia de tudo que achava nos livros, assim de encantamentos, como pendências, batalhas, desafios, feridas, requebros, amores, tormentas, e disparates impossíveis; e assentou-se-lhe de tal modo na imaginação ser verdade toda aquela máquina de sonhadas invenções que lia, que para ele não havia história mais certa no mundo⁶.

Dom Quixote dedicava com intenso gosto e prazer seus intervalos de ócio à leitura de obras de cavalaria; esquecia-se das atividades de caça e da administração de seus próprios bens; lia do pôr do sol à alvorada e do amanhecer ao fim da tarde; trocava o sono pela leitura e, de tanto fazê-lo, “perdeu o juízo”. Efeitos da leitura. Interessante como já no séc. XVII Cervantes introduz numa obra literária um tema que na década de 1980 se tornou parte das discussões historiográficas promovidas, sobretudo pelo historiador francês Roger Chartier, e que têm cada vez mais ganhado fôlego em nível de Brasil: a leitura.

No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos

⁵ Os estudos de crítica literária, sobretudo a partir dos anos 1980, estabeleceram uma inversão no eixo das pesquisas, deslocando a primazia que conferiam ao texto, sob influência do estruturalismo, para estudos que davam ênfase à recepção. Muitos críticos literários se ocuparam de conceituar as noções de “autor” e de “leitor”, a exemplo de Umberto Eco e de Jacques Derrida, sobre os quais comentamos mais na frente. Cf.: RABENHORST, Eduardo. *Sobre os limites da interpretação: o debate entre Umberto Eco e Jacques Derrida*. Revista Prim@ Facie, Ano 1, jul./dez., 2002.

⁶ CERVANTES, Miguel. *O engenhoso Dom Quixote de La mancha* (versão digital), livro I, cap. 1, p. 71.

discursos, isto é, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma [sic] de compreensão de si próprio e do mundo⁷.

Chartier rediscute as noções de “texto” e “leitor” problematizando o carácter universal e abstrato que durante muito tempo lhes foi atribuído, ora por uma abordagem estética das formas (a estética da recepção), ora por uma compreensão filosófica das idéias. Posturas que têm a ver com uma concepção clássica, também presente na história cultural francesa dos anos 1960 e 70, que tinha como pressuposto a idéia de que as produções culturais possuíam sentidos próprios, independentes das leituras/apropriações para elas construídas por seus usuários: os leitores.

Chartier chama a atenção para a necessidade de historicizar a leitura dos textos para que esses não sejam compreendidos como materiais cujos significados seriam independentes do consumo promovido pelos leitores. Discorda da visão estruturalista de que eles seriam constituídos por um sentido que lhes era intrínseco, articulado no ato de sua produção e, portanto, permanente e a-histórico. Perfil de compreensão que se limita a analisar o momento da produção e/ou o texto enquanto um dado imutável, desconsiderando a instância do consumo. Por esse motivo, é que Chartier procura dá historicidade aos textos a partir da compreensão de que o consumo cultural é também um ato de produção que ocorre no momento em que os leitores exercem uma apropriação dos textos para os quais elaboram representações “(...) que nunca são idênticas às que o produtor, o autor ou o artista, investiram na sua obra”⁸. Portanto, uma obra só adquire sentidos no momento em que os leitores os constroem, pois a própria interpretação do autor “(...) é uma entre outras, que não encerra em si a ‘verdade’ suposta como única e permanente da obra”⁹. O foco na figura do leitor se justifica pela percepção de que suas ações em face do texto não eram consideradas por trabalhos que davam ênfase à figura do autor enquanto produtor de um texto provido de um único e verdadeiro significado.

Dessa maneira, Chartier problematiza a própria compreensão dos historiadores de que sua interpretação acerca do tema abordado seria única e absoluta, como se houvesse a possibilidade de decifrar uma “verdade” absoluta inscrita nos textos e/ou documentos estudados. Trata-se de um exercício que desconsidera a historicidade dos textos e das próprias categorias de pensamento que são utilizadas pelos historiadores para analisá-los. Daí

⁷ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 24.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 59.

⁹ Idem, *ibidem*.

a necessidade de fazer da leitura ou das práticas de leitura um tema do trabalho historiográfico, pois assim torna-se possível demonstrar que um texto não possui um sentido que se encontra nele aprisionado como “pérola em ostra”, mas “(...) é o produto de uma leitura, uma construção de seu leitor”¹⁰. Chartier apresenta sugestões de pesquisa após o término de sua argumentação sobre as noções de “texto” e “leitor”, partindo dessas interrogações: “O que é ler? Como reconstituir as leituras antigas?”¹¹. Diz que a despeito das dificuldades de respondê-las, é possível utilizar as percepções construídas diretamente pelos leitores e que possibilitam, ao menos parcialmente, a reconstituição do que eles fazem das suas leituras.

Fundamenta esse seu argumento com uma citação de uma passagem emblemática da obra *Invenção do cotidiano* de Michel de Certeau¹² em que esse define o conceito de consumo. A “uma produção racionalizada, expansionista”, detentora de um lugar “próprio”, existe uma outra, qualificada de “consumo”. É essa que pretende estudar. Ela “(...) é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante”¹³. Trata-se de um ato de consumo silencioso e invisível, visto que os usuários não possuem “lugares” onde poderiam apresentar as marcas que resultaram de seus gestos de “fazer com” os produtos culturais.

Certeau, ao estudar o consumo dos produtos culturais enquanto uma “outra produção”¹⁴, astuta e silenciosa, destaca o ato de ler por considerá-lo o foco da cultura contemporânea e de seu consumo, em virtude da quantidade quase insuportável de materiais de publicidade que se impõem diante de nossos olhos a ponto de cancerizá-los¹⁵. Diagnostica a ausência de uma literatura sobre as maneiras de ler, a despeito dos trabalhos de caráter estatístico realizados pelo campo da sociologia, tentando operacionalizar um modelo teórico que estimulasse a descoberta da “história das andanças do homem através de seus próprios textos”¹⁶. Do valor que até então se conferia à autoridade da escrita por um saber científico que se pretendia legítimo e verdadeiro, desloca-se o foco de atenção para seu outro, antes negligenciado: a leitura.

¹⁰ CHARTIER, Roger. Op. cit., 1990, p. 61.

¹¹ Idem, ibidem.

¹² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹³ Idem, ibidem, p. 39.

¹⁴ Idem, ibidem.

¹⁵ Idem, ibidem, p. 48.

¹⁶ Idem, ibidem, p. 265.

Certeau cria conceitos que contribuem para sua pesquisa sobre as “artes de fazer com”, destacando as noções de estratégia e tática¹⁷, às quais outras se articulam: uso e consumo, lugar e não-lugar, dentre outras. “Artes” promovidas pelo “homem ordinário” que por sua criatividade consome os produtos culturais das mais distintas formas, deslocando os seus sentidos supostamente “originais”, sem abandoná-los por completo¹⁸. A partir desse campo conceitual, Certeau coloca que de um lado, tem-se os escritores, “fundadores de um lugar próprio” e, de outro, os leitores, viajantes que “(...) circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram (...)”¹⁹. A questão que se coloca é como o segundo grupo atua no espaço dos primeiros. Concebe a leitura como um ato tático que promove desvios e reempregos na escrita, sendo esta moldada por regras e normas que lhes são próprias e ao mesmo tempo um lugar próprio por onde outros perambulam.

Partindo da questão sobre o que os consumidores “fazem com” os produtos que consomem²⁰, em se tratando da leitura, Certeau não parece apresentar respostas para sua pergunta como efeito de uma pesquisa sobre as maneiras de ler. Se no volume II da *Invenção do cotidiano*²¹ há a exposição de uma pesquisa em que seus discípulos levaram a efeito as teorias formuladas no volume I sob o enfoque das maneiras de morar e de cozinhar, não notamos em nenhum dos volumes uma pesquisa efetiva que, em conjunto com a teoria, nos oferecesse guias metodológicos para o estudo do consumo de textos.

Nesse sentido, quais as possibilidades que Certeau oferece para estudarmos as práticas de leitura, se ele próprio afirma que a leitura é dispersa, efêmera, não acumulativa? Onde encontrar indícios do efeito provocado num leitor da leitura de um texto? Em sua definição de consumo, diz que é preciso pensá-lo como uma produção quase invisível, clandestina, “(...) pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos”²². Certeau parece não ter apontado as possibilidades para uma história da leitura. Sua contribuição se dá quando diz que a leitura, enquanto um ato tático, promove desvios e reempregos na escrita, moldada por regras e normas que lhes são próprias.

Podemos sugerir que Chartier ao dizer que pretende “(...) reconstruir, em suas diferenças e em suas singularidades, as diversas maneiras de ler que caracterizaram as

¹⁷ CERTEAU, Michel de. Op. cit., p. 97-102.

¹⁸ Idem, ibidem, p. 93-94.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 269-270.

²⁰ Idem, ibidem p. 93.

²¹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2008.

²² CERTEAU, Michel de. Op. cit., 1994, p. 94.

sociedades ocidentais desde a Antiguidade”²³, dá continuidade ao projeto de Certeau que anuncia seu interesse por elucidar as maneiras de ler da sociedade contemporânea. Porém, não leva o projeto adiante. Por outro lado, Chartier ao pensar leitura e escritura como conceitos que se confundem, visto que a escrita é sempre resultado da leitura de uma outra escrita, se distancia sutilmente de Certeau que comenta-os quase em termos de oposição:

A escritura acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar e multiplica sua produção pelo expansionismo da reprodução. A leitura não tem garantias contra o desgaste do tempo (a gente se esquece e esquece), ela não conserva ou conserva mal a sua posse, e cada um dos lugares por onde ela passa é repetição do paraíso perdido²⁴.

Uma é inversão, bricolagem, astúcia; a outra é autoridade, ordem, isenção. “Com efeito, a leitura não tem lugar. Barthes lê Proust no texto de Sthendal”²⁵. Parece entender que as idéias estão tão deslocadas de um autor que é possível esse tipo de encontro. “Um mundo diferente (o do leitor) se introduz no lugar do autor”²⁶. Trata-se de uma compreensão, enfim, que parece desconsiderar o lugar do autor, noção cara a Certeau em *A operação historiográfica*, em que aborda a escrita da história como a interação entre um lugar social, uma prática e uma escrita²⁷.

Para Chartier, a verdade do autor deve ser respeitada entre o rol das verdades possíveis construídas pelos leitores. Demonstração disso é o acompanhamento que faz das recepções de um texto do início do séc. XVI, a *Celestina* de Fernando de Rojas, com o objetivo de esboçar conceitos para o estudo das práticas de leitura na França do Antigo Regime (sécs. XVI-XVIII). Chartier demonstra as explicações para as variações da leitura de sua obra apresentadas pelo próprio Rojas, que, de um lado, destaca a pluralidade de expectativas e de habilidades de seus leitores e, de outro, reitera o que seria a “leitura correta”. O historiador francês toma-lhe como ponto de partida para a análise das práticas de leitura, que envolve três elementos (textos, impressos e leitores), bem como, para investigar a suposta contradição que perpassa a história ou sociologia da leitura: de um lado, o poder de influência do texto sobre o leitor, que anularia o caráter autônomo da leitura; de outro, a criatividade do leitor, que construiria sentidos singulares para os textos, emitindo golpes nas

²³ CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002 (vol. I), p. 6.

²⁴ CERTEAU, Michel de. Op. cit., 1994, p. 270.

²⁵ Idem, ibidem.

²⁶ Idem, ibidem, p. 49.

²⁷ CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: *A escrita da História*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense, 2002, pp. 65-121.

mensagens pretendidas por seus autores. A partir dessa tensão de opiniões, pretende estabelecer uma “sociologia histórica das práticas de leitura”; exercício com o qual se interrogará sobre “(...) os processos pelos quais, face a um texto, é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação”²⁸.

Daí que propõe um duplo exercício pelo qual o historiador poderia lidar com essa tensão: “identificar a diversidade das leituras antigas a partir dos seus esparsos vestígios e reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia ao texto, uma leitura forçada”²⁹. Estratégias que podem ser identificadas nos prefácios, advertências, glosas e notas, mas também no interior do texto. Para se observar os efeitos da leitura convém direcionar os olhares para “(...) uma confissão, escrita ou oral, voluntária ou extorquida; o exame dos factos de reescrita e de intertextualidade onde se anula o clássico corte entre escrita e leitura, já que aqui a escrita é, ela própria, leitura de uma outra escrita”³⁰. Sugere a articulação entre esses dois pontos para que a tensão seja ultrapassada, donde é preciso observar a maneira como os textos são organizados em função de um público e analisar as representações que a comunidade de leitores constrói a seu respeito³¹.

Chartier, em ensaio mais recente, coloca que Barthes, em texto de 1968, estabeleceu uma ligação entre a onipotência do leitor e a morte do autor que, neste caso, cedia sua secular proeminência à daquele. A leitura passaria a ser vista como um espaço plural e instável a partir de que o texto adquiria sua significação³². Posição de Barthes com a qual não corroboramos, visto que, assim como Chartier, entendemos que a opinião do autor deve ser respeitada, ainda que seja impossível “decifrá-la” em sua inteireza. Pois, o leitor, por ser também um produtor de significados, constrói apropriações do texto nem sempre conservando a proposta do autor. Chartier, portanto, apresenta uma compreensão intermediária acerca da relação autor/leitor, enxergando-a enquanto uma tensão entre as intenções do autor e a recepção dos leitores. Argumenta, portanto, que refletir sobre a leitura requer que se considere a “irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la”³³.

²⁸ CHARTIER, Roger. Op., cit., 1990, p. 121.

²⁹ Idem, ibidem, p. 123.

³⁰ Idem, ibidem, p. 61.

³¹ Idem, ibidem, pp.123-124.

³² CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Trad.: Fúlvia Moretto. São Paulo: UNESP, 2002, pp. 101-02.

³³ CHARTIER, Roger. Op., cit., 1990, p. 123. Recordemos aqui a compreensão, também intermediária, de Umberto Eco sobre a relação autor/leitor. O semiólogo italiano se refere à interpretação do texto como um processo que respeita sua unidade e as suas condições de produção. Considera que um texto necessita de um leitor para adquirir funcionalidade, destacando, no entanto, que esse mesmo leitor respeita a *intentio operis* (intenção da obra). Daí entender que um texto é interpretado com um certo grau de univocidade. Portanto, Eco

Para ele, as práticas de leitura podem ser estudadas a partir de suportes escriturísticos em que elas se encontram inscritas e localizadas. Compreensão que parece distanciá-lo de Certeau que se refere à leitura enquanto prática circunstancial, efêmera, cujo resultado é rapidamente esquecido por aqueles que a promove. Mais do que isso, Chartier chama a atenção para uma dupla análise que envolve de um lado a maneira como o texto é estabelecido pelo autor e/ou editor e de outro a leitura, gesto que assegura a própria existência daquele. Sutil ruptura em relação à postura de Certeau que se associa a questões de ordem metodológica e, por corolário, a sua compreensão sobre a relação escrita/leitura. Percebemos que Chartier, ainda que considere difícil apresentar métodos, indica algumas possibilidades, conforme já comentado. E essas possibilidades só puderam ser forjadas pela compreensão de que escrita e leitura são conceitos cruzados ou que se confundem.

Se tomarmos os argumentos de Chartier quando diz que a escrita é leitura de uma escrita³⁴, nos deparamos com a questão sobre o efeito da leitura de um texto. Mais do que isso, achamos um caminho metodológico para analisarmos nosso problema de pesquisa: quais os efeitos da leitura de Tito Lívio na escrita de Maquiavel? Ou melhor: *quais* representações, múltiplas e variadas, Maquiavel constrói para seu mundo (destinatário do séc. XVI) como resultado de seu “consumo” de Lívio? Porém, para fundamentar melhor essas questões, dialogamos com François Hartog³⁵ que nos ajudou a pensar *como* Maquiavel constrói tais representações.

Hartog procurou elaborar uma metodologia para pensar o efeito ou a recepção das *Histórias* de Heródoto no séc. V a.C., mas se deparou com a dificuldade de reconstituir o horizonte de expectativas de seus leitores em função da ausência de indícios que o evocasse. Situação que o conduziu a seguir dois caminhos que se bifurcam: de um lado, estabeleceu

considera necessário pensar o campo da recepção, por muito tempo esquecido pelo estruturalismo, porém não concorda com alguns teóricos, como o francês Jacques Derrida, para quem o exercício de interpretação não esgota nem nunca esgotará o significado de um texto. Isso porque, para Eco, há que se levar em conta, no ato de interpretação, o lugar e as condições do autor. Daí acreditar que existem “interpretações ilegítimas”. Cf.: RABENHORST, Eduardo. Op. cit. Ver também: DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971; ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 1995; _____. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Essa compreensão de Eco se aproxima do argumento de Paul Ricoeur que também se contrapõe à tese estruturalista que via o discurso como uma instância a-histórica, argumentando em defesa de sua historicidade. Deslocamento que o leva a se referir à existência de um “mundo da obra”, eixo central da hermenêutica que teria a função de interpretar o sentido do texto na relação com o contexto em que foi produzido. Para Ricoeur, apropriar-se de um texto implica compreendê-lo pela distância, pois: “não se trata de impor ao texto sua própria capacidade finita de compreender (...)” (p. 58), mas de respeitar o referente que o marca. Cf.: RICOEUR, Paul. A função hermenêutica do distanciamento. In: *Interpretação e ideologias*. Trad.: Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, pp. 43-59.

³⁴ CHARTIER, Roger. Op., cit., 1990, p. 61.

³⁵ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*: ensaio sobre a representação do outro. Trad.: Jacyntho Luis Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

uma “história das interpretações” de Heródoto, ainda que esse não fosse seu interesse central e, de outro, analisou como Heródoto construiu sua narrativa sobre os não-gregos considerando o “saber compartilhado” pelos gregos no séc. V a.C.

Nesse sentido, considerando que a narrativa é construída a partir da relação entre um narrador e um destinatário, “(...) a questão é perceber como ela ‘traduz’ o outro e como faz com que o destinatário creia no outro que ela constrói”³⁶. Hartog torna operatória a noção de tradução para decifrar as estratégias narrativas usadas por Heródoto para levar o outro ao próprio. Daí porque contribui para observarmos o exercício de Maquiavel que se esforçou por levar o “outro”, as idéias e temas de Lívio, ao “próprio”, seu contexto. Hartog mapeou as regras de fabricação do outro: marcas de enunciação, do tipo “eu vi, eu ouvi, eu digo, eu escrevo” e que são formas de tornar crível o outro desconhecido. Observá-las permite interrogar “quem fala, a quem e como?” e desse modo a pensar sobre a questão do efeito do texto. Efeito que busca no modo como o texto é organizado enquanto estrutura narrativa através de operações e de procedimentos que permitem ao destinatário entendê-lo. Esboça um “método” de recepção que se constitui do estudo da forma como um texto, enquanto citação do outro, é estruturado em função de seu destinatário. Daí sua proposta de não “sair do texto” para estudar as relações entre obras, autores e públicos. Preferiu “fazer com”.

Porém, Hartog interessa-se não exatamente pelos efeitos, mas pelo modo como o texto é organizado enquanto estrutura narrativa. Busca o efeito do texto através da observação dos procedimentos que o narrador utiliza e que permitem ao destinatário ler/entender, atentando para os códigos não-ditos no texto de Heródoto. Apresenta um método de recepção que se constitui do estudo da forma como o texto é estruturado em função de seu destinatário. No próprio texto é possível ver tanto a posição do narrador como elementos do “saber compartilhado” grego. Por fim, Hartog sugere uma metodologia em que, de um lado, é preciso analisar as estratégias de construção do texto articuladas pelo autor e, de outro, que tipo de relação esse exercício tem com o destinatário, para quem traduz o outro.

Hartog propõe, portanto, que se estude os *efeitos implícitos no texto* construídos por seu autor em função do respeito ao “saber compartilhado” ou às expectativas que ele próprio projeta para seu destinatário. O que obriga a uma análise minuciosa das operações de tradução que tentam levar o outro para o universo do próprio. Por seu lado, Certeau chama a atenção para as *maneiras de empregar* ou os *usos* (desvios, reempregos, reapropriações) dos produtos culturais que são consumidos pelos indivíduos em seu cotidiano. Onde, pensa a

³⁶ HARTOG, François. Op. cit., p. 228.

leitura como um ato astuto que desvirtua o caráter pretensamente neutro da escrita. Quanto a Chartier, ocupa-se das *representações* que resultam desses usos e que são constituídas por um imbricamento de formas culturais diversas. Donde, fazer uma história da leitura implica em analisar como em diferentes temporalidades e espacialidades são construídas representações variadas de uma “mesma” obra, entendendo que a representação de seu autor é apenas uma entre as inúmeras produzidas por seus leitores. Portanto, os conceitos de *recepção-leitura* (Certeau e Chartier) e de *tradução* (Hartog) contribuíram para nossa leitura do texto de Maquiavel, visto nos orientarem a pensá-lo como uma representação construída a partir da recepção-tradução de uma outra escrita: a liviana.

Em nível de Brasil, alguns trabalhos têm sido elaborados ora através do eixo da recepção, ramo da história cultural que parece estar ganhando vigor, ora pelas vias da fenomenologia hermenêutica e da estética da recepção, eixos teóricos comuns em trabalhos realizados, sobretudo por críticos literários. Estudiosos da cultura clássica têm visto aí um caminho possível para estabelecer pesquisas que coloquem questões para pensarmos o mundo moderno e contemporâneo na relação com os antigos. Anderson Zalewski Vargas, historiador e professor da UFRGS, tem se dedicado atualmente a analisar as relações possíveis entre os *Sertões* de Euclides da Cunha e a herança greco-romana, sobretudo aquela presente na obra de Tucídides, considerando esse tipo de estudo pertinente num momento em que são desenvolvidas pesquisas sobre os usos da Antiguidade a partir do “gênero da história da recepção”³⁷; Lyvia Vasconcelos Baptista³⁸ escreveu uma dissertação em que articula Procópio de Cesaréia (séc. VI d.C.) e Tucídides, estabelecendo um estudo historiográfico de caráter comparativo entre os projetos de história desses escritores. Alzir de Oliveira fez um rápido estudo sobre a presença de Horácio na poesia de Fernando Pessoa, preocupando-se em assinalar o nível de receptividade que a poesia clássica teve no séc. XX³⁹; de maneira semelhante, Zélia de Almeida Cardoso⁴⁰ analisou como a chamada *pretextata* latina, caracterizada por abordar temas “reais” ou reconhecidamente históricos, bastante explorados pelos teatrólogos romanos dos sécs. III e II a.C., foi recepcionada por escritores da renascença e do barroco entre os sécs. XVI e XVII; Ricardo da Cunha Lima, também crítico

³⁷ VARGAS, Anderson Z. *Retórica e história: a invocação da “mítica clássica” em “Os sertões”, de Euclides da Cunha*. In: Caderno de Resumos do XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009, p. 238.

³⁸ BAPTISTA, Lyvia Vasconcelos. *Procópio e a reapropriação do modelo tucidideano: a representação da peste na narrativa histórica (VI d.C.)*. Goiânia: UFG, 2008 (dissertação de mestrado em História).

³⁹ OLIVEIRA, Alzir. *Aere Perennius: a presença de Horácio em Fernando Pessoa*. In: ARAÚJO, Orlando L.; LIMA, Marinalva V. *Ensaio em Estudos Clássicos*. Campina Grande: EUFCG, 2006.

⁴⁰ CARDOSO, Zélia Almeida. O drama histórico latino e suas projeções no mundo renascentista e barroco. In: *Revista Letras Clássicas*. São Paulo: Humanitas/USP, n° 6, 2002, pp. 161-195.

literário, defendeu em 2007 na USP uma tese intitulada *A presença clássica na poesia neolatina do humanista português Antônio de Gouveia*⁴¹ em que faz um estudo tanto do que o título anuncia, mapeando fontes clássicas utilizadas por este escritor, como do estilo e dos recursos poéticos de seu texto, tendo como fim a tradução de seus epigramas escritos em latim; Fabricio Possebon⁴² em seu estudo sobre o épico *A saga de Mem de Sá*, de José de Anchieta (séc. XVI), localiza aí a presença de elementos da tradição greco-latina.

O historiador e professor da USP, Francisco Murari Pires, tem dedicado parte de seus estudos às relações entre os antigos (greco-romanos) e modernos, tendo escrito o livro *Modernidades Tucidideanas*⁴³ em que acompanha os caminhos percorridos pelo grego Tucídides em diferentes períodos históricos. Foca-se no humanismo renascentista por terem sido feitas nesse momento as primeiras traduções do texto tucidideano, analisando as categorias epistemológicas utilizadas pelos modernos em suas atualizações daquele. Comenta as traduções de Lorenzo Valla à de Thomas Hobbes, a retomada pelo humanista florentino Leonardo Bruni do tópos *ktema as aei* (“aquisição para sempre”), dentre outros escritores dessa época. A partir disso, conjectura possibilidades de diálogos entre antigos e modernos, contribuindo para a discussão sobre a relação entre ambos.

Outros trabalhos com esse tipo de problemática foram por nós observados em eventos da área de história e de cultura clássica de que participamos. Fato que cada vez mais tem nos levado a perceber que o campo da recepção, com suas variadas vertentes teóricas, tem sido objeto de interesses por parte de historiadores, filósofos, críticos literários e demais cientistas do ramo das humanidades. Da mesma forma, os estudos que dão ênfase à cultura material, à iconografia e/ou às representações do mundo antigo têm ganhado espaço em nível nacional⁴⁴. A renovação no campo da historiografia já na década de 1960 com a *nouvelle histoire*, repercutiu nos estudos de história antiga do Brasil que estão sintonizados com os debates internacionais, ainda que não desconsiderem questões que nos são peculiares. A partir da década de 1990, com a disseminação da história cultural nos trópicos, teses e dissertações foram produzidas sob a influência do conceito de “representação” e, no alvorecer do séc.

⁴¹ LIMA, Ricardo da Cunha. *A presença clássica na poesia neolatina do humanista português Antônio de Gouveia*. São Paulo: USP, 2007 (tese de doutorado em Letras clássicas).

⁴² POSSEBON, Fabricio. *O épico De gestis Mendi de Saa (a saga de Mem de Sá) de José de Anchieta*. João Pessoa: UFPB, 2007 (tese de doutorado em Letras).

⁴³ PIRES, Francisco Murari. *Modernidades tucidideanas: ktema es aei*. São Paulo: EDUSP, 2007.

⁴⁴ Ressalte-se também os vários trabalhos que tomam as fontes antigas como base de estudo, independentemente do eixo da recepção. Ver: Dossiê de História Antiga na Revista História de São Paulo, vol. 26, nº 1, Franca, 2007 (versão *online*). Acesso em 15 de abril de 2010; Série Textos Didáticos em Estudos Clássicos: CORDÃO, M.P.S. LIMA; M.V. *Estudos Clássicos: Grécia*. Campina Grande: EDUFPG, 2010 (no prelo); CORDÃO, M.P.S. LIMA; M.V. *Estudos Clássicos: Roma*. Campina Grande: EDUFPG, 2010 (no prelo).

XXI, da noção de “análise de discurso”⁴⁵. Contexto em que se fortalece um segundo caminho possível para o estudo dos antigos no cenário da academia brasileira, o campo da recepção, que nos parece profícuo no sentido de possibilitar uma articulação mais direta com a comunidade de leitores contemporâneos.

A título de exemplo, tivemos os Seminários de Pesquisa intitulado *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*, realizado em 2007 em São Paulo e que resultou na sistematização de uma coletânea, publicada em 2009, cujo título é homônimo ao do seminário⁴⁶. Organizado por Murari Pires, o evento teve como eixo de preocupação as permanências e os distanciamentos entre as produções historiográficas de uns e de outros. Dos vinte e quatro artigos que compõem a coletânea, treze abordam a presença de referências greco-romanas em obras de escritores que vão do séc. XVI, como Maquiavel, até o séc. XIX, como o “abolicionista” Joaquim Nabuco. Dois deles escolheram Maquiavel: *Antigos e modernos: Maquiavel e leitura polibiana da história*, de Marie-Rose Guelfucci e *Maquiavel, a corte dos antigos (o diálogo com) Tucídides*, de Murari Pires. O artigo intitulado *Borges e a tradição clássica*, de Hugo Francisco Bauzá, nos chamou atenção pela metodologia que utilizou para sua pesquisa: estudou as anotações feitas pelo poeta nas obras clássicas que faziam parte de sua biblioteca para compará-las com os temas presentes em sua obra de ficção. Tipo de exercício bastante atraente para quem trabalha com o campo da recepção que vale a pena ser aqui lembrado, ainda que não tenhamos utilizado em nosso trabalho⁴⁷. Destaque-se, ainda, o ensaio de Izabel A. Marson⁴⁸ que observou a presença de referências de historiadores romanos, como Tácito, nos textos abolicionistas de Joaquim Nabuco que, segundo ela, chegou a se referir à escravidão como culpada pela “queda” de Roma para demonstrar os males da servidão para a república brasileira. A autora ressalta que esse tipo de “procedimento historiográfico”, que reflete acerca da apropriação e da (re)significação de argumentos, se baseia em alguns estudiosos, a exemplo de F. Hartog e M. de Certeau, a quem também recorreremos neste trabalho.

Na apresentação da coletânea, Murari discutiu a familiaridade existente entre antigos e modernos. Tucídides, Políbio, de um lado; de outro, Maquiavel, Jean Bodin e, ainda, Marx e Hannah Arendt. Provoca o leitor com um conjunto de questões perturbadoras sobre a

⁴⁵ CARVALHO, Margarida M.; FUNARI, Pedro P. A. *Apresentação: dossiê de história antiga*. Revista História de São Paulo, vol. 26, nº 1, Franca, 2007 (versão online). Acesso em 15 de abril de 2010.

⁴⁶ PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009.

⁴⁷ BAUZÁ, Hugo F. *Borges e a tradição clássica*. In: idem, ibidem, pp. 187-199.

⁴⁸ MARSON, Izabel A. *Liberalismo, história e escravidão: presença dos antigos na argumentação de Joaquim Nabuco*. In: idem, ibidem, pp. 145-68.

escrita da história, finalizando desta maneira: “Quão antigos ainda somos nós, os (pós?)modernos? Na travessia milenar da história humana, que afinidades nos aproximam, *antigos e modernos*, ou que descompassos nos distanciam?”⁴⁹. Murari Pires insinua que a discussão contemporânea sobre a (escrita da) história, que passa por uma problematização de seu presente e passado, de seus sujeitos e objetos, de seus princípios e heranças, de sua tradição e autoridade, leva ao diálogo entre antigos e modernos. Discussão que recai nos debates que se tem sobre a relevância de se fazer estudos de história antiga no Brasil.

Se considerarmos, como o faz Roger Chartier⁵⁰, que o exercício de distinguir e articular as temporalidades diversas que se encontram superpostas em cada período histórico é o que particulariza a história no quadro das ciências humanas e sociais, torna-se fundamental observar como alguns temas e idéias de um tempo e espaço aparentemente distantes, reaparecem em outras temporalidades e a essas se articulam. Ao historiador, Chartier atribui a responsabilidade com seus contemporâneos de estabelecer leituras das diferentes temporalidades que tornam o presente um misto de herança e ruptura, de invenção e inércia. Escolhemos o presente de Maquiavel como período de estudo; um presente preenchido por outras temporalidades às quais se articula a nossa, fazendo valer a tese de que o historiador é, antes de tudo, um leitor do tempo, um viajante por espaços alheios.

Podemos, pois, dizer que se o texto de Maquiavel é uma citação do outro, é também um espaço que possui um lugar, associado a interesses que lhe eram próprios como um homem dos sécs. XV e XVI. Sua escritura se constitui de um sistema de representações em que estão articuladas suas “experiências modernas” e as “lições dos antigos”. Seu mundo e o mundo do outro. Leitor de Lívio e dos clássicos, mas também autor de uma obra que se tornou “texto”⁵¹ por variadas vezes no universo vasto das interpretações já realizadas sobre ele. Da leitura de Bonaparte à que nós ora empreendemos, Maquiavel se insere no quadro daqueles autores a quem sempre há questões para lhe serem postas, pois, como ele próprio diz, as coisas humanas são instáveis e é em função da instabilidade da historiografia que novas perguntas lhe podem ser formuladas; da instabilidade da leitura que a escrita pode ser reempregada.

Dáí porque optamos por estudar um Maquiavel enquanto leitor de Lívio, cuja história sobre o povo romano reaparece no texto do florentino com tons “modernos”, pois sua

⁴⁹ PIRES, Francisco Murari. Op. cit., 2009, pp. 09-10.

⁵⁰ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad.: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 68.

⁵¹ Segundo o sentido que Chartier lhe atribui. O texto como existente na medida em que existe um leitor que o significa. Ver: CHARTIER, Roger. Op. cit., 1990.

pretensão era tornar possível aos leitores de seu tempo o acesso às histórias antigas. Histórias por ele reelaboradas, sobretudo no conjunto de suas chamadas “obras políticas”: *O príncipe* (1513-15), *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1513-17), *História de Florença* (1520-25) e *A arte da guerra* (1521). Outras obras podem ser enumeradas: *Mandrágora* (1518), comédia para o teatro; *A vida de Castruccio Castracani* (1520), uma biografia; *Andria* (1517) e *Clizia* (1525), ambas são comédias baseadas respectivamente nas obras dos romanos, Terêncio e Plauto⁵². Conjunto de obras construídas a partir de uma reintrodução da memória clássica no ambiente dos modernos.

Desta produção, selecionamos como fonte principal para este estudo, os *Discursos*, em cujo prólogo seu autor diz que vai reescrever os livros de Tito Lívio de modo que se tornem úteis ao seu tempo. Reescreve os dez primeiros livros de Lívio que constituem a primeira década; parte da *Ab urbe condita libri* (História de Roma) que trata de acontecimentos concernentes à fundação da cidade e à época da realeza (livro I); contempla o início da república em 509 a.C. até a tomada de Roma pelos gauleses em 390 a.C. (livros II ao V); finaliza com o relato de um contexto da república em que Roma lutava contra vários povos, samnitas, etruscos e úmbrios, alcançando o ano de 293 a.C (livros VI ao X)⁵³. Além disso, Maquiavel faz referência a acontecimentos narrados pelo historiador romano em outros livros⁵⁴. Os *Discursos* estão divididos em três livros que abordam, sequencialmente, as coisas ocorridas no interior da cidade de Roma e por deliberação pública; as ações externas/guerreiras empreendidas por Roma em suas conquistas políticas e territoriais; por fim, as ações individuais de homens cuja *virtù* engrandeceram Roma. Dos três, analisamos com maior ênfase os dois primeiros, em função da vasta quantidade de exemplos neles presentes e que nos pareceram suficientes para o que propomos.

Os *Discursos* se constituem de um tratado sobre as repúblicas, possuindo ligação com um gênero literário recorrente à época renascentista: o comentário de um autor clássico⁵⁵. A eles Maquiavel conferiu anos de um trabalho entusiasmado que, conforme nos diz Ridolfi, se justifica por sua inclinação pelo governo do povo⁵⁶, cuja representação máxima identificou

⁵² GRAZIA, Sebastian de. *Maquiavel no inferno*. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1993, pp. 31-32.

⁵³ PEIXOTO, Paulo M. Introdução. In: TITO LÍVIO. *História de Roma*. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo, Paumape, 1989, p. 11.

⁵⁴ Utiliza, por exemplo, dois exemplos localizados nos livros XXIII e XXXX que abordam a guerra entre Roma e Cartago. Cf.: MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro II, cap. 27, pp. 283-85.

⁵⁵ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Campinas-SP: Unicamp, 2000 (tese de doutorado em Filosofia), p. 19.

⁵⁶ RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Trad.: Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 2003, p. 172.

na Roma republicana narrada por Lívio. Martins acrescenta que na época de Maquiavel um texto no formato de um *discurso* derivava da tradição retórica antiga, muito utilizada e desenvolvida pelos humanistas. Para a elaboração dos discursos sobre textos históricos geralmente utilizava-se o gênero *epidíctico* que se caracterizava por ser constituído por narrativas relativas ao passado que amplificavam fatos com vistas a louvar sua memória e corrigir os desvios do presente. No caso do *discurso* de Maquiavel sobre a *História de Roma*, diz que sua preocupação consistia em extrair da narrativa historiográfica seu sentido e significado político a partir da teorização dos acontecimentos nela expostos. A partir disso, alcançaria seu interesse principal: apresentar os fundamentos do poder político numa república⁵⁷.

Utilizamos a edição brasileira dos *Discursos* publicada pela Martins Fontes em 2007 e, portanto, estamos trabalhando com uma tradução portuguesa. Por outro lado, tivemos acesso a duas edições em italiano⁵⁸ que nos serviram para fins de cotejamento com a edição brasileira. Todavia, vale ressaltar que as edições em italiano também resultam de um rol de traduções e transcrições feitas desde o séc. XVI. Informações que consideramos necessário publicizar, mas que não inviabilizam nosso estudo, visto que toda fonte é elaborada a partir de interesses e marcada por filtros⁵⁹.

A pesquisa nos conduziu para dois caminhos de análise que, acreditamos, nos permitiu tecer os fios entre um e outro escritor: de um lado, observamos como um historiador romano foi lido num contexto posterior ao seu; de outro, discutimos as visões de mundo de um escritor moderno como resultado da relação que manteve com seu contexto e com textos de autores clássicos que eram fortemente recepcionados em sua época. O objetivo consistiu, enfim, em observar a presença de um passado liviano nos *Discursos* e as operações articuladas pelo escritor florentino para construí-lo em função de seu destinatário. Tomamos como ponto de partida o argumento de que o exercício de Maquiavel em abordar a história como um conhecimento verdadeiro e útil, bem como em tratar a política a partir da “verdade”

⁵⁷ MARTINS, José Antônio. *Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. São Paulo: USP, 2007 (tese de doutorado em Filosofia), p. 15.

⁵⁸ [MACHIAVELLI, Niccolò](#). *Discorsi sopra la prima deca de Tito Livio*. In: *Scritti scelti*. Milano: Mondadori, s/d. Trata-se de uma edição em que estão organizados textos selecionados de Maquiavel e, portanto, não nos oferecem as obras completas. Para manipular os *Discursos* em sua totalidade, o acessamos através da seguinte edição: [MACHIAVELLI, Niccolò](#). *Discorsi sopra la prima deca de Tito Livio*. Organizado por Mario Martelli, Firenze: Sansoni Editore, 1971. Edição que se tornou eletrônica em janeiro de 1998. Cf.: <http://www.liberliber.it/biblioteca/licenze/>. Acesso em 06/01/2008.

⁵⁹ CHARTIER, Roger. Op. cit., 1990.

das coisas, se tornou possível em grande medida pela leitura que promoveu da historiografia antiga/liviana que tinha como tópica central a idéia de verdade.

Interessou-nos contribuir para o debate acerca do escritor Maquiavel a partir de olhares historiográficos. Exercício ainda pouco realizado, uma vez que através do *corpus* de produções que acessamos sobre sua escritura, pudemos observar a existência de uma tradição do campo da ciência e/ou da filosofia política que o caracteriza como um cientista político que teria fundado as bases do pensamento político moderno. São obras que procuram estudar a “história do pensamento político”, fazendo um estudo das idéias, geralmente “desencarnadas” de seu contexto, e apresentando-as, de forma generalizante, em coletâneas/manuais⁶⁰.

Boa parte desses trabalhos faz referência às apropriações que Maquiavel promoveu de autores clássicos, porém não optou por fazer análises específicas do processo de recepção aí circunscrito. Daí nosso interesse em pensar o texto de Maquiavel não mais como um receptáculo de idéias universais e “originais”, mas como um sistema de representações em que se encontram cruzadas idéias de um *outro* (Lívio) e de um *próprio* (Maquiavel). Tentativa de acrescentar mais uma interpretação no rol de interpretações que se inscrevem na história da história de Maquiavel. Neste sentido, se conforme diz Raymond Aron, “o caminho para Maquiavel atravessa a literatura sobre Maquiavel (...)”⁶¹, nos sentimos na obrigação, em função do nosso próprio lugar acadêmico, de historicizar algumas leituras que a posteridade construiu a seu respeito. Rotulado por vezes como “monstro”, “autor desprezível”, por outras, como “republicano”, “defensor do povo”, “pai da ciência política moderna”, etc., Maquiavel já recebeu muitas e distintas interpretações, que foram construídas de acordo com a historicidade e com os respectivos interesses de quem as promoveram.

Conforme nos informa Arnaldo Cortina⁶², é possível localizar uma leitura reprovativa dos argumentos políticos de Maquiavel já no séc. XVI com as palavras que lhe foram direcionadas pela Igreja Católica; instituição que vivia sob tensão, num contexto de movimentos de caráter reformista, ocupando-se, entre outras coisas, da perseguição aos ditos “hereges” e da rediscussão de alguns de seus dogmas. Uma das medidas da Igreja em plena

⁶⁰ Cf.: BOUTHOU, G.; MOSCA, G. *Doutrinas políticas desde a Antigüidade*. Trad.: Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968; GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Trad.: Dario Canali. Porto Alegre: L&PM, 1986; QUIRINO, Célia Galvão; SOUZA, Maria Teresa Sadek R. (orgs.). *Pensamento político clássico*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

⁶¹ ARON, Raymond. Op. cit., p. 98.

⁶² CORTINA, Arnaldo. *O príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura*, São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

atuação do Concílio de Trento (1545-1563) foi a criação de uma lista de livros proibidos (*Index librorum prohibitorum*), em que estava inserida a obra *O príncipe* de Maquiavel. Foi a partir desse momento que o uso dos termos “maquiavelismo” e “maquiavélico”, associados ao mal, tornou-se freqüente. Ligação que tem a ver com a idéia de que Maquiavel propunha uma ética/política segundo a qual o príncipe poderia agir de quaisquer formas para alcançar e manter o poder, assim como, colocar-se numa posição suprema sem se submeter ao poder papal⁶³.

Condenação semelhante a *O príncipe* de Maquiavel foi promovida por Frederico II (1712-1786), rei da Prússia, que começa seu *Anti-Maquiavel* com ataques incisivos ao florentino:

Maquiavel corrompeu a política, e teve em mira destruir os preceitos da sã moral (...).

Ouso tomar a defesa da humanidade contra um monstro que pretende destruí-la; e aventurei as minhas reflexões sobre essa obra, a seguir a cada capítulo, afim [sic] de que o antídoto logo se encontrasse junto ao veneno.

Sempre considere o “Príncipe” uma das obras mais perigosas entre as que se espalharam pelo mundo⁶⁴.

Considerado um “déspota esclarecido”, por ter se apropriado de idéias dos filósofos iluministas sem, no entanto, renunciar às visões do dito “absolutismo”⁶⁵, Frederico II se encarregou de refutar as máximas políticas contidas em cada um dos vinte e seis capítulos de *O príncipe* numa obra com a mesma quantidade de capítulos. Informa-nos que seu principal interesse consistia em defender e alertar os príncipes de seu tempo, incluindo ele próprio, das acusações de um “monstro” que pervertia príncipes responsáveis pelo governo dos povos e pela justiça, com uma obra “maléfica” e “perniciosa”⁶⁶. Afirma que Maquiavel elogia o modelo de príncipe que faz usos da avareza, da ambição, do controle social, da perfídia e da crueldade, insinuando que o florentino, a despeito do que muitos dizem, escreve sobre o que os príncipes devem fazer e não o que eles fazem.

Nesses termos, o então rei da Prússia ressalta que há tanto príncipes bons como maus e que Maquiavel optou por ofuscar os primeiros e rememorar apenas os últimos; exercício contrário ao que ele, Frederico II, defende: “Não se deveria conservar na história senão os

⁶³ CORTINA, Arnaldo. Op. cit., pp. 168-70.

⁶⁴ FREDERICO. *O Anti-Maquiavel*. In: _____; MAQUIAVEL. *O Príncipe; O Anti-Maquiavel*. Trad.: Carlos de Soveral. Lisboa: Guimarães editores, 1955, p. 139.

⁶⁵ CORTINA, Arnaldo. Op. cit., p. 171.

⁶⁶ FREDERICO. Op. cit., p. 140.

nomes dos bons príncipes, e deixar morrer os dos outros, com sua indolência ou suas injustiças”⁶⁷. Dessa maneira, a “verdadeira política dos reis”, baseada na justiça e na bondade, venceria o sistema cheio de horrores e traições exposto por Maquiavel ao público e que, absurdamente, alcança as escolas de política. Frederico II apóia-se na concepção idealista de Platão, para quem o governo “verdadeiro” teria que se basear, sobretudo na “virtude” da justiça, a fim de defender-se, enquanto príncipe, das “imundícies” ditadas por Maquiavel.

Frederico II, parece-nos, tem a intenção de levar seus leitores a olvidarem os argumentos de Maquiavel, “mestre do crime e da tirania”⁶⁸ e a lembrarem dos seus. Por um lado, adjetiva-o com termos depreciativos (“escritor desprezível”, “monstro”, “criminoso”, “político abominável”, etc.) e, por outro, atribui “boas” características ao príncipe, sobre quem diz que seu único interesse consiste em prezar pelo bem dos povos, visto ser seu servo e ter como preocupação sua felicidade. Ataca com violência o valor às “paixões furiosas e cruéis” (ambição, inveja, etc.) e aos desejos dos conquistadores por glória que, segundo diz, eram defendidos por Maquiavel porque no séc. XVI as artes e as ciências eram tão débeis de modo que não se raciocinava como em seu tempo (séc. XVIII). Tempo em que prevalecia o respeito à humanidade, à clemência, à doçura e às demais virtudes, ao invés do louvor às paixões, que só faziam perecer numerosos homens. Entende que, se no contexto de Maquiavel era natural o desejo dos homens por conquistas, no seu os homens queriam apenas manter seus bens; se a inveja era natural outrora, em sua época a honestidade o era⁶⁹. Clara defesa dos valores “iluministas”⁷⁰.

Diz que os homens ambiciosos elogiados por Maquiavel prezavam mais por seus interesses do que pelo bem coletivo ao empreenderem conquistas. Prossegue chamando-o de “monstro”, cujas idéias causam horror e indignação. Concordar com as mesmas seria desconsiderar tudo o que é sagrado e todas as leis que merecem respeito, assim como, aprovar violências e crimes, homicídios, traições, assassínios, etc. Por isso tudo, questiona como os magistrados permitiram que tal “política abominável” fosse publicada⁷¹ numa obra com um “odor empestado” semelhante ao de um monturo que se espalha pelo ambiente⁷². Trata-se de uma leitura que enxerga em Maquiavel um mestre do crime, da violência, da

⁶⁷ FREDERICO. Op. cit., pp. 141-42.

⁶⁸ Idem, ibidem, p. 143.

⁶⁹ Idem, ibidem, p. 146-47.

⁷⁰ Sobre essa questão, ver: FALCON, Francisco. *O iluminismo*. São Paulo: Ática, 1986.

⁷¹ FREDERICO. Op. cit., p. 149-50.

⁷² Idem, ibidem, p. 153.

injustiça e da maldade; um escritor que fomenta a destruição dos Estados e que conflui o tempo todo em favor do mal da humanidade. Daí seu interesse em escrever uma obra para advertir o leitor a respeito das palavras enganosas de um “autor desprezível”⁷³.

Imagem que se distancia consideravelmente da edificada por um escritor que também viveu o séc. XVIII, Jean-Jacques Rousseau⁷⁴, talvez um dos primeiros escritores a ressaltar o republicanismo maquiaveliano. Trata-se de um filósofo que faz referência ao florentino para dar respaldo ao seu argumento de contraposição ao regime monárquico que vigorava em seu tempo. Maquiavel assume no texto de Rousseau um caráter de autoridade, visto que citá-lo era uma estratégia para justificar sua compreensão sobre a república. Neste raciocínio, no livro III do *Contrato social*, Rousseau, ao abordar as formas de governo, faz críticas à maneira como a monarquia vinha sendo exercida em seu tempo, pontuando suas falhas a partir de comparações com o governo republicano. Seu argumento principal para justificar o fato de que a monarquia é uma forma de governo defeituosa é que os chefes sempre demonstrarão mais interesse em defender seus desejos e os dos seus do que os do povo.

Daí que Rousseau enxerga n’*O príncipe* uma denúncia às ações dos chefes de governo que visavam manter o povo submisso, fraco e sem possibilidades de promover a resistência, fazendo valer em primeiro lugar seus interesses pessoais. Por isso elogia o florentino: “Fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos. *O Príncipe* de Maquiavel é o livro dos republicanos”⁷⁵. Prossegue, em nota: “Maquiavel era um homem honesto e um bom cidadão; ligado, porém, à Casa dos Médicis, foi forçado, durante a opressão a disfarçar seu amor à liberdade”⁷⁶. Rousseau distancia-se das leituras que acusavam Maquiavel de ser um representante do mal, dando continuidade a uma visão já presente em Espinosa (séc. XVII) que o adjetivou de “palatino da liberdade”⁷⁷.

Tanto Frederico II como Rousseau leram a referida obra de Maquiavel como um tratado pleno de críticas aos príncipes. O primeiro localiza aí motivos para refutar suas máximas políticas; o segundo, identifica aí indícios de republicanismo e por isso escreve palavras de satisfação e concordância sobre Maquiavel⁷⁸.

⁷³ FREDERICO. Op. cit., p. 167.

⁷⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Trad.: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (coleção Os pensadores).

⁷⁵ Idem, ibidem, livro III, cap. VI, p. 159.

⁷⁶ Idem, ibidem.

⁷⁷ DE SANCTIS. Apud CORTINA, Arnaldo. Op. cit., p. 222.

⁷⁸ Vale lembrar que neste mesmo século e no início do XIX Napoleão Bonaparte também elaborou comentários sobre *O príncipe* o fazendo nas distintas fases de sua vida pública: como general do exercito francês, como

Palavras semelhantes foram publicizadas no séc. XIX num momento em que sai das gavetas um “Maquiavel patriota”. Época dos nacionalismos na Europa e, no caso da Itália, do processo do chamado *risorgimento*⁷⁹. Dos escritores italianos que viveram esse período, cite-se Francesco De Sanctis, professor de literatura que escreveu uma obra intitulada *História da literatura italiana*, conferindo um dos seus capítulos a Maquiavel. Classifica-o como um dos maiores pensadores do Renascimento italiano, elogiando-o, sobretudo por considerá-lo responsável pela criação do conceito de pátria e de unidade do povo italiano, ausentes no contexto da Idade Média, em que prevalecia a fidelidade e a submissão dos homens perante o papa e o imperador, ambos representantes do deus cristão/católico⁸⁰.

De Sanctis vive um contexto profundamente marcado pelo valor à nação enquanto instância política una e, por isso, procura extrair do texto maquiaveliano elementos que pudessem contribuir para a defesa de suas próprias idéias. Refere-se à pátria de Maquiavel como uma divindade que confabulava para que os interesses individuais fossem absorvidos pelo “ser coletivo”. Assim, para Maquiavel, dizia: “a liberdade consistia na participação mais ou menos intensa dos cidadãos na vida pública (...). O homem não era um ser autônomo e com vontade própria: era um instrumento da pátria (...)”⁸¹. De Sanctis também se preocupou em retirar o sentido negativo que, segundo dizia, atravessava a noção de maquiavelismo, (re)conceituando-a como uma ciência e um método produzidos ainda nos “escombros da Idade Média” e em que estavam incrustados um pensamento moderno. Por outro lado, trata-se de uma noção em que está contido “(...) um mundo baseado na pátria, na nacionalidade, na liberdade, na igualdade, no trabalho, na virilidade e na seriedade do homem”⁸². Idéias fortemente discutidas no séc. XIX na Europa.

Um pouco mais adiante, nas primeiras décadas do séc. XX, Antonio Gramsci⁸³ levanta a tese do “príncipe moderno”. Em suas anotações sobre a ciência política de Maquiavel, o escritor italiano começa afirmando que este apresenta a noção de *condottiero* (príncipe) enquanto a representação da “vida coletiva”. Pensa o príncipe como uma ideologia

primeiro-cônsul, como imperador e, por fim, como exilado. Interessante porque trata-se de um tipo de leitura de caráter prático, visto que Napoleão costumava comentar se as lições de Maquiavel já haviam sido utilizadas por ele e se tinham causado efeitos positivos. Cf.: MACHIAVELLI, Niccoló. *O príncipe* (comentado por Napoleão Bonaparte). Trad.: Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1977.

⁷⁹ Trata-se da Unificação italiana, movimento que se fortaleceu nas primeiras décadas do séc. XIX até 1870, ano em que oficialmente os reinos, ducados e estados italianos foram unificados em um só Estado-nação: Itália. Cf.: CORTINA, Arnaldo. Op. cit., p. 222.

⁸⁰ Idem, ibidem.

⁸¹ Apud idem, ibidem.

⁸² Idem, ibidem, p. 223.

⁸³ GRAMSCI, Antonio. *O moderno príncipe*. In: Maquiavel, a política e o estado moderno. Trad.: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, pp. 03-102.

política que se apresenta enquanto “(...) criação de fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva”⁸⁴. Afirma que Maquiavel na conclusão de seu *Príncipe* se confunde com o próprio povo com o qual se sentia identificado. Sua obra seria uma manifestação da “consciência popular” e, no epílogo, Maquiavel, com seu “grito apaixonado”, faz dela um “manifesto político” com que pretendia dar voz à vontade do povo.

Gramsci conceitua o “moderno príncipe” não como uma “pessoa real”, mas como um organismo: “um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação”⁸⁵. Trata-se do partido político, responsável por levar a efeito a vontade coletiva, isto é, “a vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo”⁸⁶. Para ele, a ausência de Estado moderno na Itália de Maquiavel se explica pelo não desenvolvimento de uma “vontade coletiva nacional-popular”. Diferentemente das outras nações européias onde foi desenvolvida uma “força jacobina”, na Itália havia vários grupos sociais que se formaram a partir da dissolução da burguesia comunal que se tornou mais tarde uma aristocracia latifundiária, única força oponente marcada pela estagnação⁸⁷.

Por outro lado, Gramsci considera que para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular era necessária a atuação política das massas de camponeses que precisariam passar por uma reforma intelectual e moral a ser empreendida pelo “moderno príncipe” que, desse modo, iria “(...) criar o terreno para o desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total da civilização moderna”⁸⁸. O trabalho do príncipe de Maquiavel, segundo Gramsci, consistia em desenvolver a vontade coletiva através de uma reforma intelectual e moral das massas de camponeses que seria responsável pela laicização da vida e dos costumes. Propõe-se a inscrever o significado de Maquiavel em seu tempo, considerando-o um homem de ação que escreveu coisas já aplicadas pelos homens da história e, por esse motivo, entende que seu destinatário não era o grupo dos “grandes”, pois esses “já sabiam” na medida em que aprenderam com o passado. Seu destinatário, para Gramsci, era “quem não sabe”, a classe revolucionária, grupo a quem Maquiavel desejava fornecer uma educação política. Era o

⁸⁴ GRAMSCI, Antonio. Op. cit., p. 04.

⁸⁵ Idem, ibidem, p. 06.

⁸⁶ Idem, ibidem, p. 07.

⁸⁷ Idem, ibidem.

⁸⁸ Idem, ibidem, pp. 08-09.

“povo”, a “nação” italiana e a democracia urbana que formavam a “classe revolucionária”, a quem o florentino pretendia persuadir da necessidade de um chefe que a conduzisse para a conquista do que ansiava.

Concepções sobre o “príncipe moderno” que evidenciam vínculos com o que Gramsci chama de “filosofia da práxis” ou materialismo histórico. Compara a posição política de Maquiavel com a marxista, argumentando que a teoria política do florentino contribuiu, sobretudo para “quem não sabe” e que constitui a “força progressista da história”. Gramsci diz ainda que o “antimaquiavelismo” que ainda perdurava em seu tempo pode ser explicado em função do caráter revolucionário que atravessa a ciência do maquiavelismo que, nesse sentido, é colocada numa posição análoga à “política da filosofia da práxis”⁸⁹. Gramsci pode ser visto como um dos maiores expoentes de uma tradição de interpretação de Maquiavel que visualiza em sua obra aproximações com as visões de Marx⁹⁰. Aliás, a perspectiva marxista constitui um aspecto fundamental para se entender a análise gramsciana da obra de Maquiavel, visto que lhe serviu praticamente como um guia de leitura.

Dito isto, foram muitas as andanças pela obra maquiaveliana desde que esta foi publicizada. Tanto *O príncipe* como os *Discursos* constituíram espaços escriturísticos por onde muitas figuras alheias perambularam, inscrevendo aí suas impressões e apreciações. De Frederico II e Rousseau a Antonio Gramsci são praticamente dois séculos e, mesmo assim, o mapeamento das leituras sobre Maquiavel tem muitas terras ainda a serem percorridas. Terras que precisaram ser selecionadas em razão de seu caráter quase infinito para que pudéssemos dar conta de nosso itinerário. Trata-se de uma constatação quase óbvia em se tratando de um autor que adquiriu um considerável reconhecimento no âmbito da análise política desde que publicou pela primeira vez sua obra. Ao menos temos a possibilidade, como diz Paul Veyne⁹¹, de fazer seleções, pois sem essas a pesquisa historiográfica seria sem dúvida inviável.

Passemos, então, a caminhar por textos que nos são mais próximos, ao menos espacialmente, visto que no que toca à forma de pensar e escrever nos parece ainda um pouco distantes. Trata-se de trabalhos produzidos por pesquisadores brasileiros, sobretudo

⁸⁹ GRAMSCI, Antonio. Op. cit., p. 11.

⁹⁰ Dessa tradição, podemos citar Claude Lefort que estabelece comparações entre as concepções de “realismo político” de Maquiavel e Marx. Cf.: LEFORT, Claude. *Reflexões sociológicas sobre Maquiavel e Marx: a política e o real*. In: As formas da história. Luiz Roberto S. Fortes e Marilena Chauí. São Paulo, Brasiliense, 1990, pp. 183-210. Ver também ARON, Raymond. Op. cit.

⁹¹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad.: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB, 1998.

associados a programas de pós-graduação em Filosofia e/ou Ciência Política. As teses e dissertações a que pudemos ter acesso estão vinculadas a esses dois campos que possuem características que lhes são próprias. Afinal, como diz Pierre Bourdieu⁹², cada *campo* possui suas peculiaridades e, nesse sentido, esses trabalhos apresentam em sua maior parte análises das idéias políticas de Maquiavel sem conferir uma maior ênfase a sua historicidade.

Começemos com uma tese de doutorado vinculada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): *O imaginário do poder e o poder do imaginário em Maquiavel*, escrita por Lidia Maria Rodrigo e defendida em 1996. Em primeiro lugar, a autora explica que optou por analisar a noção de imaginário em Maquiavel através da qual seria possível pensar as representações que os homens constroem sobre o poder e a maneira como as usam para lidar com ele. Seleciona *O príncipe*, os *Discursos* e *A arte da guerra* por considerar que são textos marcados pelo que chama de imaginário de poder que constituem as imagens de poder, as idealizações ilusórias e as representações baseadas na “verdade efetiva” (*verità effettuale*). Trata-se de um *imaginário de poder* em que Maquiavel localiza um *poder do imaginário*, visto que usa estrategicamente o imaginário ou as “aparências” para estabelecer seu projeto de Estado voltado para o povo e para o bem comum⁹³.

Lidia Rodrigo, por outro lado, justifica a continuidade das leituras da obra de Maquiavel por mais de quatro séculos, afirmando que isso tem a ver com a própria compreensão desse autor de que existe uma natureza humana que tornam análogas as ações dos homens ao longo do tempo. Informa-nos, também, que suas escolhas de pesquisa a levaram a desconsiderar as fontes utilizadas por Maquiavel e as leituras que a posteridade construiu a seu respeito. De toda forma, por vezes, faz referência à presença de alguns elementos da filosofia platônica no texto do florentino. No entanto, boa parte das argüições da autora gira em torno de uma tese que nos evidencia os usos que Maquiavel fez do gênero antigo da História: sua compreensão da *verità effettuale delle cose* e da *imaginazione*. Coloca que Maquiavel estabelece uma separação entre o “dever ser” (imaginação) e o que “é” (verdade efetiva), adotando uma dicotomia platônica e aristotélica. Porém, diz que diferentemente de Platão e Aristóteles, Maquiavel se deteve à *verità effettuale*, buscando

⁹² BOURDIEU, Pierre. *Os usos da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad.: Denice Barbara Catani. São Paulo: Ed. Unesp, 2004, pp. 19-22.

⁹³ RODRIGO, Lídia Maria. *O imaginário do poder e o poder do imaginário em Maquiavel*. Campinas-SP: Unicamp, 1996 (tese de doutorado em Filosofia, p. 04.

exemplos na “história real” que foi por ele (re)interpretada⁹⁴. Maquiavel preferiu erigir como modelos para os príncipes e homens de estado heróis históricos ao invés de príncipes idealizados como, segundo ele, faziam os humanistas.

Para Lidia Rodrigo, as virtudes clássicas (justiça, bondade, temperança, piedade, etc.) pautadas na *immaginazione* e não na *verità effettuale* foram deslocadas por Maquiavel para o campo das representações ou do imaginário. Nesse sentido, esses dois conceitos longe de figurarem como dicotômicos aparecem como noções interdependentes. É assim que a autora constrói a tese de que o Estado maquiaveliano tem como fundamento o imaginário coletivo que precisa ser respeitado pelo príncipe, a despeito de suas paixões, para que seu poder se torne legítimo. São análises que quase não “saem” do texto maquiaveliano para fazer incursões mais profundas pela sua época, ainda que esta não seja por completo desconsiderada. Toda a tese de Lidia Rodrigo é constituída por argumentos de cunho filosófico, fato que nos parece justificável em virtude de se tratar de um trabalho vinculado ao campo da Filosofia. São idéias, portanto, que aparecem como se fossem desencarnadas de seu contexto e, mais do que isso, como se não tivessem elos com uma tradição de escrita antecedente. A autora se refere, sobretudo a autores clássicos de quem considera que Maquiavel se afastou, a exemplo de Platão e Aristóteles, porém quase não menciona sua relação com a historiografia antiga. Aborda a importância que a história teve em sua obra, mas não chega a reconhecer que isso se dá por conta dos usos que ele fez dos historiadores antigos. Talvez, isso ocorra por sua preocupação em assinalar uma suposta originalidade e novidade de suas idéias.

Compreensão com que nos deparamos na dissertação de Manoel de Almeida Neto intitulada *O tempo nos Discorsi de Maquiavel* (1999) em que, de um lado, se preocupa em frisar a influência clássica de Platão e Políbio sobre a idéia de tempo cíclico em Maquiavel que por isso teria rompido com a noção linear de tempo defendida por autores cristãos, como Santo Agostinho e, de outro, se interessa em identificar uma ruptura com os antigos, na medida em que não concordava com o seu argumento de que o tempo seria uma instância metafísica que tudo determinaria, a despeito das vontades e atuações humanas. Almeida Neto entende que, para Maquiavel, as paixões e os desejos humanos eram imutáveis, já que acreditava numa natureza humana; porém as circunstâncias em que os homens agiam eram singulares e de maneira nenhuma idênticas às do passado.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 18.

Após analisar os argumentos de Platão e de Políbio sobre a circularidade do tempo, Almeida Neto conclui que Maquiavel nega-os, defendendo que para lidar com o problema da corrupção dos regimes políticos era necessário a “constituição de um governo democrático misto” que tivesse como função principal canalizar os desejos individuais para o bem coletivo através de boas leis. Os conflitos internos resultantes dos interesses distintos do povo, dos aristocratas e dos monarcas deveriam ter como efeito a criação de leis que fomentassem a defesa do bem coletivo. Desse modo, entende que Maquiavel utilizou a concepção antiga de tempo circular a fim de assinalar o caráter de corrupção e de finitude dos regimes políticos, problema presente em seu tempo. Porém, considera que ele rompe com uma perspectiva que considerava abstrata visto não sugerir maneiras de se resolver as situações políticas do presente. Articula conhecimento antigo e um aparato conceitual novo, não deixando para trás as referências passadas, mas apontando compreensões inovadoras.

José Luiz Ames⁹⁵, em tese intitulada *Maquiavel: a lógica da ação política* defendida no ano de 2000, pretende demonstrar que no centro do pensamento de Maquiavel está circunscrita a noção de “ação política”. Para isso, considera necessário, entre outros temas, estudar sua noção de história e o seu apelo à imitação dos antigos. Argumenta que a retomada do gênero dos discursos, comum entre os antigos, consistiu em uma estratégia de “dissimulação” para atacar práticas modernas que não poderiam sê-lo diretamente. Para Ames, Maquiavel invoca, por exemplo, Tito Lívio e suas referências aos “modos e ordens” religiosos dos antigos como uma autoridade para se contrapor aos modernos, representados pela igreja católica. O conhecimento do passado lhe interessava apenas se fosse útil para a elucidação do presente. Daí que Ames visualiza a presença de um método em Maquiavel que se caracteriza pelas comparações entre acontecimentos antigos e contemporâneos, ambos examinados através de uma “regra geral” que possuiria validade universal e que, portanto, poderia servir de lição para a ação política.

A despeito das discrepâncias entre os acontecimentos antigos e modernos em função da própria instabilidade das coisas humanas, Ames concorda que Maquiavel pretendia estabelecer a verdade da “regra geral”, afirmando que um homem deveria se instruir pela história porque através dela é que ele poderia adaptar-se com mais sabedoria às situações que a fortuna lhe vai colocando. A história em Maquiavel, para ele, possui um vínculo direto com a política, visto que a importância de seu conhecimento tem a ver com a necessidade de se

⁹⁵ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Campinas-SP: Unicamp, 2000 (tese de doutorado em Filosofia).

forjar regras que pudessem servir de orientação para a ação política imediata. Regras não mais vinculadas à moral tradicional. Para Ames, o interesse de Maquiavel em trilhar por um caminho ainda não percorrido por ninguém o levou a requerer da história que “(...) seja considerada como obra humana, como um encadeamento consecutivo de ações e de seus respectivos resultados capazes de serem esclarecidos casualmente”⁹⁶. Da história, assim, poder-se-ia retirar a utilidade.

Portanto, Ames compreende que existe em Maquiavel uma relação direta entre a história e a sua “nova” maneira de tratar a política. Porém, não constitui interesse central deste autor analisar a noção de história maquiaveliana enquanto efeito de uma recepção da produção historiográfica clássica, ainda que considere os vínculos entre ambas. Considera que Maquiavel valoriza os acontecimentos antigos, sobretudo do ponto de vista ontológico, visto que se refere mais ao relevo que ele atribui aos eventos romanos do que, por exemplo, à obra do historiador que os narrou. Seu interesse é pelos “dados históricos” presentes na obra de Maquiavel que serviriam como guias para a ação política, pois tornariam as ações do presente mais calculáveis e previsíveis. Em resumo, “(...) pode-se dizer que o conhecimento histórico está em função de uma estratégia de êxito político”⁹⁷.

Compreensões que evidenciam a idéia de que Maquiavel valoriza mais as ações humanas do passado do que os escritores que as representaram. Ou seja, interessa-se mais pelas ações de Cipião, Rômulo, Fábio, Aníbal, Licurgo, entre outros heróis, do que pelas narrativas que Tito Lívio, Tácito, Tucídides, entre outros historiadores antigos, escreveram a seu respeito. Com efeito, nos *Discursos*, por exemplo, Maquiavel não faz referências constantes ao nome de Lívio, porém recoloca em seu texto uma série de narrativas presentes em sua obra, como veremos no decorrer desta dissertação. Aproximamo-nos de Ames quando este diz que o conhecimento histórico tem como função a ação política exitosa. Porém, este autor escolheu estudar o argumento maquiaveliano de que os homens modernos deveriam imitar as ações antigas para terem êxito na política; optamos, por outro lado, em analisar a imitação que o próprio Maquiavel fez dos historiadores antigos, sobretudo de Lívio. Uma imitação no sentido aristotélico, ou seja, que pressupõe exercícios de criação⁹⁸. É essa imitação que nos interessa.

⁹⁶ AMES, José Luiz. Op. cit., p. 43.

⁹⁷ Idem, ibidem, p. 46.

⁹⁸ ARISTÓTELES. *Arte poética*. In: _____ et al. A poética clássica. Trad.: Jaime Bruna. São Paulo: Ed. Cultrix, 1997.

Se Ames coloca como eixo a lógica da “ação política” em Maquiavel, abordando a noção de história muito mais para fundamentá-la, pretendemos analisar de que maneira as apropriações que ele fez da história antiga/liviana contribuíram para sua elaboração de um conceito de política que se pretendia “inovador”. Trata-se de trazer à memória um Maquiavel usuário da historiografia antiga/liviana, pois observamos que se, por um lado, quase todas as teses e dissertações que analisamos abordaram temas que aqui enfocamos (dos mais gerais, como a história e a política, aos mais específicos, como a fortuna, a *virtù*, a religião, o conflito, a paixão e as leis), por outro, não estudaram com detalhes a matriz que serviu de base para o florentino, ainda que geralmente chamem a atenção para sua relação com os escritores antigos. Por esse motivo, ao longo deste texto, procuramos comparar passagens de Lívio e de Maquiavel para que pudéssemos observar até que ponto ambos se aproximam e/ou se distanciam. Proposta comparativa que consideramos necessária também para deixarmos claro nossa compreensão de que o foco no leitor não exclui a participação do autor, mesmo porque Maquiavel demonstra um sério respeito por Lívio no momento em que se ocupa de recontar suas histórias. Histórias que passaram por transformações pela própria necessidade (*necessità*) de serem adaptadas ao séc. XVI.

A escrita desta dissertação foi sendo construída sob a orientação de algumas questões: como Maquiavel reelaborou um texto de um escritor do séc. I a.C. para um destinatário do séc. XVI e com quais intenções? Quais foram os efeitos da leitura de Lívio no texto de Maquiavel e quais os efeitos que esse pretendia para o seu tempo? Quais representações construiu para a Florença de seu tempo e para a Roma liviana? Como, enfim, Maquiavel traduziu o outro e o que fez para que esse ganhasse sentido/utilidade em seu tempo? Perguntas que nos serviram como fio condutor para a elaboração de nossa dissertação, que se encontra estruturada da seguinte forma:

No primeiro capítulo, localizamos algumas matrizes clássicas que percorreram o contexto da Florença renascentista, bem como, as condições sócio-culturais que permitiram a Maquiavel acessá-las. Mapeamos a presença de historiadores antigos nas obras dos escritores modernos/ renascentistas, estabelecendo comparações entre a escrita da história de ambos para observar os esquemas de apropriação. Nesse sentido, apresentamos a percepção que Lívio e os antigos tinham acerca da história como mestra da vida (*magistra vitae*) para, em seguida, observar a presença de alguns de seus elementos na obra maquiaveliana. Reportamo-nos a vários argumentos de historiadores greco-romanos sobre noções concernentes a sua escrita da história, para demonstrarmos sua influência nas idéias maquiavelianas. Desse

modo, pudemos investigar em que medida os usos que Maquiavel fez, em especial da historiografia liviana, contribuíram para suas navegações por “águas e terras desconhecidas” e para a elaboração de um pensamento político que se pretendia “novo”.

No segundo capítulo, discutimos o tema da *fortuna* em Maquiavel enquanto um conceito associado às transformações das coisas e que se encontra presente nos antigos e, por corolário, em Lívio. A partir do exercício de comparação, analisamos passagens de Lívio e de Maquiavel em que fizeram referência à *fortuna* para que pudéssemos observar as alterações promovidas pelo escritor florentino no texto liviano. Destacamos as aproximações e os distanciamentos entre Maquiavel e Lívio a partir de uma análise minuciosa de passagens de suas respectivas obras, observando como o escritor florentino se preocupou em defender uma *imitazione* dos exemplos romanos que pressupunha a sua adaptação ao contexto em que vivia. Refletimos, ainda, sobre a *fortuna* maquiaveliana numa associação com a escrita historiográfica que, desde os antigos, lida com o transitório e com o instável. Instabilidade que, para Maquiavel, precisava ser transformada em estabilidade através do recurso às leis.

Dáí que, no terceiro e último capítulo, ao analisarmos as expectativas construídas por Maquiavel para a Florença moderna a partir da referência romana, demos ênfase à questão das leis e ordenações, concebidas por Maquiavel como a base para a manutenção de uma república. Ao mesmo tempo, abordamos os conflitos políticos, mesmo porque, para Maquiavel, as boas leis são efeitos deles; a religião e as milícias, entendidas enquanto “ordenações” necessárias para o bem da república; por fim, a *virtù*, elemento fundamental para a república, ainda que não supere a função das “boas leis”. Temas que trabalhamos a partir de freqüentes comparações entre argumentos maquiavelianos e trechos livianos. Além disso, apresentamos indícios que nos permitiram verificar até que ponto o recurso ao gênero da história antiga/liviana por Maquiavel contribuiu para a elaboração de sua noção “moderna” de política e, portanto, de sua concepção de república.

Por fim, optamos por não estabelecer separações no *corpus* do texto entre uma parte “teórica” e outra “empírica”. A cada capítulo, fazemos referência aos conceitos de teóricos que no momento consideramos interessante para a discussão em foco.

CAPÍTULO I

ANTIGOS E MODERNOS: TITO LÍVIO E(M) MAQUIAVEL

“A importância de Lívio é suficientemente real na gênese das histórias modernas nacionais. Mas, quanto mais pensamos a este respeito, menos de Lívio encontramos”⁹⁹.

Historiador por excelência do “século de Augusto”, primeiro *princeps* da Roma imperial, Tito Lívio escreveu uma obra que, após publicada, teve uma considerável repercussão em Roma, passando a ser vista como a “maior das produções” da historiografia romana¹⁰⁰: a *Ab urbe condita libri* (História de Roma), constituída por 142 livros (35 nos alcançaram) que contemplam feitos que remontam à fundação da cidade e alcançam o séc. I a.C. Tito Lívio nasceu em Patávio, atual Pádua, provavelmente em 59 a. C.¹⁰¹, afluindo para Roma logo em sua juventude¹⁰², passando a residir em uma cidade idealizada pelos que moravam em suas vizinhanças por sua grandiosidade arquitetônica, populacional e social¹⁰³. Ao longo de sua obra, apresenta-se como um historiador conservador, cuja preocupação principal consistia em rememorar os costumes da tradição romana, bem como, o presente da “*pax augustana*”¹⁰⁴, num constante jogo discursivo em que os dois tempos se encontram imbricados. Movimento proposital associado, ao menos em parte, às pretensões moralistas de Lívio, pois representa modelos de homens, mulheres e costumes de um passado que o remete aos primórdios da fundação de Roma para que sejam tomados como referência no presente¹⁰⁵.

Lívio teve no mínimo um duplo destinatário: de um lado, os romanos de seu tempo cujas ações o historiador queria corrigir; de outro, a posteridade pela qual sua obra circulou através das leituras que dela realizaram distintos sujeitos de épocas históricas variadas.

⁹⁹ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: EDUSC, 2004 p. 122.

¹⁰⁰ Cf. BESSELAAR, José van den. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Editora Herder, 1968, p. 15.

¹⁰¹ ALBERTO, Paulo Farmhouse. *Introdução*. In: TITO LÍVIO. *História de Roma – Ab urbe condita libri*, livro I. Trad.: Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Inquérito, 1993 (edição bilíngüe), p. 7.

¹⁰² PEIXOTO, Paulo Matos. *Introdução*. In: TITO LÍVIO. *História de Roma*. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo, Paumape, 1989, p. 09.

¹⁰³ Cf.: CARCOPINO, Jérôme. *O meio físico: a cidade, as suas casas e o seu policiamento*. In: *A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império*. Trad.: António José Saraiva. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

¹⁰⁴ O período da chamada Paz Augustana foi caracterizado por uma política diplomática empreendida por Augusto em relação às regiões conquistadas do Oriente e do Ocidente. Por outro lado, tal período constituiu uma forma sutil e astuta do príncipe romano explorar os povos conquistados, conseguindo estabelecer uma unificação territorial que se pautava na manutenção de relações pacíficas com as províncias romanas, restaurando a unidade entre as mesmas e Roma. Para mais informações sobre a questão, consultar: GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1997; PETIT, Paul. *A paz romana*. Trad.: João Pedro Mendes. São Paulo: EDUSP, 1989. Além do sentido político, a paz se caracterizou por uma tentativa de “restauração” da moral romana de outrora.

¹⁰⁵ Sobre o contexto de Lívio e sua relação com Augusto, tratamos com mais detalhes em nossa monografia, cuja referência completa encontra-se na bibliografia final deste trabalho.

Sujeitos que a atualizavam em função das expectativas de suas respectivas temporalidades e de suas intencionalidades, reescrevendo muitos dos motivos e temas trabalhados pelo historiador romano. Sua perspectiva exemplar¹⁰⁶, sobretudo, exerceu influências em escritores modernos, muitos dos quais o viam como o “mestre” da história nacional desenvolvida à época da Renascença. A historiografia da época moderna reconhecia em Lívio “o modelo absoluto de escrita para a história”¹⁰⁷. Os jovens italianos que se iniciavam no movimento humanista tinham sua obra como uma referência obrigatória¹⁰⁸.

Niccolò Macchiavelli ou, simplesmente Maquiavel, insere-se em meio a jovens de formação humanística, que tinha como característica principal o valor à leitura e à imitação dos autores clássicos. A cidade de Florença, onde Maquiavel nasceu em 1469 e morreu em 1527, experimentava desde o séc. XIV um profundo desenvolvimento da filosofia moral, social e política levado a efeito pelos humanistas, a exemplo de Salutati, Bruni, Poggio, Alberti, Valla, entre outros¹⁰⁹. Entre o fim do séc. XIV e o início do XV, a cultura florentina exerceu uma espécie de hegemonia na península itálica, sobretudo em virtude dos valores políticos que aí foram construídos. Salutati e Bruni diziam que Florença era a “pátria ideal” por prezar pela “liberdade” republicana e por ser plena de humanidade¹¹⁰, valores preconizados pelos escritores antigos.

Cidade de forte tradição republicana e que desde o séc. XIII vivia em termos legais um regime popular e democrático preenchido por um conjunto de instituições que foram consolidadas nas últimas décadas do séc. XIV. Magistraturas, assembléias e conselhos, cujos membros eram escolhidos por processos eleitorais, existiam para defender as liberdades republicanas. Porém, havia restrições para os eleitores e para os que se candidatavam a algum cargo público. O *popolo* – “artesãos e a pequena e média burguesia” – exercia uma participação mínima, visto que a administração da “república oligárquica” ficava a cargo de membros da “(...) alta burguesia e das grandes famílias aliadas a ela”¹¹¹.

¹⁰⁶ Muitas obras o classificam dessa maneira. Cf.: LIMA, M.V de. *A História como aprendizado mimético para o presente: os exempla edificantes na escrita de Tito Lívio*. Projeto de Pós-Doutorado. São Paulo, USP, 2008.

¹⁰⁷ ALBANESE, Gabriella. A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo. In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009, p.

¹⁰⁸ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003, p. 09.

¹⁰⁹ SKINNER, Quentin. A renascença florentina. In: *As fundações do pensamento político moderno*. Trad.: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

¹¹⁰ GARIN, Eugénio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. Trad.: Cecília Prada. São Paulo: Unesp, 1996, p. 24.

¹¹¹ LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. Trad.: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das letras, 1988, p. 20. Sobre a noção de *popolo* para Maquiavel, tratamos no capítulo III desta dissertação.

Das famílias tradicionais que exerceram poder em Florença, os Médici se destacaram, talvez pelo próprio tempo que se mantiveram na cidade toscana enquanto líderes políticos: do séc. XIII ao XVIII. Já no séc. XIII tem-se notícia de um Médici que foi eleito *gonfaloniere*, cuja função era presidir a mais alta magistratura, a *Senhoria*, assim como, chefiar as milícias. Com ascensões e declínios, conquistas e derrotas, retornos e expulsões de Florença, os Médici conseguiram manter sua influência política nessa cidade até o séc. XVIII¹¹². Família de ricos mercadores e banqueiros que fez da riqueza a base de seu poder no governo florentino. Nos inícios do séc. XV Florença era tida como a capital financeira da Europa, a sede de dezenas de banqueiros estrangeiros¹¹³, além de sua fama pelo desenvolvimento no campo das artes e das letras.

Por outro lado, alguns dos Médici, como Cosimo e seu neto Lorenzo, o Magnífico, valorizavam as artes e o mundo das letras, demonstrando respeito pela cultura clássica e pelos ideais por esta preconizados¹¹⁴. Alberto Tenenti destaca que se Florença não conseguiu concretizar a experiência do estado moderno, superou, por outro lado, as monarquias européias por seu desenvolvimento no campo das artes e das letras. A experiência do mecenato, bastante presente no contexto de Lívio¹¹⁵, marcou também a cidade toscana à época do renascimento. Humanistas, escultores, pintores e arquitetos usavam esse caminho para conquistar notabilidade socialmente e, a partir, sobretudo de meados do séc. XV, os Médici começaram a concentrar um grande número de artistas e intelectuais ao seu redor¹¹⁶.

Adjetivado como “mecenaz, colecionador e poeta” por Hibbert¹¹⁷, Lorenzo de Médici destacou-se por seu interesse em constituir um círculo de escritores e artistas com quem costumava se encontrar em suas vilas próximas a Florença. Assume o poder no lugar de seu avô, Cosimo, em 1469, ano de nascimento de Maquiavel, presenciando conspirações de outros troncos familiares, como os Pazzi, seus principais rivais políticos¹¹⁸. Mas, as tramas políticas não ofuscaram seu desejo em fomentar a arte; com efeito, chegou a fazer usos da mesma para representar seu poder. As conhecidas *Primavera* e *Nascimento de Vênus* de Sandro Botticelli foram por ele encomendadas, assim como, *Palas e o Centauro* que pode ser

¹¹² HIBBERT, Christopher. *Ascensão e queda da casa dos Médici: o renascimento em Florença*. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 26.

¹¹³ MARTINES, Lauro. *Abril Sangrento: Florença e o complô contra os Médici*. Trad.: Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 60.

¹¹⁴ HIBBERT, Christopher. Op. cit., p. 32.

¹¹⁵ Sobre isso, ver: GRIMAL, Pierre. Literatura Augustana. In: *O século de Augusto*. Trad.: Rui Miguel O. Duarte. Lisboa: Edições 70, 1997.

¹¹⁶ TENENTI, Alberto. *Florença na época dos Médici*. São Paulo: Perspectiva, 1973, pp. 98-99.

¹¹⁷ HIBBERT, Christopher. Op. cit., p. 135.

¹¹⁸ LARIVAILLE, Paul. Op. cit., p. 24.

vista como uma celebração da vitória de Lorenzo sobre os Pazzi em 1478¹¹⁹. Outros exemplos disso são algumas obras de Michelangelo que, logo quando jovem, foi levado por Lorenzo para a residência dos Médici e passou a estudar numa escola de arte criada pelo “mecenas”. Larivaille destaca como o pintor dos afrescos da capela Sistina se dobrou aos serviços dos Médici, lembrando também de Razael Sanzio, cujas obras constituem o exemplo mais evidente da relação arte/política¹²⁰.

Havia, também, uma relação muito próxima entre o exercício da política e o movimento humanista, especialmente, o chamado “humanismo cívico”¹²¹. Os expoentes da humanística florentina, como Salutati, Brunni e Scala, foram chanceleres da república e foi nessa dupla condição que escreveram textos em que conhecimento e ação convergiam-se¹²². Daí a evocação que faziam da história de Roma recolocada em cena para atuar como exemplo e constituir a base para uma teoria da ação política. Mesclavam o “mito de Roma” ao de Florença, sua herdeira, com o intuito de, nas palavras de Salutati, “fazer reviver em nossos peitos o antigo vigor do sangue itálico”. Prossegue: “Qual é o italiano, qual é o romano que, prezando a virtude e o amor da liberdade, poderá suportar ver tantas cidades nobres, tantos castelos sofrerem a bárbara devastação dos franceses (...)”¹²³. Recorre à memória romana para inflamar nos homens de seu tempo o desejo por defender as cidades italianas dos estrangeiros, da mesma maneira que, outrora, os romanos teriam derrotado os gauleses, os líbios e demais “bárbaros”.

Para Skinner, os humanistas falavam de uma Florença estável e harmônica, a exemplo de Brunni, que demonstrava um otimismo excessivo em relação à cidade. Fato que, para este autor, tem a ver com a estabilidade que a cidade alcançou após a constituição de 1382, num tempo em que vivia sob domínio oligárquico, com a atuação dos Médici¹²⁴. Garin destaca o caráter “ideal” de Florença, representada por Brunni como o arquétipo da cidade justa, livre, organizada, harmoniosa e bela¹²⁵. Trata-se de uma cidade ideal repleta de “ecos platônicos”¹²⁶, porém identificada com uma cidade que existia e que era por Brunni

¹¹⁹ HIBBERT, Christopher. Op. cit., p. 137.

¹²⁰ LARIVAILLE, Paul. Op. cit., p. 185-86.

¹²¹ Expressão usada por Skinner para distinguir essa fase de um humanismo liderado por Petrarca (séc. XIV) e que não tinha como tema principal os ideais republicanos. O interesse de Petrarca era de cunho literário e tinha como maior objetivo a leitura e a imitação dos clássicos. Cf.: SKINNER, Quentin. Op. cit., p. 106.

¹²² GARIN, Eugénio. Op. cit., pp. 26-27.

¹²³ SALUTATI, C. Apud. Idem, ibidem, p. 27.

¹²⁴ SKINNER, Quentin. Op. cit.

¹²⁵ GARIN, Eugénio. Op. cit., pp. 63-64.

¹²⁶ Garin faz uso dessa expressão para demonstrar como a Florença de Brunni foi construída a partir da noção de “mundo das idéias” de Platão. Cf.: Idem, ibidem. Ver também: PLATÃO. *A república*. Trad.: J. Guinsburg. São Paulo: Difel, 1973.

contemplada nos momentos em que lia as obras políticas de Platão e Aristóteles¹²⁷. Portanto, articulava o mundo vivido com um mundo a que pôde ter acesso em virtude de sua formação humanística: os textos clássicos.

Ainda que se distanciando em parte de alguns argumentos desses humanistas do final do séc. XIV e início do XV, sobretudo no que toca à noção de uma “cidade ideal”, Maquiavel apresenta, também, em seus escritos um tipo de conhecimento por ele apreendido “(...) com uma longa experiência das coisas modernas [*cose moderne*] e uma contínua lição das coisas antigas [*cose antiche*]”¹²⁸. Relação que atravessou sua vida pública e privada desde os primeiros contatos que estabeleceu com obras clássicas ainda quando adolescente, passando pela atuação como chefe da Segunda Chancelaria e como secretário do Conselho dos Dez de Florença entre 1498 e 1512¹²⁹, até a fase em que foi forçado ao exílio, após ter sido interrogado, preso e torturado pelos Médici sob a acusação de conspiração contra essa família. Queixa-se disso nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* quando comenta que aqueles que governaram Florença entre 1434 e 1494 o fizeram através do terror e do medo que foram disseminados quando voltaram de novo ao poder (em 1512) e “(...) abateram todos os que, segundo aquele modo de vida, se haviam conduzido mal”¹³⁰.

Maquiavel alcançou um cargo público, num período de entreato republicano (entre 1498 e 1512) em que os Médici encontravam-se exilados de Florença, então governada por um “presidente vitalício”, o gonfaloneiro Piero Soderini, sobre quem tece elogios por ter recolocado a liberdade em Florença após a expulsão dos Médici: “Piero Soderini conseguira grande reputação na cidade de Florença apenas favorecendo o povo [*l’universale*]”¹³¹ obtendo assim a fama de amante da liberdade da cidade”¹³². Caracteriza-o como honesto defensor da liberdade e inimigo dos Médici. Homem de confiança e conselheiro de Soderini, Maquiavel participou de missões na Itália e no estrangeiro contatando o universo da política a partir de uma observação próxima da vida, dos costumes e das disputas por poder no seio de algumas cortes européias¹³³. Segundo Ridolfi, a Segunda Chancelaria ocupava-se dos assuntos internos e da guerra, porém essas funções eram variáveis com o tempo e chegavam a se confundir com

¹²⁷ GARIN, Eugénio. Op. cit., p. 66.

¹²⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad.: José Antonio Martins. São Paulo: Hedra, 2007b (edição bilíngüe), p. 29.

¹²⁹ RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Trad.: Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 2003, p. 36.

¹³⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, Livro III, cap. 1, p. 308.

¹³¹ Termo que, em Maquiavel, significa povo no sentido de público e que faz oposição com *particolare* (particular, privado).

¹³² MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad.: MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007a, livro I, cap. 52, p. 150.

¹³³ LARIVAILLE, Paul. Op. cit., p. 144.

as atribuições do Conselho dos Dez, do qual Maquiavel se tornou secretário, mas sem alterar suas funções como diplomata e administrador das milícias florentinas¹³⁴.

Foi durante a atuação nesses cargos públicos que Maquiavel escreveu suas primeiras análises políticas, inscritas nos relatórios que fazia quando enviado para alguma missão, seja na região itálica, seja no estrangeiro. Em 1502, por exemplo, foi enviado para missão diplomática ao Vale do Chiana, território florentino, onde estavam ocorrendo rebeliões. Daí escreveu *Do modo de tratar os povos do Vale do Chiana rebelados*, em que começa narrando o que Lúcio Fúrio Camilo, personagem romano eternizado por Lívio, que havia vencido os povos latinos rebelados contra Roma, propôs ao senado num momento de deliberações sobre esses povos. Alguns desses foram feitos cidadãos para evitar mais rebeliões, mas um deles recebeu castigo maior: teve sua cidade destruída e seus cidadãos passaram a habitar Roma. Por considerar que as cidades do Vale do Chiana faziam coisas semelhantes às dos povos latinos, aconselha: “(...) se é verdade que a história ficaria [sic] a mestra das nossas ações, não é mal para quem devia punir e julgar as cidades do vale do Chiana tomar exemplo e imitar aqueles que foram donos do mundo”¹³⁵. Assim, os distintos povos daquelas cidades deveriam ser tratados de maneiras peculiares, a exemplo do que fizeram os romanos.

Articula, portanto, os acontecimentos da vida política de que participava assiduamente com o que sabia a respeito dos antigos romanos, atuando ao mesmo tempo como um “homem de letras” e como um funcionário da república florentina. Sua experiência, como nos diz Ridolfi, parece ter fecundado sua leitura, pois “sem a experiência essa leitura teria permanecido estéril, sem essa leitura não teria saído a fazer experiência dela”¹³⁶. Leitura dos clássicos e de Lívio que começou a se tornar possível desde sua mais tenra idade, quando Maquiavel recebeu uma educação clássica, voltada para o mundo latino. Seu pai, Bernardo, era advogado e chefe de uma família nem aristocrática, nem rica¹³⁷. Tinha uma verdadeira paixão pelos livros, tanto de leis como de humanidades, já se beneficiando de exemplares impressos, visto que fazia poucos anos que a máquina de imprensa havia sido introduzida em Florença¹³⁸. Do *volumen*¹³⁹, material utilizado por Lívio para registrar os acontecimentos

¹³⁴ RIDOLFI, Roberto. Op. cit., pp. 36-37.

¹³⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *Do modo de tratar os povos do Vale Chiana rebelados*. In: Escritos Políticos. Trad.: Lívio Xavier. Bauru-SP: Edipro, 1995, p. 14.

¹³⁶ RIDOLFI, Roberto. Op. cit., p. 33.

¹³⁷ SADEK, Maria Tereza. *Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual sem virtù*. In: WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 1991, p. 15.

¹³⁸ Chartier comenta a respeito das implicações que a invenção da imprensa por Gutenberg no final do séc. XV teve no campo da escrita. Cf.: CHARTIER, Roger. *Conferencia magistral con Roger Chartier: “las revoluciones de la lectura: siglos XV-XX”*. In: Revista de Humanidades: Tecnológico de Monterrey, México, n° 007, 1999, pp. 91-110.

romanos, tem-se no contexto de Maquiavel, o *codex* impresso¹⁴⁰. Por vezes, seu pai recebia livros como presentes por serviços prestados; foi assim que adquiriu as *Décadas* de Lívio, conforme nos conta Ridolfi: “Recebeu de um dos primeiros editores florentinos, Niccoló della Magna, um exemplar impresso de Lívio para compilar o índice toponomástico, e como remuneração do longo trabalho (...) ficará com o desejado livro”¹⁴¹.

A presença de uma biblioteca clássica na casa do pai e o seu gosto pelos estudos parecem ter sido as primeiras motivações que levaram Maquiavel a tornar-se um leitor assíduo dos clássicos da antiguidade, sobretudo dos romanos. Da língua grega teria aprendido apenas os primeiros rudimentos. Aos sete anos, seguindo a tradição de educação da época, foi enviado ao primeiro professor para estudar as bases dos elementos da língua latina¹⁴². Aos doze anos redigia em latim, mantendo a partir daí contatos caseiros com obras de escritores clássicos que constituíam a biblioteca de seu pai. Contatos que, provavelmente, se tornaram mais freqüentes com sua entrada na Universidade de Florença, onde “recebeu a maior parte de sua educação clássica” do seu mestre Marcello Adriani¹⁴³, suposto responsável pela nomeação de Maquiavel à Segunda Chancelaria de Florença, visto que ele, além de professor, era o primeiro secretário da cidade. Mundo “letrado” e mundo da política caminhavam juntos.

Aristóteles, Boécio, Cícero e, claro, Tito Lívio formavam parte da lista de escritores registrada num livro de contas de seu pai. Ainda que cite nos *Discursos* diversos historiadores, como Salústio, Tácito, entre os latinos, e Tucídides, Políbio e Xenofonte, foram as *Décadas* que se tornaram íntimas do florentino que chamava seu autor de “nosso Tito Lívio” e ‘nosso historiador’¹⁴⁴. Ridolfi chama a atenção para a leitura que Maquiavel fez dos gregos a partir de traduções latinas: “(...) de Platão a Aristóteles, de Xenofonte a Herodiano,

¹³⁹ Rolo de papiro usado para se escrever obras. Sobre a passagem do *volumen* ao *codex*. Cf.: CAVALLO, Guglielmo. Entre o *volumen* e o *codex*: a leitura no mundo romano. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002, v. I, pp. 71-102.

¹⁴⁰ Até o séc. II d.C., as obras tinham os livros de rolo como suporte, que foram substituídos nesse período pelo *codex*, material que possuía uma seqüência de páginas, com um formato próximo do livro impresso que conhecemos. Cf.: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). Op. cit., pp. 17-18. Durante a República romana, após escritas, as obras eram copiadas nas casas de seus próprios escritores e/ou de seus protetores para, em seguida, serem distribuídas às pessoas com quem estabeleciam relações. Todavia, simultaneamente às construções de bibliotecas públicas, após a primeira ter sido fundada por Júlio César, foi aparecendo em Roma, à época imperial, a ocupação dos livreiros-editores, dos quais tinha-se “*Dorus aonde se ia comprar Tito Lívio e Séneca*”. Cf.: CARCOPINO, Jérôme. *A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império*. Trad.: António José Saraiva. Lisboa: Livros do Brasil, s/d, p. 238.

¹⁴¹ RIDOLFI, Roberto. Op. cit., pp. 18-19.

¹⁴² Idem, ibidem, p. 19.

¹⁴³ ALMEIDA NETO, Manoel. *O tempo nos Discorsi de Maquiavel*. Minas Gerais: UFMG, 1999 (dissertação de mestrado em Filosofia), p. 90.

¹⁴⁴ GRAZIA, Sebastian de. *Maquiavel no inferno*. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1993, pp. 13-14.

de Tucídides a Políbio”¹⁴⁵. Dos antigos de maneira geral, acrescentemos Plutarco, Diodoro da Sicília, Juvenal, Quinto Cúrcio e, ainda, Avicena e Procópio de Cesaréia¹⁴⁶. Sadek comenta: “Maquiavel rejeita a tradição idealista de Platão, Aristóteles e Santo Tomás de Aquino e segue a trilha inaugurada pelos historiadores antigos, como Tácito, Políbio, Tucídides e Tito Lívio”¹⁴⁷. Trata-se de uma marca de distinção entre Maquiavel e os humanistas de sua época, pois, se Bruni fala de uma Florença “ideal” influenciado pela leitura de Platão e Aristóteles, como já comentamos, o autor de *O príncipe* pretende ir direto a verdade das coisas (*verità delle cose*).

Sinais de uma considerável proximidade intelectual com a historiografia liviana, cuja marca principal é a noção de verdade; com ela dialogou desde a adolescência até quando se viu exilado de Florença e tinha como único prazer a leitura dos clássicos. Do cotidiano vivido nesse período que passou em sua pequena propriedade rural em *Sant’Andrea in Percussina* a treze quilômetros de Florença, Maquiavel nos deixou informados numa carta que escreveu como resposta ao amigo Francesco Vettori. Foca-se nas atividades campestres e, sobretudo, nas leituras dos antigos que pareciam suavizar a deplorável situação que ele próprio julgava estar vivendo. Começa descrevendo sua ida ao bosque após levantar-se com a chegada da aurora; sua passagem por uma fonte e por seu viveiro de pássaros; suas andanças carregando um livro debaixo do braço, às vezes Dante ou Petrarca, às vezes, Tíbulo ou Ovídio: “mergulho na leitura dos seus amores, e seus amores me relembram os meus”¹⁴⁸. Prossegue narrando suas conversas com os que passavam pela estrada real; seu almoço com a companhia das pessoas “de casa”; seus momentos de lazer jogando gamão com um açougueiro, dois serventes de pedreiro e um moleiro. Atividade que o fazia lamentar a situação em que se encontrava, reclamando da maldade da fortuna que lhe jogou “tão para baixo”, lhe retirando do cenário público em que vivia na cidade de Florença. Porém, o tom de reclamação diminui quando passa a relatar seus momentos noturnos em que tem encontros com os antigos:

Caída a noite, volto para casa. Penetro em meu gabinete e, já na soleira da porta, tiro a roupa usada de todos os dias, coberta de lama e de lodo, para vestir-me com os hábitos de corte real e pontifícia; assim dignamente ataviado, penetro nos antigos recintos dos homens da Antiguidade. Acolhido com afabilidade por eles, sacio-me com o alimento que é por excelência o meu, e para o qual nasci. Nesse

¹⁴⁵ RIDOLFI, Roberto. Op. cit., p. 20.

¹⁴⁶ AMES, José Luiz. . *Maquiavel: a lógica da ação política*. Campinas-SP: Unicamp, 2000 (tese de doutorado em Filosofia), p. 63.

¹⁴⁷ SADEK, Maria Tereza. Op. cit., p. 17.

¹⁴⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. Carta de Maquiavel a Francesco Vettori. Apud ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Maquiavel: a lógica da força*. São Paulo: Moderna, 1993, p. 92.

encontro, não sinto vergonha alguma em falar com eles, em interrogá-los acerca dos móveis de suas ações; e eles, em virtude da sua humanidade, me respondem. E assim, pelo espaço de quatro horas, não sinto o menor aborrecimento, esqueço todos os tormentos, deixo de temer a pobreza, e a própria morte não me atemoriza mais¹⁴⁹.

É o momento de esquecimento dos males que o afligiam no exílio e, ao mesmo tempo, de lembrança das ações dos antigos. Transformou sua leitura desses em registros escriturísticos, informando que foi assim que produziu *O príncipe*: “(...) anotei desses colóquios com eles aquilo que julguei essencial e compus um opúsculo, *De principatibus*, onde aprofundo, da melhor maneira que posso, os problemas suscitados por tal assunto”¹⁵⁰. Foi nesse momento de ócio que escreveu também os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, em que Maquiavel olha simultaneamente para o passado e para o presente, enxergando a corrupção das cidades italianas e a “perfeição” da “grandiosa” cidade. O passado se cruza com o presente, resultando num mosaico de imagens com cores e tamanhos variados. São marcas de um tempo de revalorização da cultura clássica e, ao mesmo tempo, de encantamento diante do “novo”.

Movimento já presente num documento escrito há mais de um século de Maquiavel. Trata-se de uma carta escrita a Tito Lívio a vinte e dois de fevereiro de 1350 pelo humanista Francesco Petrarca que, aliás, nos deixa um pouco estupefatos, em virtude das centenas de anos que os separam cronologicamente que equivalem a cerca de mil e trezentos anos. Filólogo que se tornou conhecido pelo epíteto de “primeiro moderno”¹⁵¹, Petrarca foi um dos humanistas que cunhou a expressão *medium tempus* para se referir ao período entre a antiguidade clássica e o seu próprio tempo; período que julgava, junto com outros humanistas, cheio de demérito no campo do conhecimento, diferentemente dos “tempos modernos” que se caracterizavam pela imitação dos clássicos da antiguidade, então bastante valorizados, como o historiador romano, Tito Lívio, a quem escreve tecendo grandes elogios:

Quisera (se do alto me tivesse sido permitido) ou ter nascido em tua época ou tu na nossa. Neste último caso a nossa própria época teria sido agraciada e no primeiro, eu pessoalmente. Eu certamente teria sido um daqueles peregrinos que

¹⁴⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. Apud ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Op. cit., p. 92.

¹⁵⁰ Idem, ibidem.

¹⁵¹ FERREIRA, J.R. et al. *Caminhos de Plutarco na Europa*. Coimbra: CECH/FCT, 2008, p. 14.

te visitavam. Com o fim de te ver eu teria ido não apenas a Roma, mas deveras, desde a Gália ou Espanha até à Índia (...) ¹⁵².

Com sua *scienza nuova*, Petrarca pretendia “limpar” os textos clássicos e livrá-los das alterações lingüísticas promovidas pelos monges cristãos. Enquanto filólogo, foi responsável pela restauração do texto de Lívio que, após ter sido desmembrado durante a idade média, passou por uma tentativa de restituição graças ao seu trabalho filológico e de outros humanistas, como Lorenzo Valla. Em carta endereçada a Lívio, Petrarca diz que lamenta não poder ter acesso a toda sua obra, mas se regozija por poder manipular ao menos aquela parte que não tinha perecido:

Sabemos que escreveste cento e quarenta e dois livros sobre os negócios romanos. Com que fervor, com que zelo infatigável deves ter trabalhado; e de todo esse número o que permaneceu mal chega a trinta. (...) É sobre esses poucos remanescentes que eu laboro sempre que desejo esquecer estas regiões, estes tempos, estes costumes ¹⁵³.

À época, o trabalho com a obra de Lívio marcou momentos fundamentais para o estabelecimento da historiografia moderna. Albanese conta que a última fase da restauração de Lívio ocorreu na corte aragonesa de Nápoles e foi feita por seus historiadores oficiais, Valla, Panormita e Facio que trabalharam a partir de um *codex* de Lívio que havia sido doado por Cósimo de Médici ao rei Afonso de Aragão ¹⁵⁴. O humanista Giovanni Pontano confirma a prioridade de Lívio e a esta acrescenta o nome de Salústio, considerando a importância de outros historiadores, como Tácito e Cúrcio Rufo, ambos “dotados de peculiares e apreciáveis virtudes”. Porém, “(...) agora universalmente se têm por modelos exemplares mais perfeitos da historiografia latina Tito Lívio e Salústio, cada um representante de um diverso sub-gênero retórico da historiografia” ¹⁵⁵. O estilo retórico e o foco nos assuntos políticos podem ter sido os principais estímulos para o reconhecimento que ambos receberam dos humanistas italianos do séc. XV. Seja como for, Lívio reaparece com bastante autoridade no cenário da renascença italiana, sobretudo, florentina.

O próprio Petrarca transpõe temporalidades para exaltá-lo, lamentando a impossibilidade de manter contatos com aquele cuja obra lhe possibilita esquecer seu próprio

¹⁵² PETRARCA. *Carta a Tito Lívio*. Trad.: Maio Emilio Cosenza, Chicago, The University of Chicago Press, 1910, pp. 100-105. In: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/antigosmodernos/renascimento/petrarca/cartas/livio.htm>. Acesso em 08 de setembro de 2009.

¹⁵³ PETRARCA. Op. cit.

¹⁵⁴ ALBANESE, Gabriella. Op. cit., p. 295.

¹⁵⁵ Idem, ibidem, p. 322.

tempo “(...) em que os homens não valorizam nada além de ouro e prata e nada desejam além de prazeres físicos e sensuais”¹⁵⁶. Agradece a Lívio por tê-lo transferido para “épocas mais felizes” e por tê-lo “feito esquecer os males presentes”. Encontra na leitura de Lívio um conforto para sua “miserável existência” devido à chance que esse lhe dá de viver em meio a homens tão gloriosos e que são muito distintos daqueles que formam a “furtiva companhia entre a qual nasci sob uma má estrela”. Homens como, Cornelio Cipião Africano, Lélvio, Fábio Máximo, Metelo, Bruto e Décio, Catão, Régulo, Cursor, Torquato, Velério Corvino, Salinator, Claudio Marcelo, Paulo Emílio, Fúlvio, Flamínio, Atílio, Quíntio, Cúrio, Fabrício, Camilo. Figuras que povoam a escrita de Lívio e que são por esse colocadas como exemplos máximos que contribuíram para a grandeza de Roma e para sua ascensão à condição de maior império do mundo.

Petrarca se refere a duas temporalidades, devotando aos tempos antigos palavras de exaltação que se opõem às palavras de mágoa com que descreve os tempos que ele próprio denomina de modernos, no sentido de serem relativos ao seu presente. Sente-se bem enquanto “moderno” apenas na medida em que mantém contatos intelectivos com os antigos, donde Lívio reaparece em seu texto quase como um deus que mereceria e atrairia, se ainda vivesse, suntuosas peregrinações em virtude das nobres palavras que teria traçado e dos nobres feitos que teria realizado. Trata-se, para ele, de um dos escritores antigos cuja obra seria fundamental para a criação de idéias novas que pudessem provocar o esquecimento de um tempo que só merecia ser lembrado por sua “obscuridade” e, ao mesmo tempo, incitar a lembrança do passado greco-romano.

François Hartog, ao acompanhar as “querelas” seculares entre antigos e modernos, informa-nos que o Renascimento foi responsável pela equivalência entre antiguidade, termo já usado por Cícero no séc. I a.C. para se referir a um tempo bem anterior ao seu, e mundo greco-romano, de modo que “ser moderno” significava à época “imitar os antigos”. Reforça ainda que se tratou de uma estratégia com vistas ao desligamento com a “idade média”¹⁵⁷. Antigo e moderno¹⁵⁸, velho e novo, passado e presente se misturavam nesse contexto. Para Newton Bignotto, “(...) nenhuma época foi tão feliz em criar uma imagem do passado à sua

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁷ HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Trad.: Sonia Lacerda *et al.* Brasília: UnB, 2003, p. 124.

¹⁵⁸ Utilizamos esses termos de acordo com o sentido que lhes atribuíram os renascentistas, conforme nos diz Hartog. Cf.: Idem, *ibidem*.

própria imagem quanto o Renascimento”¹⁵⁹. Movimento italiano que preconizava, de um lado, a retomada dos valores greco-romanos que serviram de base para a elaboração de uma “nova antropologia” e de uma “nova teoria da história” e, de outro, o afastamento em relação a um pensamento dito “medieval” que, segundo autores da época, depreciava o que era humano em função do valor ao divino.

Conceito do renascimento que se aproxima das idéias de Pierre Francastel que, ao estudar a arte/pintura renascentista do *Quattrocento*, com ênfase para a cidade de Florença, ressalta que pensará as obras desse período em sua relação com elementos históricos e intelectuais que lhes deram base. Discorda da visão que pensa o Renascimento como uma época constituída por valores imutáveis e, por extensão, “originais”, (re)conceituando-o como um período marcado pela imbricação entre conhecimentos antigos e novos hábitos sócio-econômicos, científicos e políticos ¹⁶⁰. O Renascimento enquanto uma “(...) mudança de atitude psíquica do homem diante do mundo exterior (...)”¹⁶¹ constitui o resultado do esforço coletivo de várias gerações. Trata-se de uma “era primitiva” (leia-se “era de descobertas”) por ter atuado na adaptação da junção de elementos antigos e novos a uma maneira inédita de perceber o mundo¹⁶².

No tocante à historiografia da renascença, Albanese pondera que a redescoberta dos historiadores clássicos e a força de seus modelos de escritura significaram um ponto de viragem para o método moderno de escrever história. Para ela, houve uma grande recepção dos modelos clássicos que só foi possível pelas contínuas redescobertas de obras gregas e latinas feitas pelos humanistas que também ficavam a cargo de traduzir os textos que não estavam em latim. Quanto à historiografia latina, as obras de Júlio César, de Salústio, de Tácito e, ainda, de Suetônio, de Cornélio Nepos e de Plutarco foram redescobertas. Os gregos, como Heródoto e Tucídides, foram traduzidos para o latim; aliás, Lorenzo Valla ficou responsável pelas traduções de ambos. Políbio foi redescoberto pelo florentino Leonardo Bruni e ainda no séc. XV latinizado, o que permitiu que escritores, como o próprio Maquiavel, tivessem acesso a sua obra¹⁶³.

Biondo Flavio (séc. XV), um dos nomes que constituíam a biblioteca do pai de Maquiavel, faz toda uma defesa de uma historiografia “renascentista” livre do

¹⁵⁹ BIGNOTTO, Newton. *O círculo e a linha*. In: NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo: Cia das letras, 1992, p. 178.

¹⁶⁰ FRANCASTEL, Pierre. *Pintura e sociedade*. Trad.: Elcio Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 27.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*, 90.

¹⁶² Idem, *ibidem*, p. 93.

¹⁶³ ALBANESE, Gabriella. *Op. cit.*, pp. 278-79.

“obscurantismo” medieval. Destaca no prólogo de sua *Italia illustrata* o empenho de sua geração em conhecer o passado ou a história da Itália; passado de glória cuja memória foi destruída após as “invasões bárbaras”. Diz ainda que no contexto “intermediário” da medievalidade faltavam homens de letras que pudessem registrar a memória dos fatos contemporâneos, o que permitiu que uma história de mil anos ficasse desconhecida em seu contexto. Mais grave do que isso foi a perda da memória de marcos geográficos das regiões, cidades, castelos e até mesmo das montanhas italianas, “(...) cujos nomes recorrem freqüentemente nas fontes históricas antigas (...)”¹⁶⁴. Biondo, portanto, identifica no período medieval uma espécie de decadência da historiografia que era bastante viva na antiguidade quando cônsules, senadores e príncipes não apenas liam obras de histórias, mas também deram suas colaborações “(...) na escrita da história compartilhando com os historiadores a glória de um tão prestigioso ofício”¹⁶⁵. Situação que, segundo ele, estava “renascendo” em sua Itália, numa época de maior conhecimento e estudo das letras, de “renascimento” das artes e da eloquência e de maior interesse por conhecer o passado. Diante de todo esse contexto de “luz” e não mais de “trevas” e considerando sua competência em relação à história da Itália, diz que sua maior intenção consiste em “(...) iluminar o obscuro passado de nossa Itália”¹⁶⁶. Para Albanese, o renascimento da historiografia na época humanista teve uma relação direta, conforme deixa claro Biondo, com o valor à eloquência clássica, aos estudos de grego e latim e, claro, à redescoberta dos autores antigos.

Não obstante a relevância da historiografia grega para a moderna, Albanese considera que a latina também o foi por meio das reflexões de Cícero e Quintiliano, sobretudo no tocante às noções de verdade, princípio fundamental e de utilidade, finalidade maior da prática historiográfica. O eixo da política, marca da escrita tucidideana, também foi acolhido pelos latinos, mesmo porque o próprio Cícero o considerava importante, já que a história deveria ter utilidade política. O cânone humanista recomendava a leitura de uma lista de historiadores romanos: Tito Lívio, Júlio César, Salústio, Cúrcio Rufo e Justino. Entre a invenção da imprensa no séc. XV e o séc. XVIII cerca de dois milhões e meio de obras de historiadores clássicos circularam pela Europa, com destaque, entre os latinos, para César, Salústio e Lívio e, entre os gregos, para Heródoto e Tucídides.

No rol das escolhas de leitura feitas por Maquiavel os romanos possuem um lugar privilegiado, especialmente Lívio. Momigliano explica a preponderância dos romanos durante

¹⁶⁴ FLAVIO, Biondo. Apud. ALBANESE, Gabriella. Op. cit., p. 319.

¹⁶⁵ Idem, ibidem.

¹⁶⁶ Idem, ibidem.

a renascença por entender que se tratava de um contexto que demandava uma história nacional, a qual não poderia ser baseada na tradição grega pelo seguinte motivo: “Os gregos nunca foram capazes de produzir uma tradição de história política nacional para si mesmos pela simples razão de que nunca estiveram politicamente unificados”¹⁶⁷. Tendo Lívio como mestre, os romanos puderam transmitir uma noção de história nacional à renascença por ter estabelecido um império que, mesmo sendo cheio de disputas, tinha leis que foram fundamentais para a manutenção de sua unidade por um longo tempo. Dessa maneira, considera que Leonardo Bruni escreveu uma história de Florença a partir de uma “imitação consciente” de Lívio e que o próprio Maquiavel escreveu sua *História de Florença* seguindo os caminhos propostos à época para a produção de uma história nacional.

Diante da quantidade de historiadores antigos redescobertos, traduzidos e lidos durante a renascença, Albanese ressalta que a definição de historiografia desse período como “*ars da escrita da história*” dependia da teoria historiográfica estabelecida por escritores antigos, como Cícero e Quintiliano, entre os latinos e Aristóteles e Luciano, entre os gregos. A autora analisa uma carta do humanista Coluccio Salutati de 1392 em que aponta as primeiras teorizações sobre o modo de escrever a história: “O objetivo do historiador [*historicos*] é transmitir aos pósteros a memória da história [*rerum gestarum memoriam*] a fim de que estes possam superar ou igualar a virtude de seus antepassados imitando os exemplos dos reis, nações e homens ilustres”¹⁶⁸. Regras que se apoiavam na lição ciceroniana de que a história deveria se constituir como mestra da vida (*magistra vitae*). Salutati diz ainda que as “sagradas escrituras” só suscitavam o deleite e a atenção dos leitores por ser preenchida por elementos históricos, pois são estes que lhe conferiam algum tipo de utilidade. A história tem, pois, como principal fundamento os *exempla*, que servem de orientação aos homens. Guarino Veronese conferiu um tratamento mais orgânico à “arte histórica” em meados do séc. XV, fazendo todo um apelo à imparcialidade do escritor que deveria estar livre de quaisquer paixões que viessem a ferir seu caráter incorruptível, assim como, seguir leis próprias a sua “profissão”. Chama a atenção para uma noção que para autores, como Maquiavel, era a razão para a história ser útil: a verdade.

Com efeito, a finalidade primeira da história e seu único escopo é a utilidade, a qual deriva de sua intrínseca profissão de veracidade, pelo que, graças ao conhecimento do passado, o espírito humano se torna mais hábil em suas ações e

¹⁶⁷ MOMIGLIANO, Arnaldo. Op. cit., p. 120.

¹⁶⁸ SALUTATI, C. Apud ALBANESE, Gabriella. Op. cit., p. 290.

é estimulado a buscar a virtude, a glória e outras qualidades similares por meio da imitação¹⁶⁹.

Idéia presente em Maquiavel que pensa a verdade como meio e a utilidade como o fim da história.

Mas, sendo a minha intenção escrever coisa útil [*scrivere cosa utile*] a quem a escute, pareceu-me mais convincente ir direto à verdade efetiva da coisa [*verità della cosa*] do que à imaginação [*imaginazione*] dessa. E muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca foram vistos, nem conhecidos de verdade. Porque há tanta diferença entre como se vive e como se deveria viver, que quem deixa aquele e segue o que se deveria fazer apreende mais rapidamente a sua ruína que a sua preservação (...)¹⁷⁰.

Trata-se de um conhecido comentário de Maquiavel que levou muitos analistas, a exemplo de alguns que vimos na Introdução deste trabalho, a lhe atribuir o epíteto de “pai da ciência política moderna” ou de fundador da noção de “realismo político”. Com efeito, ao afirmar que irá tratar das coisas como elas são e não como elas poderiam ser, numa clara tentativa de distanciamento dos seguidores de Platão¹⁷¹, Maquiavel opera no mínimo um afastamento das idéias de alguns humanistas de seu tempo, muitos dos quais se preocuparam em conferir qualidades morais aos príncipes, seja cristãs ou clássicas¹⁷². Por outro lado, o que mais nos interessa nessa passagem diz respeito à presença das noções de utilidade e de verdade enquanto possíveis efeitos de uma recepção que Maquiavel realizou de algumas obras de historiadores antigos, em especial da *História de Roma*, de Tito Lívio, inclusive porque os *antiqui* (antigos) para ele se resumem, sobretudo, aos romanos.

É em função dos vínculos entre a história (leia-se história antiga/liviana) e a política, que optamos por fazer um trabalho que pudesse discutir como se dá o processo de recepção da história de Lívio no corpo dos *Discursos*, analisando trechos das obras de um e de outro para observar como Maquiavel operou mudanças e/ou continuidades no texto liviano. Sobre essas questões, Ridolfi faz um alerta: “Ninguém investigou propositadamente, e com o empenho necessário, a questão da cultura e das fontes clássicas de Maquiavel”¹⁷³. Ainda que essa afirmação seja da década de 1950, parece-nos atual, visto que os trabalhos mais recentes sobre

¹⁶⁹ VERONESE, G. Apud. Idem, ibidem, p. 292.

¹⁷⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007b, cap. XV, p. 153.

¹⁷¹ Discordando da democracia, Platão defendia uma forma de governo em que os “sábios” filósofos fossem os governantes. Governo por ele localizado no “mundo das idéias”, única instância, aos seus olhos, verdadeira, pois que o “mundo material” para ele se constituía de opiniões “irreais”. Cf.: PLATÃO. Op. cit.

¹⁷² SKINNER, Quentin. Op. cit., p. 147-48.

¹⁷³ RIDOLFI, Roberto. Op. cit., p. 20.

Maquiavel produzidos nas instituições brasileiras, assinalam seu vínculo com os clássicos, porém não colocam como o objeto principal de pesquisa a questão da recepção de seus textos na obra do florentino. Além disso, alguns trabalhos comentam bastante sua discordância com a tradição filosófica antiga, sobretudo com a tradição platônica, e quase analisam seu vínculo com a tradição historiográfica antiga. Donde fala-se numa quase “originalidade” das idéias do autor que, ao se afastar das tradições antiga e medieval, teria inaugurado um pensamento político “novo”, moderno. Consideramos que a partir do diálogo com uma historiografia que tem investido no campo das práticas de leitura, tendo como representante principal, Roger Chartier, pudemos analisar como a obra do florentino resultou em grande parte de suas apropriações de escritores antigos.

Se os usos que Maquiavel fez da historiografia liviana contribuíram para suas navegações por “águas e terras desconhecidas”¹⁷⁴, podemos dizer que ele elaborou um pensamento político que se pretendia “novo” a partir de diálogos com as memórias de um passado imortalizado na imensa obra de Lívio. Desse modo, chegamos a um ponto de convergência (ou divergência) com a hipótese central deste trabalho: a noção de política baseada na “verdade das coisas” foi possível de ser construída em grande parte em função da tradução e da recepção que Maquiavel fez de um gênero discursivo que tinha como tópica a narrativa de fatos “verdadeiros”: a história e, particularmente, a escrita liviana. Idéia que nos servirá de ponto de partida para uma análise que tem como principal metodologia o exercício comparativo entre Maquiavel e Lívio.

Em primeiro lugar, Maquiavel estabeleceu um conjunto de operações para que pudesse conferir inteligibilidade/utilidade a uma obra que, junto com as demais produções dos antigos, estava, segundo ele, sendo utilizada pelos leitores de seu tempo apenas para satisfação de seus prazeres. Pretendia que a obra de Lívio se tornasse funcional no âmbito da política florentina e para isso precisava traduzi-la, (re)significá-la, torná-la verdadeira e útil para seu contexto, visto que sua intenção era que os homens de seu tempo imitassem os romanos por ele trazidos à memória a partir de Lívio. Talvez por seu interesse em fazê-lo é que se preocupou em encontrar “novos modos e ordenações”, como se quisesse ser lembrado por sua ousadia, mesmo que essa tarefa fosse tão perigosa quanto a tarefa dos navegadores e exploradores dos “novos mundos” que na época eram “descobertos” pelos europeus¹⁷⁵. Promoveu uma imitação da obra do “mestre da história nacional”¹⁷⁶ da renascença e desejava que seus leitores

¹⁷⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, próêmio, p. 05.

¹⁷⁵ GRAZIA, Sebastian de. Op. cit., p. 28.

¹⁷⁶ Referência a Lívio. MOMIGLIANO, Arnaldo. Op. cit., p. 120.

imitassem a sua própria obra. Pretendia trazer benefícios a todos e por isso resolveu perambular por caminhos virgens, ainda não trilhados por ninguém. Queria construir o “novo” com base no “antigo”, pois percebia que em sua época este era alvo de celebrações. Por isso, marca de imediato, nas primeiras linhas dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, sua intenção de escrever coisa útil ao pontuar três elementos que poderiam tornar sua obra insuficiente e de pouca utilidade: “engenho pobre”, “pouca experiência das coisas terrestres” e o “pequeno conhecimento das antigas”¹⁷⁷.

Argumento retórico de quem atribui a si o epíteto de conhecedor por excelência das “coisas do mundo”, sejam elas antigas ou modernas. Mais ainda, de um escritor que pretendia tornar úteis as histórias antigas, visto que no campo das artes, do direito e da medicina os homens costumavam imitar os tempos antigos. Porém, no mundo da política apenas admiravam-nos, não se dispondo a imitá-los. Cenário que Maquiavel desejava modificar por se sentir incomodado no que toca à ausência de imitação por parte dos principados e das repúblicas italianas, “(...) na ordenação das repúblicas, na manutenção dos estados, no governo dos reinos, na ordenação das milícias, na condução da guerra, no julgamento dos súditos, na ampliação dos impérios (...)”¹⁷⁸. Elementos que se encaixam no que entende por política e que são desenvolvidos ao longo dos *Discursos* através dos exemplos que selecionou entre aqueles narrados nos dez primeiros livros de Lívio. Acreditava, por exemplo, que as antigas instituições militares poderiam, até certo ponto, serem restabelecidas em sua Florença por mais que vivesse numa cidade bastante corrompida por culpa dos erros humanos. A vida dos romanos e a organização de sua república poderiam ser revividas “(...) numa civilização onde restam alguns elementos sãos”¹⁷⁹. A permanência de pequenos indícios da *virtù* antiga pode servir como demonstração para os homens de que ainda é possível reorganizar suas cidades; porém, o principal exercício a ser feito é a imitação das ações antigas, cujas narrativas passaram por um processo de “modernização”, no sentido de terem sido modificadas de acordo com os “novos” tempos.

Maquiavel declara ainda mais sua indignação com essa “falha” dos homens de seu tempo ao informar que se observa, de um lado, uma recorrência à antiguidade quando da compra de alguns de seus caros fragmentos de estátuas para adornar casas e, de outro, uma simples admiração das “(...) virtuosíssimas ações que as histórias [*istorie*] nos mostram, ações realizadas por reinos e repúblicas antigas, por reis, comandantes, cidadãos, legisladores e

¹⁷⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, proêmio, p. 05.

¹⁷⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, proêmio, p. 6.

¹⁷⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Trad.: Heloisa da Graça Burati. São Paulo: Rideel, 2005, p. 25.

outros que se afadigaram pela pátria (...)”¹⁸⁰. Diz sentir-se ao mesmo tempo admirado e condoído com a falta de imitação dessas ações e, mais grave do que isso, com a perda dos sinais que lembram a *virtù* antiga. Quer servir como elo de mediação entre os antigos e os modernos de modo a impedir o esquecimento das ações daqueles em seu tempo.

Por isso é que se encarrega de afastar os homens (sobretudo, governantes) desse erro, propondo-se a (re) escrever os livros de Tito Lívio¹⁸¹ em seus *Discursos*. Seleciona a partir do que sabe das coisas antigas e modernas (*delle antiche e moderne cose*), o que “(...) julgar necessário ao maior entendimento [*intelligenza*] deles, para que aqueles que lerem estes meus comentários possam retirar deles mais facilmente a utilidade [*utilità*] pela qual se deve procurar o conhecimento [*cognizione*] das histórias [*istorie*]”¹⁸². Propõe-se a levar o “outro” ao “próprio” a partir de procedimentos de “tradução” com que se esforçou por tornar Lívio inteligível no séc. XVI:

Um narrador, pertencente ao grupo *a*, contará *b* às pessoas de *a*: há o mundo em que se conta e o mundo que se conta. Como, de modo persuasivo, inscrever o mundo que se conta no mundo em que se conta? Esse é o problema do narrador. Ele confronta-se com um problema de *tradução*¹⁸³.

Problema que Maquiavel tentou solucionar a partir de uma série de estratégias autorais com as quais acabou construindo uma espécie de “edição moderna” da obra de Lívio: retira passagens “desnecessárias” para o seu tempo, acrescenta acontecimentos modernos para fins de comparação com os antigos, constrói argumentos políticos ausentes na narrativa liviana, exclui com frequência trechos de caráter moralista, entre outros exercícios típicos de um autor que pretendia rearranjar uma obra da antiguidade romana para os tempos que anunciavam a modernidade.

Maquiavel, portanto, faz um conjunto de alterações na obra de Lívio, interessando-se em aproveitar da mesma apenas aquilo que considerava importante para o seu tempo. É ele quem escolhe o que de Lívio deve ser trazido para o séc. XVI de tal forma que, ao argumentar que os florentinos deveriam se espelhar nos modelos romanos, fica visível que não são os modelos romanos presentes em Lívio, mas aqueles que ele selecionou como sendo mais pertinentes para serem imitados no séc. XVI. Desejava ver as ações dos romanos, por ele

¹⁸⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, proêmio, p. 6.

¹⁸¹ TITO LÍVIO. Op. cit., v. I-VI.

¹⁸² MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, proêmio, p. 7.

¹⁸³ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad.: Jacyntho Luis Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 229.

reorganizadas, se tornarem objetos de imitação em seu tempo. Seu clamor era para que todos passassem a ler os comentários que ele fez da I década de Lívio e não esta própria.

Aliás, para ele, a ausência de imitação dos antigos tinha a ver com o fato de “(...) não haver verdadeiro conhecimento das histórias, de não se extrair de sua leitura o sentido, de não se sentir nelas o sabor que têm”¹⁸⁴. Dado que levava a maioria das pessoas a lerem-nas apenas por prazer sem a preocupação de imitá-las, “como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento, ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente”¹⁸⁵. Sua crença na existência de uma natureza humana provavelmente tem relação, de um lado, com a observação através da leitura das obras de história de que muitas ações humanas eram movidas pelos desejos viciosos dos homens, a exemplo das disputas políticas entre plebe e patriciado, exaustivamente narradas por Lívio em sua *História de Roma*. De outro, com o testemunho que ele próprio fez da situação política de uma cidade marcada pelos desejos insaciáveis dos ambiciosos homens que estavam sempre descontentes com o que possuíam¹⁸⁶.

Análise do passado e do presente, da Roma antiga e da Florença moderna que contribuíram para que Maquiavel olhasse para os antigos como exemplos a serem imitados. Pois: “Quem considere as coisas presentes e as antigas verá facilmente que são sempre os mesmos desejos e os humores [*umori*] em todas as cidades e em todos os povos, e que eles sempre existiram”¹⁸⁷. Daí a necessidade de conhecer o passado para que ele viesse a se tornar objeto de imitação no presente. Um passado que poderia ser conhecido através da releitura que dele fez Maquiavel e que se constitui de coisas que aconteceram, sobretudo na Roma antiga. É esse tempo que merecia ser explorado pelas memórias modernas em função de sua grandeza e virtude, características praticamente ausentes no presente. Trata-se, talvez, de uma exaltação do passado romano, porém uma exaltação fundada num referencial: a obra de Tito Lívio.

A própria insistência de Maquiavel em distinguir *o que aconteceu e o que poderia acontecer*, demonstra sua apropriação da noção de história para os antigos/romanos que a viam como uma narrativa das coisas que aconteceram. Idéia presente em Lívio que em seu prefácio diz que se ocupará “(...) em dar minha contribuição pessoal para a celebração dos

¹⁸⁴ ¹⁸⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, proêmio, pp. 6-7.

¹⁸⁵ Idem, ibidem, p. 7.

¹⁸⁶ Idem, ibidem, livro II, proêmio, p. 180.

¹⁸⁷ ¹⁸⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 39, p. 121.

altos feitos [*memoria rerum gestarum*] do maior povo do mundo”¹⁸⁸. Considera que o “relaxamento dos costumes” tradicionais forjados ainda nos tempos da fundação da cidade estava provocando uma corrupção que lhe parecia insuportável. Por isso propôs-se a escrever uma história de cunho exemplar que pudesse ter um efeito pragmático em seu tempo no sentido de “restaurar” os costumes então corrompidos:

O que é sobremodo salutar e producente, no conhecimento da história, são os exemplos instrutivos de toda a espécie que se descobrem à luz da obra. Nela se encontram, para o teu benefício e o de teu país, modelos dignos de imitação como ações vergonhosas, cujas causas e conseqüências é preciso evitar¹⁸⁹.

Sua história deveria ter a função de provocar nos homens a lembrança das ações benéficas e maléficas de outrora, pois ambas serviriam de lição. Lívio rememora ao longo dos trinta e cinco livros que nos alcançaram¹⁹⁰ ações virtuosas e viciosas: guerras externas e civis, disputas entre homens públicos, eleições, conflitos entre plebe e patriciado, costumes e práticas religiosas (ritos funerários, procissões, leitura de prodígios, auspícios e outros sinais divinos, visão de sonhos, etc.) exemplos femininos, entre outros temas. Narra, pois, coisas que aconteceram e que são verossímeis em virtude de serem respaldadas num conjunto de fontes a que teve acesso e que utilizou de modo a conferir autoridade a sua escritura: as tradições oral (*fama* e *fabula*¹⁹¹) e escrita (*memoria* dos analistas) e os documentos escritos (*monumenta litterarum*)¹⁹².

Articula a história *magistra vitae* dos latinos a uma história que prezava pela objetividade e imparcialidade, observada em Tucídides e defendida por Luciano de Samósata.

¹⁸⁸ TITO LÍVIO, prefácio, p. 17, v. I.

¹⁸⁹ Idem, ibidem, p. 18.

¹⁹⁰ Escreveu 142 livros, narrando desde a fundação da cidade até acontecimentos da república romana do início do séc. I a.C.

¹⁹¹ *Fabula*: derivado de *fama* e, portanto, ligada ao verbo falar. Logo, primeiro sentido: “conversação, sujeito (ou objeto) de conversação, relato”; em sentido particular: “relato dialogado e posto sobre a cena, peça de teatro ou fábula/conto”. Segundo sentido: *fabula* como *verbum*, “palavra”, se opondo à coisa; *facta* (“feito”) designa um “relato mentiroso ou fictício”. Denominativo: *fabulari*: “conversar, falar”; *rem fabulare*: “contar, inventar”. Cf.: ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932, p. 314.

¹⁹² *Monumentum* (idem, ibidem, p. 598): *moneo*: raiz *men*: “pensar”; *mens*: “fazer pensar, lembrar”; por conseqüência: “chamar a atenção sobre, advertir/avisar”. *Monumentum* em grego: *mnemélon*, ligado à idéia de memória (*mnemosýne*). Então, *monumentum* (*moni*-): “é tudo que recorda uma lembrança e, particularmente, o que recorda a lembrança de um morto: túmulo, estátuas, inscrições, etc.” (Idem, ibidem, p. 596). *Littera*: “grafia atestada/certificada”, “letra de alfabeto”. Corresponde ao grego *grámma*. É provável que possua origem nessa palavra grega, imitada pelos latinos, com intermediação dos etruscos (Idem, ibidem, p. 528). Portanto, ao se referir a *monumenta litterarum*, Lívio trata dos escritos que evocam uma lembrança do passado, donde: estátuas, inscrições e túmulos são usados por ele como fonte, pois a eles se refere em várias partes de sua obra. Fizemos uma discussão sobre essas questões de cunho conceitual em nosso trabalho de fim de curso de graduação: CORDÃO, M.P.S. *Olhares sobre a historiografia antiga: diálogos com Tito Lívio*. Campina Grande: UFCG, 2007 (orientação: Prof.^a Marinalva Vilar de Lima).

Autor de um tratado intitulado *Como se deve escrever a história*, Luciano foi bastante solicitado pelos humanistas italianos que, com base em suas conceituações, como as noções de imparcialidade e de objetividade, estabeleceram os fundamentos da historiografia moderna de caráter científico para o séc. XVI. Com efeito, tomando Tucídides como modelo de historiador, Luciano coloca que, antes de tudo, o historiador (*syngraphéos*) deve ser “(...) sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade [*aletheías*]”¹⁹³. Os fatos podem ser adornados, sob medida, a partir do uso da poesia que, por seu espírito elevado, poderia tornar as batalhas mais grandiosas: “então, será necessário algum sopro poético para inflar as velas com bons ventos e elevar a nau sobre a crista das ondas”¹⁹⁴. O uso de expressões poéticas, no entanto, não pode permitir que os fatos se aproximem do acaso. É preciso “(...) ao preço de mil penas e sofrimentos, comprová-los e, sobretudo se são atuais, presenciá-los”¹⁹⁵. O historiador assemelha-se a Zeus por assumir um lugar quase divino que o leva a narrar os fatos com a perspectiva de quem os vê do alto, observando a tudo e a todos, imparcialmente.¹⁹⁶

Vários argumentos de Luciano foram retomados pelos humanistas, além das referidas noções de objetividade e imparcialidade, com destaque para quatro itens: a metodologia tucidideana da crítica às fontes, a necessidade de um proêmio para comentários metodológicos, o uso de discursos diretos como procedimento que confere um caráter retórico ao texto e, por fim, a idéia de utilidade para a história. São idéias presentes na obra de Tucídides que foram muito bem acolhidas pelos modernos. O historiador da guerra do Peloponeso, de fato, fazia críticas às fontes utilizadas, prática comum quando se tratava dos poetas ou mesmo de testemunhos orais. Para ele, os relatos (*logoi*) dos poetas engrandeciam os fatos para que seus participantes conquistassem uma fama eterna, imortal. Considerava difícil dar crédito a evidências que se referiam, sobretudo, a fatos muito antigos, pois “os homens, na verdade, aceitam uns dos outros relatos de segunda mão dos eventos passados, negligenciando pô-los à prova, ainda que tais eventos se relacionem com sua própria terra”¹⁹⁷. Mesmo sobre algumas coisas que ainda permaneciam em seu presente, Tucídides coloca que os gregos não construía idéia correta: “A tal ponto chega a aversão de certos homens pela

¹⁹³ SAMÓSSATA, Luciano de. *Como se deve escrever a história*. Apud HARTOG, François. HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 225.

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 227.

¹⁹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 229.

¹⁹⁷ TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB/Hucitec, 1986, p. 27.

pesquisa meticulosa da verdade [*aletheías*], e tão grande é a predisposição para se valer para o que está ao alcance da mão!”¹⁹⁸.

Defesa da *aletheías* que se torna ainda mais compreensível a nós contemporâneos quando Tucídides esclarece a distinção entre a tarefa dos poetas e a sua como historiador, afirmando que, se a partir de uma dupla evidência (*tekmeríon* e *semeíon*)¹⁹⁹, construiu uma descrição dos fatos da antiguidade anteriores à guerra do peloponeso muito próxima de como eles aconteceram, os cantos dos poetas, constituídos por adornos e amplificações, bem como, o exercício dos logógrafos, cujas obras teriam se preocupado, sobretudo em agradar aos ouvidos do público, não possuíam credibilidade. Pois, as coisas que narraram “(...) não podem ser verificadas, e eles em sua maioria se enveredaram, com o passar do tempo, para a região da fábula [*mythôdes*] (...)”²⁰⁰. Para esse historiador, relatar fatos verdadeiros era a condição necessária para a utilidade da história, pois apenas eles e não os falsos poderiam ser semelhantes aos fatos futuros. Por isso que se preocupa em relatar com detalhes a partir de seu próprio “olho”, instrumento mais propício para o alcance da verdade, a peste que assolou Atenas no séc. V a.C.:

Descrerei a maneira de ocorrência da doença, detalhando-lhe os sintomas, de tal modo que, estudando-os, alguém mais habilitado por seu conhecimento prévio não deixe de reconhecê-la se algum dia ela voltar a manifestar-se, pois eu mesmo contraí o mal e vi outros sofrendo dele²⁰¹.

Embora a história como um conhecimento útil tenha aparecido de início em Tucídides²⁰², é possível observar já em Heródoto uma preocupação em apresentar ensinamentos ao seu destinatário. Coloca como intenção principal promover a investigação (*historíe*) e a exposição (*apodéxis*) dos feitos de helenos e “bárbaros” para que pudesse imortalizá-los, pois não queria que a memória (*akléa*) dos feitos (*érga*) humanos²⁰³ viesse a cair no esquecimento. No entanto, é possível observar em seus livros uma história como lição para a vida através, por exemplo, da narrativa de Crespo. Heródoto tenta alertá-lo para o fato de

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁹ *Tekmeríon* se refere a algumas evidências, como as obras dos poetas, sobretudo Homero e *semeíon* diz respeito aos poucos sinais “arqueológicos” que Tucídides lançou mão para abordar fatos que antecederam a guerra do Peloponeso. Ginzburg faz uma discussão sobre o diálogo de Tucídides com esses conceitos, colocando que sua intenção, ao usá-los, era provar os feitos de um tempo remoto sobre o qual narra. Cf.: GINZBURG, Carlo. *Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez*. In: Relações de Força. Trad.: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

²⁰⁰ TUCÍDIDES. Op. cit., p. 28.

²⁰¹ TUCÍDIDES. Op. cit., p. 102-03.

²⁰² HARTOG, François. Op. cit., 2003, p. 55.

²⁰³ HERÓDOTOS. *Histórias*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1988, livro I, cap. 1, p. 19.

que não poderia fugir à inexorabilidade do destino, cuja tragicidade resultava de sua própria desmedida (*hybris*)²⁰⁴. Lídio, da “raça” dos mermnadas, Creso viria a ser castigado, segundo o aviso da Pítia, com a morte de seu filho Átis, como resultado das atitudes de seu ancestral Giges. Homem que havia retirado o poder dos Heráclidas após o assassinio de Candaules²⁰⁵. Com a narrativa, Heródoto pretende ensinar aos gregos de seu tempo que o próprio homem, com suas desmedidas, provocava a consecução de seu destino trágico. Sua obra é marcada por comentários com tons de ensinamento: “O desejo de fruir dos bens presentes gera a insolência, e a natureza fez os homens invejosos desde a sua origem. Essas duas causas se acham na raiz de toda a maldade humana”²⁰⁶.

Quanto a Tucídides, procura distanciar-se das obras que para ele são caracterizadas pela presença do fabuloso (*mithôdes*), por um aspecto que se quer agradável aos ouvidos, assumindo-se como um historiador que pretende construir um conhecimento clarividente e útil à posteridade:

(...) quem quer que deseje ter uma idéia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará. Na verdade, ela foi feita para ser *um patrimônio (ktêma) sempre útil*, e não uma composição a ser ouvida apenas no momento da competição por algum prêmio [grifo nosso]²⁰⁷.

Selecionou, portanto, a guerra do Peloponeso por considerar que “(...) ela seria grande e mais importante que todas as anteriores (...)”²⁰⁸. Uma guerra que deveria se tornar uma herança eterna através da escrita da história de quem a viveu por inteira e que pôde relatá-la graças ao seu ócio durante o exílio²⁰⁹. Herança que deverá ser usada pelos homens da posteridade, pois existe uma natureza humana permanente que faz da guerra um acontecimento exemplar. Assim, Tucídides faz de um acontecimento de seu presente “(...) um ‘exemplo’ para sempre, esse presente que jamais foi tão ‘grande’”²¹⁰. Aproxima-se de

²⁰⁴ Vernant se refere ao descomedimento (*hybris*) enquanto tema que voltou a fazer parte do pensamento moral grego no séc. VI a.C. Estava associado aos excessos: o luxo, a riqueza, o prazer, etc. Cf.: VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Trad.: Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 59.

²⁰⁵ HERÓDOTOS. Op., cit., livro I, cap. 7-13, pp. 21-23.

²⁰⁶ Idem, ibidem, livro III, cap. 80, p. 176.

²⁰⁷ TUCÍDIDES. Op. cit., p. 28.

²⁰⁸ Idem, ibidem, p. 19.

²⁰⁹ Idem, ibidem, livro VII, p. 255.

²¹⁰ HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 98.

Políbio, grego que viveu o período áureo da República romana no séc. II a.C., para quem a utilidade da história deveria ser condicionada pela idéia de verdade:

(...) um relato histórico dos eventos destinado à posteridade deve estar isento de qualquer falsidade; assim, em vez de os ouvidos dos leitores ficarem agradavelmente impressionados por pouco tempo, seu espírito poderá ser melhorado para impedi-los de incidir nos mesmos erros²¹¹.

Políbio escolheu narrar os acontecimentos mundiais que tiveram como escopo a ascensão de Roma à condição de “senhora do mundo”, por acreditar que poderia oferecer ensinamentos aos seus leitores. Queria apresentar os procedimentos utilizados por Roma para que outras repúblicas pudessem tomá-los como modelo. Com sua história pragmática, Políbio procurou tornar sua obra um conhecimento proveitoso aos que viessem a acessá-la no futuro. “Em relação a esses eventos, quem refletir corretamente sobre eles descobrirá muitos ensinamentos capazes de melhorar a vida dos homens”²¹². Para ele, havia duas maneiras dos homens tornarem-se melhores: através dos infortúnios próprios ou dos alheios. Se a primeira era mais eficaz, a segunda era menos penosa e era possível de ser alcançada pelas experiências narradas em um tipo de escrita da história que no séc. II a.C. se tornou lugar-comum na antiguidade, ainda que já tivesse aparecido há pelo menos dois séculos antes com Tucídides²¹³: a história como um conhecimento útil. Para Políbio, “(...) a experiência adquirida através da história pragmática é a melhor disciplina para a vida real, pois somente ela faz de nós os juízes mais competentes quanto ao que é melhor em cada ocasião e em cada circunstância sem nos causar qualquer pena”²¹⁴. O historiador pretende transmitir ensinamentos a homens públicos que viessem a viver situações parecidas com a dos estadistas que conduziram Roma à situação por ele presenciada. Daí afirmar que demonstrará em sua obra como o gênero da história pragmática (*pragmatikés historías tropos*) apresenta muitas vantagens para quem deseja instruir-se²¹⁵.

Sua intenção era ensinar a partir da exposição dos erros e acertos dos homens: “Qualquer pessoa que desejar poderá ver facilmente que muitos comandantes erram neste ponto, e que existe aqui a maior diferença entre um homem e outro, fato que a investigação do passado exemplifica abundantemente”²¹⁶ Acrescenta: “Essas minhas palavras podem servir de

²¹¹ POLÍBIOS. *História*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1996, livro XXXVIII, cap. 4, p. 546.

²¹² Idem, ibidem, livro I, cap. 35, p. 70.

²¹³ HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 171.

²¹⁴ POLÍBIOS. Op., cit., livro I, cap. 35, p. 70.

²¹⁵ Idem, ibidem, cap. 2, p. 42.

²¹⁶ Idem, ibidem, livro XI, cap. 2, p. 402.

advertência a todos os homens (...)”²¹⁷. Políbio acreditava que a história poderia contribuir para que os homens pudessem prever as coisas vindouras e que, por isso, lhes ajudaria a tomar precauções e a agir de maneira mais confiante em face da proximidade do futuro²¹⁸. Assim como Tucídides, Políbio também entendia que para ser útil a história deveria passar pelo critério da veracidade e se distanciar de “exercícios retóricos imaginários”²¹⁹. Portanto, os acontecimentos pretéritos só poderiam auxiliar os homens em suas ações no futuro, “(...) se realmente efetuamos uma pesquisa séria do passado em cada caso”²²⁰.

A história como *exemplum*, segundo François Hartog, já aparece na Grécia do séc. IV a.C., ainda que tenha se tornado lugar-comum e quase um elemento obrigatório ao historiador apenas dois séculos depois, com Políbio²²¹. Para Hartog, houve na Grécia uma passagem do relato como *ktêma* (aquisição para sempre), visto em Tucídides, ao relato como *exemplum*, ligado aos ancestrais que deveriam ser imitados. A Atenas clássica se debilitou com o fim da guerra do Peloponeso e junto com ela a idéia de democracia, base da *pólis*. O passado passou a ser evocado em detrimento do presente e as leis dos ancestrais da democracia foram procuradas para serem imitadas, num momento em que o presente apresentava apenas dúvidas e não mais o otimismo do séc. V a.C.²²². Os discursos de Isócrates, filósofo que viveu entre os sécs. V e IV a.C. e visto pela tradição como um “mestre da história”²²³, constituem um exemplo da valorização do passado. Concebia-o como um tempo do qual não se deveria fugir, mas como um tempo que deveria ser usado em prol do bem comum e para reflexões no presente que conduzissem os homens a melhorar suas ações. Pois, “(...) imitar os modos uns dos outros, bem como os pensamentos que se encontram no que é dito, é fácil para quem não prefere a negligência, mas quer tornar-se melhor”²²⁴. Trata-se de uma idéia de exemplo associada à relação temporal passado/ presente, que será bem mais recorrente entre os romanos.

Neste sentido, tem-se no universo grego desde o séc. V a.C. um tipo de compreensão de mundo caracterizada pela idéia de ensinamento que, sobretudo a partir do séc. IV, adquire um tom de *exemplum*, termo que pressupõe uma relação com o passado, onde os indivíduos do presente deveriam buscar modelos de ação a serem tomados como guias de suas vidas.

²¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 402-03.

²¹⁸ Idem, *ibidem*, cap. 25b, p. 415.

²¹⁹ Idem, *ibidem*.

²²⁰ Idem, *ibidem*, cap. 27, p. 417.

²²¹ Idem, *ibidem*, livro II, cap. 61, p. 127.

²²² HARTOG, François. Op., cit., 2003, p. 61-62.

²²³ HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 93.

²²⁴ ISÓCRATES. *Evágoras*. Apud HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 95.

Tinha-se na antiguidade clássica duas concepções distintas de história como um conhecimento útil: a história pragmática grega, vista em Políbio, conforme a qual o conhecimento deveria ter como base fatos (*pragmatoi*) que, por serem evidenciados como verdadeiros, por sua funcionalidade já comprovada, eram úteis aos leitores do futuro. A história *magistra vitae* latina, presente em Cícero²²⁵, que tinha como base exemplos do passado que, por serem virtuosos, seriam úteis aos leitores do presente. A história *magistra vitae* jogou Lívio no seio do passado, tempo que rememora em sua escrita; porém, foi a história pragmática que lhe permitiu se ligar ao presente, tempo em que pretendia exercer influência com sua história exemplar.

A história *magistra vitae* é, por assim dizer, uma das perspectivas da historiografia antiga de que Maquiavel se apropriou para tornar sua “obra política” mais útil em seu tempo. A noção de utilidade proposta por Luciano e que aparece em Tucídides e em Políbio apresenta a perspectiva do “presente-futuro”, pois os historiadores que a defendem escrevem sobre eventos recentes com os olhos para a posteridade. Já em Cícero a utilidade assume a perspectiva do “passado-presente”, visto que concebe uma história como narrativa de vários exemplos do passado que deveria ser útil num presente imediato. Maquiavel, ao reescrever Lívio, tem predileção por uma história que impusesse sua utilidade para o presente imediato e que fosse verdadeira.

Por outro lado, boa parte dos exemplos romanos que insere no *corpus* de sua obra é utilizada não apenas para fomentar a imitação nos modernos, mas também para comprovar seus argumentos. Os exemplos históricos servem de confirmação para as teses políticas construídas por Maquiavel. Aproximam-se das profecias do oráculo de Delfos, tamanha é a autoridade que recebem no texto do escritor florentino. O uso promovido por Maquiavel dos exemplos como traço de comprovação de seus argumentos nos remete à conceituação de Cícero:

O *exemplo* é o relato de algo feito ou dito no passado com a segurança do nome do autor (...). Torna as coisas mais ornadas quando é empregado apenas em razão da dignidade; mas claras, quando ilumina aquilo que parecia obscuro; mais prováveis, quando as faz mais verossímeis; coloca-as diante dos olhos, quando

²²⁵ Em seu *De oratore*, Cícero escreve a máxima: *Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis*. (Em verdade, a história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a mensageira dos tempos antigos). Cf.: www.thelatinlibrary.com.br.

expressa tudo de modo tão perspicuo que eu diria ser quase possível tocar com a mão²²⁶.

O *exemplum* coloca diante dos olhos o que aconteceu conferindo clareza ao discurso retórico. Daí a necessidade no contexto da sociedade romana da remissão a exemplos do passado para a elaboração dos discursos oratórios, que tinham como objetivo, segundo Cícero, convencer o público da causa então defendida. Para tanto, lhe cabia, entre outras coisas, expor exemplos do passado, conforme podemos observar nos discursos *in Catilinam* escritos por Cícero por volta de 60 a.C. para denunciar a suposta conspiração contra Roma que vinha sendo organizada pelo patrício Catilina, seu inimigo político:

Pois não é verdade que uma personagem tão notável, como era Públio Cipião, pontífice máximo, mandou, como simples particular, matar Tibério Graco, que levemente perturbara a constituição do Estado? E Catilina, que anseia por devastar a ferro e fogo a face da terra, haveremos nós, os cônsules, de o suportar toda a vida?²²⁷

Assim, pois, o exemplo acaba assumindo o lugar de testemunho:

Aquilo que o preceito recomendou e o fez levemente é comprovado pelo exemplo, como se fosse um testemunho (...). Ora, assim como os testemunhos, os exemplos são apresentados para confirmar algo, por isso não podem ser tirados senão daqueles que gozam de total aprovação, para que aquilo que serve de confirmação não careça de ser confirmado²²⁸.

Cícero pensa os exemplos do passado não apenas como modelos edificantes, como esse *tópos* se apresenta em Lívio, mas também como instrumentos de comprovação dos argumentos elaborados nos discursos retóricos. Esquema de pensamento que nos leva de volta a Maquiavel que faz menção a exemplos antigos ou modernos para fundamentar seus argumentos políticos por acreditar que apenas assim poderia conferir autoridade ao seu discurso e para que esse não se pautasse apenas na razão. Basta observarmos, a título de demonstração, o capítulo 27 do livro II dos *Discursos*, em que Maquiavel diz que é preciso a recorrência a exemplos antigos e modernos para comprovar a opinião de que os príncipes e as

²²⁶ CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005, livro IV, cap. 62, p. 297.

²²⁷ CÍCERO. Primeira Catilinária. In: _____. *As Catilinárias et al.* Trad.: Américo Ramalho et al. São Paulo-Lisboa: Verbo, 1974, cap. 1, p. 57-58.

²²⁸ CÍCERO. Op. cit., 2005, livro IV, cap. 2, p. 201.

repúblicas devem ser prudentes com o inimigo e que não deve lhe direcionar palavras desonrosas:

E como essa é uma regra [*termine*] que merece consideração, porque nela os homens se enganam freqüentemente, acarretando danos para seu estado, parece-me de bom alvitre demonstrá-la em seus particulares, usando exemplos antigos e modernos, visto que não é possível demonstrá-la com as razões²²⁹.

Por vezes, Maquiavel discorda dos escritores antigos, embora com menor intensidade, rebatendo suas opiniões, sobretudo quando se trata de argumentos relativos ao povo e aos nobres romanos. Não aceita o que dizem Lívio e demais historiadores quanto à natureza do povo: “Nada é mais instável e inconstante que a multidão, é o que afirmam Tito Lívio e todos os outros historiadores”²³⁰. Com efeito, no contexto em que a república romana dava seus primeiros passos, com a instituição da primeira dupla de cônsules e com as ações por parte desses para eliminar quaisquer resíduos dos tarquínios, símbolos de tirania, Lívio critica o povo por passar a tratar com desconfiança o cônsul (Públio Valério) que sobrevivera à morte de Bruto, seu colega de magistratura: “O cônsul sobrevivente – tal é a inconstância [*mutabiles*] dos sentimentos da massa [*volgi*] –, depois de ter gozado da simpatia do povo, tornou-se objeto de ódio, de suspeitas e até de abomináveis acusações”²³¹. Palavras cheias de autoridade que levam Maquiavel a se colocar em dúvida se age prudentemente: “Não sei se piso em terreno árduo e cheio de dificuldades, que precisarei depois abandonar com vergonha ou seguir com grandes penas, ao tentar defender algo que, como disse, é alvo da acusação de todos os escritores”. Escusas que não interrompem sua empreitada: “Mas, seja como for, não acredito e nunca acreditarei ser defeito defender alguma opinião com razões, sem o desejo de usar a autoridade ou a força”²³².

Recorre à “razão” e exime-se do recurso à autoridade que, segundo Gilbert²³³, era associada por ele e por seus contemporâneos ao conhecimento do mundo antigo por meio da leitura das obras clássicas. Maquiavel considera que a inconstância não constitui um defeito inerente à multidão, mas toca todos os homens, inclusive os príncipes, visto que todos agem irrefreadamente quando não são regulados por leis. De tal modo responsabiliza as leis, que chega a ressaltar que a opinião de Lívio refere-se a uma multidão não guiada por elas: “Mas o

²²⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 43, p. 282.

²³⁰ Idem, ibidem, cap. 58, p. 166.

²³¹ TITO LÍVIO, livro II, cap. 7, p. 115, v. I.

²³² MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 58, p. 167.

²³³ Informação em nota de rodapé. Cf.: GILBERT. Apud ARANOVICH, Patrícia F. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007, p. 26.

que o nosso historiador diz da natureza da multidão não se refere à natureza que é regulada pelas leis, como a romana, mas sim da multidão irrefreada”²³⁴. Portanto, ainda que a princípio, Maquiavel tenha rejeitado a autoridade em função do recurso à razão, a primeira se sobrepõe, inclusive porque se serve em seguida dos exemplos de imperadores romanos para argumentar que os príncipes também são instáveis e inconstantes. Por isso é que tanto os estados dos príncipes como os estados das repúblicas precisam ser regulados por leis, “(...) porque o príncipe que pode fazer o que quer é louco; um povo que pode fazer o que quer não é sábio”²³⁵.

Segundo Aranovich, Maquiavel entende que a imaginação (razão sem história) não garante a clareza do conhecimento, precisando ser acompanhada por exemplos históricos que lhe fundamentem: “Maquiavel desqualifica aqui o que poderíamos chamar de pensamento abstrato da política ou, ainda, de ideal, assimilando-o a imaginação ou fantasia”²³⁶. Daí a relevância do papel da história em sua obra e o recurso aos exemplos narrados por Tito Lívio; exemplos que assumem, em Maquiavel, a função de testemunho e evidência das opiniões que discerne sobre e para seu tempo, conforme podemos ver: “E, embora os exemplos acima sejam suficientes para prová-lo, quero aduzir outro, narrado por Tito Lívio em sua história”²³⁷. Usa os exemplos, portanto, com uma dupla intenção: tanto para tomá-lo como fonte de autoridade para os argumentos construídos sobre a política no presente, como para reivindicar do passado modelos de imitação. São esses dois movimentos que marcam os argumentos que apresenta nos *Discursos*.

Em se tratando dos *Discursos*, no entanto, o que mais nos interessa é a preocupação de Maquiavel em tratar das coisas humanas com base na “verdade” e naquilo que “aconteceu”. Frequentemente, faz paralelos entre as palavras *verità* e *immaginazione* para tornar clarividente sua distinção com a tradição dos humanistas de que é herdeiro, pois se coloca como um escritor que pretende dizer as coisas que aconteceram, das quais selecionará, sobretudo, as tensões e os conflitos que foram ou são movidos pelos desejos e ódios humanos. Entende que são esses temas, próprios da natureza humana, que poderão fazer da história um conhecimento útil. É preciso fazer aflorá-los por meio da escrita para que saiam da intimidade dos indivíduos e se tornem públicos, pois apenas sendo expostos é que ganharão utilidade. Em

²³⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 58, p. 168.

²³⁵ Idem, ibidem, p. 171.

²³⁶ ARANOVICH, Patrícia F. Op. cit., p. 28.

²³⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 7, p. 36.

História de Florença, opera um afastamento com os historiadores que lhe antecederam por não concordar com o tema que elegiam como protagonista de suas histórias:

(...) encontrei que foram diligentíssimos na descrição das guerras levadas pelos florentinos contra os príncipes e os povos forasteiros, porém das discórdias civis e das intrínsecas inimizades, e das conseqüências que delas nasceram, tendo totalmente calado uma parte e outra brevemente descrito, nenhum prazer ou utilidade os leitores podem obter²³⁸.

Pensava os conflitos e a desarmonia como o tema por excelência da história que escreveu sobre Florença, sob encomenda de funcionários da Universidade dessa cidade, em 1520. Para ele, escrever sobre as divisões era uma tarefa útil porque poderia fomentar a unidade a partir de seu inverso ao sugerir a percepção dos efeitos ruins das divisões:

Porque se alguma coisa apraz e ensina na história, é a detalhada descrição; se alguma lição é útil aos cidadãos que governam as repúblicas, é precisamente a exposição dos motivos dos ódios e divisões das cidades, a fim de que possam, com outros casualmente tornados sensatos pelos perigos da experiência alheia, manter-se unidos²³⁹.

A admissão de que os homens sentem ódio e inveja e de que esses sentimentos em muito influenciavam as ações no campo da política era importante para a resolução dos seus problemas. Maquiavel considerava inúteis os textos que tratavam das coisas como elas deveriam ser e não como elas eram. Clara defesa do discurso historiográfico presente em Lívio. Como um orador, Lívio assume para si o lugar de quem discorrerá sobre as leis e os costumes instituídos no passado²⁴⁰ para prender a atenção do leitor a fim de que seja persuadido pelo seu argumento de que Roma encontra-se corrompida e que precisa ser “restaurada”. Diferentemente de Maquiavel, que quase não enxerga defeitos em Roma que não tenham sido superados, Lívio o faz em demasiado, sobretudo quando narra acontecimentos mais próximos de seu tempo, ainda que não abandone a narrativa de ações virtuosas, mesmo porque seu interesse consiste em narrar “(...) modelos dignos de imitação assim como ações vergonhosas, cujas causas e conseqüências é preciso evitar”²⁴¹. Modelos que só poderiam ser encontrados num passado mais remoto, em que estavam conservados.

²³⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Trad.: Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 1998, próêmio, p. 31.

²³⁹ Idem, *ibidem*.

²⁴⁰ CÍCERO. Op., cit., 2005, livro I, cap. 3, p. 55.

²⁴¹ TITO LÍVIO, prefácio, p. 18, v. I.

Movimento bastante próximo daquele que Maquiavel promete fazer em sua *História de Florença*, pois diz que se por volta do séc. XV a “Itália” estava vivendo sob freqüentes guerras entre suas cidades e ainda suportava a presença de “príncipes menores” que queriam apenas conquistar riqueza e poder pessoal, em suas origens a situação era diferente. Sua história estará repleta de “ociosos príncipes” e de “vilíssimas armas”, porém considera importante retroagir para o período das origens de Florença para “(...) amplamente fazer ver a todos qual era o estado desta cidade naqueles tempos, e como tinha chegado a isso através de tantas vicissitudes ocorridas na Itália ao longo de mil anos”²⁴². Diante de um presente cheio de confusão, o passado recebe ares de harmonia e união.

Lívio deixa bem claro a maneira como via o passado e os tempos mais recentes; por mais que ao longo da obra, revele ações viciosas ainda nos primórdios da fundação e da organização política de Roma, é para o passado mais remoto que direciona elogios por entender que ali estavam conservados os bons costumes de Roma. Promove um jogo comparativo entre um tempo e outro articulando-os numa mesma narrativa com vistas a tornar visível para seus leitores as mudanças pelas quais Roma passou e como elas foram prejudiciais à cidade. Se a grandeza marcava a “antiguidade” romana, a corrupção tocava de todos os lados o seu presente. A constatação dessa incoerência entre sua época e o passado mais remoto de Roma, assim como, o desejo por restituir à cidade sua grandeza esquecida, motivou Lívio a fazer exposição dos feitos exemplares de seu povo. Queria que a Roma, preche de glória e poder, continuasse na memória dos seus concidadãos que pareciam tê-la esquecido. Uma Roma que respeitava o *mos maiorum*²⁴³.

O próprio Cícero em suas *Catilinárias* retroage ao passado romano para demonstrar o respeito que havia ao *mos maiorum*, diferentemente da leitura que faz de seu tempo em que um homem chamado Catilina planejava audaciosamente a destruição da cidade e ainda o fazia na vista de todos os demais senadores. Cícero lamenta a situação com a famosa frase *O tempora, o mores!* (Oh tempos, oh costumes!), numa referência à idéia de que os cidadãos romanos não mais prezavam pelo bem da cidade, colocando os seus interesses em primeiro lugar. As instituições fundadas ainda quando Roma dava seus primeiros passos estavam sendo alvo de ataques que as enfraqueciam. Portanto, a experiência do presente atua como uma espécie de máquina do tempo que acolhe o historiador e o transfere para um tempo mais admirável. A relação com o passado contribui para a identificação dos erros do presente com mais facilidade por se tratar de um marco de referência a partir do qual este é lido. Lívio

²⁴² MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 1998, livro I, 39, p. 81.

²⁴³ Costume dos ancestrais.

transfere grandes elogios aos tempos primordiais de Roma, tomados como referência para assinalar os vícios e excessos que diz tomar de conta de seu tempo. Apresenta uma perspectiva moralista que rondava a Roma então governada pelo *princeps* Augusto que pretendia reorganizar a cidade a partir de bases moralistas, como ele próprio admitiu em sua *Res gestae*: “pelas novas leis votadas sobre minha proposição, eu restabeleci costumes de nossos ancestrais que caem em desuso (...)”²⁴⁴ em função dos vários excessos.

Excessos que eram cometidos e guiados pela paixão (*páthos*), condenada por Cícero décadas antes por se tratar de “perturbações”, instigadas por “afetos viciosos” e não por “impulsos naturais”. Subdividem em quatro espécies: “tristeza, temor, luxúria e a que os estoícos chamam *hedoné* – nome que se aplica tanto à alma como ao corpo –, mas que eu prefiro chamar alegria, porque é uma espécie de movimento voluptuoso da alma”²⁴⁵. Baseado nessa conceituação, Lívio elege como grandes exemplos homens como Lúcio Qúincio Cincinato²⁴⁶, antigo cônsul que escolheu viver seu ócio numa simples propriedade rural onde experimentava uma vida rústica em que seus companheiros eram a terra, a enxada, a charrua e a choupana; Marco Fúrio Camilo²⁴⁷, refundador de Roma após a cidade ter sido destruída em guerra contra os gauleses; Marco Pórcio Catão²⁴⁸, cônsul que, além de excelente estrategista de guerra, era um defensor dos costumes ancestrais, imprimindo para si uma vida cheia de frugalidades, vigílias e fadigas. São homens que não esqueceram as virtudes tradicionais, defendiam ardorosamente a pátria e se distanciavam dos vícios.

Para que Roma fosse restabelecida, Lívio acreditava que era preciso que todos se voltassem para esses modelos de virtude, encontrados com mais freqüência no passado, pois quanto mais avançava no tempo menos havia sinais de sua presença. Práticas de jovens que se sacrificavam pela república, outrora tão freqüentes, como o caso de Marco Cúrcio²⁴⁹, estavam sendo esquecidas, assim como, estava se evaporando “(...) a lembrança [*memoria*] de nossos costumes civis e religiosos [*diuini humanique moris*], pela preferência outorgada aos costumes novos e estrangeiros em detrimento das velhas instituições ancestrais (...)”²⁵⁰. A

²⁴⁴ AUGUSTE. *Res Gestae*. Tradução francesa, cap. 8. Disponível em < <http://www.class.ulg.ac.be> >. Acesso em 12 de junho de 2007 (tradução livre), cap. 8.

²⁴⁵ CÍCERO. *Do sumo bem e do sumo mal*. Trad.: Carlos Ancêde Nogueê. São Paulo: Martins Fontes, 2005 livro III, cap. 10, p. 103.

²⁴⁶ TITO LÍVIO, livro III, cap. 26, p. 236, v. I.

²⁴⁷ Idem, ibidem, livro V, cap. 49-55, pp. 445-54, v. I.

²⁴⁸ Idem, ibidem, livro XXXIV, cap. 18, p. 383, v. IV.

²⁴⁹ Jovem que se jogou com seu cavalo em um buraco no Fórum romano em sacrifício à república. TITO LÍVIO, livro VII, cap. 6, pp. 80-81, v. II.

²⁵⁰ Idem, ibidem, livro VIII, cap. 11, p. 156, v. II.

corrupção estava tão acentuada que Lívio chega a dizer que em seu tempo “(...) crescemos apenas naquilo que nos prejudica: riqueza e luxo”²⁵¹.

Porém, Lívio acreditava que havia maneiras de promover a restauração de Roma, se preocupando em mostrar para o leitor como a cidade foi se corrompendo ao longo das épocas por culpa dos vícios de seus cidadãos e ao mesmo tempo como era virtuosa num passado mais distante, com o objetivo de fazê-los enxergar que são suas próprias ações as responsáveis pelas transformações que arruinavam a cidade. Por isso mesmo é que devem passar a invocar o passado, imitando-o, para que a cidade e suas instituições sejam restabelecidas. O passado, para Lívio, é o tempo pleno de exemplos e é para ele que os homens e mulheres deveriam se voltar. Sua história é preenchida por um largo conjunto de experiências que deveriam ser apropriadas pelos leitores com um objetivo pedagógico. Nas palavras de um escritor antigo, diz Koselleck, “(...) a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos. Assim, ao longo de cerca de dois mil anos, a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros”²⁵².

Idéia de história que se conserva no texto de Maquiavel que “(...) fortalece o princípio da história como fonte de proveito, ao reunir em uma nova unidade o pensamento exemplar e o empírico”²⁵³. Trata-se de um escritor “moderno” que dialogava com o “regime de historicidade antigo”²⁵⁴ que, segundo Koselleck, veio a ser esquecido apenas no séc. XVIII, momento em que, paralelamente à imposição do conceito de *Geschichte*, foi emergindo o conceito de filosofia da história, responsável pela inversão da concepção de uma história mestra para uma história do progresso. A idéia de repetição não sobreviveu com o interesse que se passou a ter pelos processos históricos e por sua progressão. O passado perdeu a função de conselheiro e o futuro assumiu o lugar como tempo para o qual deveriam se direcionar todas as expectativas.

Nesse ínterim, Maquiavel elogia uma Roma do passado e, paralelamente, critica a “nova Roma”: Florença. Ao longo dos *Discursos*, o que faz é comparar a Roma republicana eternizada por Lívio e as cidades italianas, em especial, Florença. Do jogo comparativo entre ambas, é que tenta provocar o efeito do aprendizado, visto confiar em demasiado na boa

²⁵¹ Idem, *ibidem*, livro VII, cap. 25, p. 108, v. II.

²⁵² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad.: Wilma Patrícia Maas & Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ ED. Puc-Rio, 2006, p. 42.

²⁵³ Idem, *ibidem*, p. 44-45.

²⁵⁴ HARTOG, François. *Regime de historicidade*. In: Time, History and the Writing of History: the order of time, 1996.

conduta da “cidade eterna” e de seus habitantes em razão da glória e da liberdade que considera ter conquistado e mantido durante tanto tempo. Olha para o passado como um tempo fértil de lições e lança de imediato expectativas para o presente. Elabora uma espécie de projeto político para Florença e demais cidades italianas a partir do que visualiza na Roma que reedifica, recolocando em seu cenário vários exemplos romanos que prefiguram na narrativa de Lívio. Acreditava, por certo, nas benesses que eles trariam para a Florença do séc. XVI e, por conjectura, para a posteridade. Mistura de temporalidades num só texto que nos permite falar em antigos e modernos ou em Tito Lívio e(m) Maquiavel.

CAPÍTULO II

***FORTUNA HUMANARUM**: A INSTABILIDADE DAS COISAS HUMANAS EM MAQUIAVEL**

A fortuna provocou reviravoltas na vida de Maquiavel e talvez por ter sentido o peso de sua ação é que comenta freqüentemente sobre como as coisas humanas são volúveis, “pois, como estão sempre em movimento, (...) ora sobem, ora descem”²⁵⁵. O tema da instabilidade das coisas humanas é mais um entre aqueles que evidenciam a relação de Maquiavel com a historiografia, especialmente a romana. Salústio, Lívio e Tácito se preocuparam em narrar os conflitos internos e as mudanças constitucionais pelas quais Roma passou, registrando também os efeitos de suas alterações: a corrupção de um passado de glória e a introdução de novos hábitos na cidade²⁵⁶. Neste sentido, interessa-nos neste capítulo discutir a compreensão que Maquiavel construiu sobre a noção de *fortuna*²⁵⁷, conceito clássico presente em Lívio e visto aqui como responsável pelas mudanças que interferem no curso dos acontecimentos e que causam uma sensação de incerteza nos homens. Por corolário, analisamos sinais na obra de Maquiavel que apontam para uma concepção cíclica do tempo²⁵⁸ caracterizada por três fases: surgimento, corrupção e “renovação” das coisas humanas. Triplo movimento que observamos em algumas passagens da obra de Lívio em que se refere à “refundação” de Roma, que costuma ocorrer após momentos de destruição dos valores e das instituições basilares da cidade.

Segundo Gary Miles²⁵⁹, a despeito do silêncio de muitos estudiosos em relação à presença de conceitos cíclicos na história de Lívio, é possível observar em seu prefácio e em seus cinco primeiros livros a idéia de que a identidade e a grandeza de Roma poderiam ser preservadas indefinidamente através de um ciclo histórico que observa nos paralelos que faz entre distintas narrativas. Nesse sentido, percebe que a narrativa da guerra entre Roma e

* A fortuna, no sentido de instabilidade, das coisas humanas.

²⁵⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad.: MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007a, livro II, proêmio, p. 178.

²⁵⁶ ANTIQUEIRA, Moisés. *Moderatio tuendae libertatis: moderação, exempla e poder na história de Tito Lívio* (livro III). São Paulo: USP, 2008 (dissertação de mestrado), p. 18.

²⁵⁷ Trata-se de uma noção já muito analisada por outros leitores de Maquiavel, sobretudo em suas análises de *O príncipe*. Newton Bignotto em *Maquiavel* a explica como o elemento que representa a incerteza das coisas humanas, considerando-se que o mundo está sempre sujeito a mudanças constantes. Cf.: BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 26.

²⁵⁸ Localizamos uma dissertação que aborda especificamente a noção do tempo nos *Discursos* de Maquiavel, analisando as matrizes clássicas que a atravessam, sobretudo Platão e Políbio. Cf.: ALMEIDA NETO, Manoel de. *O tempo nos Discorsi de Maquiavel*. Minas Gerais: UFMG, 1999 (dissertação de mestrado em Filosofia).

²⁵⁹ MILES, Gary B. *The cycle of Roman history in Livy's first pentad*. In: *The American Journal of Philology*, vol. 107, nº 1, 1986, pp. 1-33.

Veios, vencida pela “cidade eterna”, constitui um precedente para a batalha que deu aos romanos a vitória final em face dos cartagineses. Camilo, herói romano responsável pela vitória sobre Veios é equiparado a Cipião, general que derrotou o exército de Aníbal na “guerra final” contra Cartago. Para Miles, a expectativa em relação à repetição do ciclo da história romana presente nos cinco primeiros livros, ainda que não garantisse a eternidade do poderio romano, contribuía, ao menos, para uma sensação de esperança de que ele seria eterno. Trata-se do ciclo do declínio e da renovação que, segundo Miles, não possui precedentes na tradição historiográfica anterior a Lívio, historiador que atribui a Roma um lugar especial na história dos povos. Pois, ainda que as noções de ascensão e declínio apareçam entre os historiadores gregos, sobretudo em Heródoto, Tucídides e Políbio, Lívio se distingue deles por dois motivos: em primeiro lugar, foca-se em um povo em particular e não em vários povos, como fazem seus predecessores; em segundo lugar, se os gregos, ao abordarem o declínio, sugerem como este poderia ser evitado ou retardado, Lívio se preocupa com a possibilidade de uma constante “renovação”²⁶⁰. Talvez por vivenciar momentos turbulentos da história de Roma, não se exime de expor a sua corrupção, mesmo porque a considera um efeito esperado em virtude do contato de sua cidade com os vícios dos povos estrangeiros.

Para Lívio, Roma vinha se tornando a “senhora do mundo” com as conquistas militares, porém pagava um preço muito caro por isso, com a entrada de costumes estrangeiros, vistos por ele como uma abominação que causava efeitos terríveis nos bons costumes da cidade. Trata-se de uma leitura conservadora sobre a entrada de práticas alheias numa Roma cujo poder cresceu tanto “(...) que hoje se inclina diante de sua própria grandeza”²⁶¹. Lívio assume posição contrária à que, segundo suas premeditações, terá a maioria dos seus leitores, pois supunha que estes apreciarão menos a narrativa das origens e dos acontecimentos que lhe sucederam e mais a que diz respeito ao contexto que lhe era mais recente, em que o povo romano começava a se auto-destruir. Por sua parte, apresenta uma exaltação ao passado alegando que sua ida à “antiguidade”, através do ato de rememoração escriturística, lhe trará “(...) um esquecimento dos males que durante tantos anos afligiram nossa época (...)”²⁶². Benesse que, retoricamente, seria de primeira ordem; porém, seu interesse mais agudo enquanto um romano que se dizia advogado da *res publica*, estava em interferir diretamente no curso dos acontecimentos de sua cidade.

²⁶⁰ MILES, Gary B. Op. cit., pp. 22-23.

²⁶¹ TITO LÍVIO, prefácio, p. 17, v. I.

²⁶² Idem, ibidem.

Miles considera que, para Lívio, o destino de Roma lhe colocava numa situação privilegiada diante dos outros povos, pois a cidade tinha o potencial de “renascer”, no sentido de ter restauradas suas forças presentes na época da fundação. Processo a que Lívio dá o nome de “renovação”: “É através da reconstrução que Roma pode tanto sobreviver como crescer para sempre sem perder sua identidade essencial”²⁶³. Para fomentá-la, Lívio articulou dois movimentos com os quais pôde acompanhar as transformações pelas quais Roma foi passando ao longo de sua trajetória política (desde sua fundação até a época de Augusto no séc. I a.C.²⁶⁴): em primeiro lugar, o que importava ser lembrado das coisas romanas “(...) é a vida e os costumes de outrora, é a obra dos homens que na paz e na guerra ajudaram a construir e engrandecer o império”²⁶⁵; em segundo lugar, cabia analisar como o desrespeito à disciplina provocou “(...) o relaxamento dos costumes e como sua decadência cada vez mais acentuada levou-os à queda brusca de nossos dias, quando a corrupção tanto quanto seus remédios nos parecem insuportáveis”²⁶⁶. Sua intenção era assinalar o esquecimento dos costumes antigos, pois, “em nossos dias, com a riqueza veio a cobiça e com a afluência dos prazeres, o desejo de perder tudo e perder-se a si mesmo nos excessos do luxo e do deboche”; ao mesmo tempo, queria promover sua lembrança, visto que “(...) nenhuma outra nação foi maior, mais religiosa e mais rica em bons exemplos”²⁶⁷.

Com uma compreensão acerca do tempo próxima da liviana, Maquiavel costuma louvar os tempos antigos ao passo que censura severamente os tempos que lhe tocam, observando nesses últimos um estágio avançado de corrupção causada pela ambição dos homens que preenchiam os espaços públicos de sua Florença. Para construir esse argumento, começa afirmando o contrário: “os homens sempre louvam – mas nem sempre com razão – os tempos antigos e reprovam os atuais”²⁶⁸. Fazem-no de uma maneira tal que prestigiam as eras passadas não só através das memórias que seus escritores deixaram, mas também pelas memórias contadas pelos velhos que recordam os tempos de suas juventudes. Imediatamente, considera tal opinião na maioria das vezes falsa, explicando seus motivos com o argumento primeiro de que “(...) nunca se conhece toda verdade das coisas antigas, visto que, no mais das vezes, se escondem as coisas que infamariam aqueles tempos, magnificando-se e ampliando-

²⁶³ MILES, Gary B. Op. cit., p. 23.

²⁶⁴ Os livros de Lívio que nos restam não contemplam acontecimentos do séc. I a.C., porém sua obra chegou a abarcar os feitos do “povo romano” até 9 a.C., época de Augusto, primeiro *princeps* romano. Cf.: PEIXOTO, Paulo Matos. Introdução. In: _____. *História de Roma*. São Paulo: Paumape, 1989, v. 1, pp. 11-12.

²⁶⁵ TITO LÍVIO, prefácio, p. 18, v. I.

²⁶⁶ Idem, *ibidem*.

²⁶⁷ Idem, *ibidem*.

²⁶⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro II, proêmio, cap. p. 177.

se as outras coisas que podem glorificá-los”²⁶⁹. Atribui a culpa da situação anunciada à ausência de imparcialidade dos escritores antigos que, em sua maioria,

(...) se atêm de tal modo à fortuna dos vencedores que, para tornarem gloriosas as suas vitórias, não só aumentam aquilo que virtuosamente fizeram, como também magnificam as ações dos inimigos de tal modo que quem nascer depois em qualquer das duas províncias, na vitoriosa ou na vencida, terá razão para admirar-se daqueles homens e daqueles tempos, havendo de, forçosamente, louvá-los e amá-los²⁷⁰.

Crítica feroz aos escritores que abrem mão da imparcialidade para glorificar aqueles sobre os quais narram. Não obstante a opinião deles, Maquiavel diz, a princípio, que as coisas presentes merecem mais glória e fama que as antigas, sobretudo no que toca às coisas relativas à vida e aos costumes dos homens. Visão que se justifica pelo fato de considerar que se enganam aqueles que louvam os tempos antigos mesmo vivendo em uma cidade ou província que seja ordenada sob os auspícios de um homem virtuoso, pois essa sempre crescerá para o melhor. No entanto, cheio de suspense, ressalta que aqueles que estiverem vivendo numa cidade em seu período de declínio, terão razão em afirmar que os tempos antigos são mais favoráveis. Opinião que tem a ver com o fato de Maquiavel tecer elogios infinitos às ordenações de Roma num contexto em que sua cidade, Florença, vista então como a mantenedora da glória romana, encontrava-se afundada em conflitos internos e sendo obrigada a tolerar presenças estrangeiras, como os franceses e espanhóis. Sob esse argumento, tinha motivos para louvar mais o passado em detrimento do tempo que lhe tocava. Prossegue, dizendo que depois da fragmentação do império romano, sua *virtù*²⁷¹ foi repassada para outros povos, como o reino dos francos, dos turcos, dos egípcios e, em seu tempo, das cidades alemãs. Conclui, sintetizando seu argumento de que quem nasce em lugares cheios de *virtù* erra em louvar os tempos passados mais do que os presentes. Porém:

²⁶⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro II, proêmio, cap. p. 177.

²⁷⁰ Idem, ibidem.

²⁷¹ Segundo Newton Bignotto, Maquiavel evitou traduzir o termo *virtù* para o italiano para impedir que fosse confundido com as virtudes cristãs. Trata-se da capacidade humana de agir convenientemente de acordo com as circunstâncias. Destaca que se aproxima da noção antiga de prudência, virtude que conduzia os homens a se comportarem em conformidade com as situações que lhe eram postas. Porém, diferentemente de Aristóteles, que a coloca como uma virtude que tem como fim a felicidade, para Maquiavel, seu fim é a conquista e a conservação do poder. Cf.: BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, pp. 24-25.

(...) quem nasce na Itália e na Grécia, não sendo ultramontano na Itália nem turco na Grécia, tem razão para reprovar os tempos em que vive e louvar os passados: porque muitas coisas tornam aqueles tempos admiráveis, e nestes não há coisa alguma que compense a extrema miséria, a infâmia e o vitupério: pois não há observância de religião, das leis, nem da milícia, e tudo está moldado por todo tipo de imundícia²⁷².

Expõe uma explicação moral, política e militarmente plausível para a desvalorização do seu presente, não tendo receios em trazer à tona a desordem e o caos que considera rodear Florença por todos os lados, visto que os vícios “(...) são ainda mais detestáveis porque presentes naqueles que tomam assento em tribunais, comandam a todos e querem ser adorados”²⁷³. O desabafo de um crítico do seu próprio tempo ganha ares de uma compreensão da natureza humana por um estudioso da política em sua dimensão “verdadeira” quando Maquiavel admite que os homens têm o desejo de alcançar o poder e de conquistar todas as coisas, dada sua insaciabilidade. Situação que os deixa sempre descontentes com o que possuem: “o que leva a condenar os tempos presentes, a louvar os tempos passados e a desejar os tempos futuros, mesmo que a isso não sejam movidos por nenhum motivo razoável”²⁷⁴. Maquiavel, por fim, pergunta ironicamente se merecerá ser incluído entre os que se enganam, uma vez que “(...) nestas minhas considerações estarei louvando em demasia os tempos dos antigos romanos e condenando os nossos”²⁷⁵. Mas, justifica-se dizendo que se os vícios recentes e a *virtù* antiga não fossem tão óbvios, teria mais reticências em fazer análises acusativas sobre seu tempo:

Mas, sendo a coisa tão manifesta, que qualquer um pode vê-la, serei ousado e direi manifestamente tudo o que pensar sobre aqueles tempos e estes, para que os ânimos dos jovens que lerem estes meus escritos possam fugir a estes tempos e preparar-se para imitar aqueles, sempre que a fortuna lhes der a ocasião²⁷⁶.

Coloca-se no dever de ensinar aos homens o bem que por força da fortuna ou da malignidade dos tempos, não pôde empreender. Talvez esteja se referindo a sua condição de exilado que não lhe permitia agir na vida pública como o fazia durante o período que assumiu cargos públicos na Florença republicana de Piero Soderini. Condição que, por outro lado, lhe

²⁷² MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro II, proêmio, p. 179.

²⁷³ Idem, ibidem.

²⁷⁴ Idem, ibidem, p. 180.

²⁷⁵ Idem, ibidem.

²⁷⁶ Idem, ibidem, p. 181.

ofereceu tempo para redigir suas reflexões sobre a política e torná-las fontes de ensinamentos para os jovens que viviam em um tempo instável e cheio de defeitos, que pareciam incorrigíveis.

A sua semelhança, Lívio transfere elogios ilimitados a uma Roma que ainda resguardava os costumes tradicionais, modificando sua leitura quando aborda os momentos em que era difícil encontrar sinais da *uirtus*²⁷⁷ antiga. Ambos, portanto, concebem o passado como um tempo recheado de experiências edificantes ao mesmo tempo em que destilam críticas ferozes aos seus respectivos tempos, construindo argumentos em defesa da restituição dos valores do passado. Críticas que não se findam em si mesmas, mas tomam ares de apelo à mudança, na medida em que são feitas com o intento de estimular os homens do presente a avaliarem suas atitudes viciosas a partir de uma análise do passado. Tanto Lívio como Maquiavel olham para o passado como uma referência para as ações do presente, pensam a escrita como um meio de mediação entre ambos e como instrumento para interferência sobre o último. Pretendem, portanto, contribuir para a “renovação” de suas respectivas temporalidades, então em elevado estágio de corrupção²⁷⁸.

Lívio se circunscreve no contexto augustano em que vários escritores elaboraram a imagem de uma Roma, cujo equilíbrio estaria associado à antiga *uirtus* que, no entanto, estava sendo abalada por uma força chamada *fortuna* que provocava o desequilíbrio e a mudança e era associada à desordem dos cidadãos e à decadência do *mos*²⁷⁹. Pelo menos é dessa maneira que Cláudia Beltrão analisa a idéia de *fortuna* a partir dos *Carmen Saecularis* e dos *Carmina*, de Horácio, contemporâneo de Lívio. O termo advém do adjetivo *fortunus*, que se opõe a *ratio* e remete ao acaso; indica tanto a boa como a má sorte, havendo em Roma a *dea Fortuna* associada às tempestades que causavam os naufrágios. Beltrão informa que nos *Carmen Saecularis* de Horácio a *fortuna* é comparada à mulher que é associada ao mutável e, portanto, ao falso e à ausência de *uirtus*; elemento por excelência masculino, visto advir de *uir* (homem, varão) caracterizando a coragem guerreira que se singulariza por ser imutável. O próprio Maquiavel, ao comentar sobre o caráter imprevisível da *fortuna*, que “(...) retira dos homens

²⁷⁷ *uirtus*: palavra derivada de *uir* (homem, as qualidades viris do homem, herói). Marca a qualidade, a força e, sobretudo, a coragem. Cf.: ERNOUT, A; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932, pp. 1069-70.

²⁷⁸ Cf.: MARTINS, José Antônio. *Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. São Paulo: USP, 2007 (tese de doutorado em Filosofia).

²⁷⁹ Idéia construída pelo poeta Horácio, contemporâneo de Augusto e de Lívio, em seus *Carmen Saeculare* e *Carmina*. Poemas analisados por: BELTRÃO, Cláudia. *Necessitas, fortuna e virtus em Horácio*. Revista Alethéia, nº 2, v. 2/2, 2009. No que se refere ao termo *mos*, significa a maneira de se comportar, o modo de agir, físico ou moral, determinado pelo uso e não pelas leis. Cf.: ERNOUT, A; MEILLET, A. Op. cit., p. 601.

tudo aquilo que conquistaram, quando decide mudar o curso das coisas sem aviso prévio”²⁸⁰, coloca que é preciso tratá-la de maneira semelhante ao tratamento dado à mulher: “Acredito que seja melhor ser impetuoso que ponderado, porque a fortuna é mulher e é necessário, se se quer subjugar-la, submetê-la e bater nela. E se vê que ela se deixa vencer mais pelos impetuosos do que por aqueles que friamente procedem”²⁸¹. Para ele, os homens de *virtù* podem domar, ao menos em parte, as ações postas pela *fortuna*.

Idéia que se aproxima de Lívio que, por vezes, atribui à *fortuna* a culpa pelo mau desempenho de Roma, se aproximando de Sêneca em *De vita beata* (Da vida feliz), em que considera que “o sumo bem é a alma que, contente com a virtude [*uirtute*], despreza os azares da sorte [*fortuita*]”²⁸². E, prossegue conceituando o homem feliz como “(...) aquele que pratica o bem, que se contenta com a virtude [*uirtute*], que não se eleva nem se abate com as vicissitudes da fortuna [*fortuita*], que não conhece maior bem do que o bem que ele mesmo se pode dar”²⁸³. Assim como a virtude é associada ao bem, a *fortuna* é ligada àquilo que lhe causa desequilíbrio, visto que imprime aí seus golpes inesperados provocando inconstância. Concepção estóica, presente em Lívio, que via os reveses da *fortuna* como algo ruim por causarem transformações que inquietavam o equilíbrio e a ordem romana.

Freqüentemente, Lívio narra ações de homens gloriosos, como Camilo, cuja virtude parecia um dado essencial por não deixá-lo ser abalado pelos ventos da *fortuna*, conservando seus atributos em todas as situações que vivenciava. *Fortuna* que age de maneira aleatória e inesperada, conforme podemos ver neste comentário de Lívio:

Aquele exemplo da instabilidade dos destinos humanos [*fortunarum humanarum*] abalou os senadores. Uma nação poderosíssima e célebre por seu luxo e seu orgulho, à qual outrora os vizinhos recorriam para pedir auxílio, perdera a energia a ponto de entregar-se com todos os seus bens ao domínio de outra nação²⁸⁴.

Lívio lamenta de maneira bastante explícita a instabilidade da cidade de Cápua, outrora poderosa e que, agora, se via obrigada a se colocar na posição de serva. Cidade que estava sendo alvo de ataques dos samnitas e que havia rogado auxílio aos senadores romanos sob o argumento de que lhes entregaria todas as suas coisas, humanas e divinas, se estivessem

²⁸⁰ BIGNOTTO, Newton. Op. cit., p. 26.

²⁸¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad.: José Antonio Martins. São Paulo: Hedra, 2007b (edição bilíngüe), cap. XXV, p. 241.

²⁸² SÊNECA. *Da vida feliz*. Trad.: João Carlos Cabral Mendonça. São Paulo: Martins Fontes, 2001, cap. 4, p. 11.

²⁸³ Idem, *ibidem*.

²⁸⁴ TITO LÍVIO, livro VII, cap. 31, p. 118, v. II.

dispostos a guerrear contra os samnitas. O tom de piedade com que fala de Cápua parece se justificar por seu interesse em acentuar a bondade dos senadores em lhe acudir. Lívio usa a expressão *fortunarum humanarum* para se referir à “instabilidade dos destinos humanos” representada nas vicissitudes pelas quais Cápua passava, visto que, se outrora era grandiosa, neste momento se via na obrigação de solicitar auxílio aos seus principais inimigos. Desse modo, Lívio deixa claro que aos homens restava se adaptar às reviravoltas colocadas pela *fortuna*.

Idéia que não é distante da compreensão de *fortuna* que Maquiavel apresenta em *O príncipe* ao compará-la a um rio furioso que alaga planícies, derruba árvores e edifícios, desloca terras, sendo quase impossível domá-lo. Porém, diz que os homens podem tomar providências de modo a prevenir os efeitos danosos dos rios, construindo, por exemplo, diques e barragens. Por isso admite que existe uma *fortuna* ou um Deus responsável pelo movimento das coisas humanas, inclusive porque em seu tempo é costume ver situações que extrapolam o controle humano. Porém, sua conclusão é outra: “(...) para que nosso livre arbítrio não seja extinto, julgo ser verdadeiro que a fortuna seja árbitra de metade das nossas ações, mas que ela ainda nos deixa governar a outra metade, ou quase”²⁸⁵. As ações humanas têm o poder de modificar as determinações da *fortuna* que, portanto, perde seu caráter inexorável. Tese que se aproxima da compreensão dos humanistas que, aliás, recorreram aos escritores antigos para se contrapor à visão cristã/ agostiniana que colocava o homem numa condição de submissão às imposições divinas. Os humanistas sublinharam o papel do homem na história, destacando seu livre-arbítrio que, ainda que fosse levado em conta pelo argumento cristão de Santo Agostinho, o era de maneira depreciativa²⁸⁶.

Manoel de Almeida Neto atenta para o uso que os humanistas do séc. XIV faziam da noção de tempo cíclico dos antigos para se contrapor à idéia de um tempo linear presente nos argumentos cristãos de Santo Agostinho, por exemplo. Apropriaram-se da noção polibiana da *fortuna*, deusa romana eleita pelo historiador grego como elemento que provocava a emergência do contingente, tornando-se responsável pela eterna instabilidade das coisas. Com esse argumento, Almeida Neto diz que Políbio apresentou explicações para as mudanças das

²⁸⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007b, cap. XXV, p. 235.

²⁸⁶ ALMEIDA NETO, Manoel. Op. cit., pp. 78-80. Ressalte-se que em *A cidade de Deus* Agostinho faz referência à “cidade terrena”, caracterizando-a como marcada por corrupção e deslizos dos homens que não respeitavam a vontade de Deus. Cf.: SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Trad.: Oscar Paes Leme, Petrópolis: Vozes, 2002.

formas de governo que giravam em torno de um ciclo inexorável e “natural”²⁸⁷. O historiador grego acreditava, em certa medida, na força da *fortuna* ao imputar-lhe a causa de fenômenos naturais, como chuvas, nevascas, secas, geadas ou pestes que destruíam colheitas, e outros eventos semelhantes. A incapacidade dos homens em descobrir as causas desses eventos é o que os levava a associá-los à ação da “deusa fortuna” e à necessidade de aplacar os deuses. Por outro lado, explica uma situação com que se deparou na Hélade associando-a ao domínio humano: a queda da natalidade e, por corolário, da população, se deveu à falta de interesse pelo casamento e pela gestação e criação de filhos. Apresenta uma solução humana para o problema, propondo que era necessário criar leis que obrigassem os pais a ter mais filhos²⁸⁸.

Portanto, a relação entre a rigidez da *fortuna* e a capacidade humana de domá-la está presente entre os antigos e (re) apresentada entre os modernos. Maquiavel entende que a *virtù* pode subjugar parte da ação da *fortuna*, não se distanciando muito de Lívio que também acredita que a virtude dos homens valorosos de Roma poderá lidar com os azares da sorte. Maquiavel compreende que os romanos cheios de *virtù* eram aqueles que conseguiam adequar seus modos de agir às circunstâncias e, portanto, se essas permitissem que eles agissem com bondade e humanidade, eles deveriam fazê-lo; porém, se a *fortuna* viesse a modificar os rumos das coisas, obrigando os homens a não agirem com aquelas qualidades, eles deveriam obedecê-la. Para o florentino a *virtù* dos homens deveria mudar de acordo com a ação da *fortuna*, pois tanto a maldade como a bondade, a depender das circunstâncias, são qualidades. Distingue-se de Lívio pelo fato deste conservar em sua obra uma noção de *uirtus* observada em Platão que a concebe como um elemento imutável e eterno. Agir com imprudência e maldade, vistas por Lívio como vícios, constituía uma corrupção da *uirtus*. Nesse sentido, ao narrar as mudanças ocorridas em Roma, as vê com maus olhos, preconizando o “retorno” às tradições basilares da cidade; ao passo que Maquiavel admite a existência das transformações, considerando que se os homens possuem sempre os mesmos desejos, as circunstâncias do mundo em que eles vivem mudam e é preciso saber lidar com isso. Daí ensinar aos homens modos de agir já executados pelos romanos, mas que precisam ser adaptados às novas circunstâncias.

Prossigamos com um comentário de Maquiavel em que elogia a *virtù* do cartaginês Aníbal ao observar que o remédio de sua pátria era a paz e não a guerra, num momento em

²⁸⁷ Sobre isso, ver: GUELFUCCI, Marie-Rose. Antigos e modernos: Maquiavel e a leitura polibiana da história. In: PIRES, Francisco Murari. *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009; ALMEIDA NETO, Manoel. Op.cit., (ver capítulo. 1).

²⁸⁸ POLÍBIOS. *História*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1996, livro XXXVI, cap. 17, p. 541.

que todos os exércitos cartagineses haviam sido derrotados e apenas o seu sobrevivia. Por se tratar da última chance de sua pátria, não se arriscou antes de tentar outra solução, achando mais prudente propor a paz que, no momento, era o remédio mais conveniente para a sua cidade²⁸⁹. Atitude que Maquiavel elogia por entender que Aníbal foi sábio ao notar que as circunstâncias exigiam sua passividade: “E, se Aníbal, que era tão virtuoso e estava com seu exército inteiro, preferiu a paz à batalha quando viu que, caso a perdesse, sua pátria cairia na servidão, o que deve fazer alguém que tenha menos *virtù* e menos experiência que ele?”²⁹⁰. Lívio narra esse acontecimento através da exposição de um longo diálogo entre Aníbal e o romano Públio Cornélio Cipião, a pedido do cartaginês, que inicia a conversa com uma referência ao *fatum*: “‘se era meu destino [*fato*] – eu, que comecei a guerra contra o povo romano e tantas vezes tive a vitória nas mãos – vir espontaneamente pedir a paz, folgo que tenha sido a ti a ninguém mais que a sorte [*sorte*] quis que a viesse solicitar”²⁹¹.

Se aqui usa o termo *fatum*, que advém do verbo *falare* (falar), significa a própria “fala dos deuses”²⁹² e, portanto, constitui uma determinação inexorável, em outros momentos do texto usa a *fortuna* e, às vezes, o *casus*. Termos que remetem ao acaso que age inesperadamente no curso da vida dos homens e que, geralmente, conflui para a execução do *fatum*:

Admitindo que esqueças o resto, sou eu próprio um exemplo marcante [*documenti*] das fortunas mutáveis [*omnes casus*] – eu, que não faz muito erguia acampamento entre o Ânio e vossa cidade, mandava avançar as insígnias e quase escalava os muros de Roma. Agora eis-me aqui, depois de perder dois irmãos, homens valorosos, ilustres generais; eis-me aqui, diante das muralhas da pátria na iminência de ser assediada, suplicando para que os horrores com que abalei vossa cidade sejam poupados à minha²⁹³.

A palavra *casus* aqui pode significar acaso, circunstância imprevista, ou ainda, sorte²⁹⁴. Aníbal lança mão desse argumento para demonstrar a Cipião que é preciso analisar não apenas o que aconteceu como também aquilo que virá a acontecer, se colocando como prova (*documentum*) da ação do “acaso”. Se havia outrora avançado vitoriosamente sobre Roma, nesse momento encontrava-se numa situação que o levava a implorar a paz para que

²⁸⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 27, p. 285.

²⁹⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 27, p. 285.

²⁹¹ TITO LÍVIO, livro XXX, cap. 30, p. 173, v. IV.

²⁹² ERNOUT, A. MEILLET, A. Op., cit., p. 360.

²⁹³ TITO LÍVIO, livro XXX, cap. 30, p. 174, v. IV.

²⁹⁴ FARIAS, Ernesto. *Dicionário escolar latino português*. Rio de Janeiro: FAE, 1991, p. 97.

não perdesse todas as suas conquistas. Na continuação de seu discurso diz ainda: “‘Não vás arriscar o êxito de tantos anos numa batalha de uma hora; considera tuas forças, sim, mas também as forças do destino [*fortunae*] (...). Se concluíres a paz, tudo estará em teu poder; de outra forma, terás de aceitar a sorte [*fortuna*] que os deuses te reservam’”²⁹⁵. Levar a batalha adiante implicaria em deixar a cargo dos deuses o resultado, ao contrário da paz, que seria unicamente uma decisão humana e, por isso, mais fácil de ser controlada. Toma, ainda, o exemplo de Marco Atílio que, ao negar a paz aos cartagineses outrora e, portanto, “‘(...) não refreando a fortuna [*fortuna*] que já mudava, ruiu tanto mais vergonhosamente quanto mais alto havia subido’”²⁹⁶. A falta de atitude em face das mudanças colocadas pela *fortuna* é alegada por Aníbal como sendo o motivo para a ruína daquele que antes havia conquistado grandes coisas.

Lívio permite que analisemos a *fortuna* nessas várias situações como um elemento que provoca mudanças em relação às quais os homens precisavam se confrontar para que não permitissem que elas arruinassem Roma por completo. Até porque o *fatum* de sua cidade não seria de maneira alguma derrotado pela volubilidade da *fortuna* que costumava colocar os romanos em situações adversas, mas não tinha força suficiente para derrotar a *uirtus* de seus cidadãos nem a designação dos deuses. Quando se trata de defender os interesses dos romanos, argumenta que é preciso aceitar os caminhos abertos pela *fortuna* que neste caso teria um sentido positivo. Aníbal se vê na condição de rogar a Cipião a paz que outrora ele próprio havia retirado de Roma, pois precisou adequar-se à reviravolta da *fortuna* que, antes, lhe favorecera em suas conquistas e, agora, lhe colocava numa condição bastante desfavorável. Lívio coloca Aníbal numa situação humilhante, pois este chega a propor a doação aos romanos de vários territórios que já havia conquistado e, com isso, “‘(...) a ficar, nós, cartagineses, encerrados nas praias africanas, enquanto vós – pois que assim aprouve aos deuses – governais em terra e mar impérios exteriores mesmo à Itália’”²⁹⁷. Aproveita a ocasião para engrandecer Roma e rebaixar seu mais famoso inimigo, diferentemente de Maquiavel que o constrói como um comandante cheio de *virtù* por ter modificado seus modos de agir em função das mudanças no curso da guerra contra os romanos. Interessante porque Maquiavel sequer comenta a respeito de Cipião, perfil por excelência de varão virtuoso segundo Lívio, de quem, em outro momento da narrativa, recebe grandes elogios:

²⁹⁵ TITO LÍVIO, livro XXX, cap. 30, p. 174, v. IV.

²⁹⁶ TITO LÍVIO, livro XXX, cap. 30, p. 175, v. IV.

²⁹⁷ Idem, ibidem.

Foi homem digno de memória, mais pela habilidade militar que pela conduta nos negócios civis; brilhou mais no começo da vida que no fim, movendo guerras sem cessar; a idade empanou seus atos e não mais teve onde exercer seu talento (...). Resta isto, porém: alcançou sozinho a porção maior da glória de rematar a guerra púnica, a mais importante, a mais perigosa que os romanos jamais conduziram²⁹⁸.

No caso da narrativa anterior, Lívio insere o discurso de Cipião em que este não demonstra clemência alguma por Aníbal, mesmo porque jamais poderia ser complacente com um dos maiores inimigos de Roma; dessa maneira não estaria sendo virtuoso. Respondendo às sutis ameaças de Aníbal, que usa o argumento de que a *fortuna* poderia não lhe ser favorável caso houvesse guerra, diz: “Pelo que me toca não esqueço a fraqueza humana, penso no poder da fortuna [*fortunae*], sei que tudo o que fazemos está sujeito aos mil azares da sorte [*casibus*]²⁹⁹”. Prossegue alegando que depois de todos os eventos envolvendo romanos e cartagineses, como a situação em que teve de tirar Aníbal quase à força da Itália e a violência com que o cartaginês tratou os embaixadores romanos, visto ser famoso por sua “crueldade”, não se sentia à vontade para fazer paz com ele. Deixa, pois, a cargo dos deuses definirem quem sairia vencedor numa batalha que seria decisiva, haja vista que iria definir quem dominaria o mundo. Cipião e Aníbal eram os dois generais mais célebres da época, segundo Lívio, que já anuncia a derrota de Cartago ao dizer que esta cidade estava quase esgotada e que praticamente tinha a ruína a sua vista. Leitura que demonstra seu interesse em deixar bem claro que mesmo antes do fim da batalha não se tinha dúvidas quanto à vitória de Roma, mesmo porque o próprio Aníbal se colocava como se já estivesse certo de sua derrota que, por sinal, garantiria a consecução do *fatum* dos romanos de se tornarem “o maior povo do mundo”.

Aníbal é representado por Lívio com uma imagem dúbia: de um lado, um jovem enérgico, vivaz, corajoso, audaz, sóbrio, simples³⁰⁰; de outro, um jovem cheio de vícios que contrabalanceavam suas virtudes: “Crueldade desumana, perfídia mais que púnica; para ele não havia verdades, coisas sagradas, medo dos deuses, fé de juramento ou religião”³⁰¹. General que, junto com seu exército, costumava aproveitar os momentos de ócio para viver prazeres que enfraqueciam seus corpos e almas³⁰². Lívio muda seu tratamento em relação a Cipião, pois em vários outros momentos da narrativa sobressaem-se a seu respeito concepções tipicamente romanas: a *clementia* (clemência) aos adversários, a *fides* (fidelidade), a *uirtus*

²⁹⁸ TITO LÍVIO, livro XXXVIII, cap. 53, p. 268, v. V.

²⁹⁹ TITO LÍVIO, livro XXX, cap. 31, p. 176, v. IV.

³⁰⁰ Idem, ibidem, livro XXI, cap. 4, v. II, p. 368, v. II.

³⁰¹ Idem, ibidem, p. 369.

³⁰² Idem ibidem, livro XXIII, cap. 18, p. 112, v. III.

(força e coragem), o valor à família e, por último, o amor à pátria. Vale lembrar que em passagem de *O príncipe*, Maquiavel diz que o cartaginês conseguiu manter o exército unido com sua “crueldade desumana” e suas infinitas *virtù* com as quais se tornou temível e venerável diante dos seus soldados. Por outro lado, afirma que Cipião causou a rebelião de seus soldados com a ausência da disciplina militar em razão de sua excessiva piedade. Nesta situação que analisamos, no entanto, é de se notar em Lívio um Cipião vingativo que não perdoou as várias ações violentas empreendidas por Aníbal sobre Roma, optando por lhe declarar guerra e deixar à *fortuna* a responsabilidade sobre quem sairia vitorioso. Com efeito, trata-se de um Cipião patriota que aí observou uma situação favorável para que Roma se tornasse o povo mais poderoso do mundo.

Maquiavel muito elogia os homens sagazes, capazes de reconhecer a situação propícia para realizarem feitos que poderão vir a ter bons resultados, mesmo que sejam obrigados a modificarem seus modos costumeiros de agir. Portanto, é favorável à necessidade dos homens variarem em função das circunstâncias, pois o fato de existir uma natureza humana não significa que os homens devam sempre agir da mesma forma. Se costuma argumentar que os homens do presente devem sempre observar os caminhos já trilhados outrora pelos antigos, não exige, no entanto, que ajam da mesma maneira que esses:

Porque, caminhando os homens sempre pelos caminhos já percorridos por outros e procedendo por imitação nas suas ações, nem podendo em tudo seguir nos caminhos alheios, nem adquirir a *virtù* daqueles que tu imitas, deve um homem prudente seguir sempre pelas estradas percorridas por grandes homens, e imitar aqueles que foram excelentíssimos, a fim de que, se a sua *virtù* não os alcançar, ao menos receba deles algum aroma (...) ³⁰³.

São as transformações que inviabilizam uma imitação “fiel” das coisas, obrigando os homens a adaptarem os comportamentos dos gloriosos romanos as suas próprias condições históricas. A atenção de Maquiavel para a mudança das coisas fica evidente até quando sente a necessidade de adequar os exemplos antigos às condições modernas e ao contexto das cidades italianas, que conhecia de perto. Ainda que os desejos humanos sejam imutáveis, as condições em que são desenvolvidos variam e por isso era preciso modificar os sentidos das narrativas livianas de modo que se tornassem possíveis de serem imitadas em seu tempo. Aos homens, portanto, só cabia ler aquilo que Maquiavel reestruturou a partir de Lívio e daí retirar

³⁰³ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007b, cap. VI, p. 67; 69.

lições de como lidar no jogo que é a política. É por esse motivo que em quase todos os comentários das narrativas de Lívio, Maquiavel reelabora seus significados, a exemplo da análise que faz do caso que girou em torno do decênviro Ápio Cláudio³⁰⁴, pelo qual demonstra bem como exclui o aspecto moralista, tão presente no texto de Lívio³⁰⁵, conforme podemos observar adiante.

Os decênviros (os Dez) foram instituídos, segundo Lívio, no “trecentésimo segundo ano da fundação de Roma”, a princípio, para que promovessem a redação das leis, trazidas da Grécia, devendo-se suspender, apenas naquele ano, todas as magistraturas. Sua criação se deu num contexto de epidemias, mortes e perturbações internas em Roma. O poder foi então passado dos cônsules para eles, mudando-se de novo a forma de governo. A cada dez dias, um dos decênviros administrava a justiça, sem que os outros fizessem arruaças, pois viviam em perfeita equidade entre si. Mas, Lívio ressalta que o poder dos decênviros durou por pouco tempo, pois os magistrados entregaram-se a excessos que tornaram sua queda mais rápida e logo o poder foi restituído aos cônsules³⁰⁶.

Lívio narra como as coisas civis e militares em Roma foram sendo prejudicadas pelo ódio que os decênviros causavam em todos, tanto patrícios como plebeus. Os soldados preferiram a desonra da derrota contra os sabinos e os équos, deixando-se vencer por eles, a lutarem bravamente por Roma. A desordem e o pânico tomavam conta da cidade e a elas foram acrescentadas dois nefandos crimes. O primeiro foi o assassinato de um soldado que então liderava revolta contra os decênviros. O segundo, a que Lívio confere um espaço de memória superior – do capítulo 44 ao 50 do livro III –, provavelmente pelo efeito moralista que poderia proporcionar ao seu leitor, tratou-se de um crime de origem passional que resultou no fim do decenvirato: o desejo de Ápio Cláudio de possuir Virgínia, jovem plebéia, cujo pai tinha posição relevante no exército, vivendo de maneira impecável como cidadão e como soldado³⁰⁷.

Ápio Cláudio elabora um plano para designá-la sua escrava de direito, após tentativas sem sucesso de seduzir a jovem, que a todo custo defendia sua castidade. Ao vencer a causa, vista por muitos como “injusta”, Roma se torna um espaço de tumulto. Icílio, noivo de Virgínia, aparece acusando Ápio por sua loucura e tentando livrá-la da “grave injustiça”. Acusações de ambos os lados se cruzam, quando Ápio replica Icílio dizendo que este desejava

³⁰⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 35; cap. 40.

³⁰⁵ TITO LÍVIO, livro III, cap. 47, v. I.

³⁰⁶ Idem, ibidem, cap. 33, p. 244, v. I.

³⁰⁷ Idem, ibidem, cap. 44, p. 257, v. I.

apenas incitar a plebe e não defender a noiva. Virgínio age pela filha, representada como o símbolo da república, então cativa, desprovida de liberdade nas mãos dos decênviros: “De que lhe adiantaria manter Roma livre se seus filhos estavam expostos aos mesmos ultrajes que poderiam temer em uma cidade capturada?”³⁰⁸. Lívio articula acontecimentos que dizem respeito à liberdade da república, então desordenada pelas ações irrefreadas de um tirano, e acontecimentos que tocam em temas de caráter moralista: a castidade da mulher e o homem que sente desejo luxurioso de possuí-la, a virtude de um patriarca que mantém a família distante de vícios, o casamento arranjado.

Lívio explica de maneira moralizante o fim do decenvirato ao contar a história de Virgínia sem perder de vista cada detalhe, para que o apelo à moral fosse maior. O ápice da sucessão de acontecimentos dramáticos se dá quando Virgínio, após receber a permissão de Ápio para falar a sós com a filha, apanha um facão de açougueiro, pronuncia algumas palavras dizendo que essa era a única maneira de devolver-lhe a liberdade e, por fim, transpassa o peito da filha³⁰⁹. Crime que acabou recaindo sobre Ápio, visto que o pai o fez por não ter suportado ver sua filha “arrebataada como objeto de escravidão e luxúria”, preferindo tirar-lhe a vida a vê-la entregue à desonra. Os soldados aderiram à causa de Virgínio e promoveram muitas agitações em Roma visando à deposição dos decênviros. Diante da ineficiência dos senadores em resolver a situação, um antigo tribuno da plebe estimula a plebe a abandonar Roma. Fato que ocorre, deixando a cidade um deserto e, por fim, os senadores conseguem convencer os decênviros de que deveriam renunciar aos seus cargos.

Maquiavel, por sua parte, trata do decenvirato no capítulo 35 do livro I para argumentar que nem toda ordenação criada sob sufrágio livre é benéfica à república, visto que seus membros se tornaram odiosos tiranos. Receberam uma autoridade superior à do ditador, cujo poder, diferentemente daquele entregue aos decênviros, não anulava o dos cônsules, tribunos e senadores. Demonstra-se, pois, contrário à autoridade absoluta³¹⁰. Mais adiante, prossegue tratando da referida magistratura, escolhendo um foco específico de análise: observar os erros do senado e da plebe em suas ações contrárias à liberdade e os erros de Ápio, que não alcançou êxito no seu objetivo de se tornar tirano em Roma. Maquiavel resume a trajetória dos decênviros, retirando muitos detalhes narrados por Lívio, a exemplo do caso de Virgínia, sobre quem diz poucas palavras: “Deliberando-se, pois, que a guerra fosse travada com dois exércitos conduzidos por uma parte de decenvirato, Ápio ficou na cidade,

³⁰⁸ TITO LÍVIO, livro III, cap. 47, p. 261, v. I.

³⁰⁹ Idem, ibidem, cap. 48, p. 263, v. I.

³¹⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 35, p. 110-11.

governando-a. Foi quando se enamorou de Virgínia, e, ao tentar arrebatá-la pela força, o pai Virgínio matou-a para libertá-la”³¹¹. Conclui a narrativa dos acontecimentos dizendo que a plebe abandonou a cidade e se manteve em exílio até o momento em que os decênviros foram depostos e os cônsules e tribunos tiveram seus cargos restituídos. Analisa a situação, concluindo em termos de aprendizado, que uma tirania quase fora estabelecida em Roma porque, de um lado, o povo queria ser livre extinguindo o poder consular e, de outro, os nobres queriam manter-se no comando extinguindo o poder tribunício. Diz ainda que Ápio não conseguiu ser tirano porque não manteve o povo do seu lado, preferindo aliar-se aos nobres, concluindo, por fim, que os desejos tanto do povo como do senado quase levaram Roma à ruína, visto que foram responsáveis pela instalação provisória de um tirano³¹².

Reconstrução de uma narrativa longa da obra de Lívio que Maquiavel estabelece com vistas a ensinar ao povo (*popolo*) de seu tempo que não poderia cometer esses mesmos erros da plebe romana se quisesse manter a liberdade, assim como, aos governantes, que se quisessem estabelecer um principado, não poderiam se espelhar nas atitudes de Ápio. É a imitação que ajuda o homem a não cometer os mesmos erros do passado porque ao observar seus efeitos em experiências alheias poderão evitá-los, ainda que se trate de uma imitação “imperfeita”, pois o que importa para Maquiavel é que os homens escolham pelo menos um alvo a ser alcançado e se esforcem para consegui-lo. Segundo Aranovich, a imitação maquiaveliana “(...) não é alvo, mas a operação de mirar. Isso significa que a intenção não é obter uma cópia da ação anterior, mas elevar a expectativa, a imitação é emulação”³¹³. Trata-se de um incentivo que se justifica pela crença de Maquiavel no que poderíamos traduzir como reedição dos acontecimentos em função das semelhanças dos desejos e das paixões humanas:

Quem considere as coisas presentes e as antigas [*le cose presenti e le antiche*] verá facilmente que são sempre os mesmos os desejos e os humores em todas as cidades e em todos os povos, e que eles sempre existiram. De tal modo que quem examinar com diligência as coisas passadas [*cose passate*] facilmente preverá as futuras [*le future*], em qualquer república, prescrevendo os remédios que foram usados pelos antigos; ou, se não encontrar remédios já usados, pensará em novos, devido à semelhança [*similitudine*] dos acontecimentos³¹⁴.

³¹¹ Idem, *ibidem*, cap. 40, p. 127.

³¹² MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 40, p. 130.

³¹³ ARANOVICH, Patrícia F. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007, p. 68.

³¹⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 39, p. 121.

O exame das coisas do passado não apenas abre caminhos para as ações no presente, como pode suscitar a descoberta de modos de agir ainda não executados. Maquiavel compreende que a repetição dos tumultos, que são manifestações dos desejos maldosos dos homens, se dá pela sua negligência em não imitar as coisas antigas: “Mas, como essas considerações são negligenciadas ou não entendidas por quem lê, ou, se são entendidas, não são conhecidas por quem governa, segue-se que sempre se vêem os mesmos tumultos [*scandoli*] em todos os tempos”³¹⁵. Portanto, a imitação constitui um exercício empírico que poderia inibir os desejos humanos, visto que a observação de que esses causaram efeitos maléficos no passado, poderia conduzir o homem a regradar-se e a não dar vazão a todas as suas vontades.

Segundo Ames, Maquiavel se incomoda com o diagnóstico de que os homens agem como meros espectadores do passado e, por isso, usa como suporte a obra de Lívio para provocar neles o desejo pela imitação. Porém, ressalta que o interesse de Maquiavel em escrever algo novo, em descobrir águas e terras desconhecidas, sugere que a imitação dos antigos a ser promovida pelos homens não se constitui de uma simples cópia dos grandes exemplos do passado. O objeto de imitação não se encontra inscrito nos testemunhos das narrativas historiográficas. Seria preciso “decifrá-las” e, assim, fazer uma nova descoberta:

(...) Maquiavel se apresenta como o intérprete de uma obra (expressamente a de Tito Lívio, mas também de outros autores antigos amplamente citados ou meramente referidos) ao sugerir que esta não apresenta de modo imediato seu sentido e que deste, uma vez decifrado, nasce uma nova disposição do sujeito³¹⁶.

Decifração que conduziria os homens a agirem através da imitação e, assim, a tomarem decisões convenientes com as situações postas pelo presente. O retorno aos antigos implica retirar daí lições e aplicá-las ao presente e ao futuro. Tem-se um conhecimento prático, útil à ação política; uma história antiga a serviço da política moderna. Para Maquiavel, os homens modernos não estavam imitando o bom (*vero*) modo de proceder dos romanos e por esse motivo permaneciam com seus erros:

(...) muitas das ordenações observadas por Roma, tanto no que se refere às questões internas quanto às externas, hoje em dia não só não são imitadas, como

³¹⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 39, p. 121.

³¹⁶ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Campinas-SP: Unicamp, 2000 (tese de doutorado em Filosofia), pp. 63-64.

nem sequer são consideradas, por se julgar que algumas não são boas [*veri*], outras são impossíveis e outras ainda inoportunas e inúteis; destarte, mantendo-nos nessa ignorância, somos presa de quem quer que deseje invadir esta província³¹⁷.

A desconsideração das ordenações romanas contribui para a manutenção da situação servil em que Florença se encontrava. Com o objetivo de transformar esse cenário, Maquiavel transfere longos elogios a Roma cujo modo de proceder foi vitorioso em seu tempo por dois motivos: fez aliados sem, no entanto, perder a prerrogativa do comando e a sede do império e organizou um grande exército armado. Por isso que se dispõe a traduzir suas boas ordenações de tal modo que elas possam chegar ao alcance de seu público no séc. XVI, sobretudo aquele que constitui os homens responsáveis pela administração de Florença e demais cidades italianas. Homens que, antes de imitar os antigos, deveriam entender que o significado dos exemplos se modifica conforme as circunstâncias e que, portanto, precisavam adequá-los aos tempos em que viviam³¹⁸ e às situações em que eram colocados pelo movimento da *fortuna*:

Já considerei várias vezes que a razão da má e da boa fortuna dos homens vem do ajuste [*riscontro*] de seu modo de proceder com os tempos: porque se percebe que alguns homens, em suas ações, procedem com ímpeto, e outros com circunspeção e cautela. E como, nesses dois modos, são ultrapassados os limites convenientes, por não se observar a verdadeira via, em ambos se erra. Mas erra menos e tem a fortuna [*fortuna*] próspera quem, como já disse, ajusta seu modo aos tempos e sempre procede conforme o força a natureza [*natura*]³¹⁹.

Maquiavel intitula o capítulo em que faz esse comentário da seguinte maneira: “de como é preciso variar com os tempos quem quiser sempre ter boa fortuna”. Toma o comportamento de Fábio Máximo em duas situações para confirmar sua assertiva, começando com uma referência a uma narrativa do livro XXII de Lívio em que este elogia a prudência do ditador Fábio Máximo que, num momento de batalha iminente contra o cartaginês Aníbal, preferiu não provocar a *fortuna* até que a necessidade (*necessitas*)³²⁰ o levasse a fazê-lo. Optou por não colocar em risco seus soldados que haviam sido derrotados recentemente pelos cartagineses, executando apenas algumas ações desde que não os colocassem numa situação

³¹⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap.4, p. 200.

³¹⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 17, p. 69.

³¹⁹ Idem, ibidem, livro III, cap. 9, p. 351.

³²⁰ Conceito que deriva de *necessus* que significa aquilo que é necessário, inevitável e indispensável. Marca uma necessidade impossível de ser removida ou subtraída. Cf.: ERNOUT A.; MEILLET, A. Op. cit., pp. 628-29.

insegura³²¹. Maquiavel diz que a *virtù* de Fábio, com sua ponderação e cautela, estava bem ajustada aos tempos por culpa da boa fortuna (*buona fortuna*) que, ao invés de impulsionar a luta contra um inimigo que já havia vencido os romanos duas vezes, influenciou estes a agirem com precaução, até porque estavam desprovidos de uma boa milícia. Medidas que lhe conferiram glória, pois salvou a república de uma possível derrota e que se deram pela natureza [*natura*] e não por escolha [*elezione*] e, portanto, não se tratou de uma decisão tomada com base em um livre arbítrio, mas através da necessidade (*necessità*). Conceito que em Maquiavel implica na restrição de uma ação a um único sentido sem colocar possibilidades de escolha, pois constitui aquilo que é inevitável³²².

Daí que a boa *fortuna* e a *necessità* contribuíram para que a ponderação de Fábio conferisse resultados benéficos a Roma, pois não poderia ter agido de uma outra forma, dada a circunstância. Até aí considera que Fábio agiu de maneira conveniente, mas não numa situação mais adiante, em que diz que ele não conseguiu alterar seu modo de ser e seus costumes de tal maneira que chegou a se opor a Cipião quando esse queria entrar na África para pôr fim à guerra contra os cartagineses. Lívio, por sua parte, conta que o cônsul Cipião havia sido designado, sem a realização de sorteio e sem o consentimento dos principais senadores, a levar seu exército para a África. Fábio Máximo reconhece o valor de Cipião, associando seu *consilio* (conselho, plano, opinião, prudência)³²³ ao que “(...) de bom aconteceu no Império Romano e a ti mesmo, e atribuíamos os fracassos aos acasos da guerra [*casibus incertis belli*] e da fortuna [*fortunae*]”³²⁴. Porém, opina a respeito da querela colocando-se em posição contrária à de Cipião, com o principal argumento de que este estaria interessado mais na glória pessoal do que no bem público e que seria mais conveniente e benéfico para Roma que o cônsul se mantivesse na Itália, a fim de protegê-la de possíveis ataques de Aníbal; do contrário, deixaria a cidade privada de socorro e susceptível a ataques.

Por sua vez, Maquiavel se coloca contrário à argumentação de Fábio Máximo ao considerar que o mesmo conservou uma prudência que não mais cabia para resolver as questões colocadas pela *fortuna*, visto que esta exigia a ação dos romanos em face dos cartagineses. Por isso, diz que se a vitória de Roma sobre Aníbal naquela guerra dependesse dele, certamente não ocorreria, pois não percebeu que os tempos mudaram e que era preciso mudar os modos de agir. Por isso, ressalta que se Fábio fosse rei de Roma, provavelmente

³²¹ TITO LÍVIO, livro XXII, cap. 12, pp. 24-5, v. III.

³²² Vocabulário de termos-chave de Maquiavel. In: MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, p. 466.

³²³ FARIAS, Ernesto. Op. cit., p. 135.

³²⁴ TITO LÍVIO, livro XXVIII, cap. 42, p. 70, v. IV.

essa cidade perderia a guerra; porém, como Roma vivia a liberdade e tinha outros cidadãos, como Cipião, capazes de vencer, a república se salvou. Lívio, por seu lado, não deixa claro se é a favor ou não de Fábio, visto que elogia sua prudência, mas coloca um discurso de defesa de Cipião em que este refuta as palavras do ditador e ainda usa o argumento da *fortuna* para lhe apresentar oposição: “Muita coisa que agora, à distância, não aparece, a guerra a descobrirá; incumbe a um homem, a um general, não faltar à fortuna [*fortunae*] quando ela se apresenta, fazer entrar em seus planos aquilo que o acaso [*casu*] lhe oferece”³²⁵. A *fortuna* exigia dele uma atitude diante de Aníbal que iria ser vencido na própria Cartago e não em Roma. *Fortuna* que aqui tem um sentido positivo, diferentemente de outras narrativas de Lívio, pois age no sentido de impulsionar Roma a uma batalha que facilmente poderia ser vencida, dada as frágeis condições em que se encontravam os cartagineses.

No fim, Maquiavel conclui que Fábio foi importante por ter contido a guerra num momento propício, assim como, o foi Cipião que agiu nos tempos favoráveis à vitória de Roma. Daí a valorização que Maquiavel faz da república: “(...) as repúblicas têm vida mais longa e mais demorada boa fortuna [*buona fortuna*] que os principados, porque podem, mais que os príncipes, acomodar-se à diversidade dos tempos, em razão da diversidade dos cidadãos que nelas há”³²⁶. Completa afirmando que costuma-se dizer que quando um homem tem o hábito de agir de um modo, não muda. Por isso, quando os tempos mudam e ele se mantém com os mesmos modos, ocorre a ruína daqueles. Dá o exemplo de Piero Soderini³²⁷ que costumava proceder com humanidade e paciência, o que tornava sua pátria próspera. Porém, não soube se adaptar aos novos tempos que chegaram e que exigiram dele uma nova postura e, assim, ele e sua cidade se arruinaram. Já o papa Júlio II sempre, durante o seu pontificado, procedeu com ímpeto e fúria e, como os tempos não mudaram, teve sucessos em todas as suas ações. Se os tempos tivessem mudado, Maquiavel diz que ele se arruinaria. Compreende, pois, que os homens não podem se transformar, apontando duas razões para isso:

Uma é que não podemos opor-nos àquilo a que a natureza nos inclina; outra é que, quando alguém prospera muito com um modo de proceder, não é possível convencê-lo de que fará bem em proceder de outra maneira: é por isso que no

³²⁵ TITO LÍVIO, livro XXVIII, cap. 44, pp. 73-74, v. IV.

³²⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro III, cap. 9, p. 352.

³²⁷ Comentamos a seu respeito no capítulo I deste trabalho.

homem a fortuna [*fortuna*] varia porque variam os tempos, e ele não varia os modos³²⁸.

Maquiavel acredita na existência de uma natureza humana, pois o que muda são os tempos e é por isso que existe uma variação na *fortuna* das coisas humanas. Daí que é “(...) preciso que sobrevenham tempos que comovam toda a república, para o que a variação no modo de proceder de um só homem não basta”³²⁹. Aproxima-se, pois, de Lívio que defende a idéia de que a *uirtus* dos homens é imutável, pois o que provoca mudanças são os vícios que se infiltraram em Roma, sobretudo através dos povos estrangeiros que lá adentraram. Maquiavel acredita que a ruína das cidades advém do fato delas não variarem suas ordenações de acordo com as condições históricas, que estão em constante mutação. Roma cresceu em demasiado e manteve a república durante muito tempo por ter variado suas ordenações de acordo com os acontecimentos que seus cidadãos vivenciavam. Por mais que Lívio acompanhe as mudanças institucionais pelas quais Roma foi passando, por vezes, demonstrase contrariado com as mesmas. Seu desejo era que os romanos “restaurassem” seus hábitos e costumes que caracterizavam os primeiros tempos da cidade através do exercício de imitação. Lívio enxerga nas mudanças sintomas da corrupção romana, assim como, observa nas ações conservadoras, no sentido de serem pautadas nos costumes antigos, a responsabilidade pela manutenção da grandeza de Roma. Portanto, a noção de *uirtus* de Lívio associa-se a uma idéia de permanência e imutabilidade das coisas. Um romano como Cipião pode modificar suas estratégias de ação de acordo com o movimento causado pelos ventos da *fortuna*, porém possui virtudes (clemência, coragem, fidelidade, etc.) que lhes são intrínsecas enquanto romano. Os “verdadeiros” varões romanos mudam até o ponto em que não ferem sua *uirtus* que, portanto, se equivale a uma divindade³³⁰ ou a um *ser* praticamente imutável. *Uirtus* que se aproxima da noção de natureza humana de Maquiavel por possuir um caráter essencial.

A tese maquiaveliana do *parecer ser*³³¹ se confronta com esse argumento de Lívio que, ao menos à primeira vista, aproxima-se mais dos filósofos que argumentam em defesa do

³²⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro III, cap. 9, p. 353.

³²⁹ Idem, ibidem.

³³⁰ Camilo, por exemplo, aparece por variadas vezes quase como um ente divino, “O triunfo ultrapassou em esplendor tudo o que se costumava ver em tais manifestações. Quando Camilo entrou na cidade em seu carro puxado por cavalos brancos, todos os olhares se voltaram para ele. Não parecia um simples cidadão, nem mesmo um ser humano, dizia-se. Rivalizando com Júpiter e com o Sol, o ditador despertava os escrúpulos religiosos”. Cf.: TITO LÍVIO, livro V, 23, p. 412, v. I. Trata-se de comentário referente a um triunfo de Camilo após ter tomado a cidade de Veios em guerra contra os gauleses.

³³¹ Cf.: MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007b, cap. XVIII.

*ser*³³², a exemplo de Platão. Para discordar dos filósofos que acreditam na eternidade do mundo, Maquiavel argumenta que se assim o fosse as memórias antigas não seriam esquecidas: “Aos filósofos para os quais o mundo seria eterno creio que seria possível replicar que, se tal antiguidade fosse verdadeira, seria razoável que houvesse memória de mais de cinco mil anos, se não se visse que a memória dos tempos se extingue por diferentes razões”³³³. Maquiavel expõe dois tipos de razões para as mudanças que causam esquecimento da memória dos tempos. Os homens e a natureza. Das que dizem respeito aos primeiros, aborda as seitas ou religiões que sofrem variações quando uma nova surge e, para que seja estabelecida, é preciso que a antiga seja extinta. Ilustra essa situação comentando a maneira como a “seita cristã” eliminou as ordenações da “seita pagã”, suas cerimônias e quaisquer sinais de sua memória. Apenas não conseguiram apagar inteiramente “(...) o conhecimento das coisas feitas pelos homens excelentes da seita pagã (...)”³³⁴ pela necessidade que tinham de manter a língua latina para fins de escrever a “nova lei”.

Em tons de crítica e de uma sutil indignação com as perseguições e destruições promovidas pela “nova religião”, diz que se fosse possível escrever a “nova lei” com uma nova língua, todas as memórias antigas teriam se evaporado³³⁵. Faz referência a Gregório, o Grande, um dos chefes da religião cristã que, com suas perseguições às lembranças dos antigos, queimou obras de poetas e historiadores, destruiu imagens e causou danos a tudo aquilo que tinha sinal da antiguidade. Sublinha ainda que cada seita, inclusive a “pagã”, costuma extinguir os sinais de sua antecessora para se estabelecer e essas variações ocorrem duas ou três vezes em cinco ou seis mil anos. Em seguida, “(...) perde-se a memória das coisas feitas antes desse tempo; e, se acaso resta algum sinal, considera-se que se trata de coisas fabulosas, e ninguém lhes dá fé”³³⁶. Dos tempos longínquos ficaram apenas lendas tratadas com demérito por Maquiavel que, nesse aspecto, se mostra mais cético do que Lívio, pois este

³³² Platão separa o discurso falso do verdadeiro, acreditando na existência de uma realidade essencial que é superior as suas cópias “imperfeitas”, realizadas pela ação humana. Trata-se do Ser, sobre o que discerne em *O sofista*, associando-o ao *lógos* e, com isso, refutando a tese dos sofistas que, segundo ele, associavam-no ao “falso” ou às “realidades inferiores”. O Ser é, pois, a verdade por excelência, possível de ser acessada através do exercício filosófico por ele proposto. Cf.: PLATÃO. *Sofista*. In: *Diálogos*. Trad.: Jorge Paleikat & João Costa. São Paulo: Editor Victor Civita, 1972, pp. 135-203.

³³³ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 4, p. 200.

³³⁴ Idem, *ibidem*, cap. 5, p. 201.

³³⁵ Idem, *ibidem*.

³³⁶ Idem, *ibidem*, p. 202.

costuma fazer uso das *fabulae*, sobretudo para narrar períodos tão remotos que não oferecem outra fonte se não as tradições lendárias³³⁷.

Maquiavel se refere a uma tese que está presente em Platão³³⁸, escritor que desenvolveu a idéia de que a filosofia constitui a única ciência (*epistemé*) que pode alcançar a “verdadeira realidade”, eterna e universal, presa na alma imortal e que o faz por meio do exercício de rememoração. Por outro lado, o conhecimento que lida com o humano e, portanto, com o que é transitório e efêmero, é por ele associado a “realidades inferiores” que constituíam, no máximo, opiniões (*doksa*)³³⁹. O exercício de investigação para alcançar um conhecimento, como aquele feito pelos historiadores, é desqualificado por Platão que elogia a filosofia como o conhecimento por excelência; o único que conseguiria atingir a “verdade” e que era detentor de uma essência, protegida de qualquer possibilidade de mudança. Conhecer a alma, eis a tarefa da filosofia, que se trata de:

(...) um saber que nada tem a ver com este que conhecemos, sujeito às mudanças futuras, que se mantém sempre diversificado na diversidade dos objectos aos quais se aplica e aos quais, nesta existência, damos o nome de Seres. Ela é verdadeiramente a Ciência que tem por objecto o Ser dos seres³⁴⁰.

A filosofia, para Platão, possui um saber distinto daquele que a sabedoria humana pode vir a conhecer por não estar susceptível a mudanças. Heródoto, antes de Platão, anuncia que narrará em sua história, tanto as pequenas como as grandes cidades dos homens, “(...) pois muitas cidades outrora grandes agora são pequenas, e as grandes no meu tempo eram outrora pequenas. Sabendo portanto que a prosperidade humana jamais é estável, farei menção a ambas igualmente”³⁴¹. Talvez valha a pena expor aqui o relato que Heródoto faz sobre um encontro ocorrido mais ou menos no séc. VI a.C. entre o legislador ateniense Sólon e o rei lídio Croisos no palácio deste na cidade de Sárdis. A fim de ostentar a riqueza e a prosperidade de seu reino, Croisos enviou seus servos para apresentar a Sólon todo o seu tesouro. Assim que teve ocasião e informado que o ateniense era homem bastante viajado e possuidor de vasto conhecimento sobre o mundo, o rei lídio lhe indagou sobre quem seria o

³³⁷ “(...) a essas tradições mais ilustradas por lendas poéticas [*fabulis poeticis*] do que apoiadas no testemunho irrecusável da história [*rerum gestarum monumentis*], não pretendo afirmá-las nem contestá-las. Concede-se aos antigos a permissão de introduzir a interferência divina nas ações humanas, para tornar mais veneráveis as origens da cidade” Cf.: TITO LÍVIO, prefácio, p. 18, v. I.

³³⁸ PLATÃO. *Fedro*. Trad.: Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães editores, 2000.

³³⁹ PLATÃO. Op., cit., 2000, p. 55.

³⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 65.

³⁴¹ HERÓDOTOS. *Histórias*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1988, livro I, cap. 5, p. 20.

homem mais feliz de toda a terra. Considerando-se o mais venturoso entre todos, Croisos se surpreende com a resposta de Sólon que se refere ao ateniense Telos como o homem mais feliz e explica o porquê. Além de ter sido pai de belos filhos e de ter visto os descendentes destes nascerem, Telos tinha uma riqueza sólida e, o mais importante, terminou a sua vida de maneira gloriosa ao morrer numa batalha onde teve a mais bela das mortes³⁴².

Sólon ainda cita os nomes dos irmãos Clêobis e Bítôn que mereceram o segundo lugar em matéria de felicidade por terem, além de riqueza, uma grande força e coragem, tendo também uma bela morte que resultou de uma ação assaz honrosa que os tornaram homens cheios de ventura. Definitivamente irritado, Croisos pergunta a Sólon as razões pelas quais menospreza tanto sua felicidade e o ateniense responde que a vida humana não se mantém estável, visto que “o homem é apenas incerteza” e essa é manifestada nos vinte e seis mil e duzentos e cinquenta anos que, no geral, os homens vivem. Por isso, para saber se um homem é ou não feliz, é preciso esperar pelo fim de sua vida, pois apenas quando isso acontece é que se pode analisar se as coisas vividas por ele podem ou não torná-lo digno de ser chamado venturoso, visto que “(...) a muitas pessoas a divindade dá um lampejo de ventura para depois aniquilá-las totalmente”³⁴³. Heródoto, portanto, possui sensibilidade para o que é histórico e mutável, apresentando um tipo de compreensão que passará a fazer parte da tópica histórica e que se encontra presente em Lívio, assim como, em Maquiavel. Deixa bem claro o caráter incerto da vida humana pelo fato desta ser marcada pela instabilidade, demonstrando que, mesmo assim, era possível ao homem agir para a conquista de glória e riqueza, como o fez Telos.

Para Maquiavel, a mudança no rumo das coisas causada pela ação inesperada e incontrolável da *fortuna* poderia levar o homem a inovar, podendo sair mais fortalecido dessa experiência. Maquiavel, com base em Lívio, diz que para tornar Roma grandiosa e poderosa, a *fortuna* achou necessário dar-lhe golpes também. Opinião pragmática de um escritor que presenciava uma Florença que recebia constantes golpes, ora de seus próprios cidadãos, ora de estrangeiros. Argumentar que Roma sofrera muitos abalos e que essa experiência lhe ajudou em suas conquistas, parece-nos uma maneira eloqüente de demonstrar que Florença poderia alcançar o mesmo destino, dada a existência de uma natureza humana que torna os eventos semelhantes.

³⁴² Sobre o ideal da “bela morte” entre os gregos, ver: VIDAL-NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. Trad.: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 117.

³⁴³ HERÓDOTOS. Op. cit., livro I, cap. 30-32, pp. 27-29.

Nesse sentido, diz que por vezes ocorrem coisas e acontecimentos [*accidenti*], “(...) aos quais os céus [*cieli*] não querem de modo algum que se proveja”³⁴⁴. São coisas inesperadas, impossíveis de serem controladas pelo homem que, se ocorriam em Roma, a despeito de sua *virtù*, religião e ordem, não há como causar espanto ao acontecer com mais “(...) freqüência em cidades ou províncias que careçam de tais coisas”³⁴⁵. Prelúdio para comentar a respeito do poder do céu [*la potenza del cielo*] sobre as coisas humanas [*cose humane*], mesmo porque conta que Lívio fala acerca disso em abundância e com palavras eficazes. Retoma do historiador romano, a narrativa referente à guerra dos romanos contra os franceses (gauleses), em que os primeiros passaram por grandes adversidades pela vontade dos céus que desejavam que os romanos conhecessem seu poder: o erro dos Fábios, embaixadores romanos, em seu tratamento com os franceses, incitando estes à guerra; o exílio de Camilo, futuro ditador que viria a lutar contra os gauleses, segundo Lívio; a negligência em não nomear um ditador; a escolha dos soldados sem diligência, pois eram muito preguiçosos; a montagem do acampamento pelos tribunos sem a observação antecipada do local e sem o cercamento com fossos e paliçadas e, ainda, a não recorrência a remédios divinos; o combate sem furor e sangue, resultando na fuga dos soldados romanos para Veios e Roma; a fuga de parte dos senadores e a ida de outro grupo para o Capitólio, onde alguns soldados já se encontravam; por fim, a retirada da maior parte de “velhos inúteis”, de mulheres e de crianças para cidades vizinhas e a prisão da outra parte levada a cabo pelos franceses.

São erros sublinhados por Lívio e traduzidos por Maquiavel para seu texto com poucas alterações; erros que, segundo o florentino, não pareciam ter sucedido com os romanos, considerando os bons feitos desse povo durante tantos anos. Acrescenta um comentário de Lívio que encontramos em sua narrativa quando diz que à aproximação repentina dos gauleses, os romanos não tomaram medidas recorrentes em outras guerras, como a nomeação de um ditador: “(...) a tal ponto a Fortuna [*fortuna*] cega os espíritos quando quer tornar seus golpes eficazes”³⁴⁶. Usando essa frase de Lívio, Maquiavel argumenta que os homens que passam por adversidades não merecem ser censurados, assim como, os homens que vivenciam prosperidade não merecem louvores. “Porque no mais das vezes se verá que eles foram levados à ruína ou à grandeza por alguma grande oportunidade que lhes hajam feito os céus [*cieli*], dando-lhes a ocasião [*occasione*] de poder agir virtuosamente, ou privando-os dele”³⁴⁷. Acresce: “E a fortuna [*fortuna*], quando quer realizar grandes feitos, escolhe um homem que

³⁴⁴ ³⁴⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 29, p. 288.

³⁴⁵ Idem, ibidem.

³⁴⁶ TITO LÍVIO, livro V, cap. 37, p. 430, v. I.

³⁴⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 29, p. 290.

tenha tanto espírito e tanta *virtù* que perceba as ocasiões que ela lhe aparece”³⁴⁸. Da mesma forma, quando deseja causar ruínas, escolhe homens que as facilitem. Passagens em que Maquiavel concebe a *fortuna* como uma força imbatível e impossível de ser manobrada pelo homem. Ames analisa essa modificação repentina de Maquiavel, quanto a sua concepção da *fortuna*, como efeito de sua leitura de Lívio. Isso porque o escritor florentino a trata, na maior parte das vezes, como um elemento responsável por apenas parte dos acontecimentos e não como seu determinante³⁴⁹.

Com efeito, através do texto de Lívio, o florentino coloca a *fortuna* como responsável tanto pelas situações adversas impostas a Roma, quanto pelos fatos que agiram no sentido de não tê-la levado à ruína por completo. Por esse motivo, é que a *fortuna* fez com que esses acontecimentos que se deram em Roma repercutissem da seguinte maneira: Camilo não foi morto, mas apenas exilado; Roma foi tomada pelos franceses, mas não o Capitólio; a fuga do exército romano para Veios e o exílio de Camilo em Árdea contribuíram para que um grupo de soldados fosse montado com vistas a salvar a pátria. Menciona ainda que poderia aduzir alguns exemplos modernos para efeitos de confirmação de seu argumento; porém, não achou necessário fazê-lo, visto que o exemplo dos romanos foi suficiente. Conclui, pois, com a seguinte dedução:

Afirmo de novo: a pura verdade, demonstrada por todas as histórias, é que os homens podem seguir [*secondare*] a fortuna, e não se opor a ela; podem tecer os seus fios, e não rompê-los. Por isso, nunca devem desistir; porque, não sabendo qual é a finalidade dela, e visto que ela anda por vias oblíquas e desconhecidas, é sempre preciso ter esperança, e, esperando, não desistir, seja qual for a fortuna e o sofrimento em que se encontrem³⁵⁰.

A fortuna, pois, coloca o homem em situações prósperas e adversas e a eles cabe tecer seus fios, acompanhar seu ritmo para não se opor a ela. Compreensão distinta daquela observada em *O príncipe* em que Maquiavel responsabiliza a *fortuna* por apenas metade das coisas humanas. Por outro lado, apresenta uma considerável aproximação com Lívio ao pensá-la como culpada pelas desordens que avassalavam Roma. Os romanos estavam, para ambos, em posição mais fraca diante dos franceses/gauleses, o que explicam pela *fortuna*; no entanto, Lívio admite que o comandante gaulês soube elaborar uma boa estratégia com base

³⁴⁸ Idem, *ibidem*.

³⁴⁹ AMES, José Luiz. Op. cit., p. 120.

³⁵⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 29, p. 291.

na razão: “Assim, não só a sorte [*fortuna*], mas também a razão [*ratio*] estavam do lado dos bárbaros”³⁵¹. Diz, por outro lado, que da parte dos romanos nem os chefes nem os soldados pareciam ser romanos, de tal modo que durante a marcha dos gauleses sobre Roma, os homens com capacidade militar, os senadores, com suas mulheres e filhos, foram obrigados a se refugiarem no Capitólio e na cidadela, visto ser uma circunstância que tornava inviável a defesa da cidade. Mas, Lívio diz que os romanos não agiram de maneira vergonhosa, ressaltando que essas ações foram, na verdade, precauções para que a cidade não fosse por completo destruída. Do Capitólio e da cidadela, eles defenderiam os deuses, os homens e o nome de Roma, assim como, os flâmines, os sacerdotes e as vestais resguardariam os objetos de cultos.

Maquiavel coloca parte dessas precauções como efeito da intervenção da *fortuna* que, por sinal, não quis que Roma fosse arruinada por completo. Já Lívio vê aí indícios de patriotismo daqueles que lutaram para defender a cidade, de tal forma que mais na frente da narrativa nos conta a respeito de Camilo, escolhido ditador e responsável pela “refundação” de Roma após esta ter sido assolada pelos gauleses. Lívio coloca que os anciãos dirigiam exortações aos jovens que foram com eles até o Capitólio e à cidadela, pois a sua coragem era o “(...) que restava da sorte [*fortuna*] de uma cidade vitoriosa em todas as guerras durante trezentos e sessenta anos”³⁵². Os romanos tinham apenas a *uirtus* a seu favor e precisavam lutar contra a *fortuna* que abria espaço para a penetração dos gauleses em Roma; povo que causou uma imensa destruição física na cidade, mas que não atingiu por completo a *uirtus* de seus cidadãos, a exemplo de Camilo que foi o responsável por sua “refundação”. *Uirtus* que lembra a idéia de permanência e de imortalidade, ao passo que *fortuna* se associa àquilo que transgride, modifica, viola. O historiador romano considera que por mais que a *fortuna* provoque a ruína na cidade de Roma, haverá sempre uma *uirtus* que a domará e que é localizada por ele em seu presente na figura do *princeps* Augusto, o responsável pela “refundação” da cidade.

O próprio Maquiavel, ainda que tenha se referido a uma espécie de onipotência da *fortuna*, idéia bastante atípica dada a recorrência com que costuma tratá-la como domável, no capítulo que segue este que analisamos, apresenta um argumento em que acentua o poder da *virtù*, colocando-a como preponderante em relação à *fortuna*. O ex-secretário florentino quer mostrar que Roma, até conseguir se tornar grandiosa, passou por muitos azares da sorte,

³⁵¹ TITO LÍVIO, livro V, cap. 38, p. 432, v. I.

³⁵² TITO LÍVIO, livro V, cap. 40, p. 434, v. I.

enfrentando as adversidades e, com isso, se tornando mais poderosa. Persuasiva mensagem àquelas cidades italianas que, em seu tempo, enfrentavam reveses políticos, sobretudo no tocante à presença de estrangeiros em seus espaços. Tanto ele como Lívio, ao menos no último exemplo analisado, colocam a *fortuna* como causadora de transformações e de situações inesperadas, as quais poderiam ser controladas pelo homem ao enfrentarem-nas com sua virtude. Maquiavel, portanto, para realçar o lugar da *virtù* na definição das coisas humanas, comenta que os romanos nunca conquistaram cidades através do uso de dinheiro, mas o fizeram com sua *virtù* militar. Exemplo bastante atraente para uma cidade do perfil de Florença que, segundo ele, era um estado fraco e por isso conferia dinheiro aos seus vizinhos para comprar sua amizade, visto ser desprovida de exército e de valentia que a estimulasse a lutar por conta própria. Diz que o rei da França também agia assim, preferindo “proveitos imediatos” (*um presente utile*) a coisas que garantissem uma felicidade mais duradoura aos estados³⁵³. Disso, constata que há uma grande diferença entre o procedimento das repúblicas antigas e as atuais:

Vêm-se também por isso, todos os dias, perdas miraculosas e miraculosas conquistas. Porque onde os homens têm pouca *virtù*, a fortuna mostra o seu poder; e, assim como ela varia, variam também com freqüência as repúblicas e os estados; e variarão sempre, até que surja algum grande amante da antiguidade que a governe de tal modo que ela não tenha por que mostrar, a cada giro do sol, todo o seu poder³⁵⁴.

Aqui, podemos encontrar um argumento para questionarmos o valor absoluto que Maquiavel confere à *fortuna* na passagem analisada anteriormente. Isso porque por mais que ressalte o seu poder, Maquiavel deixa claro que ela só se torna soberana a partir do momento em que não há uma *virtù* capaz de confrontá-la e impedir suas contínuas variações. Entende que as mudanças são inevitáveis, porém acredita que por mais que as coisas não sejam eternas, é possível manter uma república ou um principado por um tempo mais longo se seus governos adotarem os modelos já utilizados outrora pelos antigos/ romanos. Neste caso, para Maquiavel, as variações “negativas” trazidas pela *fortuna* só poderão ser aniquiladas no momento em que aparecer um homem que se preocupe em imitar a antiguidade. Um homem cuja *virtù* pudesse vencer o poder da *fortuna* e que constitui um arquétipo que teria existido em abundância na Roma liviana. Porém, ainda não percorria os espaços de Florença que

³⁵³ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 30, p. 293.

³⁵⁴ Idem, ibidem, pp. 295-96.

continuava sendo governada pela *fortuna* e, portanto, sentia freqüentemente o peso da instabilidade das coisas humanas. Imitar os romanos seria uma saída para que os florentinos experimentassem um mínimo de estabilidade, pois aqueles eram plenos de *virtù*. Maquiavel, portanto, se refere ao passado romano como um tempo em que a *virtù* se sobrepunha às tribulações colocadas pela *fortuna*, ao passo que analisa o seu presente como um tempo cheio de aflições e de conflitos que até então não eram solucionados. Daí que a *fortuna* parecia se sobrepôr à *virtù*. Admite que as coisas humanas sejam marcadas por desejos e conflitos, mas constrói toda uma argumentação no sentido de mostrar que esses elementos podem ser extirpados, propondo a imitação dos romanos que, com efeito, viveram muitos conflitos e passaram por muitas variações; porém, sua *virtù* conseguiu domá-los.

Maquiavel discorda de muitos escritores, como Plutarco e Lívio, que defendiam a idéia de que para a conquista do império, o povo romano foi favorecido mais pela *fortuna* do que pela *virtù*. Destaca que Plutarco constrói seu argumento afirmando que “(...) isso é demonstrado pela confissão do próprio povo, que reconhecia ter recebido da fortuna todas as suas vitórias e edificava mais templos à Fortuna do que a qualquer outro deus”³⁵⁵. Idéia que diz ser corroborada por Lívio que, ao falar da *virtù* de algum romano, geralmente acrescenta a fortuna. Com efeito, Lívio costuma argumentar que a grandeza de Roma já havia sido traçada pelo destino (*fatum*), termo que Maquiavel traduz como *fortuna*: “Mas o destino [*fatis*] exigia, creio eu a fundação desta grande cidade e a criação do maior império do mundo abaixo do poder dos deuses”³⁵⁶. Argumento retórico que Lívio usa numa parte do texto que antecede a narrativa da fundação de Roma pelos gêmeos Rômulo e Remo e que serve para demonstrar ao seu leitor corrompido que o poderio de sua amada cidade já estava garantido pela vontade dos deuses e que não era admissível que esse destino fosse mudado. O que significa que mesmo com a corrupção presente por todos os cantos da cidade, Roma poderia ser “restaurada”, visto que possuía o destino (*fatum*) inexorável de ser o “maior império do mundo”. Para Maquiavel, a grandeza de Roma tem a ver com sua *virtù*, suas leis e suas ordenações; todas associadas ao domínio humano. Opinião que o leva a discordar das visões de Lívio e de Plutarco, para os quais, segundo ele, foi a *fortuna* a responsável pela grandeza de Roma³⁵⁷.

Lívio defende que a *uirtus* dos indivíduos não deve sofrer mudanças provocadas pelos ardis da *fortuna*, pois elas são sinais de corrupção; no entanto, em toda a sua obra narra situações que evidenciam o contrário. O que tem a ver com o fato de que, por mais que ele se

³⁵⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 1, p. 181.

³⁵⁶ TITO LÍVIO, livro I, cap. 4, p. 25, v. I.

³⁵⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 1, pp. 181-82.

oponha às ações viciosas dos homens, elas aparecem com frequência em sua narrativa, mesmo porque é preciso trazê-las à memória para que elas sejam evitadas em seu tempo. Disso, entende-se que Lívio se distingue sobremaneira da perspectiva platônica porque aborda exaustivamente as transformações de Roma, na medida em que historiciza os costumes de seus cidadãos a fim de mostrar como nasceram e como foram sendo estragados. Aproxima-se de Maquiavel ao pôr em vista as mudanças, mas o florentino dele se afasta sutilmente por não lamentá-las, na medida em que interessa-se mais em propor maneiras pragmáticas voltadas para a renovação que poderia tornar Florença uma república mais forte e segura. Não olha o passado com nostalgia, mas o concebe como uma referência com base na qual o presente poderia se reorientar. Passado, aliás, que recebe uma série de ajustes para que ganhe inteligibilidade no séc. XVI; de tal forma, que Maquiavel convida seus contemporâneos a se espelharem nos exemplos que constituem seus *Discursos* e não naqueles presentes no texto de Lívio. Este, por sua vez, faz questão de assinalar a corrupção que foi aos poucos tomando conta de Roma para persuadir com maior força o leitor de seu tempo de que era preciso a “refundação” da cidade. De toda forma, ambos acreditam na possibilidade da renovação de uma cidade acentuadamente corrompida.

É o que Maquiavel argumenta no primeiro capítulo do livro III dos *Discursos* quando afirma que as coisas do mundo saudáveis são aquelas que sofrem alterações que as renovam ao levá-las de volta a seus princípios. De imediato, considera a finitude das coisas: “a grande verdade é que todas as coisas do mundo têm seu tempo de vida [*termine della vita*]”³⁵⁸. Porém, as que seguem o curso que lhes é estabelecido pelo céu [*cielo*] não se desordenam, visto não passarem por mudanças ou, se o passarem, são mudanças que as renovarão. Em se tratando de corpos mistos, como as repúblicas, as alterações saudáveis são aquelas que as renovam levando-as para suas origens [*principii*]:

Portanto, são mais bem ordenadas e têm vida mais longa aquelas que, mediante suas ordenações, podem renovar-se muitas vezes, ou que, por algum acontecimento [*accidente*] independente de tal ordenação, procedem a tal renovação [*rinnovazione*]. E é mais claro que a luz o fato de que, não se renovando, tais corpos não duram³⁵⁹.

³⁵⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro III, cap. 1, p. 305.

³⁵⁹ Idem, ibidem.

A durabilidade da liberdade romana, por exemplo, teve relação com as renovações que seus homens promoveram nas ordenações de acordo com os acontecimentos que iam vivenciando. Portanto, se uma ordenação é violada e sofre mudanças, é preciso que seja renovada no sentido de ter sua forma inicial restituída. Trata-se de uma visão bastante próxima da noção de “refundação” de Roma presente em Lívio, que não só acreditava que a cidade poderia ser “restaurada”, como também afirmava que já em seu tempo, no principado de Augusto, sinais de “paz” e renovação podiam ser vistos: “(...) no reinado de César Augusto, após a batalha de Ácio, quando os deuses permitiram que a nossa geração pudesse ver restabelecida a paz na terra e no mar”³⁶⁰; “Ouvi pessoalmente César Augusto, que construiu e restaurou todos os nossos templos (...)”³⁶¹; “(...) que perdure o amor por essa paz na qual vivemos e a preocupação em manter a concórdia entre os cidadãos”³⁶². Tácito comenta a respeito de uma relação de *amicitia*³⁶³ entre ambos que defendiam idéias parecidas, sobretudo no que toca à necessidade de restabelecimento dos costumes e das instituições tradicionais romanas³⁶⁴.

Lívio se refere a uma *secunda origine* de Roma guiada por Camilo que é colocado como o refundador da cidade após esta ter sido avassalada e incendiada pelas tropas gaulesas³⁶⁵. Faz uma espécie de prefácio no livro VI ao resumir o que narrou nos cinco livros anteriores, expondo que passará a relatar “(...) os acontecimentos ocorridos após o ressurgimento da cidade [*renatae urbis*] que, por assim dizer, nasceu novamente com mais vigor e fecundidade”³⁶⁶. Roma renasceu ao desfrutar de uma *secunda origine* que lhe permitiu voltar a seu princípio (*stirps*)³⁶⁷. Situação comparável ao que estava ocorrendo na Roma de Augusto que, conforme Lívio, teria apaziguado as lutas civis da cidade ao lhe devolver a “paz”. Mazarino diz que com a ascensão de Augusto à condição de *princeps* houve uma reestruturação da política e os medos desapareceram, pois Roma e suas províncias estavam salvas. A própria noção de “decadência” foi extirpada do vocabulário daqueles que fizeram

³⁶⁰ TITO LÍVIO, livro I, cap. 19, p. 45, v. I.

³⁶¹ Idem, ibidem, livro IV, cap. 20, p. 325, v. I.

³⁶² TITO LÍVIO, livro VIII, cap. 19, p. 234, v. II.

³⁶³ TÁCITO. *Anais*. Trad.: J. L. Freire de Carvalho. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre/Recife: W. M. Jackson Inc. Editores, 1965, livro IV, cap. 34, p. 174.

³⁶⁴ Discutimos a respeito dessa relação com mais afinco em nossa monografia de graduação. Cf.: CORDÃO, Michelly P. S. *Olhares sobre a historiografia antiga: diálogos com Tito Lívio*. Campina Grande: UFCG, 2007 (orientação: Prof.^a Marinalva Vilar de Lima).

³⁶⁵ TITO LÍVIO, livro V, cap. 38-55, pp. 431-54, v. I.

³⁶⁶ Idem, ibidem, livro VI, cap. 1, p. 9, v. II.

³⁶⁷ Raiz, origem, princípio. Cf.: FARIAS, Ernesto. Op. cit., p. 518.

parte da segunda geração a partir de Augusto³⁶⁸, pois acreditava-se que Roma estava reabilitada ou já teria passado por um processo de “refundação”.

Compreensão que em muito se aproxima daquela encontrada no livro II da obra de Lívio, em que este narra o contexto de inícios da república, colocando-o como um período de renovação de Roma que recebeu novas instituições e restaurou as antigas a fim de efetivar sua liberdade. Lívio, porém, mostra que mesmo vivenciando momentos tão adversos, a exemplo da derrota pelos gauleses, narrada no livro V, os romanos conseguiram se reerguer ao imprimir uma resistência diante da má fortuna. O espaço da cidade foi devastado, a plebe fugiu para Veios, o Capitólio foi invadido. Porém, com a intervenção do virtuoso Camilo, a cidade foi restaurada em todos os níveis: religioso, cívico e físico³⁶⁹.

Miles argumenta que foi através de um discurso apaixonado que Camilo conseguiu convencer seus concidadãos a permanecer em Roma e a reconstruí-la. Romano que distinguia-se pela expressão de duas lealdades: a Roma e aos seus deuses. Miles diz ainda que Camilo associa-se aos fundadores originais de Roma e ao estadista que se destacava na época de Lívio: Augusto³⁷⁰. Para este autor, Lívio apresenta fortes paralelos entre Rômulo, Camilo e Augusto, evidenciando a idéia de ciclo da história, mas ressalta que os conceitos de “refundação” e de “declínio”, se vistos separadamente, não são suficientes para constituir uma seqüência cíclica; é preciso pensá-los como complementares. Acredita existir um paralelismo entre o declínio de Roma após a tomada de Veios e aquele que Lívio visualiza em sua própria época; da mesma forma, a “refundação” de Roma empreendida por Camilo provoca a lembrança da fundação original feita por Rômulo e, ainda, prefigura um possível feito de Augusto:

Assim, enquanto Lívio descreve explicitamente uma seqüência de fundação, declínio e refundação de Rômulo a Camilo, implicitamente sugere a possibilidade de uma segunda seqüência desde a refundação por Camilo passando pelo declínio da última república descrito no prefácio, até a possibilidade de uma nova refundação por Augusto³⁷¹.

Trata-se de eventos que demonstram como se dá o cumprimento do “ciclo” que levou Roma, em diferentes momentos, da corrupção à “refundação”: em primeiro lugar, a busca por

³⁶⁸ MAZZARINO, Santo. *O fim do mundo antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 33.

³⁶⁹ TITO LÍVIO, livro V, cap. 49-55, pp. 445-54.

³⁷⁰ MILES, Gary B. Op. cit., pp. 13-14.

³⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 20.

riqueza e outros “excessos” distancia os romanos de sua lealdade e da religião tradicional, deixando a cidade ameaçada por inimigos estrangeiros e sob o perigo de ser abandonada por seus próprios cidadãos; em segundo lugar, aparece um refundador cuja tarefa consiste em salvar a cidade de seus perigos, em convocar o povo para que retorne às virtudes tradicionais para que, por fim, a mesma seja restabelecida.

Não são raras as situações em que visualizamos reformas em Roma: no período da monarquia, o segundo rei, Numa Pompílio, planejou um conjunto de reformas na cidade com a intenção de fundá-la novamente, mas sem esquecer os “bons costumes”, pois estes deveriam ser mantidos³⁷². As transformações são positivas desde que revivifique os costumes tradicionais, ao invés de afetá-los. Lívio apresenta ao longo de sua obra o argumento de que os costumes romanos foram com o passar do tempo sendo corrompidos pela ambição, perfídia e demais vícios de alguns homens e mulheres e que era necessário a retomada das ações virtuosas do passado, assim como, um esquecimento das ações viciosas, para que a cidade pudesse ser “refundada”. Maquiavel apropria-se desse argumento ao considerar que todos os princípios das seitas, repúblicas e reinos são marcados por alguma bondade, a qual, com a passagem do tempo, se corrompe e, desse modo, para que aqueles se conservem precisam voltar-se para seus princípios. Trata-se de uma concepção semelhante à noção de “idade de ouro” que aparece na obra de poetas contemporâneos a Lívio, a exemplo de Horácio³⁷³. Poeta que representa a “idade de ouro” associando-a ao contexto da “paz” de Augusto que teria conduzido o povo romano a um lugar cheio de harmonia. Em um de seus poemas, Horácio chama o leitor para fugir aos males de uma “ímpia geração”³⁷⁴ e para se dirigir a lugares onde

(...) o tigre ao cervo crie,
o milhafre à pombinha unir-se venha,
o rebanho confiante ao fero lobo
não tema e o bode, lisa a pele, da água
do mar se dessedente (...) ³⁷⁵.

Horácio coloca que até a água do mar matará a sede do bode; que o lobo conviverá harmonicamente com o rebanho. Todos se encontram numa perfeita paz, ao passo que apenas o “povo indócil” permanece no “lugar maldito”³⁷⁶. O poeta cria um cenário campestre, ao

³⁷² TITO LÍVIO, livro I, cap. 19, p.45, v. I.

³⁷³ HORÁCIO. *Odes e epodos*. Trad.: Bento Prado de Almeida Ferraz. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

³⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 233.

³⁷⁵ Idem, *ibidem*.

³⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 235.

qual Augusto costumava se associar para se construir como um “homem simples”. Espaço de “felizes campos” e “ilhas fortunadas”; de “terra fértil” onde a vinha florescia; de “montanhas elevadas” e campos em que chuva e sol se equilibravam. A violência inexistia nesse lugar e nenhuma doença penalizava os rebanhos. Representação da “idade de ouro”, para onde os romanos deveriam afluir a fim de se desviarem da corrupção dos costumes que pairava sobre Roma:

(...) Essas paragens, Jove
 as reservou para uma raça pia,
 quando inquinou de ferro a *idade de ouro*;
 endureceu os séculos, primeiro,
 com o bronze; depois, mais com o ferro,
 dos quais fuga se deu ao homem pio,
 sendo eu próprio o profeta que o predisse³⁷⁷.

Beltrão coloca que segundo Horácio o medo da destruição de Roma foi afastado com o estabelecimento da *pax augusta* e o advento de uma “idade de ouro”³⁷⁸. Noção que tem a ver com o valor às origens que se circunscrevem num tempo mítico, a-histórico, onde as coisas possuem uma essência. Daí é que deriva a valorização do passado e a necessidade de para ele retornar-se³⁷⁹. Passado que parecia intocável pelos males postos pela *fortuna* e que havia sido retomado por Augusto. Maquiavel não se refere à existência de uma “idade de ouro”, talvez pelo próprio caráter pragmático de sua escritura. Mas, recepciona dos antigos a noção de tempo circular que pode ser observada em Lívio na medida em que este historiador defende a idéia de que era preciso restituir ao presente uma série de valores e costumes do passado. Aliás, por vezes, Lívio demonstra uma certa discordância ou desconfiança com as novidades que vão sendo criadas pelos romanos, a exemplo das novas leis ou dos acréscimos feitos às do tempo da realeza.

Ao narrar a respeito das primeiras instituições da república, Lívio faz questão de enfatizar como os romanos tiveram a preocupação de manter várias marcas das instituições antigas. A própria criação do consulado não extinguiu a presença de um poder régio, visto que a diferença em relação à realeza se resumia ao fato de que se passou a ter dois magistrados, cujo mandato se restringiu a um ano para que fossem evitadas atitudes tiranas. Logo, “os

³⁷⁷ HORÁCIO. Op. cit., p. 237.

³⁷⁸ BELTRÃO, Claudia. Op. cit., p. 7.

³⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 6.

primeiros cônsules mantiveram todos os direitos [*iura*] e todas as insígnias da realeza”³⁸⁰. Lívio sente dificuldade em aceitar as mudanças bruscas, admirando a preocupação dos romanos em manter alguns elementos da realeza: o Senado se mantém tendo recebido acréscimos de membros, que chegaram a trezentos; cria-se um *rex sacrorum* (rei dos sacrifícios) para realizar alguns sacrifícios públicos que antes o eram pelos reis. O objetivo era evitar que os cidadãos começassem a sentir a falta dos mesmos e fossem se acostumando com a nova situação política da cidade³⁸¹. Seja como for, parece-nos visível a dificuldade de Lívio em aceitar as transformações das coisas, sobretudo quando se tratava de mudanças que feriam os costumes tradicionais, fundados outrora sob os auspícios divinos e humanos.

Vale a pena observar que Maquiavel também aconselha aqueles que desejam transformar um estado antigo numa cidade livre e nova a conservarem as coisas antigas, a exemplo do que fizeram os romanos quando da mudança da realeza para a república. Ainda que haja uma mudança completa em relação às ordenações antigas, é preciso, ao menos, parecer conservá-las, visto que o comum dos homens “(...) muitas vezes se comovem mais com as coisas que parecem ser do que com as que são”³⁸². Mantiveram o mesmo número de lictores (doze) dos reis para os cônsules; na ausência do rei, criaram o *rex sacrificorum* para substituí-lo nos sacrifícios anuais: “Porque, visto que as coisas novas alteram as mentes dos homens, debes empenhar-te para que tais alterações conservem o máximo possível das antigas”³⁸³. As mudanças eram inevitáveis, porém não precisavam provocar o completo esquecimento das coisas que as antecedia. Sob esse argumento, Maquiavel opina a respeito do uso da artilharia nas guerras considerando-a um recurso útil desde que não fosse o substituto dos modos antigos (infantaria e cavalaria), mas o seu complemento. Discorda da opinião de muitos segundo a qual seus contemporâneos não demonstravam *virtù*, como o faziam os antigos, em virtude da presença da artilharia.

No entanto, ainda que leve em consideração os perigos da artilharia, pois os comandantes ficam mais expostos a serem atacados, independentemente do lugar onde estiverem, salienta que são perigos que causam poucos danos, visto que “(...) as praças-fortes bem protegidas não são escaladas, e ninguém as assalta com meios fracos”³⁸⁴. O uso da artilharia poderia, pois, prevenir a exposição do exército a outro, visto que serviria para deixar as fortalezas mais bem protegidas de possíveis ataques. Portanto, elogia essa “novidade”

³⁸⁰ TITO LÍVIO, livro II, cap. 1, p. 106, v. I.

³⁸¹ Idem, ibidem, cap. 2, p. 106, v. I.

³⁸² MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 25, p. 87.

³⁸³ Idem, ibidem, p. 88.

³⁸⁴ Idem, ibidem, livro II, cap. 17, p. 244.

moderna, considerando que a ausência de *virtù* entre os homens não se deve à artilharia, mas às más ordenações e à fraqueza do exército. Finaliza o argumento discordando da informação de que a guerra passará a ser feita apenas com o recurso da artilharia, defendendo que um exército com *virtù* não poderá menosprezar os instrumentos antigos, a infantaria e a cavalaria: “(...) a artilharia é útil a um exército desde que acompanhada pela antiga *virtù*; mas, sem esta, será de todo inútil contra um exército virtuoso”³⁸⁵.

Demonstra-se bastante condescendente com o “novo” no mesmo nível que o é com o “antigo”, optando por uma convivência entre ambos. O conservadorismo que marca a escrita liviana praticamente se evapora no texto de Maquiavel que, aliás, coloca também acontecimentos modernos como exemplares. Culpa os príncipes modernos que não possuem sabedoria para enxergar, a partir de exemplos antigos e modernos, que é preciso fazer reviver as boas ordenações, sejam elas antigas ou modernas:

(...) mas é tanta a infelicidade destes tempos que nem os exemplos antigos e modernos nem a confissão dos erros são suficientes para fazer que os príncipes modernos apercebam e pensem que, para dar boa reputação à milícia duma província ou dum estado, é preciso ressuscitar essas ordenações, tê-las em vista, dar-lhes reputação, dar-lhes vida, para que elas lhe devolvam vida e reputação³⁸⁶.

Trata-se de uma referência à infantaria vista por ele como uma boa ordenação que chega a superar a cavalaria, conforme evidenciam os exemplos antigos e modernos. Maquiavel aproveita, em seguida, para estender os elogios a todas as ordenações antigas e para dizer que se os homens de “nossos séculos corrompidos” acreditassem nesse argumento, as repúblicas e os príncipes cometeriam menos erros³⁸⁷. Talvez por isso é que mostra-se favorável à renovação (*rinnovazione*) dos princípios das coisas que dizem respeito às repúblicas. Maquiavel considera que ela ocorre por motivações externas ou internas. Sobre a primeira possibilidade, coloca que foi necessário a Roma ser tomada pelos franceses (gauleses), “(...) para renascer e, renascendo, ganhar nova vida e nova *virtù*; e também retomar a observância da religião e da justiça, que lá começavam a macular-se”³⁸⁸. Comenta, anteriormente, que no momento em que foram combater os franceses, os romanos já não respeitavam a cerimônia religiosa e, portanto, as boas constituições estabelecidas por Rômulo

³⁸⁵ Idem, *ibidem*.

³⁸⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 18, pp. 249-50.

³⁸⁷ Idem, *ibidem*, cap. 19, p. 251.

³⁸⁸ Idem, *ibidem*, livro III, cap. 1, p. 306.

e demais príncipes já não eram prezadas, de modo que a vida livre não estava sendo conservada.

Portanto, para o escritor florentino, a derrota dos romanos para os franceses foi uma espécie de aviso da *fortuna* para que houvesse uma renovação da cidade a partir da retomada de suas primeiras ordenações e para que “(...) se mostrasse àquele povo que não só era necessário manter a religião e a justiça, mas também prezar os bons cidadãos e levar mais em conta a *virtù* deles, em vista de suas obras, do que as vantagens pessoais de que parecessem carecer”³⁸⁹. Confirma que com a “retomada de Roma”, as ordenações da religião antiga foram renovadas e aqueles que não tinham sido punidos o foram. Retomada que se deu ou por *virtù* de um homem ou de uma ordenação. “Quanto a esta última, as ordenações que fizeram a república romana voltar aos seus princípios foram os tribunos da plebe, os censores e todas as outras leis contra a ambição e insolência dos homens [*uomini*]”³⁹⁰.

Neste sentido, lista um conjunto de “execuções” (aplicações da lei), realizados pelos romanos antes da tomada de Roma pelos franceses/ gauleses: morte dos filhos de Bruto, de Mânlio Capitolino, do filho de Mânlio Torquato, entre outros. Fatos que considera extraordinários e notáveis, pois faziam com que os homens voltassem aos princípios das coisas. Maquiavel acredita na idéia de que as coisas são criadas pelos homens, degeneram-se, dada a natureza corruptível de seus criadores e, por fim, podem ser renovadas, desde que haja um retorno aos seus princípios. Compreensão cíclica do tempo que constitui uma recepção de Lívio, visto que este historiador se refere à fundação, à corrupção e à “refundação” de Roma. Recepção ainda mais evidente da obra de Políbio, que construiu a teoria dos ciclos referente às seis formas de governo: autocracia, monarquia, aristocracia, oligarquia, democracia e oclocracia³⁹¹. A monarquia, a aristocracia e a democracia são as três formas de governo naturais e as outras três nascem da corrupção que as atinge. Para ele, as formas de governo surgem, se desenvolvem, crescem, se transformam e chegam ao fim através de uma “lei natural”. Esquema teórico que utiliza para explicar a situação política que visualizava na Roma do séc. II a.C., que vivia a plenitude de seu poderio, mas que, tão logo, sofreria um “declínio natural”. Prognostica a “decadência” do império romano, sob o argumento de que se todas as formas de governo tendem a cair, o mesmo ocorrerá com a constituição romana³⁹².

³⁸⁹ Idem, *ibidem*.

³⁹⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro III, cap. 1, p. 307.

³⁹¹ POLÍBIOS. Op. cit., p. 327.

³⁹² Idem, *ibidem*, p. 331. Sobre o conceito de “decadência”, ver: MAZZARINO, Santo. Op. cit.

Segundo Almeida Neto, Maquiavel, apropriando-se de Políbio, procurou refletir sobre uma forma de governo para Florença que fosse capaz de resistir ao tempo e de desobedecer a seu ciclo, acreditando que “o ciclo do tempo, ao contrário do que imaginavam os antigos, é, de fato, condicionado pelos próprios homens, que através de suas ações são quem efetivamente produzem os acontecimentos históricos”³⁹³. Enxerga aí uma “marca original da astúcia maquiaveliana”³⁹⁴, visto apresentar um distanciamento em relação à noção polibiana de “lei natural”, responsável pelo começo e pelo fim de todas as formas de governo. Por outro lado, por mais que discorde de Políbio, esse argumento de Maquiavel não nos parece “original”, pois se aproxima da idéia de “refundação” de Roma, presente em Lívio.

Segundo Maquiavel, é necessário a uma cidade ser arruinada para que depois seja conduzida a uma “ordem perfeita”³⁹⁵. É dessa maneira que explica o que chama de “ciclo da ruína à ordem” em sua *História de Florença*:

Costumam as províncias, as mais das vezes, nas mudanças a que são submetidas, da ordem vir à desordem, e novamente, depois, passar da desordem à ordem: porque não estando na natureza das coisas deste mundo o deter-se, quando chegam à sua máxima perfeição, não mais podendo se elevar, convém que precipitem; e de igual maneira, uma vez caídas e pelas desordens chegadas à máxima baixaza, necessariamente não podendo mais cair convém que se elevem: assim, sempre do bem se cai no mal e do mal eleva-se ao bem. Porque a virtude gera tranqüilidade, a tranqüilidade, ócio, o ócio, desordem, a desordem, ruína; e igualmente, da ruína nasce a ordem, da ordem a virtude, e desta, a glória e a prosperidade³⁹⁶.

Clara idéia de que as coisas estão sempre em transformação e que não é possível deter o seu movimento, mesmo porque este é provocado pelos desejos (*appetiti*), que são próprios da natureza humana. É com esse argumento que explica o “ciclo” das seis formas de governo, recepcionado de Políbio, pois coloca que cada uma delas nasce a partir da degenerescência da anterior e assim sucessivamente. Foi assim que ocorreu com o principado, que nasceu da necessidade dos homens possuírem um líder que fosse mais forte e corajoso que todos, e que se degenerou no momento em que seus herdeiros passaram a agir com ganância e ambição, causando o ódio nos demais que, com receio de perder o poder, impuseram a tirania.

³⁹³ ALMEIDA NETO, Manoel. Op. cit., p. 158.

³⁹⁴ Idem, ibidem, p. 148.

³⁹⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 2, p. 13.

³⁹⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Trad.: Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 1998, livro V, cap. 1, p. 229.

Maquiavel ressalta que “(...) quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé”³⁹⁷, pois muitas delas quando passam por infortúnios e não têm discernimento e força suficientes para lidar com eles, acabam se tornando servas de outras repúblicas melhor ordenadas. Parece-nos se tratar de uma referência a Florença. Porém, “(...) supondo-se que isso não ocorresse, uma república seria capaz de ficar passando por tempo infinito de um desses governos a outro”³⁹⁸.

Maquiavel entende que todas as formas de governo são nocivas e explica a perfeição de Roma exatamente por considerar que essa república conseguiu mesclar os “três modos bons” (monarquia, aristocracia e democracia) e, com isso, alcançou a superação da instabilidade causada pelos conflitos internos e pelas paixões individuais. Daí é que Roma alcançou uma “perfeição” ao conseguir resolver o problema da inexorabilidade do “ciclo” das formas de governo e, com isso, a refrear a ação inevitável da *fortuna*. Ainda assim, a sua liberdade foi arruinada a partir dos eventos referentes às lutas agrárias na época dos Gracos no séc. II a.C³⁹⁹. Seja como for, apenas os romanos conseguiram a façanha de derrotar as paixões humanas e controlar a força que provocava transformações e a ruína das cidades: a *fortuna*. Porém, as mudanças das coisas são inevitáveis, pois até mesmo Roma ruiu por culpa das lutas civis. Para o escritor florentino, a instituição de um poder imperial colocado nas mãos de uma única pessoa representou a ruína da república romana. Neste ponto, promove um deslocamento do argumento de Lívio, para quem Roma estava passando por um processo de “refundação” no contexto da ascensão imperial de Augusto.

Para Lívio, por mais que a *fortuna* atuasse negativamente no curso dos acontecimentos, o destino (*fatum*) de Roma de ser “eterna” era inquebrantável. Mesmo porque a própria *fortuna* agia em função de seu cumprimento, até nos momentos que parecia estar contra Roma ao provocar a corrupção da *uirtus*. Argumento interessado de um historiador que estava atrelado à política de Augusto, *princeps* que pretendia “refundar” Roma sob o argumento de que não poderia desviá-la de seu *fatum*. Em Lívio, portanto, *fatum* e *uirtus* aparecem como conceitos essenciais e imutáveis que impediam que a instabilidade das coisas causada pela *fortuna* levasse Roma à total degenerescência. Maquiavel exclui a idéia liviana de um destino inexorável (o *fatum*), preferindo adotar a noção de *fortuna* que produz o movimento aleatório das coisas, provocando acontecimentos que, em parte, podem ser controlados pelos homens. Daí que a instabilidade por ela causada poderia se transformar em

³⁹⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 2, p. 17.

³⁹⁸ Idem, ibidem.

³⁹⁹ Sobre isso, comentamos com mais profundidade no capítulo III deste trabalho.

estabilidade através de uma criação dos homens, as leis, sem as quais uma cidade não perduraria em condição livre⁴⁰⁰.

⁴⁰⁰ Vale lembrar a noção de *politeia*, de Aristóteles, que a caracteriza como sendo uma comunidade política que se define pela *philia* (amizade), virtude que leva os homens a sacrificarem seu bem em função do bem dos outros. Trata-se de um sistema político que, para conquistar durabilidade, não pode ser contaminado pelas relações “pré-políticas” do modo de vida familiar (*bios oikonomikos*), por exemplo, visto que este gera instabilidade. Para ele, a discórdia e os conflitos aparecem na *politeia* quando as relações “pré-políticas”, com seus interesses individuais, as invade. E, nesse sentido, diz que a melhor forma de governo para a *politeia* é aquela que é regulada pelas relações de amizade, que inviabilizam a inveja e o egoísmo, desejos que geram discórdias. Cf.: LEVORIN, Paulo. O ideal republicano: Aristóteles. In: _____. *A república dos antigos e a república dos modernos*. São Paulo: USP, 2001 (tese de doutorado). Portanto, Maquiavel apresenta soluções para uma maior durabilidade da liberdade republicana, seguindo um tipo de exercício freqüente entre os antigos, muitos dos quais, a exemplo de Aristóteles, tentaram resolver o problema da melhor forma de governo, isto é, aquela que conquistasse um maior tempo de duração.

CAPÍTULO III

UMA ROMA MAQUIAVELIANA: “EXPECTATIVAS” PARA A FLORENÇA MODERNA

“Porque muitas coisas tornam aqueles tempos admiráveis, e nestes não há coisa alguma que compense a extrema miséria, a infâmia e o vitupério: pois não há observância de religião, das leis, nem da milícia, e tudo está moldado por todo tipo de imundícia”⁴⁰¹.

O conhecimento que tinha do mundo político da Florença em que vivia, marcada pelos desejos insaciáveis dos homens que estavam sempre descontentes com o que possuíam⁴⁰², estimulou Maquiavel a, de um lado, reatualizar a memória da *virtù* antiga mediante a (re)leitura de Lívio e, de outro, trazer à tona os vícios que reinavam em seu presente. Oscila entre um tempo e outro, reafirmando os vícios do presente para persuadir seus leitores de que era necessário voltar-se para o passado. Movimento que contribuiu para que Maquiavel edificasse Florença como uma cidade vazia que precisava urgentemente ser preenchida pelos valores e instituições que fizeram de Roma uma “boa república”: leis e ordenações, milícias próprias, religião pragmática e *virtù*. Assim, sua cidade poderia ser reordenada e continuaria percorrendo o caminho que no passado havia sido trilhado por Roma. Daí a relevância de reconstruir a memória das ações dos romanos narradas por Lívio, de quem Maquiavel se apropria dando ênfase aos episódios que demonstram a grandeza de Roma e a *virtù* dos romanos; a preocupação em recepcionar uma Roma republicana que teria resguardado os valores da liberdade e as leis e ordenações fundadas ainda nos tempos da monarquia; por fim, a valorização até dos conflitos romanos que, para autores da época, como o próprio Lívio, foram o principal estímulo da ruína da cidade.

Maquiavel defende a liberdade em detrimento da tirania; as leis e ordenações em detrimento da desordem e da corrupção; defende, enfim, a república, ainda que por variadas vezes faça referência à necessidade de se implantar um principado provisório nas regiões em que a corrupção se encontrasse em excesso. Por mais que, na relação com Roma, Florença apareça como o lugar da desordem e da tirania, Maquiavel acreditava que as coisas eram mutáveis e que, portanto, sua cidade poderia se tornar uma república tão gloriosa como o foi Roma. Aos seus contemporâneos, era necessária a “imitação” dos passos já percorridos pelos antigos romanos, cujos rostos, desenhados por Lívio, foram reconfigurados por Maquiavel a partir das demandas próprias de seu tempo. Isso porque Florença possuía algo em comum

⁴⁰¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad.: MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007a, livro II, proêmio, p. 179.

⁴⁰² Idem, *ibidem*, p. 181.

com Roma: estava poluída por contínuos conflitos que a levavam ao caos. Porém, se Roma soube superá-los e se tornar forte e poderosa, Florença não seguia o mesmo caminho e por isso Maquiavel se sente quase obrigado a conferir ensinamentos aos seus governantes fundamentando-se no modelo romano. Seu objetivo era fazer uma interferência política em seu tempo.

Neste sentido, analisamos neste capítulo a maneira como Maquiavel rearticula o tema das leis e ordenações, dos conflitos, da religião e da *virtù* presentes na Roma de Lívio, em que faz uma espécie de reforma, sem abandonar o alicerce já construído por seu autor. Segundo Luciano Perelli, Lívio tinha uma postura incompetente em relação ao campo do direito público e constitucional, assim como, à técnica militar, tendo uma maior propensão a estabelecer esquemas abstratos e retórico-moralistas. Fato que explica por sua ausência de participação nos assuntos políticos e por ter sua origem numa cidade, Pádua, famosa por suas antigas tradições e por sua tendência ao conservadorismo⁴⁰³. Desse modo, ainda que não deixe de tocar no assunto das leis, sobretudo a partir do livro II em que começa a abordar a república, Lívio preocupa-se mais em narrar as tradições romanas, valorizando principalmente aquelas criadas nos primórdios da cidade e que foram determinadas pelos usos e não pelas leis⁴⁰⁴. Maquiavel acaba por fazer uma leitura pragmática, nos moldes polibianos⁴⁰⁵, de uma série de passagens que, na narrativa de Lívio, possui significados de cunho moralista e cívico. Ambos, porém, se assemelham por desejarem imprimir em seus respectivos tempos uma imitação do passado para efeitos de “renovação” no campo da política.

Para Maquiavel, do confronto entre as paixões humanas, causadoras dos conflitos, e a necessidade política de reprimi-las é que são edificadas as leis, cuja função consiste em conferir um mínimo de estabilidade a um mundo governado pelos desejos humanos e pelas ardilosas tramas da *fortuna*. Ocupa-se em narrar tanto os conflitos antigos/romanos, como os modernos presenciados por ele próprio em sua Florença, tecendo elogios àqueles por enxergar seus efeitos positivos e, por outro lado, condenando os de seu tempo que registra por acreditar que dessa maneira poderia indicar o primeiro passo para a sua resolução. Conflitos que são

⁴⁰³ PERELLI, Luciano. Livio. In: DELLA CORTE, F. (dir.). *Dizionario degli scrittori greci e latini*. Bregnano (Como): Marzorati, 1988, p. 1225.

⁴⁰⁴ A palavra latina *mos*, utilizada por Lívio para se referir ao modo/costume de agir tipicamente romano, significa exatamente uma maneira de se comportar definida pelos usos e não pelas leis. Cf.: ERNOUT, A; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932, p. 601.

⁴⁰⁵ Referimo-nos à história pragmática de Políbio, para quem o conhecimento deveria se voltar para a prática política do presente. Os termos gregos *pragma* e *pragmatos* se referem às ações ou aos feitos práticos promovidos pelos homens e que terão utilidade para o futuro. Para mais detalhes, ver: AQUINO, João Emiliano F. A história pragmática em Políbios. In: _____. *Memória e consciência histórica*. Fortaleza: Ed. UECE, 2006.

desde aqueles que ocorrem entre grupos políticos no contexto de uma cidade, até aqueles entre estados, a exemplo das guerras entre Roma e samnitas e entre Florença e França. O primeiro tipo, Maquiavel opta por abordar, principalmente, no livro I, em que sua atenção é direcionada para as coisas ocorridas dentro da cidade de Roma por deliberação pública⁴⁰⁶. Já o segundo tipo de conflito recebe sua atenção no livro II, em que diz que narrará as coisas romanas referentes à expansão do império⁴⁰⁷, ou seja, as ordenações romanas usadas durante as guerras contra seus vários inimigos. Donde, se percebe que seu texto é construído a partir de um jogo entre os conflitos e as leis que servem para contê-los. A própria religião é colocada como uma ordenação necessária para o bem público de uma cidade porque refreia os desejos que levam os homens a se interessar mais pelas coisas privadas. Todas essas ordenações, as leis para o regimento interno da cidade, as milícias próprias e a religião, foram usadas de maneira pragmática por Roma e, agora, deveriam sê-lo por Florença.

Maquiavel endereça o modelo de república romano aos florentinos do séc. XVI com a intenção de que esses pudessem enxergar nos tumultos de sua cidade não seu fim, mas um ponto de partida para uma espécie de (re)começo. Era preciso fazer vê-los ao invés de ocultá-los, diferentemente daquilo que, segundo ele, faziam os escritores de sua época, pois admitir que eles existiam era o primeiro passo para extingui-los. Rememorar os conflitos romanos entre plebe e senado era uma forma de tornar visíveis os conflitos de Florença e, por fim, de convencer os homens de estado dessa cidade que havia meios de aniquilá-los. Bastava apenas imitar os passos já percorridos pelos romanos que conseguiram usar esses conflitos a seu favor ao instituírem leis, a partir deles, para a garantia da liberdade⁴⁰⁸. Maquiavel considera Roma uma cidade que desde seus primórdios foi muito bem protegida por leis (*leggi*) e ordenações (*ordini*) e que, com o passar do tempo, foi adquirindo, cada vez mais, grandeza e poder em virtude da sabedoria e do pragmatismo de seus cidadãos, cujas ações se voltaram para a conquista e a manutenção de sua liberdade (*libertà*). Localiza já no período da fundação um princípio livre da cidade de Roma que não dependia de nenhuma força estrangeira, sendo guiada por leis ditadas por homens do perfil de Rômulo, Numa Pompílio e outros que contribuíram para que a cidade se mantivesse cheia de *virtù* durante muitos séculos⁴⁰⁹. A percepção da servidão de algumas cidades italianas, como a da própria Florença, a estados estrangeiros, parece ter provocado em Maquiavel um maior sentimento de admiração por uma Roma que para ele já nasceu sob leis e ordenações próprias, pois são essas

⁴⁰⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 1, p. 12.

⁴⁰⁷ Idem, ibidem, livro II, proêmio, p. 181.

⁴⁰⁸ Idem, ibidem, livro I, cap. 4, p. 22.

⁴⁰⁹ Idem, ibidem, cap. 1, p. 12.

as responsáveis pela segurança e pelo bem estar de uma república. Cidade onde as leis eram sempre executadas, “porque não creio que haja pior exemplo numa república do que fazer uma lei e não a observar”⁴¹⁰.

São leis e ordenações que, para Maquiavel, foram as mais exitosas por terem sido criadas de acordo com as experiências vividas pelos romanos e não apenas por meros exercícios intelectivos dos legisladores: “(...) no governo daquela cidade sempre eram descobertas novas necessidades [*necessità*] que determinavam a criação de novas ordenações [*ordini*”⁴¹¹. Maquiavel usa a narrativa de Lívio sobre a instituição dos censores⁴¹², por exemplo, para mostrar que ela foi necessária para manter Roma livre, pois tornaram-se árbitros dos costumes da cidade, retardando a sua corrupção. Coloca ainda que o ditador Mamerco corrigiu o erro de ter atribuído a essa magistratura a duração de cinco anos, diminuindo para dezoito meses, o que causou desagrado nos censores. Com isso, argumenta que se até mesmo as cidades com princípio livre têm dificuldades na criação de leis capazes de mantê-las livres, as cidades com princípio servil terão “(...) impossibilidade de ordenar-se de um modo que lhes possibilite viver civil e pacificamente”⁴¹³. Retrato que Maquiavel encaixa na cidade de Florença, submetida no princípio ao império romano e, por longo tempo, a “governo alheio”, a despeito das tentativas de organização de uma república. Nesse ínterim, compara Roma e Florença, insinuando uma inferioridade da segunda por não possuir ordenações próprias, mas estrangeiras. Diz, por exemplo, que em Roma se recorria, em casos de urgente necessidade, ao ditador, um cidadão romano. “Mas, em Florença, bem como nas outras cidades nascidas do mesmo modo, em servidão, esse poder era posto nas mãos de um estrangeiro, que, por mandato do príncipe, cumpria tal encargo”⁴¹⁴. O fato de terem vivenciado um princípio “desordenado” (*disordinato*), causa mais dificuldades para as cidades criarem leis e serem reordenadas, diferentemente de Roma, onde novas razões para criação de leis sempre surgiam.

A importância que Maquiavel confere à criação de novas leis e ordenações pode ser verificada na análise que faz da constituição mista de Roma, sobre a qual diz que foi o acaso, manifestado em alguns eventos, como as disputas entre plebe e patriciado, que a tornou possível. Primeiramente, considera que as primeiras ordenações, estabelecidas durante a realeza por Rômulo e demais reis, tornaram-se insuficientes a partir do momento em que a

⁴¹⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 45, p. 134.

⁴¹¹ Idem, ibidem, cap. 49, p. 144.

⁴¹² TITO LÍVIO, livro IV, cap. 8, p. 311, v. I.

⁴¹³ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 49, p. 145.

⁴¹⁴ Idem, ibidem, p. 146.

cidade conquistou a liberdade. Liberdade que está associada a um regime cuja forma de governo colocou a autoridade nas mãos de três grupos (consulado, nobreza e tribinato da plebe), dos quais considera que o último era mais propenso a guardá-la. Desse modo, ao se referir ao princípio da liberdade conquistada por Roma, momento em que houve a instituição do consulado, adverte que faltava na cidade um governo popular, cuja criação diz que resultou das disputas entre plebe e patriciado. O que não anula sua admiração pelo consulado, representação do poder régio, que se tratava de uma instituição a que se chegava por sufrágio livre e que deixava a cidade distante do perigo de ser governada por um rei fraco ou mau e que tivesse conquistado o poder via herança, fraude ou ambição violenta⁴¹⁵. Maquiavel não revela as várias intrigas políticas que ocorriam em torno das eleições para cônsules e as articulações que os romanos faziam para conquistar tal magistratura⁴¹⁶. São nuances bastante presentes na obra de Lívio e que são pelo florentino excluídas de seu texto talvez pela própria defesa que fazia da república e das leis como eixos que deveriam nortear o exercício político. Queria mostrar para os florentinos que a república romana sempre seguia fielmente suas leis e ordenações e não as infringia, diferentemente daqueles, que agiam irrefreadamente e desfocados do bem coletivo.

Maquiavel explica a origem do tribinato da plebe, ordenação fundamental para a confirmação da liberdade em Roma, afirmando que após a expulsão dos tarquínios e enquanto esses viveram, durante os primeiros passos da república, os nobres romanos costumavam tratar bem a plebe porque tinham receio de que ela pudesse se articular à referida família. Porém, logo em seguida à morte dos tarquínios, “(...) os nobres perderam o medo e começaram a cuspir sobre a plebe o veneno que haviam guardado no peito, ofendendo-a de todos os modos que podiam”⁴¹⁷. Os homens, pois, agem com bondade apenas quando lhes convém e por isso sua maldade não demora vir à tona. Por esse motivo, é que foi necessária a criação de uma ordenação que pudesse refrear as maldades dos nobres: o tribinato da plebe. Apenas após sua instituição, segundo Maquiavel, foi que a república romana tornou-se “perfeita”.

Lívio nos informa acerca da instituição dos tribunos da plebe como uma concessão feita pelos patrícios aos plebeus para fins de reconciliação entre as duas ordens. Conta-nos

⁴¹⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 20, p. 79.

⁴¹⁶ Sobre as disputas políticas em Lívio, tratamos no capítulo IV de nossa monografia de graduação intitulada *Historiografia liviana e civismo: representações sociais da Ab urbe condita libri*. Cf.: CORDÃO, Michelly P. S. *Olhares sobre a historiografia antiga: diálogos com Tito Lívio*. Campina Grande: UFCG, 2007 (orientação: Prof.^a Marinalva Vilar de Lima).

⁴¹⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 3, p. 20.

que Roma estava sob o terror, cheia de distúrbios internos em virtude das variações dos interesses de plebeus e patrícios. Seus soldados – a plebe –, acostumados com o comando do ditador Valério, que havia abdicado do cargo após vitória contra os équos, não aceitavam as ordens dos senadores, que se baseavam no juramento por eles feito para obrigarem-nos a saírem de Roma sob o pretexto de outra guerra contra aquele povo. A revolta se instaurou na cidade, visto que a plebe não aceitava ter que lutar em nova guerra, dado o caráter recente da anterior. Desse modo, acabou planejando o assassinato dos cônsules e, ao resolverem não fazê-lo, optaram por fugir da cidade em direção ao Monte Sacro. Tipo de atitude da plebe que Lívio costuma narrar com uma certa frequência, deixando claro que se trata de uma maneira por ela utilizada para manifestar sua revolta diante das imposições do patriciado. Lívio relata que o patriciado ansiava por reconciliação e concórdia, chegando a enviar um cidadão para convencer a plebe de que ela precisava retornar a Roma. Cidadão que acabou conseguindo o que lhe foi solicitado. Foi nesse contexto que se decidiu que a plebe deveria ter magistrados próprios, cuja função fosse defendê-la dos cônsules⁴¹⁸. Lívio não diz que foram os patrícios os responsáveis por essa decisão, porém não nos parece tão inverossímil supô-lo, visto que eram eles quem ordenavam a cidade.

Lívio não coloca a criação do tribunato como efeito de uma luta dos plebeus para conquistá-lo, mas como uma “concessão” a eles feita para que a cidade voltasse ao equilíbrio, então atingido após altas doses de terror. Já Maquiavel positiva os conflitos entre esses dois grupos por entender que seus efeitos foram benéficos para Roma que, apenas assim, pôde se estabelecer como república mista e perfeita, dada a participação dos cônsules, dos senadores e dos plebeus. Neste aspecto, apropria-se de Políbio para quem o caráter misto da constituição de Roma era o aspecto político que lhe dava perfeição, visto que os três grupos participavam da coisa pública de forma harmônica, que se dava a tal ponto que “(...) seria impossível dizer com certeza se o sistema em seu conjunto era aristocrático, democrático ou monárquico. E tal sentimento era natural”⁴¹⁹. Políbio coloca como cada um dos poderes políticos dependia um do outro para que tivesse suas funções executadas. Assim, os cônsules necessitavam do beneplácito do povo e do senado para empreenderem sua autoridade⁴²⁰; as decisões do senado ficavam a mercê da opinião do povo e podiam ser anuladas caso um único tribuno da plebe a elas se opusesse; por fim, as ações dos tribunos se davam em conformidade com os interesses

⁴¹⁸ TITO LÍVIO, livro II, cap. 32-33, pp. 149-51, v. I.

⁴¹⁹ POLÍBIOS. *História*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1996, livro VI, cap. 11, p. 333.

⁴²⁰ Idem, *ibidem*, p. 336.

do povo⁴²¹ que, por outro lado, era submisso ao senado, bem como, aos cônsules, visto estar sujeito as suas decisões e a sua autoridade⁴²².

Políbio admira a constituição mista dos romanos pela cooperação que observa nos três poderes, caráter que faz dela o melhor sistema político entre todos, no sentido de ter maior durabilidade. Isto porque quando uma das partes conhece a corrupção, as outras a neutraliza, restituindo-lhe o seu lugar de início. Os males que destroem a prosperidade, como a adulação e a ociosidade, geram uma dissonância entre os poderes, pois um anseia por superar os outros⁴²³. Contudo, a composição mista do Estado possui remédios que lhes são intrínsecos para agir contra tais vícios. Trata-se de uma leitura harmoniosa do “império universal” de Roma, pois o que aí prevalecia era um admirável “espírito de equidade”.

Dessa maneira, se Maquiavel se apropriou de Políbio ao defender uma constituição mista, dele se distancia ao abordar os conflitos romanos e, mais do que isso, ao considerá-los necessários para o engrandecimento da cidade. Compreensão que demonstra sua recepção de Lívio, cuja obra é marcada por disputas no seio dos três poderes. Do livro II ao X, em que Lívio narra as conquistas de Roma no espaço da península itálica, sua escrita é permeada por discussões políticas entre a plebe e o patriciado. São disputas entre os tribunos da plebe contra os cônsules e senadores e vice versa, entre os cônsules e os senadores, entre os próprios cônsules, assim como, entre os senadores. Narrá-las contribuiu para Lívio demonstrar, através de exemplos, que foram as guerras internas que levaram Roma à ruína que então presenciava. Para Maquiavel, por sua vez, esses conflitos teriam levado Roma à glória e à perfeição, argumento bastante surpreendente, sobretudo considerando que Lívio foi a base de seus comentários:

E foi-lhe tão favorável a fortuna que, embora se passasse do governo dos reis e dos optimates ao povo, por aquelas mesmas fases e pelas mesmas razões acima narradas, nunca se privou de autoridade o governo régio para dá-las aos optimates; e não se diminuiu de todo a autoridade dos optimates, para dá-la ao povo; mas, permanecendo mista, constituiu-se uma república perfeita: *perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado (...)* [grifo nosso]⁴²⁴.

Toda a parte inicial deste argumento aproxima bastante Maquiavel da tese polibiana, porém a frase que destacamos pode ser vista como uma peculiaridade do florentino visto se distanciar tanto de Políbio como do próprio Lívio. Talvez por isso é que Marie-Rose

⁴²¹ POLÍBIOS. Op. cit., livro VI, cap. 16, p. 337.

⁴²² Idem, ibidem.

⁴²³ Idem, ibidem, cap. 42, p. 338.

⁴²⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 18, p. 19.

Guelfucci vê na leitura positiva que Maquiavel faz dos conflitos entre a plebe e o senado “a originalidade de um pensamento profundamente inovador”⁴²⁵. Tanto assim que, ao ressaltar a necessidade de expor os tumultos romanos ocorridos desde a expulsão dos tarquínios, Maquiavel afirma que o faz contra a opinião de muitos, “(...) segundo a qual Roma foi uma república tumultuária e tão cheia de confusão que, se a boa fortuna e a *virtù* militar não tivessem suprido a seus defeitos, ela teria sido inferior a qualquer outra república”⁴²⁶. Com efeito, os conflitos entre plebe e patriciado foram narrados exaustivamente por Lívio, porém, com tons de negativização, visto vê-los como culpados das “falhas” de Roma. Segundo Maquiavel, todavia, uma república que soube retirar até dos conflitos efeitos positivos não pode ser vista como desordenada, assim como, um povo que promoveu tumultos e com isso conquistou a criação dos tribunos, magistratura responsável pela guarda da liberdade, não pode ser censurado⁴²⁷. Maquiavel lembra que esses escritores antigos esqueceram-se de se referir à necessidade de se ter uma boa ordem através da criação de leis, pois sem essas não haveria também uma boa fortuna. Nesse sentido, considera que aqueles que condenam os conflitos em Roma desconsideram os bons efeitos que eles geravam: “Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a grita que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam”⁴²⁸.

Afirma que dos tarquínios (séc. V a.C.) aos Gracos (séc. II a.C.), por mais de trezentos anos, os tumultos em Roma não resultaram em acontecimentos desfavoráveis ao bem da república. É da desordem que nasce a ordem e Roma é o exemplo por excelência disso, visto ter vivenciado tantos conflitos e, no entanto, ter se tornado o império maior do mundo. Maquiavel faz um jogo de palavras com que articula os bons exemplos aos tumultos: “Porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar”⁴²⁹. Além disso, considera que quem se ocupar de analisar bem o resultado dos conflitos observará que eles não deram origem a exílios ou a violências desfavoráveis ao bem de Roma, mas a leis e ordenações que traziam apenas benefícios à coisa pública. A própria “perfeição” de Roma pareceu resultar, na leitura de Maquiavel, mais da participação do povo do que da harmonia entre os três grupos que formavam a constituição mista, visto deixar bem claro que ela só foi adquirida após os

⁴²⁵ GUELFUCCI, Marie-Rose. Antigos e modernos: Maquiavel e a leitura polibiana da história. In: PIRES, Francisco Murari. *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 113.

⁴²⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 4, p. 21.

⁴²⁷ Idem, ibidem, p. 23.

⁴²⁸ Idem, ibidem, pp. 21-22.

⁴²⁹ Idem, ibidem, p. 22.

conflitos que resultaram na criação do tribunato da plebe. O que já nos fornece alguns indícios de suas concepções de povo (*popolo*) e de república, lembrando que o termo *popolo* na Florença de Maquiavel contemplava os empresários, negociantes e artífices ou artesãos⁴³⁰. Por outro lado, usa também o termo *universalità* em referência a um povo que tem o sentido de público, visto ser contraposto ao particular (*particolare*)⁴³¹. Doutras vezes, em que se refere à multidão em Florença, usa o termo *moltitudine*⁴³². De toda forma, o povo que Maquiavel considerava guardião da liberdade e o que mais aparece em sua obra é o *popolo*, grupo que se constituía dos homens ricos de Florença que era, desde o séc. XIV, uma cidade oficialmente democrática, em virtude de sua constituição, mas que era governada por suas ricas famílias de mercadores⁴³³. *Popolo* que, segundo Maquiavel, tinha a responsabilidade de defender e guardar a liberdade, duas coisas que considerava que a família dos Médici não fazia. Daí as críticas que lhe direciona⁴³⁴.

Maquiavel justifica os vários tipos de tumulto promovidos pelo povo (*popolo*) em Roma (a plebe, no texto de Lívio), quando este gritava contra o senado, corria pelas ruas e fechava o comércio, com o argumento de que “(...) toda cidade deve ter os seus modos para permitir que o povo [*popolo*] desafogue sua ambição, sobretudo as cidades que queiram valer-se do povo nas coisas importantes”⁴³⁵. Por mais que tais acontecimentos assustem, são importantes, visto que em Roma era preciso satisfazer o povo de alguma forma em seus momentos de revolta e levar em consideração seus desejos: “E os desejos dos povos livres [*popoli liberi*] raras vezes são perniciosos à liberdade [*libertà*], visto que nascem ou de serem oprimidos ou da suspeita de que virão a sê-lo”⁴³⁶.

Inversão da compreensão de Lívio para quem o povo⁴³⁷ (*plebs*) não tinha uma preocupação com o bem público, pelo menos não na mesma medida que tinham os patrícios,

⁴³⁰ Informação em nota de rodapé. Cf.: MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Trad.: Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 1998, p. 32.

⁴³¹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro II, cap. 28, p. 287.

⁴³² “Vimos em nosso tempo, tumultos [*novità*] que ocorreram na república de Florença por não poder a multidão [*moltitudine*] desafogar seu ânimo ordinariamente contra um seu cidadão”. Cf.: MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 7, pp. 34-35. Passagem que analisamos mais na frente deste capítulo.

⁴³³ HIBBERT, Christopher. *Ascensão e queda da casa dos Médici: o renascimento em Florença*. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 24. Sobre o contexto de Florença à época de Maquiavel, comentamos no capítulo I deste trabalho.

⁴³⁴ Rousseau, sobre quem comentamos na Introdução, foi um dos principais leitores de Maquiavel a defender seu republicanismo. Cf.: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Trad.: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (coleção Os pensadores), livro III, cap. VI, p. 159.

⁴³⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 4, p. 22.

⁴³⁶ Idem, *ibidem*, p. 23.

⁴³⁷ O povo em Roma, conforme vimos nas representações de Lívio, de início são os plebeus, estrangeiros que, ainda que tivessem riquezas, não possuíam cargos públicos. Daí as disputas recorrentes com os patrícios, os descendentes dos “fundadores” da cidade, a fim de reivindicar deles participação política. Assim, o povo não se

descendentes dos *patres*, cuja honra fez com que ainda no período da realeza fossem escolhidos para fazerem parte de um conselho, o senado, que deveria administrar a cidade junto com os reis⁴³⁸. Trata-se de uma instituição tradicional de Roma que costuma receber freqüentes elogios de Lívio, a exemplo de um comentário que insere ao narrar os conflitos que Roma enfrentava contra os etruscos num momento em que suas forças estavam canalizadas para o estabelecimento da república. Perigo e fome assustavam a cidade, porém, “(...) a generosidade dos senadores [*patrum*] manteve os cidadãos em tal estado de harmonia, que o título de rei passou a ser odiado tanto pelos grandes quanto pelos pequenos”⁴³⁹. Ações que tornaram o senado uma instituição extremamente popular, associada à liberdade. Trata-se de uma informação que Lívio faz questão de adiantar para que quando o leitor viesse a se deparar com a criação do tribunato da plebe, já tivesse uma opinião positiva acerca da instituição senatorial, visto ter sido uma das primeiras fundadas ainda nos primórdios de Roma.

Além de tudo, Lívio demonstra um sentimento de profunda ojeriza em relação aos conflitos entre plebe e patriciado, geralmente culpando a primeira por sua freqüência. Sua posição enquanto aristocrata o influenciou na defesa que costuma fazer do lugar dos patrícios, ao passo que a plebe aparece como agitadora, sobretudo quando age em desacordo com os interesses dos nobres. Agitações que contribuíram para a degenerescência da república e não para sua grandeza, como nos diz o florentino que, neste sentido, se distancia também de Políbio, para quem todas as sociedades políticas fatalmente desaparecerão e o povo é o responsável por isso por se sentir injustiçado diante da ambição de alguns cidadãos e por sua própria empáfia. “Então, impelido por suas paixões, e dando ouvidos apenas aos seus caprichos em todas as decisões, o povo [*démos*] já não consentirá em obedecer ou sequer em ser igual à classe dominante, mas exigirá para si mesmo a primazia em tudo”⁴⁴⁰.

Por seu lado, Maquiavel destila críticas ferozes aos nobres (*grandi*) que segundo ele tinham mais interesse em conseguir poder do que em conservar a liberdade. Razão pela qual os tribunos, além de representarem a participação do povo na administração, foram constituídos sob a incumbência de guardar a liberdade romana, principal elemento que caracteriza uma república, aos olhos de Maquiavel. Nesse sentido, após analisar a situação dos antigos lacedemônios e dos modernos venezianos que colocaram a liberdade sob a guarda dos nobres e a situação dos romanos que a puseram nas mãos da plebe, conclui que Roma

definia enquanto tal por serem “pobres”, do ponto de vista socioeconômico, como se passou a pensar na modernidade, mas por não possuírem um papel político na República, à diferença do patriciado.

⁴³⁸ TITO LÍVIO, livro I, cap. 8, p. 31, v. I.

⁴³⁹ Idem, ibidem, livro II, cap. 9, p. 118, v. I.

⁴⁴⁰ POLÍBIOS, livro VI, cap. 57, p. 348.

merece mais elogios porque a plebe tinha menos interesse em usurpar a liberdade e se tornar poderosa. Isso porque tinha como único desejo não ser dominada e manter a liberdade já conquistada. Os nobres, por outro lado, tinham mais interesse em estabelecer a dominação e conquistar mais poder e por isso eram mais nocivos à república⁴⁴¹. Em resumo, para Maquiavel, a plebe desejava apenas não ser oprimida ao passo que os nobres queriam oprimir; contendas entre esses dois humores (*umori*) que resultaram na constituição do tribunato da plebe e, logo, de um governo misto, responsável pelo equilíbrio de Roma.

Maquiavel evidencia a importância dos tribunos na reconstrução que faz do exemplo narrado por Lívio a respeito de uma atitude impositiva de Coriolano face à plebe. Nobre romano que lhe propôs castigo num momento em que a cidade estava bastante desprovida de víveres. Acabou recebendo apoio dos demais nobres, que estavam irritados com a plebe em virtude da autoridade que esta tinha conquistado com a instituição dos tribunos. Maquiavel diz que o povo quase matara Coriolano quando este saiu do senado, sendo impedido pelos tribunos que levaram o nobre romano para defender sua causa a partir de modos ordinários/legais. Isso significa que o tribunato da plebe era uma ordenação fundamental para a manutenção do equilíbrio da república romana que, desse modo, não precisava de forças privadas e estrangeiras. São essas que, para Maquiavel, arruinavam a vida livre, como estava ocorrendo com Florença, que acaba aparecendo na obra de Maquiavel até mesmo quando este fala de Roma. Cidade que pode ser vista como a representação do que a cidade toscana poderia vir a ser; daí que Maquiavel constrói uma “expectativa” para seu presente em função da atualização que promove da “experiência” passada⁴⁴². Faz usos da gloriosa Roma de Lívio por meio do exercício de recepção de suas idéias, projetando-a para uma Florença que idealiza para o futuro.

Cidade que quase sempre é tratada como o inverso de Roma, sobretudo no tocante à questão das leis. Maquiavel diz, por exemplo, que Florença não possuía leis que permitissem ao povo colocar-se ordinariamente contra um cidadão que desejasse a tirania: “Vimos em nosso tempo, tumultos [*novità*] que ocorreram na república de Florença por não poder a multidão [*moltitudine*] desafogar seu ânimo ordinariamente contra um seu cidadão”⁴⁴³. Apresenta o exemplo de Francesco Valori que queria estabelecer a tirania e não era

⁴⁴¹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 5, p. 26.

⁴⁴² Em sua discussão sobre a semântica dos tempos históricos, Koselleck define os conceitos de “experiência”, passado atual em que alguns eventos são anexados e que podem ser lembrados, e de “expectativa”, também atual e que existe na relação com o que pode ser previsto apenas a partir do que se vive no presente. Cf.: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad.: Wilma Patrícia Maas & Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ ED. Puc-Rio, 2006, pp. 309-310.

⁴⁴³ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 7, pp. 34-35.

repreendido por nenhuma ordenação. Situação que provocou o uso dos modos extraordinários, que poderiam levar uma república à ruína, a exemplo do recurso a facções estrangeiras para a resolução de problemas internos de uma cidade. Foi isso que ocorreu com Florença à época de Piero Soderini, gonfaloneiro que se viu obrigado a usar forças espanholas para conter os tumultos em sua cidade. Claro indício de sua fraqueza por não possuir boas ordenações capazes de manter o equilíbrio político. Por outro lado, em Roma não foi necessário a recorrência aos modos extraordinários, visto ser tão bem ordenada que “(...) em tantas dissensões entre plebe e senado, nunca o senado, a plebe ou qualquer cidadão particular tentou valer-se de forças externas; porque, tendo o remédio em casa, não precisavam ir buscar os de fora”⁴⁴⁴. Considerava necessário admitir a existência de desordens e males em Florença para que os homens que a administravam fizessem o mesmo e, em seguida, se interessassem por restabelecê-la. Daí que costuma comparar Roma, com sua grandeza, e Florença, entregue a desordens, numa tentativa de convencer seus leitores a superarem-na a partir da imitação das ações gloriosas dos romanos.

É nesse sentido que tece paralelos entre as duas cidades no tocante às ordenações relativas à punição das calúnias e à permissão das acusações. Traduz de Lívio as calúnias direcionadas por Mânlio Capitolino a Fúrio Camilo diante da plebe, dizendo que essa atitude resultou de sua inveja ao ver Camilo ovacionado pelos romanos após ter libertado com sua *virtù* a república da opressão dos franceses (em Lívio, os gauleses). Calúnias que causaram tumultos na cidade e que foram refreadas por suas ordenações que permitiram a nomeação de um ditador para examinar o caso, cujo fim foi o encarceramento de Mânlio. “É de notar, por esse texto, quão detestáveis são as calúnias, tanto nas cidades livres, quanto nas que vivem de outros modos, e que, para reprimi-las, é preciso não negligenciar ordenação alguma que as possibilite”⁴⁴⁵. Considera que onde não há boas ordenações há calúnias que não são resguardadas por leis, ao contrário das acusações, e por isso são geradoras apenas de desordens. Desordens que eram mais presentes em seu tempo: “Essa questão, como se disse, era bem-ordenada em Roma; e foi sempre mal ordenada na nossa cidade de Florença. E, assim como em Roma essa ordenação fez muito bem, em Florença essa desordem fez muito mal”⁴⁴⁶. Deixa bem clarividente sua leitura do passado como um tempo em que a ordem parece prevalecer na mesma medida em que o caos prevalece no presente:

⁴⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 36.

⁴⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 38.

⁴⁴⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *Op. cit.*, livro I, cap. 8, p. 39.

De um diziam que havia roubado o dinheiro público; de outro, que não vencera uma empresa por ter sido corrompido; e que aquele outro, por ambição, cometera este ou aquele inconveniente. Motivo porque de todos os lados surgia o ódio: deste se chegava à divisão, e da divisão às facções; das facções, à ruína. Porque, se em Florença tivesse havido uma ordenação que possibilitasse a acusação dos cidadãos e punisse os caluniadores, não teriam ocorrido os infinitos tumultos que ocorreram⁴⁴⁷.

Conjectura que faz a partir do conhecimento que tinha da experiência romana por ele reconstruída para deixar mais evidente como Florença está trilhando por caminhos tortos e que precisam ser consertados através da imitação do modelo romano. Se as ordenações romanas foram capazes de resolver o problema das calúnias lançadas por Mânlio contra Camilo, em Florença ocorreu uma situação semelhante, mas as desordens não foram superadas. Trata-se do caso de Giovanni Guicciardini, cujo exército não conseguiu conquistar uma cidade toscana chamada Lucca e foi por isso alvo da calúnia de que teria sido corrompido pelos homens da mesma. Surgiram discórdias entre seus amigos e inimigos, gerando infinitos conflitos que causaram a ruína da república, visto que foram em excesso e não serviram de estímulo para a criação de uma ordenação que os refreasse. O que significa que os florentinos tinham muito a aprender com a república romana, visto que: “Por aí se pode perceber como as ordenações [*ordini*] daquela cidade eram aptas a engrandecê-la, e quão enganadas estão as outras repúblicas que se afastam de seus modos [*modi*]”⁴⁴⁸.

Maquiavel chega a se interrogar se seria possível a Roma ordenar um Estado que eliminasse as controvérsias entre o povo e o senado, argumentando que elas se prolongaram até o tempo dos Gracos sem causar a ruína da república. A corrupção faz parte dos sistemas políticos porque estes são constituídos por homens, que são imperfeitos e propensos aos vícios. Não é possível anular os desejos dos homens porque eles são inexoráveis, mas apenas aprender a lidar com eles para que uma república, por exemplo, pudesse manter sua liberdade por um maior tempo. Compara Roma a Veneza e Esparta, repúblicas que viveram tranqüilas e unidas; a primeira não recrutava a “plebe” para a guerra, o que dificultava as reivindicações por participação política; a segunda, não abria espaço para os estrangeiros, evitando a corrupção e o crescimento, que seriam insuportáveis para um governo que era feito de poucos. Roma, entretanto, seguiu ambos os caminhos chegando a conferir força e ocasião à plebe para provocar tumultos. Por isso, diz:

⁴⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁴⁸ Idem, *ibidem*, cap. 36, p. 111.

Mas, se o estado romano se tornasse mais tranqüilo, decorreria o inconveniente de tornar-se também mais fraco, porque assim lhe era barrado o caminho para chegar à grandeza a que chegou: de tal modo que, se Roma quisesse eliminar as razões dos tumultos, eliminaria também as razões de ampliar-se. E em todas as coisas humanas quem bem examinar verá que nunca se pode anular um inconveniente sem que surja outro⁴⁴⁹.

Constrói uma Roma quase inabalável, visto que nem os conflitos civis conseguiam provocar sua ruína; pelo contrário, foram usados para seu benefício e para torná-la mais forte. Porém, Roma se viu arruinada após os vários conflitos que giraram em torno da criação da lei agrária⁴⁵⁰ que resultou dos desejos e da ambição da plebe. Paixão que representa uma marca poderosa do peito humano e difícil de ser abandonada: “A razão disso é que a natureza criou os homens de tal modo que eles podem desejar tudo, mas não podem obter tudo, e, assim, sendo o desejo sempre maior que o poder de adquirir, surgem o tédio e a pouca satisfação com o que se possui”⁴⁵¹. Os desejos humanos causados pelo descontentamento com o que se tem levam à inimizade e à guerra, culpadas pela ruína de uma cidade. Argumentação que cabe para explicar o desejo da plebe em criar a lei agrária mesmo já tendo conquistado o tribunato da plebe:

Tudo isso eu disse porque a plebe romana não se contentou em obter garantias contra os nobres com a instituição dos tribunos, desejo ao qual foi forçada por necessidade; pois ela, tão logo obteve isso, começou a lutar por ambição e a querer dividir cargos e patrimônios com a nobreza, como coisa mais valiosa para os homens⁴⁵².

A ambição em Maquiavel aparece como uma paixão que provoca a insatisfação que é a causa da instabilidade das coisas humanas, pois leva a um constante movimento causado pelo “(...) desejo que os homens têm de mudar sua condição (individual ou coletivamente)”⁴⁵³. Da ambição e das disputas da plebe contra a nobreza é que “(...) surgiu a doença que gerou o conflito da lei agrária, que acabou por ser a causa da destruição da república”⁴⁵⁴. Lei que era composta por dois artigos principais: o primeiro dizia que todos os cidadãos deveriam ter uma

⁴⁴⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 6, p. 29-30.

⁴⁵⁰ Lívio se refere à primeira tentativa de reforma agrária no livro II, 41, p. 162, v. I. Os comentários de Maquiavel sobre a lei durante a época dos Gracos provavelmente não foram baseados em Lívio, visto que sua obra não alcança esse período. Maria Luiza Corassin usa textos de Plutarco (*Tibério*) e de Apiano (*Guerras civis*) para abordar o contexto de disputas referentes à lei agrária no séc. II a.C. Cf.: CORASSIN, Maria Luiza. *A reforma agrária na Roma antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 38-41.

⁴⁵¹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 37, p. 113.

⁴⁵² Idem, *ibidem*.

⁴⁵³ Cf.: Verbete *Ambição* do Vocabulário de termos-chave de Maquiavel. In: MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., p. 457.

⁴⁵⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 37, p. 113.

determinada quantidade de jeiras de terras; a segunda dizia que os terrenos conquistados em guerras deveriam ser divididos entre o povo romano (*popolo romano*). Alerta que ambos afetavam diretamente os nobres (*nobili*) que, por isso, se opunham aos plebeus, o que causava constantes confusões na cidade. Conta que, espertamente, os nobres temporizavam, fingindo que estavam respeitando a lei. Chegaram a permitir que os romanos fossem para a colônia de Âncio, porém, segundo as “palavras notáveis” de Tito Lívio, era difícil encontrar quem quisesse sair de Roma e ir para essa província. Com essas temporizações, Maquiavel coloca que a lei ficou adormecida até o tempo dos Gracos (séc. II a.C.)⁴⁵⁵ que, ao despertarem-na, arruinaram por completo a liberdade romana. Nesse contexto, “(...) acendeu-se tanto ódio entre a plebe e o senado que se chegou ao conflito armado e ao derramamento de sangue, fugindo a qualquer modo e costume civil”⁴⁵⁶. Depois disso, a disputa tornou-se privada, entre Mário, representante da plebe, e Sila, cabeça da nobreza, chegando às guerras civis. Por fim, a nobreza saiu vitoriosa. Porém, esses humores foram retomados mais tarde por Júlio César, do partido de Mário, e por Pompeu, do lado de Sila e, com a vitória de César, Roma teve seu primeiro tirano e perdeu, segundo Maquiavel, sua liberdade para sempre.

Maquiavel esclarece que essa conclusão não necessariamente o leva a se contradizer com sua opinião de que os conflitos entre plebe e senado foram responsáveis pela liberdade de Roma: “porque é tão grande a ambição dos grandes que, se não sofrer oposição por várias vias e de vários modos numa cidade, logo a levará à ruína”⁴⁵⁷. Portanto, embora a princípio coloque a ambição da plebe como a responsável pelas disputas que envolveram a lei agrária, não deixa de defendê-la, inclusive por culpar os “grandes” (*grandi*)⁴⁵⁸ de ambição ainda maior. Finaliza o argumento afirmando que a servidão de Roma (período imperial) teria ocorrido muito antes do conflito da lei agrária se a plebe não tivesse, ao longo desse tempo todo que durou a república, refreado as ambições dos nobres.

Por outro lado, Maquiavel também se refere a momentos de insolência da plebe que precisou ser refreada pelos nobres. Retoma a narrativa de Lívio em que este coloca que Marco Fúrio Camilo, ditador romano, conseguiu convencer a plebe, com um discurso extremamente patriótico e cheio de “escrúpulos religiosos”, de que ela não deveria fugir para a opulenta cidade chamada Veios, contrariando os tribunos que a exortavam a fazê-lo. A plebe aparece como manipulada ora pelos tribunos, ora pelos patrícios e, neste caso, é convencida pelos

⁴⁵⁵ Cf.: CORASSIN, Maria Luiza. Op. cit., p. 39.

⁴⁵⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 37, p. 115.

⁴⁵⁷ Idem, ibidem, p. 116.

⁴⁵⁸ São os poderosos de um estado, nobres ou não. Cf.: Vocabulário de termos-chave de Maquiavel. In: MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., p. 463.

últimos, segundo Lívio, porque o discurso de Camilo a comoveu, sobretudo com a parte relativa à religião⁴⁵⁹. Maquiavel, com base neste texto, diz que a plebe inflamou-se contra o senado, mas este impediu conflitos maiores ao lançar mão de “estimados cidadãos” que conseguiram refrear tamanha insolência. A partir daí, argumenta que o povo (*popolo*) precisa de um condutor em quem confie para lhe distinguir o bem do mal, para que não seja enganado e para que não seja responsável pela ruína da república⁴⁶⁰. Maquiavel analisa a disputa entre plebe e senado sem afirmar que teriam sido os tribunos, como nos conta Lívio, que promoveram as confusões e que a plebe estava sendo persuadida por eles. Portanto, não distingue os membros do tribunato da própria plebe como um todo, diferentemente de Lívio, que o faz inclusive para deixar bem claro que são os tribunos, no geral, os responsáveis pelos conflitos provocados pela plebe.

Maria Luiza Corassin faz uma pertinente observação sobre as mudanças passadas pelo tribunato da plebe ao longo da república romana. Destaca que quando da retomada do projeto de lei agrária em 133 a.C. pelo tribuno da plebe Tibério Graco, essa magistratura, cuja origem se deu nos primeiros anos da república e no contexto de grandes disputas entre plebe e patriciado, perdera há muito tempo seu caráter revolucionário. As próprias decisões dos tribunos respeitavam as orientações do Senado, tendo se transformado num instrumento político utilizado pelos patrícios para aprovarem as leis que desejassem. Diz, ainda, que o próprio Lívio os denominava de “escravos dos nobres” e que geralmente os tribunos eram jovens aristocratas em busca de fazer carreira política⁴⁶¹.

De toda forma, Maquiavel assinala a importância do tribunato da plebe num contexto da república romana em que a desunião entre os dois cônsules e entre estes e o senado impediu a nomeação de um ditador. O senado achou por bem instituí-lo em função do perigo que corria a cidade, porém os cônsules não concordaram e, assim, a autoridade do tribunato foi acionada para fazê-los obedecer-lhe: “É de notar, nisso, em primeiro lugar, a utilidade [*utilità*] do tribunato da plebe, que não servia apenas para refrear a ambição dos poderosos [*potenti*] contra a plebe, mas também a ambição dos poderosos contra si mesmos”⁴⁶². Leitura que retira um sutil comentário de Lívio, segundo o qual os tribunos se aproveitaram da ocasião para reforçar sua autoridade e, portanto, não agiram virtuosamente apenas com vistas ao bem da república, mas em função de seus próprios interesses⁴⁶³. Maquiavel não entra em

⁴⁵⁹ TITO LÍVIO, livro V, cap. 50-55, pp. 448-54, v. I.

⁴⁶⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 53, pp. 153-54.

⁴⁶¹ CORASSIN, Maria Luiza. Op. cit., p. 39.

⁴⁶² MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro I, cap. 50, p. 147.

⁴⁶³ TITO LÍVIO, livro IV, cap. 26, p. 333, v. I.

discussão se foi uma ação virtuosa ou não, pois o que lhe importa é que se tratou de uma ação necessária para resolver um problema da república. Leitura mais pragmática do que moralista.

Interessante observar que o povo (*il popolo*) elogiado por Maquiavel constitui um grupo que, em seu tempo, agrupava os empresários, comerciantes, banqueiros, artesãos, ou seja, grupos que em sua época tinham grandes riquezas, ainda que não tivessem origem necessariamente nobre. A Florença de Maquiavel é uma cidade caracterizada por um considerável crescimento econômico e, por corolário, de grupos “burgueses”⁴⁶⁴. Contrapõe-se, de um lado, à aristocracia e mostra-se favorável, de outro, à “burguesia nascente”. Portanto, seu conceito de povo está longe de agrupar os grupos que poderíamos chamar de “menos privilegiados”. De toda forma, a visão maquiaveliana dos conflitos entre plebe e patriciado em muito se desvia da que observamos em Lívio que narra os conflitos exaustivamente, afinal de contas como historiador, precisava contar as coisas que aconteceram, mas os considera prejudiciais à grandeza de Roma. Posição que tem a ver com seu próprio conservadorismo e com sua dificuldade em aceitar as mudanças que ocorreram como efeito dos conflitos, a exemplo da própria instituição do tribunato da plebe que resultou das reivindicações constantes da plebe por participação política, até então restrita aos patrícios.

Lívio entendia que “enquanto tribunos e cônsules lutavam pelos próprios interesses, o estado se enfraquecia. A república estava dividida e dilacerada. Cada grupo preocupava-se mais em saber qual dos dois sobrepujaria o outro ao invés de preocupar-se com a integridade do estado”⁴⁶⁵. De maneira semelhante a Maquiavel, Lívio admite a existência dos conflitos no seio da política, narrando exaustivamente aqueles que se deram entre plebe (tribunos) e patriciado (cônsules). A harmonia, quase ausente em toda a obra de Lívio, vai se esvaindo cada vez mais com o avançar do tempo e só poderia ser reconquistada se tanto a plebe como o patriciado agissem conforme o que foi estabelecido para ambos pelas leis e pelos costumes tradicionais. Lívio parece não concordar com a conquista de participação política pela plebe, manifestada na criação do tribunato, mantendo uma postura de defensor do patriciado. De maneira que costuma criticar bastante os tribunos da plebe, sobretudo quando estes provocavam contendas com os senadores ou com os cônsules.

Por vezes, Lívio considera que os plebeus não tinham intenções em empreender ações contrárias à república, transferindo-as para seus representantes, os tribunos. Fornece indícios de que esses costumavam defender interesses privados, utilizando a plebe como instrumento

⁴⁶⁴ LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. Trad.: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das letras, 1988, p. 20.

⁴⁶⁵ TITO LÍVIO, livro II, cap. 57, p. 187, v. I.

político para alimentar suas disputas contra os cônsules e/ou os senadores. Lívio costuma representar a plebe numa dupla condição de passividade: ora manipulada pelos patrícios, ora pelos tribunos da plebe. Compreensão que se respalda, por exemplo, numa narrativa que se inicia com protestos dos soldados/plebeus diante da decisão dos senadores de que eles, liderados pelos tribunos militares, deveriam combater a cidade de Veios. Nesse momento, fazia pouco tempo que Roma tinha vencido os volscos e por conta disso os plebeus exigiam repouso.

Porém, Lívio atribui essas reclamações dos jovens aos estímulos dos tribunos da plebe: “A maior guerra, repetiam eles [os tribunos], era a que se travava entre patrícios e plebeus”⁴⁶⁶. Disputas que, para os tribunos, resultavam do tormento que sofriam os plebeus com um trabalho militar ininterrupto. Daí reclamarem, com tons de denúncia, as prováveis intenções dos senadores: “Era ela [a plebe] que procuravam manter longe de Roma por receio de que, permanecendo na ociosidade de seus lares, viesse a lembrar-se da liberdade e das colônias ou a agitar projetos de reforma agrária e de livre sufrágio”⁴⁶⁷. Lívio nos conta que, desse modo, os tribunos conseguiram persuadir à plebe a não aceitar a guerra. De toda forma, segue a narrativa afirmando que os tribunos militares conseguiram formar um exército para lutar contra os volscos, saindo dessa guerra na condição de vitorioso. Elogia os senadores por terem reconciliado a plebe e os patrícios a partir da concessão a primeira, após a vitória, de uma “dádiva”, um soldo militar, ofertada antes de qualquer manifestação dela e dos tribunos⁴⁶⁸. Lívio comenta a recepção da referida medida entre a plebe, construindo todo um ambiente harmônico e feliz entre seus membros e os senadores:

Nenhuma medida, ao que parece, foi jamais recebida com tanta alegria pela plebe. Todos acorriam à cúria, apertavam a mão dos senadores que saíam, chamando-os de verdadeiros pais, e declaravam que daí por diante nenhum cidadão, enquanto lhe restassem forças, pouparia seu corpo e seu sangue na defesa de uma pátria tão generosa⁴⁶⁹.

Lívio constrói uma sensação de harmonia possibilitada pela ação dos senadores que conseguiram fomentar na plebe o desejo espontâneo de exercer os trabalhos guerreiros em prol da pátria: “Todos se regozijavam por saber que pelo menos seus bens estariam em

⁴⁶⁶ TITO LÍVIO, livro IV, cap. 58, p. 374, v. I.

⁴⁶⁷ Idem, ibidem.

⁴⁶⁸ Idem, ibidem, cap. 59, p. 376, v. I.

⁴⁶⁹ Idem, ibidem, cap. 60, p. 376, v. I.

segurança quando seu corpo fosse obrigado a trabalhar pela república”⁴⁷⁰. A felicidade toma conta dos plebeus, conduzindo-os ao ápice da gratidão aos patrícios e, em meio a tanta alegria, apenas os tribunos não se tornavam dela partícipes: “Os tribunos da plebe eram os únicos que não compartilhavam da alegria e da harmonia que reinava entre todas as ordens”⁴⁷¹. Lívio considera que os maiores culpados da desarmonia em Roma eram os tribunos da plebe, provocadores de discórdias por costumarem se contrapor às decisões dos senadores. Costuma colocar que, por variadas vezes, a plebe se colocava ao lado do senado, união que causava grande entusiasmo em Roma:

Feliz é a cidade de Roma, diziam eles, e invencível e eterna por esta concórdia! E elogiaram os cavaleiros e elogiaram a plebe. A própria data foi exaltada. A bondade e a generosidade do Senado, confessavam eles, fora ultrapassada. Patrícios e plebeus, irmandados, derramavam lágrimas de alegria⁴⁷².

Por defender essa harmonia como eixo de orientação para a *civitas* de seu tempo, é que ele constrói a memória do que lhe é inverso. Assim, torna claro para seus leitores que os atos de discórdia do passado não devem ser imitados, pois foram eles que, com o passar dos tempos, conduziram Roma à situação terrificante do séc. I a.C., momento em que a cidade vivia os últimos suspiros da república com as guerras civis. Lívio elabora uma leitura do passado influenciado por um tempo de fortes disputas políticas e, ao mesmo tempo, se propõe a influenciá-lo, acalmando-o a partir da sugestão de exemplos que deveriam ser rejeitados. Portanto, diferentemente de Maquiavel, não entende os conflitos como um inconveniente necessário que gera boas leis, mas como um indício terrível de corrupção que precisava ser extirpado e o seria se os romanos se espelhassem nos costumes tradicionais que, aliás, eram mais funcionais do que as próprias leis.

Políbio chega a lembrar da importância pragmática dos costumes, sobretudo da religião⁴⁷³, no processo da conquista de Roma como senhora do mundo. Lívio nos conta, por exemplo, que durante o reinado de Numa Pompílio, segundo rei de Roma e conhecido pelo fomento à religiosidade, os corações humanos estavam tão envoltos por pensamentos divinos e pela crença de sua participação nas atividades humanas, que “(...) o respeito aos juramentos substituiu o temor às leis [*legum*] e castigos como norma de governo”⁴⁷⁴. O tema da *libertas*

⁴⁷⁰ TITO LÍVIO, livro IV, cap. 60, p. 376, v. I.

⁴⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁴⁷² Idem, *ibidem*, livro V, cap. 7, p. 390, v. I.

⁴⁷³ POLÍBIOS. Op., cit., livro VI, cap. 56, p. 346.

⁴⁷⁴ TITO LÍVIO, livro I, cap. 21, p. 48.

já aparece em Lívio em seu relato sobre a realeza, em que critica os grupos que por ela disputavam após a morte do rei Rômulo: “apesar de divergirem, todos desejavam o regime monárquico, pois não haviam ainda provado a doçura da liberdade”⁴⁷⁵. Porém, ganha grande força no livro II, a que dedica os primeiros anos da república romana e a partir de que tratará os feitos de um povo “livre”, governado por cônsules e protegido por leis que considera superior à autoridade dos homens:

Tratarei agora dos feitos que o povo romano, livre a partir de então, empreendeu tanto na guerra quanto na paz, sob o governo de magistrados eleitos anualmente e sob a autoridade de leis [*legum*] superiores à autoridade dos homens. Essa liberdade [*libertas*] foi recebida com alegria ainda maior devido à tirania do último rei (...)⁴⁷⁶.

A liberdade resultou não apenas da expulsão de um rei que agia tiranicamente, mas também da expulsão de um rei cuja origem era etrusca, estrangeira e, portanto, não advinha dos “pais fundadores”, os *patres*, que deram origem aos patrícios. Lívio informa-nos adiante que a liberdade começou a ser ameaçada, logo em seus princípios, em virtude de intrigas e da traição de jovens de origem nobre, companheiros dos tarquínios, que estavam insatisfeitos com a perda de privilégios, então substituídos pela igualdade de direitos: “Mas agora, com igualdade de direitos [*aequato iure*], deploravam a perda de seus antigos privilégios e queixavam-se entre si de que a liberdade dos outros tornara-se escravidão para eles”⁴⁷⁷. Prossegue expondo as queixas e reclamações desses jovens, todas voltadas para as leis que, distintamente do rei, de quem tudo podia se conseguir, seja justiça ou seu oposto, favores e benefícios, “(...) eram surdas e inexoráveis, mais vantajosas e úteis para os pobres do que para os poderosos, sem indulgência nem piedade quando se ousava infringi-las”⁴⁷⁸.

Lívio estabelece uma distinção entre o período dos reis e o período das leis, que caracterizavam a república; de tal maneira que um dos cônsules, Públio Valério, que substituiu o cônsul Tarquínio Colatino quando Bruto resolveu expulsar os sinais que ainda lembravam a dita família, ao ser suspeito de interesses monárquicos, apressou-se em apresentar projetos de lei para que fosse afastado das acusações⁴⁷⁹. Lívio, portanto, além de defender a virtude e o exercício dos costumes antigos, preza em demasiado pelas leis, visto que eram elas quem impediam que os homens, com seus desejos e vícios, agissem sem pensar

⁴⁷⁵ Idem, ibidem, cap. 17, p. 42.

⁴⁷⁶ Idem, ibidem, livro VI, cap. 1, p. 103.

⁴⁷⁷ Idem, ibidem, cap. 2, p. 108.

⁴⁷⁸ Idem, ibidem, cap. 3, p. 109.

⁴⁷⁹ TITO LÍVIO, livro II, cap. 8, p. 116.

na liberdade a todos comum. As leis tornavam possível a defesa do bem coletivo, pois eram elaboradas em função dos interesses do povo romano, representado pelo senado, porém nem sempre elas eram respeitadas. O seu pouco conhecimento do direito, como alega Perelli⁴⁸⁰, não o impediu de abordá-lo.

Por sua vez, Maquiavel tinha um largo conhecimento das ordenações florentinas, a exemplo daquelas referentes às milícias, visto ter sido membro do conselho dos Dez e ser enviado freqüentemente como chanceler a algumas regiões inimigas de Florença. Situação que contribuiu para seu interesse em falar das ordenações utilizadas pelos romanos em seus empreendimentos guerreiros, após ter tratado das coisas internas da cidade no livro I. Ressalte-se que Lívio também costuma dividir o que narra entre os acontecimentos civis (dentro de Roma) e os militares (externos): “Esses foram os acontecimentos políticos e militares [*domi militiaeque gesta*] do primeiro ano após a expulsão dos reis⁴⁸¹; tais acontecimentos civis e militares [*domi militiaeque gesta*] do consulado de Ápio Cláudio e Marco Semprônio”⁴⁸². São comentários que Tito Lívio costuma escrever após narrar os feitos empreendidos pelos romanos a cada ano. Distingue as ações (*artes*)⁴⁸³ no espaço de sua pátria (*domi*)⁴⁸⁴ dos empreendimentos militares (*militae*)⁴⁸⁵, acrescentando a ambas, as maneiras de viver (*vitae*), os costumes (*mores*) e os perfis dos homens (*virae*)⁴⁸⁶; elementos que, juntos, teriam contribuído para a ascensão universal de Roma⁴⁸⁷.

Adotando em certa medida essa divisão de Lívio, Maquiavel aborda também os modos de agir do exército em suas conquistas externas, com a principal intenção de comprovar para os florentinos que a cidade precisava seguir alguns passos caminhados por Roma no tocante aos assuntos da guerra; pois, coloca que, diferentemente de Florença que, freqüentemente,

⁴⁸⁰ PERELLI, Luciano. Op. cit., p. 1225.

⁴⁸¹ TITO LÍVIO, livro I, cap. 8, p. 117, v. I.

⁴⁸² Idem, ibidem, livro XXXIX, cap. 32, p. 314, v. V.

⁴⁸³ Plural de *ars*: modo se ser ou de agir (ERNOUT, A; MEILLET, A. Op. cit., p. 72).

⁴⁸⁴ Plural de *domus*: “casa”. Por oposição à *peregri, foris e militae*. Simboliza a família. Dos derivados e compostos, tem-se: *domesticus*: “doméstico, familiar”. De onde: “privado, nacional”. Cf.: Idem, ibidem, p. 270. Trata-se, no texto de Lívio, das ações realizadas no espaço da cidade por excelência: Roma. Embora, ao incorporar novos territórios ao Estado romano, os estadistas atribuíssem a seus homens o *status* de cidadãos, não significa que esses fossem considerados “homens romanos” de fato. Pois, para sê-lo exigia-se toda uma formação cívica adequada ao espaço de Roma. Formação que se baseava na prática das virtudes tradicionais e dos deveres que conferiam a um homem a denominação de *civis* (membro livre de uma cidade, a qual pertence por sua origem ou por adoção, cidadão livre. Cf.: Idem, ibidem, p. 185). Sobre os deveres tipicamente romanos, ver: CÍCERO, Marco Túlio. *Dos deveres*. Trad.: Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁴⁸⁵ Plural de *milita* (“serviço militar”, de onde: “campanha”), termo que deriva de *miles*, “soldado”. Cf.: Idem, ibidem, p. 582. No caso do texto de Lívio, trata-se das ações empreendidas no exterior do espaço da *urbs*.

⁴⁸⁶ Plural de *uir*: “homem”, por oposição à mulher. Exprime as qualidades *viris* ou masculinas. Por seqüência: marido, homem digno desse nome, herói. Tomou o sentido de soldado, já que as atividades na guerra eram exclusivas aos homens. Cf.: Idem, ibidem, p. 1069.

⁴⁸⁷ TITO LÍVIO, prefácio, p. 18, v. I.

lançava mão de forças estrangeiras para se defender de ataques guerreiros, Roma usava um exército próprio. Entende que os romanos foram singulares no tocante aos modos adotados para alcançarem a “suprema grandeza”⁴⁸⁸: uso da *virtù*, de boas leis e ordenações. “Porque, se nunca houve república que tenha conquistado o que Roma conquistou, é porque nunca se encontrou república que fosse ordenada de tal modo que pudesse conquistar como Roma”⁴⁸⁹. Argumenta que Roma se tornou um império grandioso por conta de suas boas ordenações e da *virtù* de seus exércitos, visto que foi essa que permitiu a conquista do império, ao passo que foram suas ordenações e o modo como era constituída, segundo as normas de seu primeiro legislador, os elementos responsáveis por sua conservação. Dois movimentos fundamentais para serem tratados numa abordagem da república, visto que uma cidade livre tem dois objetivos, segundo Maquiavel: “conquistar a liberdade e mantê-la”⁴⁹⁰. Escreve os *Discursos* para expor lições, a partir dos romanos, de como fazê-lo, deixando explícita sua inclinação para a república. Compara seu tempo com os antigos para mostrar como esses estavam cheios de povos livres, destacando Roma, cujo poder e riqueza cresceram ainda mais após a conquista da “liberdade”:

Mas é de admirar acima de qualquer coisa a grandeza a que chegou Roma depois que se libertou de seus reis. *É fácil entender a razão, pois o que engrandece as cidades não é o bem individual, e sim o bem comum*. E, sem dúvida, esse bem comum só é observado nas repúblicas, porque tudo o que é feito, é feito para o seu bem, e mesmo que aquilo que se faça cause dano a um ou outro homem privado, são tantos os que se beneficiam que é possível executar as coisas contra a vontade dos poucos que por elas sejam prejudicadas [grifo nosso]⁴⁹¹.

Observa-se um conceito de república associado à valorização do bem comum em detrimento dos interesses privados. Roma é o grande modelo e é nela que Florença deveria se espelhar. Cidade que possuía uma forte tradição republicana que, para Maquiavel, havia sido corrompida, de um lado, pela atuação de práticas tirânicas (o governo dos Médici) por ele condenadas e, de outro, pela presença de povos estrangeiros, como a França que rondava seu território desde fim do séc. XV. Desse modo, a existência da liberdade pressupõe a ausência de servidão, seja do povo para com um rei, seja de um estado para com outros estados. O primeiro perfil encontra em sua própria cidade que parece lhe servir de inspiração para tecer grandes críticas à tirania: “(...) quando uma tirania se estabelece em lugar livre, o menor mal

⁴⁸⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro II, cap. 6, p. 203.

⁴⁸⁹ Idem, ibidem, cap. 1, pp. 181-82.

⁴⁹⁰ Idem, ibidem, livro I, cap. 29, p. 95.

⁴⁹¹ Idem, ibidem, livro II, cap. 2, p. 186-87.

que afeta essa cidade é deixar de avançar, de crescer em poder ou riquezas; mais amiúde – aliás, sempre –, o que lhes ocorre é retrocederem”⁴⁹². Possível referência a Florença que, além disso, era obrigada a tolerar as intromissões dos estrangeiros e costumava sair derrotada em função, segundo Maquiavel, de sua desorganização no âmbito da “arte da guerra”.

De maneira análoga aos conflitos internos, Maquiavel acreditava que as guerras também resultavam das paixões humanas, pois foi a ambição (*ambizione*), por exemplo, que estimulou os romanos a empreenderem acontecimentos tão grandiosos⁴⁹³. A ambição impulsionava os homens à mudança; então, assim como os humores (*umori*), os desejos e as inclinações do povo e dos nobres, causavam conflitos que geravam boas ordenações, o desejo dos homens pelas conquistas externas causavam guerras que, também, traziam efeitos benéficos para Roma. Outrora, havia uma educação e uma religião que excitavam à defesa da pátria, pois contribuía para a existência de tantos povos livres; em seu tempo, ao contrário, via um amor à liberdade assaz reduzido. Até mesmo a obstinação dos povos em defender-se das conquistas romanas não foi suficiente, haja vista que não conseguiram se igualar à *virtù* dos romanos. Os samnitas, por exemplo, durante muito tempo foram invencíveis diante dos romanos em virtude de sua ordem e força, mas acabaram perdendo para a grande *virtù* de seus inimigos que, além disso, tinham ordenações que foram criadas de acordo com os acontecimentos que viviam.

As várias guerras empreendidas pelos romanos e motivadas por sua ambição, portanto, contribuíram para que fossem acumulando um aprendizado que os tornou símbolos da vitória. Ao utilizar todos os procedimentos necessários para alcançar a grandeza, Roma, segundo Maquiavel, não abriu mão nem da fraude nem do engano, que possuíam uma importância fundamental no âmbito da política. Os romanos usaram meios enganosos para conseguir aliados, como aconteceu com os latinos que, conforme a leitura de Maquiavel, se tornaram, na verdade, seus servos. Conta-nos que os romanos a eles se aliaram apenas com o intuito de se apropriar de suas armas para dominar os povos vizinhos e para se tornar um estado tão forte que pudesse derrotar quaisquer inimigos. Dessa maneira, os latinos, mesmo sem perceber se tornaram servos dos romanos que, estrategicamente, souberam disfarçar sua fraude. Maquiavel ainda diz que a fraude dos romanos foi menos infame e criminosa por ter sido pouco perceptível:

⁴⁹² MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro II, cap. 2, p. 187.

⁴⁹³ Idem ibidem, cap. 8, p. 207.

Vê-se, portanto, que os romanos, quando começaram a aumentar seus domínios, não deixaram de lançar mão nem mesmo da fraude, que sempre foi necessária àqueles que quisessem ascender a altas posições começando de baixo, fraude que é menos vituperável quando é mais encoberta, como foi essa dos romanos⁴⁹⁴.

Passagem que nos remete à concepção de *virtù* que apresenta em *O príncipe* em que a coloca como uma junção das qualidades vistas por uma perspectiva cristã como “boas” e “más”, pois entendia que na política ambas poderiam ser acionadas a depender das circunstâncias. Descreve e analisa variados atributos éticos de um príncipe: liberal ou miserável, pródigo ou ladrão, cruel ou piedoso, desleal ou fiel, pusilânime ou efeminado, feroz ou animoso, humano ou soberbo, lascivo ou casto, íntegro ou astuto, rijo ou fácil, sério ou leviano, religioso ou incrédulo, etc. Maquiavel considera que seria louvável se entre todas essas qualidades, as “boas” pudessem ser encontradas em um príncipe. Porém, afirma que as condições humanas, marcadas pela instabilidade, não o consentem. Resta, pois, ao príncipe “(...) ser tão prudente que saiba evitar a infâmia daqueles vícios que lhe tirariam o Estado; e guardar-se, se lhe é possível, daqueles que não lhe fariam perdê-lo”⁴⁹⁵. Deve aprender a dissimular e enganar, visto que “(...) são tão ingênuos os homens, e tanto se sujeitam às necessidades presentes, que aquele que engana encontrará sempre quem se deixará enganar”⁴⁹⁶.

Entende, portanto, que não é necessário a um príncipe ter todas aquelas qualidades listadas, pois para que elas sejam mais úteis basta-lhe parecer tê-las, “(...) sendo freqüentemente necessário, para conservar o Estado, agir contra a palavra dada, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião”⁴⁹⁷. Porém, diante do público o príncipe deve saber atuar de acordo com as cinco sobreditas qualidades: “e que pareça, ao vê-lo e escutá-lo, todo piedade, todo empenho à palavra dada, todo integridade, todo humanidade, todo religião; e não há coisa mais necessária de se parecer ter do que esta última qualidade”⁴⁹⁸. Sua noção de *virtù* rompe com a dicotomia clássica, presente em Lívio, que costuma colocar a virtude e a paixão como pares de oposição, direcionando duras críticas as ações pautadas na última por considerá-las as principais responsáveis pela degenerescência de Roma.

Mais do que a *virtù* e as ordenações, os romanos se destacavam, para Maquiavel, por executarem atos impensáveis segundo a lógica de outros povos, a exemplo do suicídio de

⁴⁹⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., livro II, cap. 13, p. 225-26.

⁴⁹⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad.: José Antonio Martins. São Paulo: Hedra, 2007b (edição bilíngüe), cap. XV, p. 155.

⁴⁹⁶ Idem, ibidem, cap. XVIII, p. 173.

⁴⁹⁷ Idem, ibidem, p. 175.

⁴⁹⁸ Idem, ibidem.

Décio e do assassinato do próprio filho por Torquato Mânlio, cônsules romanos que enfrentavam guerra contra os latinos. Maquiavel diz que, a princípio, qualquer um dos exércitos poderia sair vitorioso por serem idênticos em muitos aspectos, segundo diz Tito Lívio “(...) para quem ambos os lados tinham exércitos iguais em ordenação, *virtù*, obstinação e número, com a diferença de que os comandantes do exército romano foram mais virtuosos [*virtuosi*] que os do exército latino”⁴⁹⁹. Ao narrar a batalha entre esses dois povos, à qual confere um maior espaço na sua obra comparativamente a Maquiavel, Lívio também ressalta que todos se preocupavam em lutar contra os latinos, “(...) cuja língua, costumes [*moribus*] armas e sobretudo organização militar eram absolutamente idênticos aos dos romanos”⁵⁰⁰. Mas, Lívio vai deixando indícios daquilo que os romanos possuíam de peculiar, não sendo tão direto, ou pragmático, como Maquiavel que conta o acontecido sem delongas, narrando-o como algo necessário: “Para manterem a bravura dos soldados e fazê-los continuar obedientes e decididos a combater, um dos cônsules matou-se, e o outro matou o próprio filho”⁵⁰¹. Trata-se de um ato extraordinário dos romanos, único meio de torná-los distintos e superiores aos latinos e, portanto, mais propensos a sair vitoriosos. Em virtude da persistência dos soldados romanos, mais duradoura entre esses do que entre os latinos “(...) em parte pela sorte, em parte pela *virtù* dos cônsules, ocorreu que Torquato precisou matar o filho, e Décio teve de matar-se”⁵⁰². Maquiavel analisa o acontecimento de maneira pragmática, colocando a culpa nas circunstâncias que praticamente teriam obrigado os cônsules a cometerem esses atos extraordinários, visto não ser fundamentado nas ordenações romanas. Enxerga-os como necessários diante da ocasião, não emitindo juízos de valor de caráter moralista ou patriótico.

Lívio, por outro lado, com sua eloquência, amplifica bastante os eventos em torno das duas mortes⁵⁰³, ou melhor, Maquiavel resume o que o historiador romano narra. Sobre a atitude do cônsul Torquato Mânlio em relação ao filho, aponta um sinal de justificativa logo de início ao dizer que foi proibido que os romanos atacassem os latinos fora das fileiras, dada a semelhança entre os dois exércitos. Antecipa a explicação de tão horrendo ato para que o leitor não se assuste nem condene Mânlio com tanta intensidade; pelo contrário, deveria considerá-lo cheio de *uirtus* por sua coragem. Nesse ínterim, Lívio conta que por “acaso” o filho de Mânlio estava entre os chefes dos esquadrões da cavalaria e acabou indo em direção ao acampamento dos latinos, onde estava alguns cavaleiros latinos com seu comandante

⁴⁹⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 16, p. 231.

⁵⁰⁰ TITO LÍVIO, livro VIII, cap. 6, p. 147, v. II.

⁵⁰¹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 16, p. 232.

⁵⁰² Idem, *ibidem*.

⁵⁰³ TITO LÍVIO, livro VIII, cap. 6-10, pp. 146-56, v. II.

Mécio. Provocações surgiram entre os dois comandantes ao ponto de ter como efeito um duelo que resultou na morte de Mécio. O filho do cônsul levou os despojos do cavaleiro para o pai, sem saber se merecia louvor ou castigo, afinal o cônsul já havia proibido lutas fora das fileiras das batalhas. Para realçar a disciplina militar do exército romano, Lívio expõe um discurso de Mânlio em que acusava o filho de desrespeito ao poder consular por ter contrariado suas ordens e infringido a disciplina militar: “O exemplo que vamos dar é muito penoso para nós, mas, no futuro, será muito salutar para a juventude”⁵⁰⁴. Trata-se da morte de seu filho cujo suplício poderia restabelecer a disciplina militar, então corrompida. O próprio Lívio ainda lamenta o acontecimento: “A sentença de Mânlio não foi terrível apenas para sua época, mas constitui uma triste recordação para a posteridade”⁵⁰⁵. Porém, não nega a importância que teve para tornar os soldados mais obedientes, sendo esse tipo de atitude que tornou os romanos singulares diante dos latinos e que os fez vitoriosos. O valor à família sofre abreviações em função do valor à pátria que, para Lívio, deveria estar em primeiro lugar. No caso de Maquiavel, a morte do filho pelo pai foi um ato necessário e pragmático que as circunstâncias da guerra exigiram.

Lívio conta com muitos detalhes o “sacrifício” de Décio, explicando-o como efeito dos desígnios dos deuses que se manifestaram aos dois cônsules em sonho sob a forma de um homem com aspecto sobre-humano que lhes avisou que um dos dois exércitos romanos deveriam se sacrificar à mãe Terra e aos deuses manes⁵⁰⁶ para que a cidade pudesse sair vitoriosa. Lívio acrescenta ainda que os cônsules resolveram imolar vítimas aos deuses para confirmar ou não seus sonhos. Tiveram, com efeito, a confirmação nas entranhas das vítimas que anunciaram aos sacerdotes os mesmos presságios interpretados nos sonhos. Argumento de ordem divina com o qual deixa o leitor já de sobreaviso a respeito da morte do cônsul que é narrada com uma retórica impressionante, com a qual Lívio quer amplificar o patriotismo de Décio que se sacrifica em prol da sobrevivência da república: “Como declarei por minhas palavras, sacrifico-me pela república, pelo exército, pelas legiões, pelos auxiliares do povo romano dos Quirites e ofereço juntamente comigo as legiões e os auxiliares do inimigo aos deuses Manes e à Terra”⁵⁰⁷. Detalhe desnecessário para Maquiavel que considerou importante

⁵⁰⁴ TITO LÍVIO, livro VIII, cap. 7, p. 149, v. II.

⁵⁰⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁰⁶ Os romanos acreditavam que deveriam entregar seus mortos à deusa Terra-Mãe e aos deuses manes. Fustel de Coulanges se refere à importância do sepultamento para a sociedade greco-romana, para quem a alma dos mortos necessitava de uma morada subterrânea, a fim de que não permanecesse errante e, assim, pudesse repousar. Para ele, crenças antigas daquela sociedade se referiam à existência de uma “vida feliz” sobre a terra. Daí a necessidade do sepultamento. Cf.: COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. Bauru-SP: Edipro, 1999, pp. 36-8.

⁵⁰⁷ TITO LÍVIO, livro VIII, cap. 9, p. 153, v. II.

dizer apenas que ele se matou, sem, no entanto, focar tanto no sentimento patriótico. Lívio ainda diz sobre Décio: “Parecia um ente sobre-humano, um enviado do céu para expiar a cólera dos deuses, libertar seu povo de um flagelo e fazê-lo recair sobre o inimigo”⁵⁰⁸. As ações dos dois cônsules são enquadradas por ele nos costumes tradicionais, ao passo que Maquiavel diz que foram ações extraordinárias no sentido de extrapolarem as leis. A despeito disso, tanto um como o outro, ainda que de maneiras diferentes, entendem que ambas foram importantes para o engrandecimento de Roma.

O próprio Maquiavel assume que há coisas em Lívio que não são do seu interesse expor, a exemplo da organização do exército romano que o historiador romano narra paralelamente ao relato que fez desses dois atos virtuosos. O florentino coloca que irá comentar apenas aquilo que é necessário por ser negligenciado em seu tempo, mesmo porque considera que as outras partes foram muito bem explicadas por Lívio e não precisam ser repetidas: “(...) falarei apenas daquilo que julgo digno de nota e daquilo que, por ser negligenciado por todos os capitães de nossos tempos, tem causado grande desordem nos exércitos e nas batalhas”⁵⁰⁹. São os elementos ausentes em seu tempo que lhe interessam retomar de Lívio para que sejam usados pelos homens que lhe eram contemporâneos, neste caso os comandantes. Se Lívio faz uma minuciosa descrição da constituição do exército romano⁵¹⁰, descrevendo até os objetos e as armas que os romanos usavam, Maquiavel considerou importante comentar apenas a disposição do exército romano quando das batalhas, afirmando que era formado por três fileiras (hastados, príncipes e triários). Formação admirável, visto que quando uma das fileiras achava-se derrotada, a outra entrava em combate, e assim por diante. Já em seu tempo os comandantes “(...) assim como deixaram de usar todos os outros tipos de ordenação, e da antiga disciplina nada observam, também deixaram de observar essa parte, que não é de pouca importância”⁵¹¹, visto que permitia que o exército se recompusesse por mais de três vezes. “Mas quem só conta com um primeiro recontro, como ocorre hoje com todos os exércitos cristãos, pode facilmente perder”⁵¹². Tempo em que observa um exército cheio de confusão que costuma ser derrotado em função da maneira como era ordenado.

A partir da referência hipotética que Lívio faz sobre a ida de Alexandre Magno à península itálica, Maquiavel concorda com os três elementos principais que o historiador

⁵⁰⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁰⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 16, p. 232.

⁵¹⁰ TITO LÍVIO, livro VIII, cap. 8, p. 150, v. II.

⁵¹¹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 16, p. 234.

⁵¹² MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 16, p. 234.

romano elenca para o sucesso na guerra: muitos e bons soldados, comandantes prudentes e boa fortuna⁵¹³. Argumento que Maquiavel utiliza para demonstrar que o dinheiro não é o nervo da guerra, como ousavam dizer alguns, pois mais importante do que ele é a organização de bons soldados e comandantes. Com efeito, Lívio considera que a quantidade de soldados e sua coragem, o talento dos comandantes e a sorte eram os principais elementos que definiam a vitória numa guerra e estavam presentes entre os romanos. Dessa forma, “(...) o Império Romano teria facilmente permanecido invicto diante de Alexandre, do mesmo modo que diante de outros reis e nações”⁵¹⁴. Comandantes, como os dois cônsules Torquato e Décio, que agiram de forma extraordinária para o bem de Roma. Sobre os “bons soldados”, Maquiavel considera que o são aqueles recrutados dentro do próprio estado, visto que o recurso a soldados mercenários/ estrangeiros não é recomendável a um exército que desejasse sair vitorioso.

Sobre essa ordenação, ressalta que já conferiu um longo tratamento em *O príncipe*, mas que considera oportuno fazê-lo também nos *Discursos*, ainda que de maneira breve, “(...) visto que em Tito Lívio se encontram tantos exemplos de soldados auxiliares, pois são auxiliares os soldados que um príncipe ou uma república te envia, para ajudar-te, capitaneados e pagos por eles”⁵¹⁵. Demonstração do respeito que tem pelo historiador romano, a despeito das modificações que promove em sua obra. O que nos leva a confirmar nossa compreensão de que as alterações promovidas pelo leitor não implicam em um completo abandono do autor. Nesse ínterim, Maquiavel retoma a narrativa de Lívio sobre as legiões que os romanos deixaram na cidade de Cápua após já terem socorrido seus habitantes de ataques dos samnitas, povo que não dava tréguas aos inimigos e, provavelmente, poderia voltar a atacar a referida cidade. Sua intenção consiste em mostrar como os capuanos erraram em aceitar a presença de estrangeiros achando que estes poderiam protegê-los.

Lívio, ao narrar este fato⁵¹⁶, coloca os laços entre Roma e Cápua num contexto de guerras contra os samnitas, sobretudo para celebrar os feitos do povo que considera maior do mundo. Quer elogiar o patriotismo dos romanos, demonstrando, em primeiro lugar, a virtude de seu senado que se dispôs a atender ao pedido de ajuda dos campânios (capuanos em Maquiavel) quando estes estavam prestes a ser atacados pelos samnitas. Lívio aproveita a situação para demonstrar a clemência (*clementia*) e, ao mesmo tempo, a grandeza dos

⁵¹³ Idem, *ibidem*, cap. 10, p. 216.

⁵¹⁴ TITO LÍVIO, livro IX, cap. 18, p. 229, v. II.

⁵¹⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 20, pp. 255-56.

⁵¹⁶ TITO LÍVIO, livro VII, cap. 33-38, pp. 120-30.

romanos ao narrar sua vitória diante dos samnitas que foram atacados por todos os lados numa “luta memorável” até se virem obrigados a optar pela fuga, ato que demonstra a falta de coragem e de virtude desse povo. Após ter vencido três batalhas contra os samnitas, os romanos enviaram tropas a Cápua durante o inverno para repelir as incursões daquele povo na cidade. Porém, afirma que Cápua acabou seduzindo os soldados romanos, incitando-os ao desejo de tomá-la para si sob o argumento de que os campânios não sabiam se defender, já que foram eles, os romanos, quem os salvaram. Por isso, se consideram mais merecedores de administrar os bens da cidade. Maquiavel, por seu lado, põe a culpa nas próprias legiões romanas que, vivendo no ócio e esquecendo-se da pátria e do senado, tiveram essa idéia. Planos que foram desarticulados pelos nobres romanos quando deles tomaram conhecimento. Assim, Maquiavel conclui o argumento: “Digo, portanto, de novo, que de todas as espécies de soldados, os auxiliares são os mais danosos, porque o príncipe ou a república que os emprega como ajuda não tem autoridade alguma sobre eles, pois só tem autoridade quem os manda”⁵¹⁷. Diferentemente de Maquiavel, Lívio põe a culpa da conspiração dos soldados na cidade, livrando-os de quaisquer responsabilidades morais: “Cápua, porém, era cidade pouco favorável à disciplina militar. Logo os soldados se deixaram seduzir por seus prazeres, esquecendo os deveres para com a pátria”⁵¹⁸.

Os soldados são isentados de culpa por Lívio, visto que Cápua é representada por ele como a cidade dos vícios, o inverso de Roma; era para ela que ia o exército de Aníbal para viver seus prazeres durante o ócio. Por mais que Lívio não admire a conspiração dos soldados, não chega a ofendê-los, narrando o esforço do cônsul Valério Corvo para convencê-los a desistir desses planos, usando vários argumentos de cunho patriótico que soam como se saíssem da própria mente de Lívio. Corvo discursa em prol da concórdia, virtude por excelência dos romanos, visando não necessitar empreender batalha contra seus próprios concidadãos que então eram seus inimigos. O outro cônsul, Tito Quíncio, “com os olhos cheios de lágrimas”⁵¹⁹, tenta convencer os soldados a renunciarem ao seu ódio e à ambição e a abraçarem a bondade. Lívio conta que após os comoventes discursos de Corvo e Quíncio, todos aprovaram a concórdia, demonstrando como o interesse pelo bem de Roma estimulava-os a renunciarem aos seus desejos privados. Portanto, se Maquiavel enxerga nessa seqüência de eventos, por ele bastante resumidos, um claro exemplo dos efeitos ruins da recusa a milícias estrangeiras, Lívio vê aí um exemplo do patriotismo de todos os romanos, da virtude

⁵¹⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 20, p. 256.

⁵¹⁸ TITO LÍVIO, livro VII, cap. 38, p. 129.

⁵¹⁹ TITO LÍVIO, livro VII, cap. 40, p. 134.

dos cônsules e da concórdia em Roma, pois foram esses elementos que fizeram com que a situação fosse resolvida. Mesmos acontecimentos, leituras variadas; o que tem a ver com a visão de mundo e com o contexto de cada um dos autores. Se Lívio narra os eventos para mostrar o patriotismo dos romanos que ainda dava alguns sinais de existência, Maquiavel o faz para dar mais uma lição militar aos homens de sua época.

Maquiavel narra os mesmos acontecimentos relatados por Lívio, modificando os seus significados e lhe atribuindo os sentidos que considerava mais pertinentes em seu tempo. Ao tomar o exemplo do rei romano, Tulo Hostílio, para argumentar a favor da idéia de que os príncipes e as repúblicas modernas deveriam usar soldados próprios para a defesa de seus estados e/ou cidades, Maquiavel não comenta a respeito das críticas que Lívio direcionou a ele por não se preocupar com as cerimônias religiosas. Seu foco era no caráter guerreiro de Tulo, sobre quem diz que logo ao suceder-se no reino não tinha nenhum homem iniciado nas atividades de guerra. Mesmo assim, não foi imprudente ao ponto de convocar estrangeiros, procurando homens entre os seus e tornando-os bons soldados: “E foi tão grande a sua *virtù*, que, durante o seu governo, em pouquíssimo tempo conseguiu fazer deles soldados excelentes”⁵²⁰. Lívio admira o aspecto guerreiro do rei, mas em muito se incomoda com sua contraposição aos valores religiosos ao ponto de não exercer os ritos e de, por isso, ter sofrido uma pena dos deuses por não cultuá-los. Tulo havia sido tocado por uma epidemia que assolou Roma e apenas com esse acontecimento é que passou a se ocupar da religião, chegando a realizar ritos secretos em honra a Júpiter sem testemunhas, na crença de que assim resolveria sua situação:

Mas como não tivesse observado os ritos, no início e no prosseguimento dos sacrifícios, não só nenhuma divindade celeste se lhe apresentou, como também Júpiter atinge-o com seu raio, irritado com sua falta de religiosidade, fulminando-o juntamente com o seu palácio⁵²¹.

Lívio coloca-se como um grande defensor do respeito às cerimônias religiosas que, se praticadas, contribuirão para a glória e o bem-estar de Roma. É principalmente ao argumento religioso que recorre, por exemplo, para explicar que a plebe não poderia exilar-se de Roma e ir morar em Veios. Utilizando o ditador Marco Fúrio Camilo como mediador, Lívio aproveita para descrever os elementos religiosos que compunham o espaço da cidade, explorando o caráter sagrado de seus cantos que, por isso, não mereceria ser trocada por outra. Cidade “(...)

⁵²⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 21, p. 80.

⁵²¹ TITO LÍVIO, livro I, cap. 31, p. 64, v. I.

fundada de acordo com os auspícios e os augúrios”, constituída por lugares aprazíveis, visto terem sido consagrados pelos deuses. “E são esses deuses públicos e privados que pretendeis abandonar, quirites?”⁵²². Além disso, as cerimônias oficiais e/ou os ritos da religião romana não poderiam ser realizados em outra cidade. Não convinha se erguer o leito da imagem de Júpiter, quando de seu banquete, noutra lugar senão no Capitólio. Assim como, os outros objetos de culto, que remontam a própria idade da cidade ou mesmo a um tempo anterior a sua fundação, como o fogo de Vesta e os escudos do deus Marte, não poderiam ser largados numa terra “profana”⁵²³.

Elogio à cidade enquanto espaço marcado por um caráter sagrado que justificaria o argumento liviano, segundo o qual era preciso “restaurar” os costumes que, em seus inícios, eram todos de base religiosa. Em seu tempo, os deuses e os homens não mais conviviam com a harmonia que visualizava nos tempos áureos da cidade. Lívio evoca a lembrança de um tempo em que o universo era cheio de sinais divinos. Um tempo em que as aves sobrevoavam os ares e seus gestos eram entendidos pelos humanos como uma mensagem dos deuses, a quem não poderiam desobedecer⁵²⁴. Tempo ainda em que os deuses apareciam em sonhos, anunciando sinais por meio dos quais enviavam suas mensagens aos homens⁵²⁵. Lívio não diz explicitamente que os romanos, ao menos os por ele idealizados, defendiam os costumes tradicionais apenas em razão de sua utilidade para o engrandecimento de Roma. Sua pretensão era celebrar a *urbe* romana e os homens virtuosos que a tornaram gloriosa para, desse modo, fazer de sua história um conhecimento exemplar ao seu presente “corrompido”. Ao narrar os episódios religiosos, sobretudo de uma Roma localizada num período mais remoto, pouco admite, por exemplo, que os romanos estabeleciam relações com os deuses por interesses imediatos ou pragmáticos. Porém, ele próprio tinha o interesse imediato de provocar em seus leitores a atitude de “restaurar” Roma através da imitação de seus modelos de virtude.

Maquiavel, por seu lado, elogia os romanos pelo uso que fizeram da religião, adotando uma postura explicitamente pragmática que, provavelmente, resulta da apropriação que fez de Políbio. Pois, ao comparar as constituições de outras cidades antigas, como as de Esparta e Cartago, à constituição mista⁵²⁶ de Roma, Políbio argumenta que essa era superior às demais

⁵²² TITO LÍVIO, livro V, cap. 52, p. 449, v. I.

⁵²³ Idem, ibidem, p. 450, v. I.

⁵²⁴ Idem, ibidem, livro I, cap. 34, p. 69, v. I.

⁵²⁵ Idem, ibidem, livro VIII, cap. 6, p. 146-147, v. II.

⁵²⁶ Formada pelo consulado (monarquia), senado (aristocracia) e povo (democracia). Cf. POLÍBIOS. Op., cit., livro VI; MENDES, Norma Musco. *Roma republicana*. São Paulo: Ática, 1988.

por fomentar em seus cidadãos uma concórdia e um patriotismo a partir do valor conferido ao respeito das leis e dos costumes oriundos da tradição. Dos costumes romanos, considera que a religiosidade conferiu ao Estado o sucesso e a superioridade que observou durante o tempo vivido em Roma: “(...) na minha opinião o que entre outros povos constitui um defeito reprovável – refiro-me à superstição – é o sustentáculo da coesão de Roma”⁵²⁷. Trata-se, segundo ele, de um elemento usado de forma pragmática pelos homens públicos em suas ações no seio da cidade e que contribuiu decisivamente para a ascensão de Roma⁵²⁸. Discorda daqueles que concebem a prática religiosa como um gesto irrefletido, argumentando que os romanos a valorizavam em função de seu efeito pragmático, sobretudo em relação à multidão: “(...) como toda multidão é inconstante, cheia de desejos contrários à lei, de paixões desenfreadas e de impulsos violentos, ela deve ser contida por temores invisíveis e por criações semelhantes da imaginação”⁵²⁹.

Com argumento parecido, Maquiavel diz que as histórias romanas demonstram como a religião contribuía para comandar soldados, incentivar à plebe e manter a bondade nos homens. Portanto, além das leis e ordenações, das milícias próprias e da *virtù*, os homens de Florença deveriam imitar o uso pragmático que os romanos fizeram da religião. Instrumento que Maquiavel coloca na base das vitórias romanas, pois estimulava seus comandantes e soldados a empreenderem grandes conquistas. Considera os homens antigos mais fortes que os modernos, o que se dá em virtude da distinção entre a educação antiga e a moderna e, por corolário, entre suas religiões: “Porque a nossa religião, por mostrar a verdade e o verdadeiro caminho, leva-nos a estimar menos as honras mundanas, motivo por que os gentios, que os estimavam muito e viam nelas o sumo bem, eram mais ferozes em suas ações”⁵³⁰. Diferenças que tornavam a religião antiga politicamente superior, pois ela “(...) só beatificava homens que se cobrissem de glória mundana, tais como os comandantes de exércitos e os príncipes de repúblicas”. Por outro lado:

A nossa religião tem glorificado os homens mais humildes e contemplativos do que os ativos. Além disso, vê como sumo bem a humildade, a abjeção e o desprezo pelas coisas humanas, enquanto para a outra o bem estava na grandeza de ânimo, na força [*fortezza*] do corpo e em todas as outras coisas capazes de tornar forte os homens⁵³¹.

⁵²⁷ POLÍBIOS. Op., cit., livro VI, cap. 56, p. 346.

⁵²⁸ Idem, ibidem, pp. 346-47.

⁵²⁹ Idem, ibidem, p. 347.

⁵³⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 2, p. 189.

⁵³¹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro II, cap. 2, p. 190.

Em outro momento, demonstra preferência pela soberba em detrimento da humildade fiando-se no “nosso historiador” para autorizar seu argumento: “Vê-se muitas vezes que a humildade não só não traz proveito como prejudica, sobretudo quando empregada com homens insolentes, que, por inveja ou outra razão, nutrem ódio por ti”⁵³². Defende, pois, uma virtude que se contrapõe à ética cristã, cuja máxima consiste na idéia de que é preciso agir com humildade mesmo com os inimigos. Considera que o *ethos* da “nossa religião” tornou o mundo mais fraco; um mundo dominado por homens celerados que conseguiam controlar o “comum dos homens” porque estes se preocupavam mais em suportar os males para alcançar o paraíso do que em vingar-se. Pretendia introduzir a religião romana em Florença pelo seu fomento pragmático ao amor pela pátria e às conquistas militares.

Para Maquiavel, a religião introduzida em Roma pelo rei Numa Pompílio foi fundamental para a paz, visto que as leis e ordenações de Rômulo não eram mais suficientes para manter a cidade e, além disso, o povo estava desrespeitando-as. O temor a “Deus” era tão grande que dispensava-se as leis. Exemplifica-o ao dizer que Cipião, após a derrota dos romanos em Canas para Aníbal e os cartagineses, obrigou os soldados a jurarem que continuariam lutando pela pátria e que não iriam fugir, como estavam planejando⁵³³. Lívio, com efeito, diz que ao se tornar rei de uma jovem cidade, Numa promoveu sua “refundação” com base “no direito, nas leis e nos bons costumes” (*iure eam legibusque ac moribus*)⁵³⁴, diminuindo seu aspecto belicoso que tanto marcara o reinado de Rômulo. Para Maquiavel, Roma devia créditos mais a Numa do que a Rômulo, visto que “(...) onde há religião facilmente se podem introduzir armas; e, onde houver armas mas não houver religião, esta com dificuldade poderá ser introduzida”⁵³⁵. Numa usou a religião para aumentar sua autoridade, fazendo simulações de que pedia conselhos a uma ninfa, observação que Lívio também faz, porém não é tão explícito como o florentino, dizendo apenas que o rei costumava ir a um bosque, sem testemunhas, sob a desculpa de que iria se encontrar com uma deusa⁵³⁶.

Trata-se de uma religião responsável pela felicidade em Roma, visto que “(...) ensajou boas ordenações; as boas ordenações trazem boa fortuna; e da boa fortuna nasceram os bons êxitos das empresas”⁵³⁷. Maquiavel argumenta com isso que o respeito ao culto divino é responsável pela grandeza de uma república e que, por isso, os príncipes reais ou republicanos

⁵³² Idem, *ibidem*, cap. 14, p. 226.

⁵³³ Idem, *ibidem*, livro I, cap. 11, p. 49.

⁵³⁴ TITO LÍVIO, livro I, cap. 19, p. 45, v. I.

⁵³⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 11, p. 50.

⁵³⁶ TITO LÍVIO, livro I, cap. 21, p. 48, v. I.

⁵³⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 11, p. 51.

devem conservar os fundamentos da religião (as respostas dos oráculos, a seita dos advinhos e dos arúspices), ainda que esta seja falsa: “E todas as coisas que surjam em favor da religião, ainda que possam ser julgadas falsas, devem ser por ele favorecidas e estimuladas”⁵³⁸. É isso que ocorre com os milagres que, mesmo sendo falsos, na opinião de Maquiavel são motivos de crença, pois os homens sábios e prudentes usam de sua autoridade para torná-los críveis por todos. Neste sentido, Maquiavel seleciona vários outros exemplos de Tito Lívio para mostrar como os romanos usavam a religião para reordenar a cidade e promover suas empresas e como os resultados disso foram admiráveis. Sua valorização da religião tem a ver, antes de tudo, com a compreensão de que se trata de um instrumento necessário para o exercício da política e que deve ser levado em conta, até porque os homens se tornam mais fáceis de serem comandados se acreditarem nos preceitos religiosos utilizados por aqueles que os comandam.

É nesse estilo que conta um milagre que teria acontecido em Veios, cidade então derrotada pelos soldados romanos, explicando que enquanto a saqueavam, estes resolveram entrar no templo da deusa Juno e perguntaram-lhe se desejava ir para Roma. A todos pareceu que a deusa fez um gesto afirmativo por serem homens cheios de religião: “O que Tito Lívio demonstra, porque entraram no templo sem tumulto, todos devotos e reverentes”⁵³⁹. Comportamento que Maquiavel justifica pelo estímulo dado aos jovens soldados por Camilo e outros “príncipes” da cidade e que não encontra em seu tempo, afinal entende que as crenças são instáveis e passageiras. Lívio narra o acontecimento com mais detalhes e com uma espécie de suavização do pragmatismo, não chegando a dizer que Camilo teria sido o responsável por fomentar essa crença nos soldados⁵⁴⁰. Maquiavel prognostica que se essa crença tivesse se mantido nos primórdios da religião cristã, “(...) os estados e as repúblicas cristãs seriam mais unidos, bem mais felizes do que são”⁵⁴¹. Vai mais além, prenunciando a ruína do tempo presente em função do que conhece do passado: “E quem considerasse seus fundamentos e visse a grande diferença que há entre os costumes presentes e aqueles, consideraria estar próxima, sem dúvida, a ruína, ou o flagelo”⁵⁴².

A ausência da crença nos fundamentos religiosos nas repúblicas era motivo para a ruína que marcava seu tempo, onde a Igreja, com seus maus exemplos, provocava a ausência de devoção na Itália, gerando aí desordens: “Porque, assim como se pressupõe todo bem onde

⁵³⁸ Idem, *ibidem*, p. 53.

⁵³⁹ Idem, *ibidem*, p. 54.

⁵⁴⁰ TITO LÍVIO, livro V, cap. 22, p. 411, v. I.

⁵⁴¹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 11, p. 54.

⁵⁴² Idem, *ibidem*.

há religião, pressupõe-se o contrário onde ela falta⁵⁴³. Além disso, sua fraqueza em usar o *status* que tinha como governo temporal e sua falta de sabedoria em pedir ajuda a um poderoso para se contrapor aos estrangeiros, tornavam a Itália dividida, diferentemente da experiência francesa e espanhola, então em estágio de formação de seus respectivos estados. Submetida a vários príncipes e senhores por culpa da Igreja, a Itália se tornou presa fácil dos “bárbaros poderosos”, de quem passou a ser serva. Maquiavel considera a presença de costumes estrangeiros a principal causa da corrupção de uma cidade. Por isso, elogia bastante as repúblicas alemãs de seu tempo por considerá-las livres e fiéis as suas leis, que resultavam da permanência da religião e da bondade em seus povos. Dessa maneira, “(...) não puderam pegar os costumes franceses, espanhóis ou italianos, nações estas que, em conjunto, são a corrupção do mundo”⁵⁴⁴. Crítica explícita ao seu presente que o aproxima de Lívio, pois este comenta freqüentemente como estava ocorrendo um esquecimento das ações baseadas na tradição romana em paralelo com a introdução de costumes estrangeiros na cidade:

Embora haja desaparecido a lembrança de nossos costumes civis e religiosos [*diuini humanique moris memoria*], pela preferência outorgada aos costumes novos e estrangeiros em detrimento das velhas instituições ancestrais, julguei que não afastaria do tema de minha obra ao mencionar essas tradições nos próprios termos em que nos foram transmitidas e enunciadas⁵⁴⁵.

Justamente por isso era importante trazer o passado à memória porque nele havia elementos ausentes no presente que, desse modo, poderia ser preenchido por valores do passado a partir do seu exercício de imitação. Trata-se de uma passagem em que Lívio deixa bem claro sua compreensão de que os costumes, sejam eles divinos ou humanos, são sobremaneira relevantes, talvez mais ainda do que as próprias leis. Tem pouco conhecimento das coisas militares, ainda que narre as guerras que ocorriam a cada ano e em cada consulado; porém, não são elas o aspecto mais relevante de sua obra, mas as ações humanas recheadas por patriotismo e moralismo que aí são empreendidas, dentre as quais aquelas revestidas por um sentimento religioso. Até porque Lívio valoriza mais os acontecimentos civis do que os militares; estes últimos têm sua importância associada apenas ao bem que trarão à cidade romana.

⁵⁴³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 55, pp. 160-61.

⁵⁴⁵ TITO LÍVIO, livro VIII, cap. 11, p. 156, v. II.

Durante uma das batalhas que os romanos estabeleceram contra Veios⁵⁴⁶, cidade etrusca, Lívio enche sua narrativa de referências religiosas. Começa dizendo que um estranho prodígio ocorreu: as águas de um lago em Alba, cidade vizinha, elevaram-se sem ter ocorrido chuvas nem quaisquer outros fenômenos, o que era um indicativo de que se tratava de algo miraculoso. Lívio informa que um ancião de Veios anuncia o seu significado em tom profético: “Se a água não transbordar do lago albano, jamais em Veios entrará o romano”⁵⁴⁷. Forçado por um soldado romano a revelar o significado dessas palavras, o ancião disse na presença do general romano que, para vencer os veientes, os romanos deveriam escoar as águas do lago, pois essa era a vontade dos deuses que, enquanto isso não acontecesse, não abandonariam as muralhas de Veios. Além disso, embaixadores foram levados ao oráculo de Delfos, visto que não tinham confiança neste homem por ele ser etrusco; precisavam do auxílio divino para entender o que fizeram de errado, pois a ocorrência de um prodígio como aquele provavelmente tinha a ver com algum tipo de deslize dos romanos. Chegados de Delfos, os embaixadores lêem o vaticínio da pítia que era idêntico ao do adivinho etrusco, mas havia um acréscimo: “Restabelece todo o esplendor dos ritos religiosos de teus pais, que atualmente se acham negligenciados”⁵⁴⁸. Os romanos, pois, seguem essas exigências divinas e agem de modo a aplacar os deuses que estavam descontentes com as negligências nas cerimônias religiosas. Mais adiante na narrativa⁵⁴⁹, com efeito, Lívio narra a guerra contra Veios da qual os romanos, liderados pelo ditador Camilo, conseguiram sair vitoriosos, já que haviam seguido os ditames divinos.

Sobre esses acontecimentos, aos quais Lívio conferiu cerca de oito capítulos de seu quinto livro, Maquiavel comenta em poucas linhas, até porque não pretendia contar detalhes que, no caso de Lívio, foram importantes para provocar em seu leitor um efeito exemplar e patriótico. Nesse sentido, Maquiavel explica a vitória contra Veios como resultado do estímulo dos capitães dos exércitos, que usavam a religião para manter os soldados dispostos a lutar. Diz que os romanos “inventaram” que Apolo e outras profecias haviam estabelecido que naquele ano Roma venceria Veios se o lago Albano fosse vazado. Como isto já tinha ocorrido, era sinal de que eles venceriam sem dúvida alguma e, assim, os soldados são convencidos de que não deveriam voltar para Roma, como estavam prevendo. Disso, conclui que foi a religião a principal responsável para que o senado romano vencesse as dificuldades,

⁵⁴⁶ TITO LÍVIO, livro V, cap. 15-16, pp. 401-04, v. I.

⁵⁴⁷ Idem, ibidem, cap. 15, p. 401, v. I.

⁵⁴⁸ Idem, ibidem, cap. 16, p. 404.

⁵⁴⁹ Idem, ibidem, cap. 21-23, pp. 409-413.

o que “(...) sem ela, jamais teria ocorrido”⁵⁵⁰. Religião que era utilizada como um instrumento para convencer o povo: “E quem considerar bem as histórias romanas, verá como a religião servia para comandar os exércitos e infundir ânimo na plebe, para manter os homens bons e fazer com que os reis se envergonhem”⁵⁵¹. Pautado nos exemplos da Roma antiga, argumenta que os príncipes de uma república ou de reinos “(...) devem conservar os fundamentos da religião que professam; e, feito isso, ser-lhes-á mais fácil manter religiosa e, por conseguinte, boa e unida a sua república”⁵⁵².

Da mesma maneira, Maquiavel coloca que foi a ela que os nobres recorreram para retomarem os cargos de tribunos militares que estavam nas mãos dos plebeus por escolha do povo⁵⁵³. Lívio relata que os plebeus haviam sido eleitos para aqueles cargos porque um dos tribunos havia tomado posse sem tumultos e que exercia suas funções de maneira agradável tanto para plebeus como para patrícios. O que animou a todos elegerem apenas plebeus. Interessante porque, na seqüência, Lívio narra que um inverno rigoroso e logo depois um verão abafado causaram imensos flagelos em Roma, chegando a ser necessário fazer cerimônias religiosas para combatê-los. Além disso, a situação em Veios se tornava mais complicada para os romanos que lá lutavam. Com isso, Lívio, defensor dos patrícios, insinua que tais acontecimentos, negativos para a república, tinham uma ligação com a eleição dos plebeus para o cargo de tribunos militares. O que, de fato, foi colocado em cena pelos patrícios que não se conformavam em ter perdido o poder para seus inimigos civis. Montam, então, um plano para nas novas eleições saírem vitoriosos, chegando a utilizar-se de recursos divinos que, na verdade, são colocados por Lívio como o elemento principal que os tornou vitoriosos. A opinião dos patrícios se confunde com a de Lívio, quando este coloca que o inverno e a peste que assolaram a cidade e o campo eram anúncios da cólera dos deuses. Prossegue expondo a opinião dos patrícios, dizendo que se descobriu que diante desses eventos era preciso aplacar os deuses, visto que estavam chateados ao “(...) ver os cargos públicos distribuídos indiscriminadamente e as classes sociais [*gentium*] confundidas”. A parcialidade de Lívio, até aqui camuflada, se torna mais exposta quando diz que “(...) os escrúpulos religiosos que haviam semeado entre os eleitores levaram-nos a eleger tribunos militares com autoridade consular apenas patrícios”⁵⁵⁴. Situação que parece deixar o historiador mais tranqüilo e satisfeito.

⁵⁵⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 13, p. 59.

⁵⁵¹ Idem, ibidem, cap. 11, p. 50.

⁵⁵² Idem, ibidem, p. 53.

⁵⁵³ Idem, ibidem, cap. 13, p. 57.

⁵⁵⁴ TITO LÍVIO, livro V, cap. 14, p. 401, v. I.

Maquiavel, de maneira bem sintética e sem camuflagens, diz que toda essa articulação dos nobres foi uma espécie de “campanha eleitoral” para que pudessem vencer as novas eleições, retirando daí seu argumento sobre a importância da religião para as conquistas políticas⁵⁵⁵. Lívio, por sua vez, parece elogiar os patrícios pelo cuidado e respeito que demonstravam ter com os sinais divinos, usando um pouco de sua retórica para não deixar tão explícita a idéia de que aqueles se valeram apenas pragmaticamente da religião. Vale lembrar que em outro momento de seu texto, Maquiavel reconhece a existência de adivinhos, revelações, prodígios ou outros tipos de sinais divinos, ainda que abstenha-se de opinar a respeito. Expõe exemplos de seu próprio tempo, como a previsão do monge Girolamo Savonarola de que Carlos VIII, rei da França, iria para a Itália e o sinal que anunciou a morte de Lorenzo de Médici manifestado por um raio que caiu sobre a catedral de Florença. Conta, ainda, um exemplo retirado de Lívio⁵⁵⁶ sobre um plebeu de nome Marcos Cedício que avisou ao senado da premente chegada dos franceses (gauleses, no texto de Lívio) em Roma. Informação que obteve de uma voz sobre-humana e que, segundo Lívio, não foi considerada pelo senado. Maquiavel usa esse exemplo para expor sua postura acerca da crença nos sinais divinos:

A razão dessas coisas, creio, deve ser comentada e interpretada por alguém que tenha conhecimento das coisas naturais e sobrenaturais, que não temos. No entanto, poderia ser que os ares estejam, como querem alguns filósofos, cheios de inteligência, que por naturais *virtù* prevêm as coisas futuras e têm compaixão dos homens, avisando-os com semelhantes sinais para que eles possam preparar suas defesas⁵⁵⁷.

Postura cuidadosa de Maquiavel que se esforça para encontrar palavras que nem o torne completamente cético, nem o coloque como um crente nos sinais divinos. De toda forma, ao longo de toda sua obra, Maquiavel deixa bem claro que a maneira mais coerente de saber lidar com os acontecimentos consiste em olhar para o passado, sobretudo o romano e de lá retirar ensinamentos. Lívio, por outro lado, narra os sinais divinos sem muito receio de achar que seu leitor poderá criticá-lo por inserir elementos que em sua época eram mais freqüentes nas obras poéticas. Por vezes se tornava necessário lançar mão de fábulas para contar a memória de um passado muito distante sobre o qual não se tinha muita

⁵⁵⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 13, p. 57.

⁵⁵⁶ TITO LÍVIO, livro V, cap. 32, p. 425, v. I.

⁵⁵⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 56, p. 164.

documentação, como os documentos escritos (*monumenta litterarum*)⁵⁵⁸ que, segundo ele, seriam mais próprios de um historiador. Por exemplo, após narrar um gesto sobre-humano e, ao mesmo tempo, extraordinariamente patriótico de um jovem romano chamado Marco Cúrcio⁵⁵⁹ que se sacrificou em prol de Roma, Lívio diz que “(...) foi preciso ater-me à tradição [fama], uma vez que a antiguidade do fato não permite comprovar sua autenticidade [fidem]”⁵⁶⁰. Além disso, entende que o uso da tradição poderia servir ao menos para tornar mais divino o passado da cidade e para moralizar seu presente, que era mais marcado pelas ações viciosas dos homens do que pela ocorrência de sinais divinos e de ações cívicas e religiosas.

Nesse sentido, por mais que Lívio demonstre em sua obra o pragmatismo religioso dos romanos, a retórica que ele utiliza acaba ofuscando a força com que o faz. Uma retórica com que vai doando a sua narrativa um aspecto moralista e patriótico que pouco vemos em Maquiavel, mas que não consegue esconder por completo o pragmatismo dos romanos. Articulando patriotismo e pragmatismo, narra os preparativos da guerra entre romanos e samnitas, para a deflagração da qual eram necessários bons auspícios. Os pulários⁵⁶¹ são acionados para fazê-lo e, diz Lívio, ao serem influenciados pelo entusiasmo dos soldados que queriam a guerra, acabaram manipulando os auspícios:

(...) embora os frangos não comessem, o pulário ousou mentir sobre os auspícios e comunicou ao cônsul que os frangos mostravam um apetite muito favorável. O cônsul, contente, anuncia publicamente que os auspícios são excelentes, que os deuses aprovam essa luta e faz arvorar o sinal do combate⁵⁶².

Contudo, Lívio retruca que o engano foi descoberto pelo cônsul Lúcio Papírio Cursor através do seu filho e que, ainda assim, não desistiu de empreender a guerra. Sua medida, bastante pragmática, consistiu em punir os pulários pela falsidade de seus auspícios; porém, “quanto a mim, o apetite dos frangos anunciado ao povo romano e ao exército é um excelente

⁵⁵⁸ *Monumentum (moni-)*: “é tudo que recorda uma lembrança e, particularmente, o que recorda a lembrança de um morto: túmulo, estátuas, inscrições, etc.” (ERNOUT, A; MEILLET, A. Op. cit., p. 596). *Littera*: “grafia atestada/certificada”, “letra de alfabeto”. Corresponde ao grego *grámma*. (idem, ibidem, p. 528). Ao se referir a *monumenta litterarum*, Lívio trata dos escritos que evocam uma memória, uma lembrança do passado, donde: estátuas, inscrições e túmulos, que são usados por ele como fonte.

⁵⁵⁹ TITO LÍVIO, livro VII, cap. 6, p. 80, v. II.

⁵⁶⁰ Idem, ibidem, p. 81, v. II.

⁵⁶¹ Segundo informação em nota (TITO LÍVIO, livro X, cap. 40, p. 343), o pulário era o sacerdote que examinava os frangos sagrados e verificava se comiam bem antes das guerras para saber se os auspícios divinos eram favoráveis.

⁵⁶² TITO LÍVIO, livro X, cap. 40, p. 343, v. II.

auspício”⁵⁶³. Desse modo, os pulários foram dispostos na primeira fila da batalha e acabaram sendo mortos com os lançamentos de dardos. Uma vez os culpados punidos, o cônsul disse que não havia o que temer. Maquiavel faz poucas alterações nesse texto de Lívio nos dizendo que o cônsul romano fez questão de convencer os soldados de que ele não era o culpado pela negligência dos pulários: “E, assim, por saber acomodar suas intenções aos auspícios, tomou a decisão de combater, sem que o exército se apercebesse de que em algum ponto ele negligenciara as ordenações de sua religião”⁵⁶⁴. Como se quisesse ofuscar a manipulação do cônsul, Lívio acrescenta ainda que logo depois da morte dos pulários, um corvo grasnou de maneira forte à frente de Papírio que ficou alegre com esse bom augúrio e afirmou a todos que os deuses, de fato, estavam em acordo com a guerra. Detalhe minucioso, ausente em Maquiavel, mas que nos mostra a preocupação de Lívio em engrandecer a figura de um cônsul que iria levar os romanos à vitória. Cônsul que deveria ser visto como um *exemplum* do respeito aos costumes tradicionais.

Por outro lado, em um dos últimos livros de Lívio (livro XLI) a que temos acesso, faz um sintomático comentário sobre a expiação de prodígios, ritual tradicional usado para justificar as guerras, mas também para confirmar a eleição dos cônsules. Nesse sentido, contamos:

Os cônsules Cneu Cornélio e Quinto Petílio, no dia que assumiram o cargo, sacrificaram cada qual um boi a Júpiter segundo o costume, mas não se encontrou a ponta do fígado da vítima imolada por Petílio. Como comunicasse o fato ao Senado, este ordenou-lhe que continuasse a sacrificar até obter satisfação⁵⁶⁵.

O cônsul Cornélio conseguiu alcançar o esperado prodígio, diferentemente de seu colega, que precisou realizar outras tentativas até atingir o resultado desejado: “(...) declarou que não conseguira obter presságio favorável depois de sacrificar três bois, todos sem a ponta do fígado. O Senado insistiu em que se prosseguissem os sacrifícios de vítimas adultos até se obter satisfação”⁵⁶⁶. Passagem em que o pragmatismo dos romanos no exercício das cerimônias religiosas nos parece bastante evidente e análogo ao argumento de Maquiavel que, antes de contar o caso de Papírio Cursor, faz o seguinte comentário:

(...) quando a razão lhes mostrava que uma coisa devia ser feita, mesmo que os auspícios fossem contrários, faziam-na de qualquer maneira, mas apresentando-a

⁵⁶³ TITO LÍVIO, livro X, cap. 40, p. 344, v. II.

⁵⁶⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, 14, p. 61.

⁵⁶⁵ TITO LÍVIO, livro XLI, cap. 14, p. 24-25, v. VI.

⁵⁶⁶ Idem, ibidem, p. 25, v. VI.

[*rivoltavanla*] com termos e modos hábeis para não darem a impressão de que a faziam desprezando a religião⁵⁶⁷.

Maquiavel costuma mostrar, ao longo de seus comentários sobre a religião, que os romanos agiam por pragmatismo. Lívio chega a admitir que essas práticas religiosas eram planejadas pelos homens públicos, pois no livro XLIII, constrói uma leitura sobre os prodígios com a qual esclarece seu caráter “oficial”, considerando ainda que há uma indiferença em relação a eles em seu tempo, na medida em que não são mais anunciados nem registrados nos anais da cidade. Por outro lado, muito mais do que expor o pragmatismo dos romanos, Lívio pretendia convencer seu leitor de como nesse passado que ele escolheu para lembrar, Roma era conduzida pelos sinais divinos. Assume, então, o papel de quem deveria construir uma memória desses sinais para que fossem eternamente lembrados enquanto parte da herança cultural romana. Daí que, “(...) ao escrever a história dos tempos antigos, fiz-me, não sei como, uma alma antiga (...)” e, dessa forma, não deixará de narrar “(...) certos acontecimentos que homens cheios de sabedoria daquelas épocas não hesitaram em transformar em objeto de consultas oficiais”⁵⁶⁸. Portanto, Lívio elogia os homens do passado por se preocuparem em tornar esses sinais divinos uma instância cívica, ainda que haja manipulações. Idéia muito próxima da emitida por Maquiavel, que elogia bastante o fato de os romanos usarem politicamente sua religião.

Maquiavel apresenta um pragmatismo que nos parece mais “seco”, suavizando o moralismo que percorre toda a narrativa de Lívio. Percepção que provavelmente tem a ver com a visão de política que tem enquanto um escritor moderno do séc. XVI. Maquiavel não parece interessado em dar lições voltadas para o comportamento cotidiano dos indivíduos. Seu foco é a análise política dos fatos narrados por Lívio no sentido de tentar retirar daí ensinamentos que contribuíssem para a vida política de Florença. Uma política que englobava o mundo das instituições, dos estados e das relações entre governantes e que contemplava essencialmente os modos e ordenações de que uma república precisava lançar mão para conquistar e manter a liberdade⁵⁶⁹. Até porque nos *Discursos* seu interesse maior consiste em dar lições para que uma cidade livre cumprisse esses dois objetivos. Se Lívio costuma usar o termo *civitas*⁵⁷⁰ para se referir às leis e aos costumes que constituíam a república romana,

⁵⁶⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, cap. 14, p. 60.

⁵⁶⁸ TITO LÍVIO, livro XLIII, cap. 13, p. 143, v. VI.

⁵⁶⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007a, livro I, p. 95.

⁵⁷⁰ Derivado abstrato de *civis*: “condição de cidadão”, “conjunto de cidadãos”. Por seqüência, “cerco de um governo, cidade, Estado”. Daí, com a passagem ao sentido concreto, sinônimo de *urbs*, por oposição ao campo. Traduz a *pólis* e a *politéia*. Na língua de direito, *civicus* (civil, cívico) opõe-se a *militaris*. (ERNOUT, A;

Maquiavel introduz a noção de *stato* para se referir às repúblicas ou aos principados, já que diz em *O príncipe* que todos os Estados que já existiram, sempre tiveram uma dessas duas formas⁵⁷¹. Por mais que os legisladores romanos tivessem criado muitas leis em prol da república, o direito consuetudinário tinha uma força considerável em Roma; daí o valor ao respeito dos costumes tradicionais, mesmo que muitos deles não estivessem registrados numa memória escrita. Maquiavel, por sua vez, vive um contexto em que a escrita tem uma importância reforçada em detrimento da oralidade, sobretudo com a invenção da imprensa. Motivo a mais para sua imensa defesa do respeito às leis e ordenações, visto que elas eram fundamentais para a manutenção da liberdade. A obra de Lívio lhe permitiu observar a importância das leis para uma república; leis que são para ele o cerne do exercício da política que se é feita por homens sempre apaixonados, o é também por regras que os reprimem.

Para Maquiavel, os romanos sempre executavam suas leis e ordenações e, além disso, seguiam os costumes antigos, a exemplo do respeito que tinham pela religião. Lívio, por sua vez, entende que os homens já na república não estavam respeitando as leis e os costumes antigos, civis e religiosos e que a cidade, cada vez mais, caminhava para o mundo da corrupção. O respeito à tradição era mais forte nos tempos antigos e, por isso, quanto mais avança cronologicamente em sua narrativa, mais nota sintomas de corrupção e pouca lembrança dos costumes tradicionais. Vê, pois, o passado mais remoto como um tempo que merece ser imitado por um presente que vivia atolado em corrupção. Jogo parecido com o de Maquiavel que, também, visualiza em seu tempo sérios sintomas de corrupção e, desse modo, acaba olhando para o passado romano como um tempo valioso e cheio de *virtù* porque aí os homens sabiam agir politicamente, criando leis e respeitando-as.

Nesse sentido, se ambos se aproximam pelas leituras que fazem do presente e do passado, se distanciam pelas leituras realizadas sobre a Roma republicana. Roma que, para Maquiavel, foi extremamente cheia de glória e *virtù* e que estava localizada num passado para ele distante. Uma “mesma” Roma que é vista por Lívio de maneira ambígua, pois é cheia tanto de vícios como de virtudes e os primeiros iam cada vez mais se espalhando com o avançar do tempo ao ponto de se tornar, para ele, urgente em seu presente fazer uma história que servisse para intervir nas ações humanas e torná-las mais virtuosas. Portanto, temos a impressão de que é a noção de passado como um tempo glorioso que precisa ser imitado e do presente como um tempo vicioso que precisa ser “renovado” o que mais representa uma

MEILLET, A. Op. cit., p. 185). Assim, *urbs* se refere ao espaço concreto de Roma, ao passo que *civitas*, se relaciona aos seus elementos “abstratos”: as leis e os costumes que constituem o Estado.

⁵⁷¹ MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007b, cap. I, p. 33.

aproximação e, ao mesmo tempo, um distanciamento entre os autores. Maquiavel engrandece Roma e rebaixa sua Florença, ao passo que Lívio elogia em excesso a Roma dos primórdios e tece duras críticas a Roma que lhe era mais recente. Aproximam-se em termos de concepção do jogo da temporalidade e da história, porém se distanciam na compreensão que têm dos vários aspectos que constituem a república romana: leis, religião, milícias.

Por fim, Maquiavel enxerga uma Florença aos escombros, mas que poderia ser reerguida a partir de um alicerce já construído por Roma; exemplo de uma república cujo modo de agir politicamente deu certo, visto ter conservado a liberdade por muito tempo. Maquiavel pretendia que sua escrita atuasse como um estimulante nos homens públicos de Florença, para que esses não cedessem diante dos sintomas de fraqueza e esgotamento de suas forças. Através de sua Roma, efeito da atualização da Roma de Lívio, eles poderiam ter acesso a ensinamentos e indicações que ao menos teriam a função de aliviar os males próprios da natureza humana e que estavam atacando Florença por todos os lados. Uma Roma preenchida por leis e ordenações de excelência, a quem todas as cidades que almejassem se tornar repúblicas livres deveriam imitar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maquiavel, leitor de Tito Lívio. Foi com ele que passeamos ao longo dos últimos dois anos. Mais um epíteto acrescentado aos vários já criados para representá-lo e que são responsáveis por tornar variado o conjunto de suas interpretações. No séc. XVI, foi associado pela Igreja Católica ao “mal”; no séc. XVIII, foi acusado por Frederico II de corruptor dos preceitos morais, de “monstro”, “mestre do crime e da tirania”, “escritor desprezível” e “político abominável”. Foi reabilitado neste mesmo século por Rousseau, que lhe qualificou como “um homem honesto e um bom cidadão”, defensor da liberdade. Nas primeiras décadas do séc. XX temos o escritor italiano, Antonio Gramsci, que nos apresenta um Maquiavel aliado à “classe revolucionária”, grupo a quem pretendia fornecer uma educação política.

Num contexto em que se discute a presença dos livros digitais, que coexistem com os livros impressos e com os manuscritos, pareceu-nos estimulante trabalhar com um escritor contemporâneo ao advento da máquina de imprensa e que teve acesso à obra de Lívio a partir de uma de suas primeiras edições impressas da renascença. A leitura que realizamos na contemporaneidade possui uma série de especificidades associadas aos instrumentos que nos possibilitam exercê-la. A cada instante, estamos acessando um rol de informações que a *internet* nos transmite e, ao mesmo tempo, lendo “obras clássicas” através de materiais impressos. Ítalo Calvino chamou a atenção para “(...) o fato de que ler os clássicos parece estar em contradição com nosso ritmo de vida, que não conhece os tempos longos, o respiro do *otium* humanista”⁵⁷². Porém, reitera que clássicos são justamente aqueles livros que persistem mesmo quando há uma predominância na atualidade de elementos incompatíveis com sua leitura. Com efeito, no mundo veloz em que vivemos, em que há uma grande exigência de produção acadêmica, o tempo não nos parece favorável para ser utilizado com leituras “lentas” e “demoradas”; leituras de livros, como o *Dom Quixote*, de Cervantes. Mas, ainda assim, o fazemos.

Ítalo Calvino diz que deveríamos ter um tempo na vida adulta dedicado apenas à releitura dos clássicos, parecendo-nos ter razão quando coloca que “se os livros permaneceram os mesmos (mas também eles mudam, à luz de uma perspectiva histórica diferente), nós com certeza mudamos, e o encontro é um acontecimento totalmente novo”⁵⁷³. Com efeito, da leitura de Maquiavel, fizemos uma (re)leitura de Lívio que nos acompanhou por um considerável tempo e que continuou fazendo parte de nossas leituras ao estar presente

⁵⁷² CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. Trad.: Nilson Moulin. Cia das Letras: São Paulo, 2001, p. 15.

⁵⁷³ Idem, *ibidem*, p. 11.

no autor dos *Discursos*. Leitura de Maquiavel a partir de Lívio e (re)leitura de Lívio a partir de Maquiavel. Idas e vindas aos textos de ambos. No fim, este texto resultou de todo esse movimento que marcou uma experiência de leitura e que nos fez observar a atuação da historicidade na vida. Outro Lívio apareceu diante dos nossos olhos; acontecimentos por ele narrados a que antes não conferíamos tanta atenção se tornaram objeto de nosso estranhamento e de investigação.

Logo após a experiência de leitura do texto de Maquiavel, tornou-se quase inevitável que, ao voltar os olhos para Lívio, procurássemos observar em sua obra os temas a que Maquiavel deu mais atenção, até para confirmar se expõe as coisas romanas ditas por Lívio e perceber até que ponto se aproxima e/ou se distancia do romano. Movimentos circulares de leitura que elevaram as perguntas sobre dois escritores já tão comentados. Ao observarmos a maneira pragmática com que Maquiavel analisa os costumes e as leis, nos indagamos sobre a compreensão de Lívio a respeito dos mesmos, sobretudo porque é notório a dificuldade do historiador romano em aceitar com tranqüilidade as criações de novas leis e a defesa que faz dos costumes mais antigos. Maquiavel costuma admitir a necessidade das cidades, livres ou não, de criarem novas leis de acordo com as experiências que forem vivenciando.

As apropriações que Maquiavel promoveu do texto de Lívio nos chamaram a atenção para o movimento circular da vida, suas idas e vindas infinitas, sua instabilidade e suas reviravoltas; para a necessidade dos homens reconsiderarem o passado em função das demandas de seu próprio tempo; para a possibilidade de (re)significação que o passado, uma vez recordado, oferece ao presente. Por mais que acreditasse no caráter irreversível dos erros humanos, afinal de contas acreditava ser inviável modificar o que já aconteceu, Maquiavel entendia que eles poderiam, ao menos, não se repetir. Aos homens cabia uma reflexão sobre as ações de seus pares do passado, para quem deveriam se curvar em virtude da sua grandeza e *virtù* e exercer sua *imitazione*.

Neste sentido, construímos uma memória nessas páginas de um esforço de recordação do passado romano feito por Maquiavel através da obra de Lívio. Se a ênfase do florentino sobre a *verità delle cose* e, por corolário, sobre as paixões e os desejos humanos como motores da atividade política, parecem ter sido e ser os principais pontos destacados por seus comentadores, o que nos preocupou foram as matrizes que lhe fundamentaram para sua “inovação” da noção de política. Maquiavel viveu uma época em que a *imitazione* dos escritores clássicos constituía uma tradição para aqueles que, como ele, se dedicavam ao mundo das letras na Florença renascentista; em que se defendia uma historiografia que prezasse pela verdade e pela utilidade; em que as idéias “modernas” eram construídas na

relação, nem sempre harmônica, com as “antigas”. Trata-se de uma época, cuja memória se mostra bastante atraente para quem se interessa por acompanhar as transformações pelas quais um texto passa durante a ação dos leitores. Isso porque temos aí um rol de escritores cujas obras são recheados por idéias clássicas que, em função da historicidade, receberam (re)significações ao serem deslocadas para os sécs. XV e XVI.

Dito isto, cabe aqui refazermos o percurso deste trabalho para que seja possível sintetizar, em termos “conclusivos”, as idéias que ao longo dele foram desenvolvidas. A primeira delas, diz respeito à recepção que Maquiavel fez da história escrita por Lívio com o intuito de elaborar um pensamento político que se pretendia “novo”, bem como, de abordar as coisas humanas a partir do que elas *são* e não do que *poderiam ser*. Maquiavel tinha clareza da relevância que os escritores antigos tinham em seu tempo e por isso procurou descobrir “novos modos” com base nos “antigos”. Apenas dessa forma acreditava que poderia escrever uma obra útil e verdadeira, elementos necessários para que os acontecimentos romanos nela rememorados fossem objetos de *imitazione* em seu tempo. Demonstrou não suportar a ausência de imitação das coisas antigas no campo da política, sobretudo por estas serem-no em outros campos, como o direito, a arte e a medicina. Estimulado por um sentimento de indignação, se dispôs a mudar esse quadro, escrevendo uma obra em que convoca os homens públicos à reflexão acerca das ações gloriosas dos antigos. Interessou-se por impedir o esquecimento da *virtù* dos romanos que reaparece em seu texto com doses exclusivas de um escritor “moderno”. Texto que se constitui de misturas e de apropriações; passado e presente, antigos e modernos se articulam, nos fazendo ver um universo constituído por temporalidades diversas.

A apropriação da obra de Lívio por Maquiavel resultou em constantes acréscimos e cortes que se apresentavam como alterações necessárias considerando-se as intenções do escritor florentino na relação com seu destinatário. O próprio Maquiavel defendia a necessidade de se adaptar as ações dos romanos aos tempos modernos, visto que era consciente da instabilidade das coisas humanas e que, portanto, por mais que os homens tivessem os mesmos desejos, as circunstâncias se transformavam com as reviravoltas da *fortuna*, exigindo adaptações. Sua Florença constituía um exemplo claro das vicissitudes das coisas, pois já tinha vivido momentos cheios de liberdade, mas em seu tempo era palco de disputas e conflitos causados, sobretudo pelos estrangeiros. Se Lívio representa uma Roma indestrutível, que se renovaria constantemente para readquirir sua grandeza, Maquiavel identificou sua destruição quando da perda da liberdade. Procurou demonstrar como os romanos conseguiram, até certo ponto, domar a força transformadora, responsável pela ruína

das cidades, a *fortuna*, a partir não apenas da *virtù* de seus homens, mas, sobretudo, das leis que estes criavam para reprimir as paixões e os desejos, típicos da natureza humana. Trata-se do principal elemento para a conquista da liberdade e para sua manutenção por uma república. Se em *O príncipe*, diz que são a *virtù* e a *fortuna* os fatores responsáveis pela conquista e manutenção do poder pelo príncipe, nos *Discursos* elege as leis como principal fundamento para uma cidade manter sua liberdade. Pois, sem essa as cidades se arruinariam. Foi através da recepção de Lívio, cuja obra acompanha as criações das instituições romanas, e do que presenciava em seu próprio tempo, que Maquiavel parece ter chegado a essa conclusão.

O escritor florentino toma Roma como modelo por excelência de república por considerá-la a mais “perfeita” entre todas as repúblicas, antigas ou modernas. Posição que, segundo ele, foi alcançada, sobretudo pela maneira como a cidade usou os tumultos entre a plebe e o senado romano a seu favor, criando “boas leis”, por ele vistas como as principais responsáveis pela grandeza da *urbe*. Conflitos narrados exaustivamente por Lívio, porém, com tons de negativização, visto vê-los como culpados pelas “falhas” de Roma. Maquiavel, por seu lado, realizou uma leitura valorativa do tema dos conflitos com que queria demonstrar aos seus leitores que Florença também poderia se tornar perfeita tal como Roma o fora, ainda que estivesse arruinada. O escritor florentino pretendia introduzir em sua cidade valores e costumes antigos/romanos que nela considerava ausentes. É nesse sentido que se importou em abordar com tanta freqüência as leis, pois as via como o principal elemento que conferiu a Roma uma grandeza e uma liberdade duradouras.

Assim, notamos que Roma e Florença são representadas no texto de Maquiavel como duas cidades que se complementam, donde, uma depende da outra para adquirir inteligibilidade: de um lado, Florença aparece como a cidade viciosa, mas que ainda poderia ser reestruturada se ocupada pelos valores romanos e, de outro, Roma aparece como a cidade cheia de *virtù* cuja função era introduzir-se no território florentino para findar seus males. Maquiavel atribui a si próprio a função de possibilitar essa interlocução entre as duas cidades, numa tentativa de diminuir as fronteiras temporais que as atravessam. A Florença do futuro poderia vir a ser a Roma do passado, ou melhor, a Roma presentificada por Maquiavel: uma cidade grandiosa, cheia de *virtù* e de “boas leis”; por fim, uma cidade republicana.

Discorrer sobre as leis a partir de uma das maiores referências da historiografia antiga na renascença, tornou os argumentos de Maquiavel mais convincentes em sua época, afinal de contas foram construídos com base em um gênero que elege a “verdade” como *tópos* por excelência e em um autor tido à época como o “modelo” de escrita da história. Maquiavel dedicou-se a comentar parte da obra de Lívio por considerá-la plena de exemplos que, no

entanto, precisavam passar por seu crivo para readquirir utilidade. Respeitou a autoridade de Lívio, mas também não hesitou em contrariá-lo para, assim, construir sua própria autoridade.

BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA NETO, Manoel de. *O tempo nos Discorsi de Maquiavel*. Minas Gerais: UFMG, 1999 (dissertação de mestrado em Filosofia).
2. ARON, Raymond. *Maquiavel e Marx*. In: Estudos Políticos. Trad.: Sérgio Bath. Brasília: Ed. UnB, 1985.
3. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Campinas-SP: Unicamp, 2000 (tese de doutorado em Filosofia).
4. ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.
5. BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.
6. BOURDIEU, Pierre. *Os usos da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad.: Denice Barbara Catani. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
7. BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2004.
8. CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002 (vols. I-II).
9. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense, 2002.
10. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
11. CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad.: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes, São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
12. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad.: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
13. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
14. CHARTIER, Roger. *El presente del pasado: escritura de la historia, historia de lo escrito*. Universidad Iberoamericana, versão digital, s/d.
15. CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. Trad.: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação liberdade, 1996.

16. CHEVALIER, Jean-Jacques. *História do pensamento político*. Trad.: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982, (tomo I).
17. CORTINA, Arnaldo. *O príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura*, São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
18. ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932.
19. ESCOREL, Lauro. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Rio de Janeiro: Simões, s/d.
20. FARIAS, Ernesto. *Dicionário escolar latino português*. Rio de Janeiro: FAE, 1991.
21. FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o bom governo*. São Paulo: USP, 2006 (tese de doutorado em Ciência Política).
22. FRANCASTEL, Pierre. *Pintura e sociedade*. Trad.: Elcio Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
23. FREDERICO. *O Anti-Maquiavel*. In: _____; MAQUIAVEL. *O Príncipe; O Anti-Maquiavel*. Trad.: Carlos de Soveral. Lisboa: Guimarães editores, 1955.
24. GARIN, Eugénio. *Idade Média e Renascimento*. Trad.: Isabel Teresa Santos; Hossein S. Shooja. Lisboa: Estampa, 1994.
25. GARIN, Eugénio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. Trad.: Cecília Prada. São Paulo: Unesp, 1996.
26. GRAMSCI, Antonio. *O moderno príncipe*. In: *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Trad.: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980
27. GRAZIA, Sebastian de. *Maquiavel no inferno*. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
28. HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
29. HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad.: Jacyntho Luis Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
30. HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Trad.: Sonia Lacerda et al. Brasília: UnB, 2003.

31. HIBBERT, Christopher. *Ascensão e queda da casa dos Médici: o renascimento em Florença*. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
32. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad.: Wilma Patrícia Maas & Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ ED. Puc-Rio, 2006.
33. LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. Trad.: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das letras, 1988.
34. MARTINES, Lauro. *Abril Sangrento: Florença e o complô contra os Médici*. Trad.: Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
35. MARTINS, José Antônio. *Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. São Paulo: USP, 2007 (tese de doutorado em Filosofia).
36. MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: EDUSC, 2004.
37. PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009.
38. RICOEUR, Paul. *A função hermenêutica do distanciamento*. In: *Interpretação e ideologias*. Trad.: Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
39. RICOEUR, Paul. *Rumo a uma hermenêutica da consciência histórica*. In: *Tempo e narrativa (Tomo III)*, Campinas-Sp: Papirus, 1997.
40. RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Trad.: Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 2003.
41. RODRIGO, Lúcia Maria. *O imaginário do poder e o poder do imaginário em Maquiavel*. Campinas-SP: Unicamp, 1996 (tese de doutorado em Filosofia).
42. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Trad.: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (coleção Os pensadores).
43. SENELLART, Michel. *As artes de governar*. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Edições 34, 2006.
44. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad.: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
45. TENENTI, Alberto. *Florença na época dos Médici*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
46. WEFFORT, Francisco C. (org.) *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1991.

FONTES

1. [MACHIAVELLI, Niccolò](#). *Discorsi sopra la prima deca de Tito Livio*. In: Scritti scelti. Milano: Mondadori, s/d.
2. [MACHIAVELLI, Niccolò](#). *Discorsi sopra la prima deca de Tito Lívio*. Organizado por Mario Martelli, Firenze: Sansoni Editore, 1971. Edição que se tornou eletrônica em janeiro de 1998. In: <http://www.liberliber.it/biblioteca/licenze/>. Acesso em 06/01/2008
3. MACHIAVELLI, Niccoló. *O príncipe* (comentado por Napoleão Bonaparte). Trad.: Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1977.
4. MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Trad.: Heloisa da Graça Burati. São Paulo: Rideel, 2005.
5. MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad.: MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
6. MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Trad.: Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 1998.
7. MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad.: José Antonio Martins. São Paulo: Hedra, 2007 (edição bilíngüe).
8. MAQUIAVEL, Nicolau. *Escritos Políticos*. Trad.: Lívio Xavier. Bauru-SP: Edipro, 1995.
9. POLÍBIOS. *História*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1996.
10. TITO LÍVIO. *História de Roma*. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989 (vol. I-VI).